



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

EDIGAR DOS SANTOS CARVALHO

**FUMAR MATA: um estudo do funcionamento discursivo das campanhas antitabagismo  
do Ministério da Saúde (1997 a 2017)**

Recife  
2019

EDIGAR DOS SANTOS CARVALHO

**FUMAR MATA: um estudo do funcionamento discursivo das campanhas antitabagismo do Ministério da Saúde (1997 a 2017)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

**Área de concentração:** Linguística

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Fabiele Stockmans De Nardi

Recife  
2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

C331f Carvalho, Edigar dos Santos  
Fumar mata: um estudo do funcionamento discursivo das campanhas antitabagismo do Ministério da Saúde (1997 a 2017) / Edigar dos Santos Carvalho. – Recife, 2019.  
289f.: il.

Orientadora: Fabiele Stockmans De Nardi.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.

Inclui referências.

1. Análise de Discurso. 2. Ideologia. 3. Tabagismo. 4. Fumante. 5. Saúde Pública. I. De Nardi, Fabiele Stockmans (Orientadora). II. Título.

410 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2019-111)

EDIGAR DOS SANTOS CARVALHO

**FUMAR MATA: um estudo do funcionamento discursivo das campanhas antitabagismo do Ministério da Saúde (1997 a 2017)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovada em: 8/3/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Fabiele Stockmans De Nardi (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Evandra Grigoletto (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Siane Gois Cavalcanti Rodrigues (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Fernanda Luzia Lunkes (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Sul da Bahia

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo (Examinadora Externa)  
Universidade Católica de Pernambuco

Este trabalho é dedicado aos meus pais (Francisca dos Santos Carvalho e João de Carvalho), assim como a minha avó paterna, Maria de Carvalho (*in memoriam*), vítima do tabagismo.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho perde o sentido humano sem o devido agradecimento a todos que o tornaram possível, por isso...

Agradeço

À minha mãe Francisca Carvalho, a meu pai João de Carvalho e a minha irmã Maria das Dores Carvalho pelo apoio, torcida e incentivo nos estudos;

A Anco Mário Tenório Vieira pelas contribuições na minha formação pessoal e profissional, pelo apoio e dedicação, assim como por acreditar em mim. Obrigado por alargar minha visão de mundo e por me ajudar a ser uma pessoa melhor a cada dia, minha eterna gratidão.

À minha orientadora, Fabiele Stockmanns De Nardi, por me acompanhar nessa jornada acadêmica e me fazer caminhar pelo terreno da AD, me ajudando a desbravar os horizontes teóricos. Obrigado pela amizade, pelas orientações teóricas, pelas aulas, pelas sugestões de leitura e pela atenção nos estudos.

A Evandra Grigoletto por me acompanhar na trajetória acadêmica desde o mestrado. Obrigado pelas contribuições teóricas, sugestões relevantes e críticas necessárias para o amadurecimento do processo de escrita em todas as etapas da construção desta tese.

A Fernanda Lunkes por aceitar participar de todas as etapas necessárias à construção deste estudo, pelas relevantes observações teóricas realizadas e pelas indicações de leituras.

Às professoras Siane Gois, Nadia Azevedo por aceitarem participar da banca de defesa e trazer contribuições relevantes para o trabalho;

À professora Suzana Cortez e ao professor Helson Sobrinho por aceitarem participar da banca como suplentes;

À professora Stella Telles pelo apoio nessa jornada acadêmica desde a orientação do Mestrado, e a pesquisadora Clara Stella pelo constante apoio e incentivo.

A Romualdo Correia pelas longas conversas frutíferas, nas quais surgiram a necessidade de eu estudar o tema que apresento.

Aos amigos de longas datas, Ayana Darla, Dénison Araújo e Victor Araújo pelo apoio, carinho e incentivo.

Aos amigos de trabalho da ETEPAM, em especial, a minha ex-gestora Sandra Domitília por todo apoio nessa jornada; a Minancy Gomes pela torcida e comemoração na aprovação da seleção do doutorado; a Lucineide Valéria pela irmandade, por acreditar e torcer pelo meu sucesso; a Edna Paixão, a Analice Rocha, a Cintia Salles, a Tatiana Ribeiro, a

Cristiane Dias, a José Jean, a Nita, a Ana Aurélia Souza e a Wagner Santos pela torcida e apoio moral;

Aos amigos de trabalho da Escola Dom Bosco, em especial, aos gestores Joel de Carvalho e Irene Aguiar pela colaboração e incentivo na realização do doutorado.

Aos meus ex-alunos e alunas da rede pública estadual de ensino, em particular das escolas de Ensino Médio: ETEPAM e Dom Bosco pela torcida para que tudo desse certo no final;

A todos os funcionários e estagiários do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, em especial a Diva, pela ajuda com a documentação e a Jozaías pela presteza das informações sempre que o procurei.

E, por fim, a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este estudo se realizasse.

A liberdade de fumar deve ser entendida como um representante significativo de todas as liberdades, e quando ameaçada, deve-se procurar instantaneamente que outros controles estão sendo apertados, que outras restrições de liberdade estão sendo impostas. (KLEIN, Richard, [1993] 1997, p.34)

## RESUMO

Este estudo tem como propósito investigativo analisar o funcionamento do discurso do Ministério da Saúde nas campanhas de enfrentamento ao tabagismo no Brasil. Para a consecução dos nossos propósitos investigativos, examinamos os discursos das campanhas realizadas para o Dia Mundial sem Tabaco e para o Dia Nacional de Combate ao Fumo, no período de 1997 a 2017. Nosso arcabouço teórico se fundamenta nos princípios metodológicos da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux, no final dos anos 60 na França. Nosso trabalho busca compreender como o discurso do Ministério da Saúde, ao longo dos últimos 20 anos, tem funcionado para produzir uma ruptura na identificação dos sujeitos com o hábito de fumar. A partir dessa orientação de leitura, buscamos compreender as diferentes posições-sujeitos assumidas pelo Ministério da Saúde nas campanhas antitabagismo. Além dessas questões, procuramos refletir sobre os modos de designação e referenciação do sujeito fumante e da prática tabagística nos discursos do Ministério da Saúde, pois compreendemos que os modos de representar o sujeito fumante e a prática tabagística estão relacionados às formações imaginárias projetadas pelo órgão de saúde. Na esteira do sentido, outras questões se apresentaram relevantes para discussão, a saber: como o discurso sobre a saúde é mobilizado nas campanhas?; Como as materialidades discursivas linguísticas e visuais se articulam para produzir sentidos?; Quais os possíveis impactos sociais que o discurso antitabagismo pode gerar ao fumante?; Como ocorre o silenciamento do discurso de valorização do tabaco produzido pela indústria tabagística? Qual a função dos aparelhos Legislativo e Judiciário no processo de estímulo à cessão do tabagismo? Essas questões orientaram os nossos gestos de leitura do *corpus* discursivo, que foi recortado do catálogo de histórico de campanhas, publicado em 2017, pelo Instituto Nacional de Câncer, subdivisão setorial do Ministério da Saúde. Somada a essas questões mencionadas, procuramos ainda investigar como as condições de produção sócio-histórica e ideológicas funcionaram para determinar os sujeitos e os sentidos, já que nossas análises sinalizaram para um processo de exclusão social do sujeito fumante no mercado de trabalho, em razão do imaginário construído historicamente do fumante como sujeito doente que também prejudica os trabalhadores não fumantes, assim como apontaram as determinações da lógica do capital que atravessam o discurso sobre a saúde.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Ideologia. Tabagismo. Fumante. Saúde Pública.

## ABSTRACT

This study has the investigative purpose of analyzing the functioning of the Ministério da Saúde discourse in the campaigns against smoking in Brazil. In order to achieve our investigative purposes, we examined the discourse of the World Tobacco-Free Day Campaigns and the Dia Nacional de Combate ao Fumo from 1997 to 2017. Our theoretical framework is based on the methodological principles of Discourse Analysis founded by Michel Pêcheux, in the late 60's in France. Our work seeks to understand how the discourse of the Ministério da Saúde, over the last 20 years, has worked to produce a rupture in the identification of subjects with the smoking habit. Based on this reading orientation, we seek to understand the different subject-positions assumed by the Ministério da Saúde in anti-smoking campaigns. In addition to these questions, we sought to reflect on the modes of designation and referencing of the smoker and smoking in the discourse of the Ministério da Saúde, since we understand that the modes of representing the smoker and smoking are related to the imaginary formations projected by the health institution. In the wake of meaning, other issues were relevant for discussion, namely: how is health discourse mobilized in campaigns? How do linguistic and visual discursive materialities articulate to produce meanings ?; What are the possible social impacts that anti-smoking discourse can generate to the smoker ?; How does the silence of the discourse of valorization of tobacco produced by the tobacco industry occur? What is the role of the Legislative and Judiciary in the process of stimulating the cessation of smoking? These questions guided our reading of the discursive *corpus*, which was cut from the campaign history catalog published in 2017 by the Instituto Nacional de Câncer, a sectoral subdivision of the Ministério da Saúde. In addition to these issues, we also sought to investigate how the socio-historical and ideological conditions of production worked to determine the subjects and the meanings, since our analyzes signaled to a process of social exclusion of the smoker subject in the labor market, due to the historically constructed imaginary of the smoker as a sick subject that also harms the non-smokers, as well as pointed out the determinations of the logic of capital that cross the discourse on health.

**Keywords:** Discourse Analysis. Ideology. Smoking. Smoker. Public health.

## RESUMEN

Este estudio tiene como propósito investigativo analizar el funcionamiento del discurso del Ministério da Saúde en las campañas de enfrentamiento al tabaquismo en Brasil. Para la consecución de nuestros propósitos investigativos, examinamos los discursos de las campañas realizadas para el Día Mundial sin Tabaco y para el Día Nacional de Combate ao Fumo, en el período de 1997 a 2017. Nuestro marco teórico se fundamenta en los principios metodológicos del Análisis de Discurso fundada por Michel Pêcheux, a finales de los años 60 en Francia. Nuestro trabajo busca comprender cómo el discurso del Ministerio de Salud, a lo largo de los últimos 20 años, ha funcionado para producir una ruptura en la identificación de los sujetos con el hábito de fumar. A partir de esa orientación de lectura, buscamos comprender las diferentes posiciones-sujetos asumidas por el Ministério da Saúde en las campañas antitabaco. Además de estas cuestiones, buscamos reflexionar sobre los modos de designación y referencia del sujeto fumador y de la práctica tabáquística en los discursos del Ministério da Saúde, pues comprendemos que los modos de representar al sujeto fumador y la práctica tabaquista están relacionados a las formaciones imaginarias proyectadas por el órgano de salud. En este sentido, otras cuestiones se presentaron relevantes para discusión, a saber: ¿cómo el discurso sobre la salud se moviliza en las campañas ?; ¿Como las materialidades discursivas lingüísticas y visuales se articulan para producir sentidos ?; ¿Cuáles son los posibles impactos sociales que el discurso antitabaco puede generar al fumador?; ¿Cómo ocurre el silenciamiento del discurso de valorización del tabaco producido por la industria tabacística? ¿Cuál es la función de los aparatos Legislativo y Judicial en el proceso de estímulo a la cesión del tabaquismo? Estas cuestiones orientaron nuestros gestos de lectura del *corpus* discursivo, que fue recortado del catálogo de histórico de campañas, publicado en 2017, por el Instituto Nacional de Câncer, subdivisión sectorial del Ministério da Saúde. Sumada a estas cuestiones mencionadas, buscamos también investigar cómo las condiciones de producción socio-histórica y ideológicas funcionaron para determinar los sujetos y los sentidos, ya que nuestras análisis señalaron para un proceso de exclusión social del sujeto fumador en el mercado de trabajo, en razón del imaginario construido históricamente del fumador como sujeto enfermo que también perjudica los trabajadores no fumadores, así como apunta las determinaciones de la lógica del capital que atraviesan el discurso sobre la salud.

**Palabras clave:** Análisis de Discurso. Ideología. Tabaquismo. Fumador. Salud pública.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Rapaz com cachimbo.....	34
Imagem 02 – Autorretrato com uma orelha enfaixada.....	34
Imagem 03 – Louis Althusser.....	35
Imagem 04 – Zygmunt Bauman por Samuel Sánchez.....	35
Imagem 05 – Popeye.....	36
Imagem 06 – O Eu Superior de Donald (1938).....	38
Imagem 07 – Sigmund Freud, por Max Halberstadt (1922).....	42
Imagem 08 – Jean Jacques Lacan.....	42
Imagem 09 – Simone de Beauvoir (1970).....	47
Imagem 10 – Hannah Arendt.....	47
Imagem 11 – Cartaz da Campanha do Dia Mundial sem Tabaco (2001).....	69
Imagem 12 – Publicidade do Cigarro Marlboro (1970).....	135
Imagem 13 – Cartaz da Campanha do Dia Mundial sem Tabaco (2000).....	135
Imagem 14 – Placa de Proibição de Fumar em Espaços de Uso Coletivo.....	144
Imagem 15 – Dia Mundial sem Tabaco (1998).....	166
Imagem 16 – Exemplo de maço de cigarro Camel.....	171
Imagem 17 – Dia Mundial sem Tabaco (1999).....	176
Imagem 18 – Dia Nacional de Combate ao fumo (1999).....	179
Imagem 19 – Dia Nacional de Combate ao fumo (1999).....	179
Imagem 20 – Dia Nacional de Combate ao fumo (1999).....	180
Imagem 21 – Dia Nacional de Combate ao fumo (1999).....	180
Imagem 22 – Dia Nacional de Combate ao fumo (1999).....	180
Imagem 23 – Anúncio publicitário do cigarro Hollywood (1971).....	189
Imagem 24 – Dia Nacional de Combate ao fumo (2000).....	192
Imagem 25 – Dia Nacional de Combate ao fumo (2001).....	196
Imagem 26 – Dia Mundial sem Tabaco (2002).....	199
Imagem 27 – Dia Nacional de Combate ao fumo (2002).....	199
Imagem 28 – Dia Mundial sem Tabaco (2003).....	204
Imagem 29 – Dia Mundial sem Tabaco (2003).....	204
Imagem 30 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2003).....	211
Imagem 31 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2003).....	211
Imagem 32 – Dia Mundial sem Tabaco (2004).....	216

Imagem 33 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2004).....	219
Imagem 34 – Dia Mundial sem Tabaco (2005).....	222
Imagem 35 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2005).....	224
Imagem 36 – Dia Mundial sem Tabaco (2006).....	228
Imagem 37 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2006).....	230
Imagem 38 – Dia Mundial sem Tabaco (2007).....	232
Imagem 39 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2007).....	232
Imagem 40 – Dia Mundial sem Tabaco (2008).....	235
Imagem 41 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2008).....	235
Imagem 42 – Dia Mundial sem Tabaco (2009).....	235
Imagem 43 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2009).....	235
Imagem 44 – Dia Mundial sem Tabaco (2010).....	240
Imagem 45 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2010).....	240
Imagem 46 – Dia Mundial sem Tabaco (2011).....	244
Imagem 47 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2011).....	244
Imagem 48 – Dia Mundial sem Tabaco / Dia Nacional de Combate ao Fumo (2012).....	247
Imagem 49 – Dia Mundial sem Tabaco (2013).....	249
Imagem 50 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2013).....	249
Imagem 51 – Dia Mundial sem Tabaco (2014).....	250
Imagem 52 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2014).....	250
Imagem 53 – Dia Mundial sem Tabaco (2015).....	259
Imagem 54 – Dia Mundial sem Tabaco (2016).....	259
Imagem 55 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2016).....	259
Imagem 56 – Dia Mundial sem Tabaco / Dia Nacional de Combate ao Fumo (2017).....	260

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Número médio de cigarros por pessoa em 2009.....	81
--	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACTbr	Aliança para o Controle do Tabagismo Brasil
AD	Análise de Discurso
AIE	Aparelho Ideológico do Estado
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARE	Aparelho Repressivo do Estado
EUA	Estados Unidos da América
CAP	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CLG	Curso de Linguística Geral
CDC	Center of Disease Control and Prevencion
CNCT	Comissão Nacional para o Controle do uso do Tabaco
CONICQ	Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco
CP	Condições de Produção
CQCT	Convenção-Quadro Controle para o Tabaco
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
FIFA	Federação Internacional de Futebol
GF	Governo Federal
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IAPAS	Instituto de Administração Financeira, Previdência e Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCA	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LC	Lei Completar
MS	Ministério da Saúde
MT	Ministério do trabalho
OMS	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde

PESQUISA ITC Pesquisa Internacional de Avaliação das Políticas de Controle do Tabaco

PETAB Pesquisa Especial de Tabagismo

PIB Produto Interno Bruto

PNCT Programa Nacional de Controle ao Tabagismo

SD Sequência Discursiva

SINPAS Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SUS Sistema Único de Saúde

VIGITEL Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (em inglês)

UTI Unidade de Tratamento Intenso

WHO World Health Organization (em inglês)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2 PARA INÍCIO DE CONVERSA.....</b>	<b>22</b>
2.2 TABACO: NO PRINCÍPIO ERA A ERVA.....	26
2.3 AS TRÊS FACES DO TABACO.....	32
<b>2.3.1 Cachimbo.....</b>	<b>33</b>
<b>2.3.2 Charuto.....</b>	<b>40</b>
<b>2.3.3 Cigarro.....</b>	<b>43</b>
2.4 AS MORTES PELO CIGARRO E A MORTE DO CIGARRO.....	49
2.5 O PODER DO LEGISLADOR.....	56
2.6 DO GLAMOUR À DECADÊNCIA.....	78
2.7 TABACO E TRABALHO, UMA RELAÇÃO DE CONFLITOS.....	86
<b>3 DOS FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DE DISCURSO ÀS PRÁTICAS</b>	
<b>DE ANÁLISE DISCURSIVA.....</b>	<b>93</b>
3.1 DAS BASES CONCEITUAIS DA AD.....	94
3.2 A ANÁLISE DISCURSIVA DE MICHEL PÊCHEUX.....	96
<b>3.2.1 O Materialismo Histórico.....</b>	<b>97</b>
<b>3.2.2 Os Mecanismos Linguísticos.....</b>	<b>100</b>
<b>3.2.3 A Teoria do Discurso.....</b>	<b>105</b>
3.3 O ARCABOUÇO TEÓRICO.....	106
<b>3.3.1 Das Condições de Produção.....</b>	<b>107</b>
3.3.1.1 Da Seguridade Social dos Sujeitos.....	108
3.3.1.2 Das determinações Ideológicas.....	113
3.3.1.3 A Constituição do Corpus Discursivo.....	120
<b>3.3.2 Das Formações Discursivas.....</b>	<b>123</b>
3.3.2.1 Do Interdiscurso à Memória Discursiva.....	131
<b>3.3.3 Do Sujeito do Discurso.....</b>	<b>139</b>
<b>3.3.4 Do Acontecimento à Temporalização dos sentidos.....</b>	<b>147</b>
3.3.4.1 Da Designação e da Referenciação do Sujeito.....	155
<b>4 ANÁLISE DO DISCURSO ANTITABAGISTA.....</b>	<b>158</b>
4.1 É PROIBIDO FUMAR.....	160
4.2 O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO ANTITABAGISTA.....	163
<b>4.2.1 O Tabagismo no Fio Discursivo.....</b>	<b>165</b>

<b>4.2.2 O Enfrentamento ao Tabagismo no Brasil: um exemplo para o mundo.....</b>	<b>215</b>
<b>4.2.3 Mudanças na Política Antitabagismo: antes e depois da CQCT.....</b>	<b>227</b>
<b>5 EFEITOS DE CONCLUSÃO.....</b>	<b>266</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>274</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como cerne analisar, dentro do contexto social brasileiro, o funcionamento discursivo das campanhas do Ministério da Saúde no combate ao tabagismo. Para a consecução dos nossos propósitos investigativos, tomaremos para exame os discursos produzidos por esse órgão de saúde para o Dia Mundial sem Tabaco e para o Dia Nacional de Combate ao Fumo no período de 1997 a 2017. O discurso da principal instituição de saúde do Brasil sobre o tabagismo se apresenta relevante para um estudo, porque, ao longo dos últimos anos, os fumantes desapareceram da convivência social nos espaços coletivos. Praças, shoppings, restaurantes, bares, cafeterias, livrarias, elevadores, ônibus, aviões, escolas, universidades, hospitais... todos esses e muitos outros espaços coletivos sempre estiveram repletos de fumaça de tabaco, sobretudo, de cigarro.

Acender um cigarro num conglomerado de pessoas sempre foi uma prática corriqueira e uma maneira de sociabilidade. Nos espaços coletivos, quando o sujeito queria acender um cigarro e não tinha fogo, comumente, aparecia outro sujeito com um fósforo, um isqueiro ou até mesmo com um cigarro aceso para ajudar o colega fumante. Isso, quando não aparecia um fumante para pedir um cigarro e puxar conversa. Amizades, namoros, negócios, empregos, muitas relações foram iniciadas a partir da brasa do tabaco. No entanto, muitas outras foram desfeitas. Foi o que pude perceber, ao longo da minha vida, não só por conviver com fumantes, mas também porque fumei.

Cresci num ambiente de fumantes. Meus familiares e vizinhos fumavam. Meus professores e amigos fumavam em sala de aula. Lia e assistia a comerciais de incentivo ao tabagismo. Sentia-me atraído pelo imaginário de força e sucesso dos protagonistas fumantes dos filmes e dos desenhos animados. Ainda criança, comprava chocolate em formato de cigarro para imitar o hábito dos adultos. Era difícil escapar à sedução do hábito de fumar. Por isso, acabei me identificando com aquele pequeno símbolo de prazer e, hoje, de discórdia social. Fumei por mais de uma década e, nos dias que correm, por questões de saúde, não devo fumar mais.

Como eu, muitos fumantes abandonaram o vício pelas razões dos malefícios ao corpo. Estivemos (os ex-fumantes) por um longo período de tempo, identificados com o imaginário positivo projetado pela indústria do cigarro e, com isso, nos tornamos dependentes físicos do tabaco. Por outro lado, nos últimos anos, muitos fumantes conseguiram romper com o tabagismo devido à dominância social à identificação com outro discurso, o da preservação da saúde.

É considerando essa cisão, que buscaremos compreender, por meio do discurso institucional do Ministério da Saúde, as determinações históricas e ideológicas que funcionaram para estimular/produzir essa ruptura na identificação dos sujeitos fumantes com a prática tabagística. Objetivando a consecução da nossa proposta investigativa, conduzimos este estudo a partir dos fundamentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de orientação francesa, pensada por Michel Pêcheux, a partir da década de 1960. Os estudos da Análise de Discurso têm como foco o discurso que é entendido como o efeito de sentidos entre os interlocutores (PÊCHEUX, [1969] 1997a).

Para essa perspectiva de Análise de Discurso, no estudo do funcionamento do discurso, é preciso considerar as condições de produção discursiva, ponderando os domínios marcantes das condições sócio-históricas, psicossociais e linguísticas que constituem os sujeitos e, ao mesmo tempo, regulam a produção e os efeitos de sentido dos discursos. Por esse motivo, a Análise de Discurso tem como um dos princípios de análise a noção de Formação Discursiva, concepção esta que nos permite entender como os sentidos são mobilizados no interdiscurso e recortados pela memória discursiva nas práticas de linguagem, determinando, assim, o que pode e deve ser dito em uma dada Formação Discursiva.

Desse modo, ao tomarmos como objeto de investigação o discurso das campanhas do Ministério da Saúde, podemos observar como esse sujeito discursivo mobiliza saberes no interdiscurso para produzir sentidos sobre o tabaco e sobre o fumante, no interior do que estamos designando de Formação Discursiva Antitabagista. Em nossa reflexão, consideramos ainda a noção de memória dos dizeres, pois ela nos permite apontar as posições ideológicas sustentadas pelo órgão de saúde nacional nos modos de designação e referenciação do sujeito fumante e da sua prática tabagística. Esses modos de representar o sujeito fumante estão relacionados às formações imaginárias projetadas pelo Ministério da Saúde que põem em jogo as contradições sócio-históricas, já que, para a Análise de Discurso tanto os sujeitos quanto os sentidos são determinados pela história e por ideologias.

Essa vertente de Análise de Discurso se coloca como uma abordagem teórica não subjetiva da subjetividade. Quer dizer, quando o sujeito realiza um discurso, materializa ideologias, que na configuração do dizer, produz um efeito de esquecimento daquilo que o determina. Esse esquecimento por ser da ordem do inconsciente e da ideologia produz efeitos de evidências, que leva o sujeito a pensar que é a origem do dizer e que age sobre sua própria vontade, não se percebendo afetado pelas determinações sócio-histórica e ideológicas. E de maneira semelhante, o sujeito, em razão do efeito daquilo que o determina, não percebe que os sentidos são construções históricas e ideológicas e que a instauração do sentido ocorre no

interior de uma dada Formação Discursiva, que se torna a matriz de sentido, e com a qual o sujeito se identifica ou não.

Nesse quadro teórico, consideramos também o efeito da posição imaginária que o Ministério da Saúde ocupa nas práticas discursivas, enquanto sujeito protetor da saúde coletiva, já que o exame do funcionamento dos discursos de suas campanhas de enfrentamento ao tabagismo no país favorecerá uma compreensão das estratégias de comunicação entre a instituição pública de saúde e a população, sobretudo, por entendemos que as campanhas antitabagismo funcionam como espaço político de conflitos e interpelação ideológica dos sujeitos.

Na busca de examinarmos as estratégias discursivas das campanhas para estimular os sujeitos à cessação do tabagismo, além da reflexão em torno do imaginário projetado pelo Ministério da saúde sobre o fumante e sobre o tabagismo, outras questões se fizeram pertinentes em nosso trajeto investigativo, a exemplo de: como o discurso médico-científico é mobilizado nas campanhas? Quais os saberes dominantes no que temos designado de Formação Discursiva Antitabagista? Como as materialidades discursivas linguísticas e visuais se articulam na produção dos sentidos? Quais os possíveis impactos sociais que a tomada de posição de combate ao tabagismo, assumida pelo Ministério da Saúde, pode gerar na sociedade em relação ao fumante? Quais os possíveis efeitos de silenciamento que esse confronto ideológico de interesses particulares dos órgãos de saúde e da indústria do tabaco têm produzido nas práticas de linguagem?

Para responder a esses questionamentos e na observância de favorecer o entendimento de nossa abordagem teórica, no primeiro capítulo do nosso trabalho, discutiremos a história de expansão do tabagismo pelo mundo e suas principais formas de consumo para compreendermos como o cigarro suplantou a prática do cachimbo e do charuto. Posteriormente, discutiremos as mortes provocadas pelo hábito de fumar e como esses resultados contribuíram para estimular o combate ao tabaco. Além disso, as discussões sobre a saúde contribuirão para entendermos como os estudos médicos subsidiaram a criação de leis no Brasil, e favoreceram a queda social do tabaco, contribuindo para o silenciamento dos discursos de incentivo ao tabagismo. Na esteira dos sentidos, essa reflexão sobre a decadência do tabaco nos permitirá uma compreensão de como o discurso antitabagismo do Ministério da Saúde tem mobilizado saberes para estimular sentidos de reprovação social do hábito de fumar.

No segundo capítulo, buscaremos trabalhar as noções teóricas que servem de base para nosso estudo. Inicialmente, faremos algumas considerações mais gerais acerca dos

posicionamentos de Pêcheux sobre os estudos discursivos e, em seguida, buscaremos discutir alguns dispositivos analíticos basilares para a nossa análise. Para isso, o nosso arcabouço teórico-metodológico será construído pelo exame das noções de condições de produção, que inclui a constituição do *corpus* discursivo, assim como discutiremos a noção de formação discursiva. Para aprofundar o estudo, daremos continuidade refletindo sobre a noção de sujeito discursivo e sobre a configuração do interdiscurso e sua relação com a memória discursiva. Além desses aspectos, trataremos na sequência das noções de temporalização do acontecimento, de designação e de referenciação do sujeito.

No terceiro capítulo, abordaremos as questões das análises propriamente. Os nossos comentários analíticos serão marcados pela articulação dos dispositivos teóricos com os recortes das materialidades discursivas (linguísticas e visuais) das peças publicitárias. Essas materialidades foram reunidas no catálogo histórico de campanhas, que foi inventariado pelo Ministério da Saúde juntamente com o Instituto Nacional de Câncer, e publicado em 2017, em comemoração aos 20 anos de combate ao tabagismo no Brasil. Esperamos com as análises indicar as determinações ideológicas e as contradições sócio-histórica que configuram a constituição dos sujeitos e dos sentidos nas práticas discursivas antitabagismo do MS.

Como última observação para este trabalho, desejo enfaticamente ressaltar que em nenhum momento, temos a intenção de desqualificar ou desmentir os estudos clínicos que atestam os malefícios do tabaco à saúde.

## 2 PARA INÍCIO DE CONVERSA

“Fumar até o momento final, como um condenado –  
dar a última tragada e enfrentar impávido  
o pelotão de fuzilamento.”  
**Fernando Sabino<sup>1</sup>**

Iniciamos nosso trabalho com o discurso reportado, do cronista Fernando Sabino, publicado em sua crônica “Da arte de fumar sem ser fumante<sup>2</sup>”, em 1973, não pelas questões estético-literárias, mas por considerarmos a pertinência desse discurso para o nosso estudo, particularmente, pelas considerações de Sabino no que tange às reflexões sobre uma prática ainda comum entre muitas pessoas: o hábito de fumar.

Na crônica, o autor discorre sobre várias questões a respeito do hábito de fumar cigarros, inclusive menciona as dificuldades que os fumantes têm para cessar o tabagismo<sup>3</sup>. Além disso, no texto, Sabino faz referência à leitura, por ele realizada, de um artigo cujo tema era a redução do tempo de vida do fumante em comparação com a do não fumante. Assim, com a ironia que lhe é peculiar, o cronista discorre sobre o viver e a inevitável falência do corpo, que é determinada pela natureza e independe do consumo de cigarros.

Em suas reflexões, Sabino procura chamar a atenção dos leitores para a questão de que a morte abraça a todos independentemente de os sujeitos serem fumantes ou não, pois segundo o autor “viver faz tanto mal à saúde quanto fumar. Viver também é morrer um pouco” (SABINO, 1973, p.04). Ou seja, fumando ou não, todos os sujeitos morrerão; por isso, ao anunciar que vai acender o último cigarro, o cronista ironiza com a possibilidade de alguns sujeitos criticá-lo pelos hábitos nocivos à vida, já que o hábito de fumar, lembra o autor, é acusado pelos estudos clínicos de reduzir o tempo de vida dos fumantes.

Com essas considerações iniciais, procuramos destacar, pelo caráter cronológico da publicação da crônica, início dos anos 70, que o consumo de cigarros já era tratado na mídia impressa como um hábito prejudicial à saúde, o que nos permite compreender que os

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pesq=os%20fumantes%20t%C3%AAm%20uma%20probabilidade&pasta=ano%201973](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=os%20fumantes%20t%C3%AAm%20uma%20probabilidade&pasta=ano%201973) Acesso em: 21 mar. 2018.

<sup>2</sup> Outras versões desse texto foram publicadas pelo autor: uma em 9 de julho de 1978, no Caderno Viver Domingo, do *Jornal Diário de Pernambuco*, seção B, p.1, na seção Dito e Feito, sem título; outra no livro *A falta que ela me faz*, intitulada *O último cigarro*, em 1980, pela Editora Record.

<sup>3</sup> O tabagismo é o hábito de fumar produtos derivados do tabaco. Esta planta herbácea, nativa da América, é tratada na literatura médica pelo nome científico de *Nicotiana Tabacum*.

discursos de enfrentamento aos produtos fumígenos<sup>4</sup> já circulavam na sociedade à época da feitura da crônica, alertando os fumantes sobre os perigos do tabagismo à vida.

Nas últimas décadas, posicionamentos contrários ao tabagismo, especialmente, os oriundos do campo da saúde, têm procurado estimular mudanças radicais na cultura do fumo no mundo. Desde os anos 50, vários estudiosos divulgaram resultados de pesquisas científicas sobre a relação da prática tabagista e o desenvolvimento de câncer, inclusive entre médicos fumantes, como se observa nos estudos realizados na Inglaterra pelos pesquisadores Doll e Hill (1950, 1954).

Embora essas pesquisas datem de meados do século passado, é possível percebermos que os conflitos em torno do tabaco não são recentes, pois, quando se analisa a história de dominância da erva pelos cinco Continentes, se percebe que ela produziu – devido aos interesses de grupos – um cenário de confrontos em todas as épocas, sendo marcada por questionamentos, rejeições e proibições em diversos países, como se observa no estudo de Mackay e Eriksen (2002).

Atualmente, a expansão do tabaco pelo mundo tem sido combatida em um cenário conflituoso de interesses particulares entre a indústria cigarreira e os órgãos de saúde. As pesquisas médico-científicas em torno dos malefícios do tabaco à população mundial não param de ser elaboradas. Muitos trabalhos acadêmicos, sobretudo de combate ao cigarro, resultantes de parcerias entre diversos pesquisadores são amplamente divulgados pelos órgãos de saúde.

Dentre a vasta literatura acadêmica científica de natureza antitabaco, citamos os trabalhos de Mackay e Eriksen (2002), Mackay, Eriksen e Shafey (2006), WHO (2008, 2017a, 2017b), Shafey et. al. (2009), INCA (2007, 2011a, 2011b) Mackay, Eriksen e Ross (2012), Eriksen et. al. (2015), Pinto et. al. (2017) Drope e Schluger (2018) cujos resultados têm buscado estimular e subsidiar os órgãos governamentais de controle social (Legislativo) a assumirem uma posição mais enérgica de combate ao tabagismo no Brasil e no mundo. Esses estudos buscam revelar os prejuízos econômicos que o tabaco gera para os cofres públicos tanto com os gastos em assistência médico-hospitalar e com as mortes de trabalhadores fumantes ativos e passivos quanto com a perda de produtividade nas empresas devido à incapacidade laboral.

Esse cenário conflituoso de enfrentamento ao tabaco sempre marcou o seu percurso de expansão comercial. Quando se examina a história de disseminação da erva pelo globo é

---

<sup>4</sup> Compreende-se por produtos fumígenos qualquer produto derivado do fumo (tabaco).

possível verificar que os discursos contrários ao tabagismo surgiram ainda no século 16, quando a planta foi encontrada pelos europeus no Novo Mundo, lembra Cabrera Infante ([1985] 2003)<sup>5</sup>. E, embora os discursos de rejeição não apresentassem exatamente a mesma perspectiva e semelhante abrangência mundial no combate à prática tabagista, como se percebe na atualidade, fumar, em alguns países, poderia levar à pena capital, reforçam Mackay e Eriksen (2002).

No Brasil, nos anos 80 do século passado, ações públicas<sup>6</sup> governamentais na área legislativa estimularam o surgimento de campanhas<sup>7</sup> na área da saúde para iniciar o enfrentamento<sup>8</sup> ao tabagismo no contexto nacional. Essa tomada de posição do governo brasileiro se fazia necessária, pois o tabagismo havia sido apontado, em 1980, pela revista *Veja*, em matéria de capa intitulada “A Batalha contra o fumo” (edição nº 606), como uma preocupação da Organização Mundial de Saúde. Nessa edição, a *Veja*<sup>9</sup> em sua reportagem “A epidemia do século” (p.76) se refere ao tabagismo como um problema mundial de saúde pública a ser combatido.

Nesse quadro brasileiro de luta contra o hábito de fumar, as intervenções legislativas do governo para conscientizar a população em relação aos malefícios do tabagismo ao corpo refletem, na verdade, as mobilizações de órgãos de saúde pública (nacionais e internacionais) tais como o Ministério da Saúde (doravante, MS) por meio do Instituto Nacional de Câncer (deste ponto em diante, INCA), a Organização Pan-Americana da Saúde (tratada de agora em diante, OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (a partir de agora, OMS) que juntos fortaleceram a batalha contra o tabaco no Brasil e no Mundo. Os resultados dos estudos clínicos apresentados por essas organizações têm servido para amparar as ações dos governos em relação às medidas restritivas no que tange à proibição das publicidades, ao cerceamento

---

<sup>5</sup> Para ajudar o leitor na compreensão das informações, quando não estivermos utilizando a primeira edição da fonte bibliográfica, marcaremos a primeira edição entre colchetes, no interior dos parênteses, junto à edição consultada para a feitura deste estudo.

<sup>6</sup> A Lei Federal 7.488/1986 decretou o dia 29 de agosto de cada ano, como o Dia Nacional de Combate ao Fumo. De acordo com o dispositivo jurídico, essa data deveria ser marcada anualmente por atividades educativas de conscientização da população, em especial o fumante, sobre os riscos da prática tabagista à saúde.

<sup>7</sup> Neste trabalho, diferente de alguns autores (VESTERGAARD; SCHRODER [1985], 2004) não faremos distinção entre publicidade e propaganda por entendermos que ambas são da ordem discursiva de anúncios.

<sup>8</sup> Nos anos 80, o Governo brasileiro lançou uma campanha de enfrentamento ao hábito de fumar. Na época, as ilustrações das peças publicitárias foram realizadas por Ziraldo. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/folhaonline/ilustrada/2012/08/29/veja-cartazes-contra-o-fumo-feitos-por-ziraldo-na-decada-de-1980.jhtm> Acesso em: 17 mai. 2018.

<sup>9</sup> Destacamos que a escolha da revista *Veja*, como fonte de dados e opinião sobre o tabagismo, se justifica pela força desse veículo de comunicação e “informação” em fazer circular nacionalmente saberes importantes à coletividade. Além dessa questão de ampla informação, a força política que esse aparelho midiático produziu, ao longo dos últimos 50 anos, projetou um imaginário social de importância política na comunicação brasileira, e que permite, ainda na atualidade, a revista *Veja* emitir opiniões e produzir pautas de discussões sobre os mais variados temas, interpelando sujeitos a assumirem os posicionamentos político-partidários da revista.

dos espaços de consumo e à elevação de impostos dos derivados do tabaco como estratégias de enfrentamento à prática tabagista (MACKAY, ERIKSEN, 2002; ERIKSEN et al. 2015; WHO, 2008).

As pesquisas médico-científicas também contribuíram para a inserção de advertência dos males do tabaco à saúde nas embalagens de cigarros (MS, 2008), a fim de ampliar as ações da política de enfrentamento ao tabagismo no Brasil. Esse tipo de intervenção publicitária nos produtos tem contribuído com as campanhas antitabagismo que são promovidas pelo MS, assim como as Leis, Decretos e Portarias capazes de proibir e criminalizar o ato de fumar (ex. Lei nº12.546/2011) têm auxiliado a redução do tabagismo no Brasil (PROJETO ITC 2014, 2017).

Essas práticas discursivas do governo se alinham às posturas políticas e às orientações internacionais da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde (doravante, CQCT/OMS)<sup>10</sup>. As políticas de saúde pública as quais se filiam os discursos do MS, na representação do INCA, podem ser observadas nos relatórios elaborados em conjunto pelo INCA, CONICQ (2014, 2017) e INCA (2018) para explicitar a organização política nacional de controle do tabaco e para detalhar os resultados das ações sociais e educativas do governo brasileiro.

Os resultados apresentados nos relatórios desses órgãos sobre os efeitos da política nacional de enfrentamento ao tabaco refletem as transformações sociais pelas quais o Brasil tem passado, nas últimas décadas, em função das rupturas discursivas que se produziu em relação à prática tabagista. Essa cisão discursiva em nosso país foi marcada especialmente pelo Legislativo Federal, quando esta instância governamental promulgou a Lei nº 9.294, em 15 de julho de 1996<sup>11</sup>. Essa Lei ao entrar em vigor em todo território nacional impôs restrições tanto à publicidade quanto ao consumo do tabaco e seus derivados em espaços públicos coletivos, até então livres no Brasil. Com esse dispositivo jurídico, o Governo Federal promoveu rupturas ideológicas em relação à liberdade do consumo do tabaco no Brasil, fortalecendo, assim, os discursos do MS<sup>12</sup> contrários à prática tabagista.

---

<sup>10</sup> O documento completo está disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee/Conven%C3%A7%C3%A3o-Quadro+para+o+Controle+do+Tabaco+em+portugu%C3%AAs.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee> Acesso em: 19 abr. 2018.

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9294.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9294.htm) Esta versão da Lei já traz todas as atualizações legislativas. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>12</sup> O MS atua no combate ao câncer por meio do INCA. Assim, o INCA é uma subdivisão responsável pelas políticas de combate ao tabagismo, bem como é responsável pela organização do arquivo médico-científico que fundamenta essa política de controle. O INCA, sob a tutela do MS ainda é responsável pelas campanhas antitabagismo do dia 29 de agosto, Dia Nacional de Combate ao Fumo e do dia 31 de maio, Dia Mundial sem Tabaco.

Nesse contexto de rupturas, os discursos de incentivo e de valorização da prática tabagista – posicionamentos até então dominantes nas práticas discursivas no país – foram confrontados pelos sentidos regulatórios e proibitivos estabelecidos pelos discursos da Lei nº 9.294/1996. Após a publicação dessa Lei, as campanhas de saúde pública de enfrentamento ao tabagismo (elaboradas sob a tutela do MS e orientadas pelas determinações ideológicas capitalistas de interesses econômicos contrários ao consumo do tabaco para se garantir uma economia dos recursos públicos financeiros) passaram a inscrever seus discursos em um domínio de saber discursivo designado, por nós, de Formação Discursiva Antitabagista<sup>13</sup>, isto é, um espaço de regulação e produção de sentidos que gerencia o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, [1975] 2009), em função das determinações ideológicas que dominam as posições sustentadas pelos sujeitos do discurso.

Assim, na observância de compreender o funcionamento discursivo das campanhas de oposição ao tabagismo produzidas pelo MS na sociedade brasileira, vamos, a seguir, pautados em estudos de diversos campos do conhecimento humano, apresentar uma breve contextualização histórica da expansão e comercialização do tabaco pelo mundo, assim como apresentaremos os conflitos discursivos resultantes das relações entre a prática tabagista e as mortes por câncer<sup>14</sup>, sobretudo no contexto brasileiro para compreendermos as rupturas ideológicas nas práticas discursivas tabagistas. Além desses pontos, procuraremos em nossa abordagem examinar as mudanças sociais instauradas pela legislação antitabagismo no Brasil, tendo como foco, por um lado, as restrições da publicidade tabagista e, por outro, a discussão acerca do incentivo da propaganda antitabagismo por parte do governo<sup>15</sup> para dissuadir o fumante da prática tabagista em nosso contexto sócio-histórico.

## 2.2 TABACO: NO PRINCÍPIO ERA A ERVA

De acordo com o Dicionário Houaiss de língua portuguesa (2001), o radical **fum** origina-se no latim *fūmus* e sugere sentidos de “‘fumaça e vapor’, atestado em todas as épocas, panromânico” (HOUAISS, 2001, p.1400). O radical em questão, dentre muitas possibilidades, derivou designações como *fumo*, *fumaça*, *fumar* e *fumante* que, embora

<sup>13</sup> Esta noção será discutida no segundo capítulo, p.126.

<sup>14</sup> Nossos apontamentos históricos serão guiados por observações extraídas de fontes bibliográficas cujo tema recai sobre o tabagismo no Brasil e no mundo. De uma maneira geral, apresentaremos uma síntese apenas de pontos necessários à compreensão do nosso *corpus*.

<sup>15</sup> Para auxiliar a consecução de nossas análises, consultaremos o site do Planalto Central do Brasil para o exame dos dispositivos jurídicos. Os links das leis citadas neste estudo serão disponibilizados em nota de rodapé ao longo do trabalho.

compartilhem ecos de uma memória, não dizem a mesma coisa quando inscritos em discursos nos processos de designação para identificar ou de referência para particularizar um sujeito ou o hábito de fumar.

Assim, nos modos de funcionamento discursivo, de acordo com o Dicionário Houaiss (2001), o termo *fumo* designa um “produto gasoso que se desprende dos corpos em combustão; fumaça” (HOUAISS, 2001, p.1401). Nesse entendimento, a *fumaça* é uma “porção de vapor resultante de um corpo em chamas” (HOUAISS, 2001, p.1400), enquanto *fumar* é “aspirar e expirar o fumo do tabaco” (HOUAISS, 2001, p.1401). Logo, o *fumante* é “que ou quem fuma; fumador, fumista” (HOUAISS, 2001, p.1401), ou seja, aquele que inala a fumaça de tabaco, podendo, assim, ser ativo ou passivo<sup>16</sup>.

Essas observações iniciais são necessárias, sobretudo pelo recorrente aparecimento dessas designações e referências nos discursos do MS em suas campanhas antitabagismo. Além disso, os apontamentos sobre os sentidos sugeridos pela memória desse radical servem para elucidarmos com mais acuidade as motivações sócio-históricas que marcam as diferenças e aproximações de sentido entre *fumo* e *tabaco*, visto que a designação *fumo* (aquilo que produz fumaça) é historicamente anterior à designação científica *Nicotiana Tabacum* – usualmente *Tabaco*<sup>17</sup> – utilizada para identificar a erva encontrada na América, pelos europeus, no século 15, como veremos a seguir.

Segundo Cabrera Infante, ([1985] 2003, p.18) “tudo começou no Novo Mundo, onde o tabaco não era para os cavalheiros, mas para os feiticeiros – e para o chefe titular dos índios: aquele que se enfeitava com penas”. Essas observações do autor a princípio nos mostram que os indígenas americanos cultivavam a erva e a utilizavam em suas práticas ritualísticas antes mesmos dos europeus chegarem por estas terras. Esse entendimento se justifica, ainda, se consideramos os apontamentos de Mackay e Eriksen (2002). Segundo esses autores, há cerca de mil anos a.C., os “indígenas americanos começaram a fumar e usar enemas de

---

<sup>16</sup> Designa-se de fumante passivo o não-fumante, isto é, o sujeito que inala a fumaça do tabaco de maneira involuntária devido à exposição tabagística ambiental a qual está submetido pela convivência com fumantes ativos.

<sup>17</sup> A designação *Tabaco*, segundo o Dicionário Houaiss (2001, p. 2.652) apresenta “ETIM. esp. *Tabaco* (1935) ‘erva de cujas folhas se faz o fumo; pode provir de voc. Aborígene do Haiti, já que, conforme testemunhou Cristóvão Colombo, em 1492, essa planta e o costume de fumar suas folhas existiam na América e cronistas espanhóis do sXVI afirmam que o voc. é haitiano, em sua orig.; segundo Corominas, contudo, *tabacco*, *atabaca* e f. análogas já se documentam na Espanha e na Itália c1410, antes do descobrimento do Novo Mundo; as pal. *Tabacco*, *atabaca* etc. (do ár. *ṭabbāq* ou *ṭubbāq*, sIX) designavam plantas que tonteavam e adormeciam, daí os espanhóis terem chamado *tabaco* às folhas (e, conseqüentemente, à planta) que embebedavam os antilhanos, quando fumadas; nesse caso, a palavra teria ido da Europa para a América, sendo, portanto, de orig. ár.; do esp. o voc. estendeu-se às línguas europeias, ing. *tabacco* (1588), it. *tabacco* (1598), fr. *tabac* (1599), port. *tabaco* (sXVI-XVII), al. *Tabak*, hol. *taback*, din. e sueco *tobak*, pol. *tobaka*, rus. *Tabak*, todos do sXVII.”

tabaco”<sup>18</sup>[tradução nossa] (MACKAY & ERIKSEN, 2002, p.19). Ou seja, os indígenas conviviam naturalmente com o hábito de fumar, porque o consumo da planta entre os aborígenes, no geral, era para finalidades medicinais e ritualísticas.

Essa singela planta era desconhecida pelos europeus até ser encontrada por Cristóvão Colombo, que a tornou famosa no Velho Mundo. Nativa das Américas, ela ganhou espaço graças aos espanhóis ultramarinos que ensinaram o mundo a fumar. Colombo, seguindo os anseios de muitos exploradores da época, veio para estas terras em busca de especiarias e de ouro, mas não encontrou este último na proporção que esperava descobrir (CABRERA INFANTE, [1985] 2003). No entanto, mesmo não tendo conseguido desfrutar das especiarias e do vil metal como planejava, o colonizador europeu acabou conhecendo um vegetal marrom-dourado capaz de seduzir e instigar pessoas ao redor do mundo a gastarem fortunas para transformá-lo em fumaça, sem que se percebessem também reduzidas às cinzas, lembra Cabrera Infante ([1985] 2003).

Assim, com o passar dos séculos, desde o seu achamento até a sua comercialização mundial pelos europeus, o tabaco se tornou motivo de discórdia social e inclusive de processos judiciais, reforça Williams (2007). A erva se transformou na inimiga número *um* dos órgãos de saúde pública por ser considerada a maior causadora de mortes de pessoas por câncer, em todo o mundo. Conforme aponta o relatório da WHO (2017b, p.xii), “o uso do tabaco é agora uma ameaça bem documentada para a saúde global. Ele mata mais de 7 milhões de pessoas por ano e é certamente a maior causa mundial de morte evitável”.

Os danos causados pelo tabaco ao corpo humano e o elevado número de mortes de fumantes ativos e passivos contribuíram para o surgimento de discursos que levaram as publicidades de incentivo ao consumo dos derivados da erva – especialmente nas últimas décadas – a serem suplantadas pelas campanhas antitabagismo do MS, que têm funcionado como prática discursiva de combate ao ato de fumar no território brasileiro. Esse cenário social de confronto ideológicos no campo publicitário é marcado por interesses econômicos atuais (de um lado o lucro das empresas tabagistas, do outro os órgãos de saúde visando à economia dos gastos no tratamento de doenças provocadas pelo tabaco), e, embora não se possa desconsiderar que os discursos contrários ao tabagismo sempre marcaram a sua expansão comercial ao redor do mundo, é observável que “as primeiras objeções ao tabaco eram morais em vez de médicas”, lembra Klein ([1993] 1997, p.29).

---

<sup>18</sup> “Indigenous Americans begin smoking and using tobacco enemas” (MACKAY; ERIKSEN, 2002, p.19)

Conforme destaca Cabrera Infante ([1985] 2003), é difícil precisar quem foi o primeiro homem a levar o tabaco para a Europa, visto que, nesse universo místico do tabaco, muitas narrativas procuraram explicar o traslado da erva do Novo Mundo para o Velho Continente. De qualquer maneira, de todos os relatos, um de grande importância histórica envolveu o filólogo e embaixador francês Jean Nicot, enquanto ele residia em Portugal<sup>19</sup>.

De acordo com os apontamentos de Cabrera Infante ([1985] 2003), esse porta-voz francês enviou sementes da planta para a rainha da França, Catarina de Médici, nos anos de 1560. Por esse motivo, o embaixador teria sido o principal responsável por introduzir o tabaco nesse país europeu, principalmente, por ele considerar a planta sagrada e benéfica para a saúde. O filólogo recomendou à rainha que a erva fosse cultivada, pois suas folhas serviam para limpar os dentes, fazer gargarejo e inalações, assim como seu pó era um poderoso remédio. Essas orientações curativas e o uso da planta pela rainha levaria o tabaco a ficar conhecido na época do reinado de Catarina, como a Erva da Rainha, destaca Cabrera Infante ([1985] 2003).

No entanto, mesmo a erva se tornando popular por meio da realeza, seria Jean Nicot o homenageado com o nome científico da planta: “*Nicotiana Tabacum*”, destaca Rosemberg (2003, p.04). De acordo com este autor, “em 1809, Vauquelin identificou no extrato do tabaco um princípio básico nitrogenado, denominando de ‘nicotianina’. Em 1828, Posselt e Reimann da Universidade de Heidelberg isolaram o referido princípio denominando-o ‘nikotin’” (ROSEMBERG, 2003, p.04).

A nicotina é um alcaloide presente na folha do tabaco. Ela tem em sua composição química uma forte capacidade de provocar dependência física e psicológica, desenvolvendo uma síndrome de abstinência quando ausente no organismo de quem fuma, destaca Nunes et al. (2011). Essa substância é considerada uma droga devido à dependência que ela causa, por isso o consumo do tabaco é entendido como uma doença crônica progressiva, pois sua abstinência provoca no fumante sintomas de irritabilidade, insônia, ansiedade e depressão, realça Nunes et. al (2011).

Assim, com base nas informações mencionadas, é possível percebermos que tanto as ideias de benefícios à saúde quanto o vício oriundo da dependência química colaboraram para o tabaco ter rápida aceitação social. Essa receptividade à erva acabou por favorecer a

---

<sup>19</sup> Salientamos neste ponto do trabalho, que o suscito recorte sócio-histórico tem por finalidade apresentar uma contextualização documental do memorável que a erva recupera com a designação científica *Nicotiana Tabacum*.

comercialização de seus derivados durante a colonização europeia, promovida pelas potências econômicas e bélicas do Velho Mundo, a partir do século 16.

No trajeto histórico do tabaco, percebemos que, desde o século 16<sup>20</sup>, os europeus começaram, para fins comerciais, a cultivar a planta em São Domingo e em Cuba, na América Central. Essa manufatura, destaca Cabrera Infante ([1985] 2003), decorre da necessidade de expansão dos negócios, pois o consumo da planta se mostrava economicamente viável para compensar a insatisfação dos espanhóis em relação à frustração de não encontrar ouro suficiente na região. Era, portanto, necessário transformar a planta seca marrom-dourado em algo rentável para os exploradores. Assim, o mercado próspero e vantajoso do tabaco estimulou a cobiça e o cultivo da erva para exportação não apenas dos espanhóis, mas também dos portugueses, na região do Brasil.

Segundo Prado Jr. ([1942] 1997) em nosso país, a lavoura do tabaco, semelhante à do algodão e à da cana-de-açúcar, era marcada pela predominância do trabalho escravo. Por isso, realça o autor, à medida que essa postura escravagista se fortalecia nas lavouras do país, aumentava também a proeminência social de cultivo do tabaco, elevando-o, inclusive, à categoria de *moeda* comercial para o escambo de escravos na África, pelos portugueses. Assim, até as proibições da escravidão impostas pela Inglaterra a Portugal, em 1815, a principal forma de aquisição de negros traficados para a Bahia era o escambo com tabaco, aponta Prado Jr. ([1942] 1997).

Nessa conjuntura mercadológica, embora os produtos derivados do tabaco se tornassem cada vez mais valiosos e populares em diversos países e o comércio tabagista começasse a se desenvolver de maneira proeminente, a aceitação do tabaco não se dava de maneira homogênea para todos os sujeitos e em todos as nações à medida que o hábito de fumar ia sendo introduzido nas culturas não ameríndias.

A exemplo dessa recusa, durante o século 17, na Turquia, fumar se tornou crime punível com morte e os fumantes eram executados como infiéis; enquanto isso, no Império Chinês, era proibida a distribuição, o uso e a plantação do tabaco, e aqueles que desobedecessem as ordens eram punidos com decapitação, destacam Mackay e Eriksen (2002). Ainda, de acordo com esses autores, na Inglaterra, o rei James I, em 1604, se posicionou contra a prática tabagista, escrevendo o "A Counterblaste to Tobacco"<sup>21</sup>. Nesse texto, o rei criticava o hábito de fumar, pois considerava o tabaco repugnante tanto pelo cheiro

---

<sup>20</sup> Para maiores detalhes da história do tabaco conferir: [http://archive.tobacco.org/History/Tobacco\\_History.html](http://archive.tobacco.org/History/Tobacco_History.html) Acesso em: 11 nov. 2017.

<sup>21</sup> Para a leitura completa do texto conferir: <https://www.laits.utexas.edu/poltheory/james/blaste/blaste.html> Acesso em: 18 nov. 2017.

quanto por julgá-lo prejudicial à saúde. De qualquer forma, as críticas do rei e o aumento das taxas sobre a importação da erva aplicado pelo monarca não impediram que, em 1614, existissem nos arredores de Londres 7000 lojas para vender o tabaco, realçam Mackay e Eriksen (2002).

Dito isso, podemos observar que os discursos de oposição à prática tabagista que presenciemos nas sociedades contemporâneas, por meio das campanhas dos órgãos da saúde, não são recentes; pelo contrário, os atuais discursos antitabagismo recuperam, na verdade, discursos outros que o monopólio econômico da indústria tabagista tentou silenciar, ao longo dos últimos cinco séculos, por um fator óbvio, o lucro monetário.

Considerando, portanto, os objetivos de investigação deste trabalho (compreender os modos de funcionamento dos discursos do MS no enfrentamento do tabagismo no Brasil), somos forçados a silenciar muitos acontecimentos que marcaram a trajetória de expansão e recusa do tabaco pelo mundo, uma vez que a planta *Nicotiana Tabacum* alcançou um patamar de sucesso ao se expandir pelos cinco Continentes, em suas diversas formas de consumo.

Atualmente, o tabaco pode ser consumido mascado ou cheirado em pó, fumado em charutos, cachimbos, cigarros *blend* e eletrônicos, cigarrilhas ou narguilé. Todavia, essa diversidade de modos de consumo nem sempre existiu. O império econômico do tabaco floresceu junto com os avanços territoriais e tecnológicos das grandes nações e, conseqüentemente, os modos de consumo dos produtos derivados do tabaco passaram por transformações e se modernizaram com o processo de industrialização das sociedades, principalmente, os cigarros, como veremos nas próximas seções.

De qualquer forma, mesmo diante do silenciamento de discursos (reflexões sobre a presença do tabaco na vida do homem em diversos contextos sócio-históricos) se faz relevante – para o entendimento de nosso *corpus* investigativo – apresentarmos uma concisa descrição e funcionalidade de três modalidades de consumo do tabaco (cachimbo, charuto e cigarro) que, notadamente, serviram para construir o status de glamour, charme, luxo, sofisticação, liberdade, sucesso e elegância aos quais estiveram identificados o fumante e a prática tabagista no mundo. E, em especial, no Brasil, até o surgimento do discurso Legislativo, em 1996, que estabilizou o discurso de criminalização do ato de fumar no território nacional, reforçando os programas e as campanhas antitabagismo dos órgãos de saúde.

Com os apontamentos acima objetivamos, portanto, tecer sucintas observações a respeito do descobrimento do tabaco pelos europeus, além de esclarecermos as motivações históricas das designações *fumo*, *tabaco* e *nicotina*. Nessa perspectiva esclarecedora, buscamos ainda elucidar alguns pontos a respeito da aceitação comercial dos produtos

derivados do tabaco, bem como a sua rejeição em alguns países, pois é necessário compreender que os discursos antitabagismo não são recentes na história comercial desse produto, visto que eles surgiram juntamente com a universalização do tabaco e seus modos de consumo, destaca Klein ([1993]1997).

Desse modo, a apresentação da tríplice forma de consumo de tabaco nos permitirá compreender como a prática tabagista do cigarro suplantou socialmente a do cachimbo e a do charuto no processo de massificação do hábito de fumar. E, ao mesmo tempo, as considerações sobre esses instrumentos de consumo facilitam o entendimento das motivações sociais que levaram o cigarro a se tornar o símbolo de combate ao tabagismo no Brasil e no mundo, e, conseqüentemente, esses apontamentos auxiliam a análise do funcionamento discursivo das campanhas antitabagismo do MS.

### 2.3 AS TRÊS FACES DO TABACO

O cachimbo, o charuto e o cigarro são elementos que se configuram dentro de cenários sociais e históricos que lhes vão conferindo prestígio e, conseqüentemente, agregando sentidos valorativos de elegância, charme e beleza, por exemplo. Devido às diversas predicções atribuídas ao hábito de fumar em decorrência desses objetos, teceremos a seguir algumas considerações a respeito dessas formas de consumo que envolvem a prática tabagista a fim de compreendermos o combate ao tabagismo no discurso institucional<sup>22</sup> do MS.

Para um melhor entendimento do exposto acima, começaremos nossas observações sobre o uso do cachimbo (um dos instrumentos mais antigos de consumo da erva) e as dificuldades de uso que limitaram a difusão desse método de consumo para toda a população. Posteriormente, abordaremos o charuto (modo de consumo anterior à invenção do cigarro industrializado) e os processos complicadores para massificação de seu consumo. E, por fim, discutiremos sobre o cigarro industrializado e seus procedimentos de feitura, ascensão social e as estratégias midiáticas de divulgação que tanto contribuíram para a construção de efeitos de sentidos positivos do fumante e do hábito de fumar.

Buscamos, dessa maneira, em nossa abordagem, apontar nas descrições e nas análises desses instrumentos alguns imaginários construídos socialmente para a valorização de cada

---

<sup>22</sup> O discurso institucional, de acordo com Cruz (2008), deve ser entendido como o discurso produzido por um sujeito de natureza jurídica (órgãos públicos e/ou privados) que materializa a orientação ideológica de determinada organização ao tratar de um tema específico. No caso em questão, o MS, pelo lugar social que ocupa de órgão protetor da saúde, se responsabiliza pelos sentidos do dizer. Em seu discurso antitabagismo, a instituição pública governamental busca produzir a identificação/interpelação dos sujeitos fumantes, ou não fumantes, à posição discursiva contrária ao hábito de fumar adotada por essa instituição.

forma de consumo do tabaco. Com essas explicações, objetivamos facilitar o entendimento das razões econômicas, utilitárias, químicas e sociais que motivaram o cigarro a ofuscar o cachimbo e o charuto na popularização dos modos de consumo do tabaco ao redor do mundo.

### 2.3.1 Cachimbo

Uma das principais formas de consumo da erva, entre os séculos 16 e 17, lembra Patrícia Gonçalves (2012), se deu pelo cachimbo. Nesse período, ressalta a autora, houve “uma próspera fabricação de cachimbos que se expandiu pela Europa e América do Norte” (GONÇALVES, 2012, p. 21). E, embora o seu apogeu tenha se dado nos séculos citados, a prática tabagista mediada pelo cachimbo foi tão proeminente que continuou ganhando espaço, nos séculos seguintes, em diversos campos da cultura, tais como literatura, artes plásticas, cinema, fotografia e desenhos animados.

Nesse contexto expansionista do tabaco, fumar um cachimbo se revela uma prática ritualista, na qual não se pode ter pressa, pois há toda uma preparação do fumo, do cachimbo e de manutenção da chama acesa – enquanto se fuma. Assim, o uso do cachimbo exige tempo e dedicação. Outro ponto que merece destaque em relação a esse instrumento de consumo de tabaco diz respeito às recomendações de higienização e preservação do objeto, visto que a necessidade de se limpar o cachimbo sempre que o sujeito fumar e a orientação de não usá-lo duas vezes no mesmo dia exigem do fumante dessa prática tanto a necessidade de ele ter mais de um cachimbo quanto a obrigação de transportar utensílios para a limpeza do objeto. Além desses detalhes, fumar cachimbo é um aprendizado constante devido à variabilidade de modelos e materiais de fabricação do objeto e dos fumos aromatizados. Os apreciadores necessitam seguir passos<sup>23</sup> para fumar seus cachimbos, em razão de haver técnicas de consumo, dado que não é comum os fumantes de cachimbo engolirem a fumaça nem compartilharem o objeto.

Como mencionado, o cachimbo figurou em diversos espaços da cultura. Na literatura estrangeira, um dos personagens mais conhecidos é o britânico Sherlock Holmes, de Arthur Conan Doyle, que ficava dando suas baforadas, enquanto tentava solucionar os crimes investigados. Na literatura nacional, um grande destaque para a presença do cachimbo se dá com os personagens o Saci-Pererê e o Tio Barnabé, de Monteiro Lobato, na obra do *Sítio do*

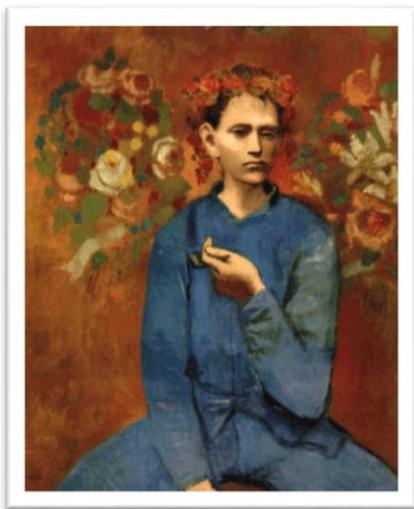
---

<sup>23</sup> É necessário colocar o fumo de maneira adequada no cachimbo, escolher o instrumento de manutenção do fogo aceso (fósforo ou isqueiro), esvaziar e limpar o cachimbo adequadamente. Detalhes desses procedimentos disponíveis em: [http://www.tabacarianacional.com.br/como\\_fumar\\_cachimbo.html](http://www.tabacarianacional.com.br/como_fumar_cachimbo.html) Acesso em: 20 nov. 2017.

*Pica-Pau Amarelo*, em que os diálogos das personagens são marcados pelas pausas para cachimbar.

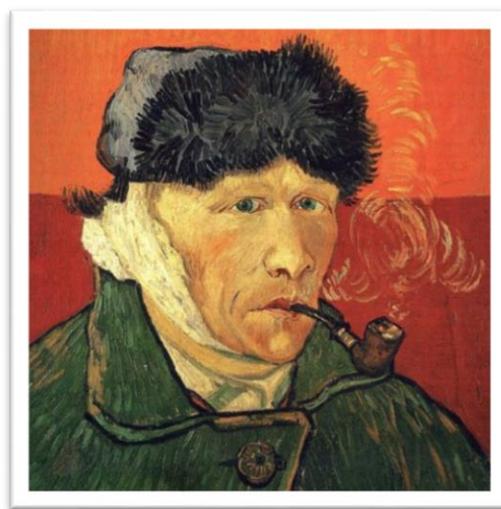
Nas artes plásticas, o cachimbo foi retratado por vários pintores. Dentre a vasta representação artística, destacamos como exemplo os trabalhos de Pablo Picasso com sua obra *Rapaz com cachimbo* (1905) e o trabalho de Vicent van Gogh com *Autorretrato com uma orelha enfaixada* (1889).

**Imagem 01** –Rapaz com cachimbo



Fonte: Pablo Picasso (1905), Arquivos Google

**Imagem 02** – Autorretrato com uma orelha enfaixada



Fonte: Vicent van Gogh (1889), Arquivos Google

Além dos quadros, a representação de fumantes nas películas sempre foi uma característica essencial para muitos protagonistas. É o que se percebe no filme *What a Woman* (1943), dirigido por Irving Cummings e estrelado por Rosalind Russell e Brian Aherne. No longa, fumar é tão importante para o jornalista Henry Peper (Ahrne) que, na primeira cena do filme, ele já aparece dando suas cachimbadas<sup>24</sup>. No Brasil, os personagens de Amácio Mazzaropi mostram a prática de fumar cachimbo como um hábito comum ao protagonista.

Os hábitos desses personagens<sup>25</sup> dos filmes coadunam com as observações de Gonçalves (2012) em relação ao uso do cachimbo. Segundo as observações da autora, eles carregam “um certo ar de seriedade e sobriedade no sentido de acarretar posturas e

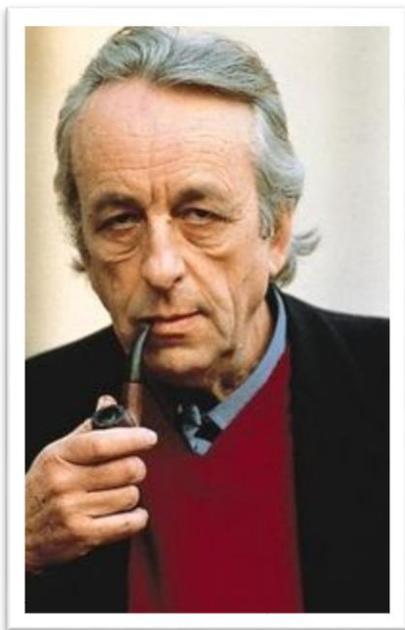
<sup>24</sup> Cf. No link a seguir é possível encontrar outras personalidades famosas do cinema que tiveram o hábito de usar cachimbo para consumir tabaco. <http://www.angelfire.com/music5/mahlerfan/famous.html> Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>25</sup> Outros personagens ficcionais fazem uso de cachimbo, como o Saci Pererê, mas a relação imaginária produzida pela utilização desse artefato cultural exige um estudo específico de seu funcionamento representativo, o que não faremos em razão dos nossos propósitos investigativos.

comportamentos moderados e comedidos [...] é um momento para pensar, ter uma postura reflexiva, solene e séria”, destaca Gonçalves (2012, p. 26).

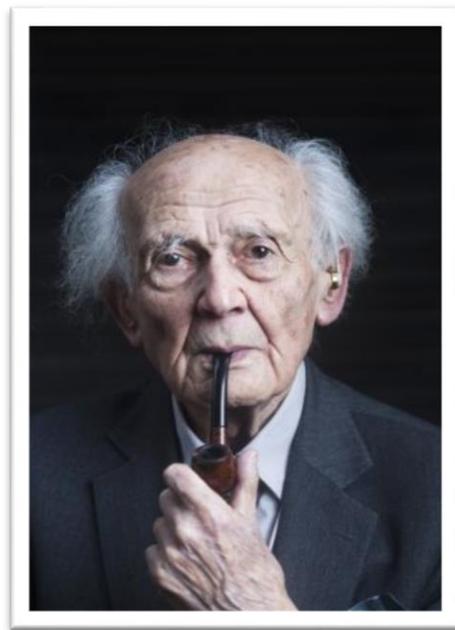
Os instantes sublimes desse modo de fumar também foram registrados nas fotografias. Estudiosos de variados campos do conhecimento deixaram suas imagens para a posteridade guardadas nos arquivos, pousando com um cachimbo nas mãos, caso de *Louis Pierre Althusser* e *Zygmunt Bauman*, por exemplo.

**Imagem 03** - Louis Althusser



Fonte: Arquivos Google

**Imagem 04** - Zygmunt Bauman por Samuel Sánchez



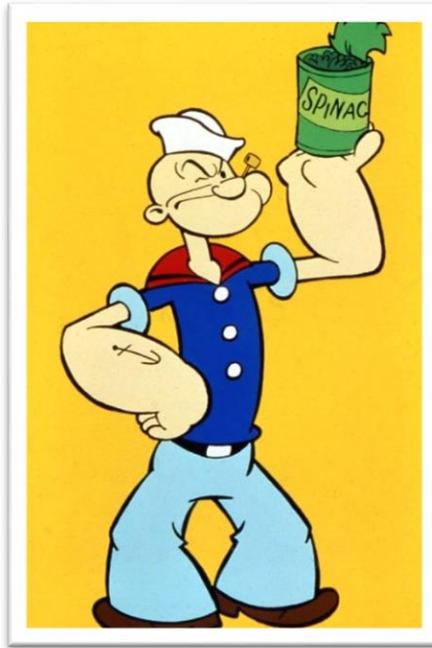
Fonte: Arquivos Google

Nos desenhos animados, era comum também a prática tabagista e o consumo de bebida alcoólica. O cachimbo, como se pode examinar na imagem a seguir, foi uma marca registrada do Popeye que não o largava nem para comer seu espinafre. É interessante destacarmos as contradições dos hábitos do velho marinheiro, pois uma erva (espinafre) dava-lhe força, enquanto a outra (tabaco) aos poucos o levaria à morte, embora o desenho à época não tocasse nesta última questão<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> Em comemoração aos 90 anos do surgimento do desenho animado, foi lançado em dezembro de 2018, no canal *Popeye and Friend Official*, no Youtube, uma nova animação do marinheiro filiada às determinações ideológicas capitalistas antitabagismo. No primeiro episódio da série, intitulado “Follow the Spinach”, é possível observar que Popeye trocou o cachimbo por um apito e o espinafre consumido, antes industrializado, agora é orgânico e enlatado pelo próprio protagonista. Para maiores detalhes do desenho, conferir o link: <https://www.youtube.com/watch?v=rDCt7Wi04SI> Acesso em: 04 jan. 2019.

Essa tomada de posição discursiva de exclusão de símbolos da indústria tabagística, bem como de alimentos enlatados apontam para o que temos designado, neste estudo, de Política do Corpo Saudável. Esta designação será trabalhada na seção **1.5 O poder do legislador**, neste capítulo.

**Imagem 05 - Popeye**



Fonte: Arquivos Google

Em relação aos desenhos animados, a Disney não fugiu à regra de mostrar personagens fumando. Devido à prática tabagista de alguns personagens, os estúdios Disney<sup>27</sup> receberam críticas, o que levou a uma mudança de postura da empresa com a retirada das práticas tabagistas dos personagens de suas produções artísticas, desde 2015. Em todo caso, vale destacar que não podemos desconsiderar o contexto social<sup>28</sup> em que esses desenhos com hábitos tabagísticos foram produzidos. No funcionamento mercadológico dos meios de comunicação de massa, até o final do século 20, muitas empresas estavam dominadas, em seus serviços de entretenimento, pelas determinações ideológicas capitalista do lucro das empresas de tabaco. Segundo Mekemson e Glantz (2002), a indústria do tabaco, percebendo o valor simbólico do cinema para projetar nos sujeitos telespectadores um imaginário<sup>29</sup> positivo

<sup>27</sup> Para maiores detalhes conferir neste link outros personagens da Disney que fumaram ao longo das produções de desenhos animados. <https://www.megacurioso.com.br/cinema/85421-16-vezes-em-que-a-disney-mostrou-seus-personagens-fumando.htm> Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>28</sup> O anúncio no final de 2017 da aquisição de uma parte da empresa 21th Century Fox pela The Walt Disney Company gerou um impasse em relação às personagens fumantes de filmes como Avatar e desenhos como Simpsons, pois desde 2015, a empresa Disney acatou a mobilização de alguns acionistas da empresa para a retirada do hábito de fumar dos personagens, como se pode conferir na reportagem disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/o-dilema-da-disney-o-que-fazer-com-os-fumantes-de-os-simpsons-e-outros-hits-da-fox/> Acesso em: 30 mai. 2018.

<sup>29</sup> Como esta noção será melhor discutida no segundo capítulo, cabe aqui uma breve compreensão de imaginário para orientar a leitura. O imaginário não está relacionado aos traços empíricos do social nem aos traços do sujeito biológico, mas a uma projeção produzida pelas formações imaginárias, que se constituem tanto da

para o tabagismo e encorajá-los a fumar, não economizou no patrocínio de filmes e passou a distribuir cigarros nas filmagens.

Nesse funcionamento das práticas midiáticas, os sentidos positivos sugeridos pelas ideologias tabagísticas exerciam dominância nas práticas discursivas de empresas cinematográfica e televisas, porque a ruptura dessa dominância de orientação dos dizeres, ainda, não havia ocorrido nas sociedades, o que só aconteceu nos anos 90, pelas determinações capitalistas da saúde. O cenário mundial, como já mencionamos acima, estava (e continua) marcado pelas tensões e conflitos de interesses da lógica do capital, entre as empresas de tabaco e os órgãos de saúde. Nesse sentido, no final do século passado, as demandas de base econômica, ao serem postas em jogo no movimento dialético da história, promoveram uma transformação das relações sociais dos sujeitos, com o movimento antitabagismo.

No entanto, até que esse corte nas práticas discursivas ocorresse para responder às urgências sociais, a indústria tabagista movida pelas determinações capitalista do lucro, dominou as práticas discursivas do contexto sócio-histórico brasileiro até os anos 90 do século passado, justamente, por estar favorecida pelo livre mercado e consumo dos produtos derivados do tabaco no território nacional. Esse benefício comercial resultava de um cenário econômico de lucro interno no país que beneficiava não só a indústria tabagística (pelo espaço de poder socioeconômico da mídia) mas também o governo brasileiro com a alta arrecadação de impostos, o que correspondia, nos anos 80, a 35,5% do total de tributos recolhidos dos produtos industrializados no país, segundo a revista *Veja* (1980). Por esse motivo, podemos verificar que as ideologias dominantes, nessa conjuntura sócio-histórica, estavam marcadas pelas determinações do lucro do capital para a manutenção das estruturas sociais do governo, e, conseqüentemente, essa postura mercadológica dificultava o fortalecimento de discursos capazes de promover as rupturas necessárias e almejadas, pelos órgãos de saúde, para o enfrentamento do tabagismo no Brasil. Devido ao lucro do governo, o MS não ocupava um lugar social de destaque no movimento antitabagismo brasileiro e, conseqüentemente, seu discurso em defesa da saúde não era capaz de suplantar o discurso midiático produzido a favor do lugar social ocupado pela indústria tabagística na pirâmide econômica governamental. Praticamente todas as instâncias sociais, exceto os órgãos da saúde, apontavam para um funcionamento de promoção do tabagismo.

---

posição discursiva sustentada pelo sujeito quanto do lugar ocupado pelos sujeitos na configuração do espaço discursivo (ORLANDI, [2006] 2015).

De qualquer maneira, nesse cenário cultural de projeção do hábito de fumar, se alguns personagens dos desenhos fumavam projetando o imaginário de prazer do vício, outros foram usados para mostrar que fumar não era algo bom. No episódio de *O Eu Superior de Donald* (1938), quando o Pato aparece fumando um cachimbo, o uso do fumo provoca mal-estar físico na personagem, no momento em que a fumaça é aspirada por Donald. Ele se engasga e começa a tossir, a suar, a ter enjoos e tonturas. Essas reações adversas do protagonista, ao dar uma intensa cachimbada, sugere, para quem assiste ao desenho, que fumar provoca essas reações desagradáveis ao corpo. No desenho, o personagem é tentado a fumar pela sua consciência má, personificada na figura de um Pato, representando o diabo, que desafia e seduz Donald a dar umas cachimbadas. Assim, é possível lermos no discurso do desenho animado que fumar é coisa do diabo.

Dessa forma, ao contrário da animação de Popeye, em que o cachimbo era um elemento constitutivo da personagem, fumar para Donald foi uma experiência ruim, como se atesta pelo discurso proferido pelo Pato no auge do mal-estar, “Por que eu fui fazer isso?”, apresentando um discurso com sentidos de arrependimento. Essas considerações nos levam a perceber que, embora seja da década de 30, do século passado, o desenho de Donald já estava engajado nas críticas ao consumo do fumo e não buscava promover a prática tabagista, pois os sentidos sugeridos não estavam associados a uma memória de efeitos positivos sobre o tabagismo.

**Imagem 06** - O Eu Superior de Donald (1938)



Fonte: Arquivos Google

Os desenhos, portanto, seguiam a mesma lógica implantada nos meios de comunicação (rádio, Tv, jornais e revistas), ora para promover a prática tabagista, ora para criticá-la. Houve momentos em que a indústria do tabaco procurou despertar nas crianças,

desde cedo, o desejo de fumar<sup>30</sup> (caso dos chocolates em formato de cigarro) e houve momentos em que o hábito de fumar foi apresentado como algo danoso à vida, pois fazia mal, como se percebe no desenho de Donald.

Esses conflitos de interesses econômicos atravessaram toda a sociedade e marcaram fortemente as posições contrárias e a favor do tabaco. Como não se havia instituído leis de proibição em torno do hábito de fumar até os anos 90, no Brasil, os discursos adversos ao costume de fumar não se projetavam amplamente, pois a indústria do tabaco era economicamente potente e dominava o mercado midiático. Por essa razão, as campanhas de combate ao antitabagismo que circulavam nos anos 80, promovidas pelo MS, não tinham força social nem midiática na guerra contra o tabaco, pois o MS não conseguia vencer a maciça campanha tabagista no país. Assim, segmentos da classe econômica dominante materializavam seus interesses capitalistas do lucro pelas determinações ideológicas que orientavam as práticas discursivas da mídia brasileira. Enquanto todos lucravam (indústria cigareira e governo) não era necessário se produzir intervenções diretas (leis de proibição) que interrompessem os lucros, sobretudo do governo com a arrecadação.

É importante destacar que, mesmo o uso do cachimbo tendo sido incentivado ao longo dos séculos, até a atualidade, ele não é tomado como símbolo de combate ao tabaco nas campanhas de saúde no território brasileiro. Esse silenciamento indica que as limitações de público consumidor, bem como o baixo ou inexistente uso de aditivos químicos cancerígenos no tabaco para cachimbo não torna, esse modo de consumo, um vilão da saúde pública, pois as estatísticas médicas, geralmente, associam as doenças provocadas pelo consumo de tabaco ao cigarro e não ao cachimbo.

De qualquer modo, mesmo diante desse contexto de incentivo ao consumo do tabaco, e o cachimbo sendo representado em diversos meios de diversão e arte, o ritualismo do qual ele é tomado, em sua preparação cuidadosa, limitou a sua expansão a todos os grupos sociais. As exigências de tempo para consumo e os cuidados para preservar e manter o objeto em bom funcionamento complicavam a vida dos fumantes. Por esses motivos, ao longo do tempo, o charuto (ao contrário do cachimbo) se revelou como uma excelente maneira de consumo da erva, no entanto, essa modalidade de consumação do tabaco ainda não estaria livre dos procedimentos ritualísticos complicadores, como veremos a seguir.

---

<sup>30</sup> Conferir detalhes em: <http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/10/cigarrinhos-de-chocolate-pan.html>  
Acesso em: 20 nov. 2017.

### 2.3.2 Charuto

O charuto teve seu apogeu a partir do século 19, e até hoje se conserva como uma prática marcada por um *status* de poder, sobretudo socioeconômico, lembra Gonçalves (2012). Produzidos de tabaco puro e enrolado na folha da própria erva, os charutos são a forma mais genuína do consumo da planta. A feitura do charuto é marcada pelos procedimentos de curtir as folhas, desidratando-as, pois é necessário que o fumo passe pelo processo de fermentação e envelhecimento da folha. Segundo Cabrera Infante ([1985] 2003, p.59) “a fermentação requer entre seis e doze meses para alguns tipos de folha; para outras variedades, pode durar de dezoito a três anos”. No processo de fabricação, os cuidados com o fumo e o tempo gasto na produção, por exemplo, encarecem o produto. Por essa razão, os puros, de melhor qualidade, não são muito acessíveis para todos os fumantes devido ao preço elevado do produto. O charuto que deveria ser uma alternativa de consumo no lugar do cachimbo se tornou a forma mais cara de se consumir o tabaco, e, conseqüentemente, seu público consumidor começou a ser selecionado e restrito pelo poder econômico.

Durante muito tempo, foi empregada somente a produção manual na fabricação de charutos, o que exigia uma boa experiência de um torcedor de charutos, demandando tempo e dedicação (CABRERA INFANTE, [1985] 2003). Por essa razão, devido ao processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico, algumas fábricas começaram a usar máquinas para auxiliar a feitura do produto, mas isso não significa dizer que a elaboração do charuto manual seja dispensada por muito apreciadores do tabaco. Segundo Cabrera Infante ([1985] 2003, p.65), “cada puro deve ser cuidado com total perfeição, o que não implica apenas comprimento, forma e cor, mas também *perilla* perfeitamente arredondada, cortada e selada com goma, um adesivo criado especialmente para os charutos”. Todo esse trabalho artesanal e delicado tem apenas uma finalidade, levar o charuto a se tornar fumaça pura. E, nesse contexto de pureza e qualidade, os produtos oriundos de Havana são considerados os melhores do mundo pelos apreciadores de charuto.

Do ponto de vista historiográfico, em 1810, lembra Gonçalves (2012, p.32), “a primeira fábrica de charutos foi inaugurada em Havana. Existiam 1302 tabacarias em Cuba no ano de 1862 e, ao final do século 19, já se contabilizava 120 fábricas de charutos”. O pioneirismo dos cubanos na produção comercial em grande escala do charuto, bem como a invenção dos selos e das caixas adequadas para guardar e comercializar o produto, se tornaram características agregadoras de valor aos puros fabricados em Havana. A essas características de produção, realça Cabrera Infante ([1985] 2003, p.24), se alinha também o

contexto histórico do descobrimento da erva em *Cubanacan*, “centro de Cuba”, para dar mais prestígio aos produtos da ilha.

Cuba conseguiu, ao longo dos séculos, se projetar no cenário da prática tabagista como sendo o lugar capaz de produzir os melhores e mais puros charutos do mundo. No século 19, o país chegou a ter em suas fábricas até 500 homens trabalhando manualmente na produção de charutos e tendo o silêncio do espaço somente cortado pelo leitor de obras literárias e de periódicos da tabacaria (CABRERA INFANTE, [1985] 2003).

Em todo caso, o consumo do charuto se tornou algo tão proeminente nas sociedades que é possível encontrarmos, em vários lugares do mundo, confrarias para se experimentar a diversidade desse gênero do tabaco. De acordo com os apontamentos de Gonçalves (2012, p.38), “observar numa tabacaria a forma como se desfruta um charuto é enriquecedora para entender a importância do tempo e do ambiente próprio para fumar na companhia dos amigos ou sozinho”. Atualmente, com o advento da Internet, além de vídeos<sup>31</sup> ensinando os procedimentos ritualísticos do charuto (como cortar, controlar a cinza e não tragar a fumaça) é possível encontrar sites<sup>32</sup> dedicados a orientar os fumantes a escolherem os melhores produtos.

O culto ao charuto vai além da existência de suas confrarias, livros, vídeos e sites na internet. Em 2018, ocorreu a XX Edición del Festival del Habano<sup>33</sup>, em Cuba, de 26 de fevereiro a 02 de março. Nesse festival, era possível vivenciar a experiência de consumir os *Puros Premium*, provar lançamentos de charutos, visitar fábricas do produto, além de participar de feiras e seminários sobre o mundo do tabaco.

Por essa autêntica característica, os puros não são feitos para um simples consumo, visto que fumar charutos é uma experiência para seus apreciadores. “Eles não foram feitos para serem tragados, mas sim para que os aromas e sabores das folhas sejam mesclados na boca do fumante”, realça Gonçalves (2012, p.35), ou seja, fumar charuto<sup>34</sup> é um processo de degustação em função das propriedades aromáticas do tabaco. Embora o ritual de preparação para o consumo seja menos trabalhoso do que os procedimentos que envolvem o cachimbo, vale destacar que a prática tabagista do charuto é marcada por um importante protocolo de etapas, as quais exigem atenção e cuidados do fumante. Verificar espessura, coloração, saber cortar, acender, conferir a qualidade da cinza e controlá-la, enfim, são muitas as etapas e as

---

<sup>31</sup> Conferir detalhes em: <https://www.youtube.com/watch?v=614rGRTvBOU> Acesso em: 28 nov. 2017.

<sup>32</sup> Conferir detalhes das orientações em: <http://www.charutos.com.br/cigar.htm> Acesso em: 28 nov. 2017.

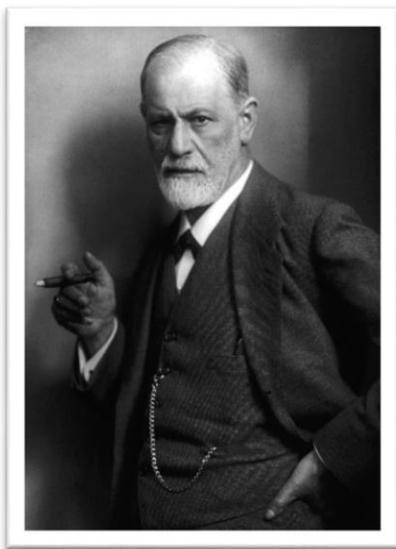
<sup>33</sup> Conferir detalhes do Festival em: <http://www.habanos.com/es/xx-festival-del-habano/> Acesso em: 28 nov. 2017.

<sup>34</sup> Conferir o catálogo de charutos cubanos e suas propriedades em: <http://www.habanos.com/es/vitolario/> Acesso em: 03 mai. 2018.

prudências a serem tomadas quando se deseja passar até três horas para se degustar um bom charuto.

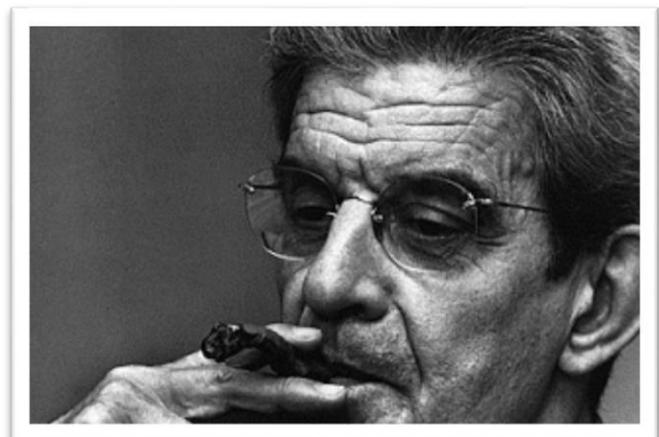
De qualquer maneira, semelhante aos cachimbos, os charutos sempre acompanharam os hábitos de personagens no campo das artes, da fotografia, no cinema<sup>35</sup> e nos desenhos animados, por exemplo. Ser fotografado, segurando ou fumando um charuto, era uma postura elegante e cultuada por muitos intelectuais no século passado. “Dentro desse universo, categorias como ‘requisite’, ‘luxo’, ‘degustação’, ‘respeitabilidade’, ‘sofisticação’ são exemplos de apropriações conferidas ao charuto”, destaca Gonçalves (2012, p.39). Nesse sentido, muitos estudiosos que entraram para história da humanidade, pelo trabalho intelectual produzido, como Sigmund Freud e Jean Jacques Lacan (ambos médicos), revelaram ser adeptos a essa modalidade tabagística ao se deixarem eternizar em fotografias na companhia do charuto.

**Imagem 07** - Sigmund Freud por Max Halberstadt (1922)



Fonte: Arquivos Google

**Imagem 08** - Jean Jacques Lacan



Fonte: Arquivos Google

Nesse cenário tabagístico e de complexos e demorados rituais de preparação, tanto do cachimbo quanto do charuto<sup>36</sup>, entra em cena o cigarro para se tornar o maior símbolo de

<sup>35</sup> Conferir detalhes sobre o tabagismo e o cinema em: [http://revistaadega.uol.com.br/artigo/a-fumaca-invade-a-pelicula\\_6821.html](http://revistaadega.uol.com.br/artigo/a-fumaca-invade-a-pelicula_6821.html) Acesso em: 22 nov. 2017.

<sup>36</sup> Antes de prosseguirmos, em nossos apontamentos históricos, para compreendermos a expansão social da produção, da comercialização, do consumo e, conseqüentemente, do combate ao tabagismo, é importante destacarmos que nas campanhas políticas de enfrentamento ao tabagismo do MS somente a peça publicitária de 2006, para o Dia Mundial sem Tabaco, inclui a imagem no charuto para combater o uso dos derivados do tabaco, e nenhuma campanha projeta a imagem de cachimbo. O silenciamento discursivo do MS, ao longo dos últimos

propagação do tabaco, tanto pela praticidade de manuseio, transporte e consumo (pois dispensa os cerimoniais) quanto pelo preço acessível. No entanto, as glórias adquiridas pelo cigarro no que concerne à massificação do tabaco não ocorreram fácil e rapidamente nos contextos socioculturais, tampouco estiveram livres de discursos contrários à prática tabagista, como analisaremos a seguir.

### 2.3.3 Cigarro

Até meados do século 19, a fabricação de cigarro apresentava um processo rudimentar, pois era enrolado à mão num papel e sua exportação encarecia o produto. Embora tivesse um consumo inferior ao uso do cachimbo e do charuto, o cigarro acabou prosperando, no final do século 19, com o surgimento da máquina de cigarros de James Alberto Bonsack, patenteada em 1880 (GONÇALVES, 2012). A possibilidade de produzir cigarros em grande quantidade e a preços baixos oportunizava o acesso do produto a todos os sujeitos, estimulando o consumo desse derivado.

Esse método de industrialização do tabaco massificou a sua difusão para todas as camadas sociais. Assim, se comparado ao cachimbo e ao charuto, o cigarro se tornou um meio viável de consumo da erva não só pelo preço, mas em especial pela dispensa – como já mencionado - dos protocolos e instrumentos da preparação ritualística do fumo. O cigarro industrializado se apresentou como a maneira mais prática, rápida e econômica (a industrialização barateou o produto) de se consumir tabaco sem desperdiçar tempo e dinheiro com o charuto, por exemplo, que devia ser fumado de uma só vez e por um longo tempo. Com o cigarro, o tabaco podia ser consumido, em pequenas porções, várias vezes ao dia e em qualquer lugar.

Ao longo das décadas, o processo de difusão do consumo do cigarro foi auxiliado pela publicidade que associou o consumo do tabaco a uma variedade positiva de atitudes sociais. Esse posicionamento associativo adotado nas publicidades do cigarro funcionou como viáveis estratégias mercadológicas de práticas discursivas capitalista para incentivar o consumo do cigarro e, conseqüentemente, aumentar o lucro da indústria cigarreira.

As transformações sociais e culturais, surgidas no século 20, produziram uma valorização do cigarro em todas as sociedades. A dinâmica da vida em relação ao trabalho e aos estudos não impedia os sujeitos de inserirem o hábito de fumar cigarros em suas

---

anos, para a modalidade do consumo de charuto aponta para o perfil socioeconômico dos consumidores, pois o preço impede a popularização do produto aos sujeitos de todas as camadas sociais.

atividades laborais e intelectuais. A possibilidade de integração do produto às práticas sociais – sem necessariamente forçar o fumante a parar o que estava fazendo para consumir o tabaco – proporcionou a incorporação do cigarro em todos os espaços da sociedade, o que aponta para a lógica do capital: “tempo é dinheiro”. Escolas, igrejas, tribunais, hospitais, restaurantes, bares, shoppings, dentre muitos outros espaços públicos e privados foram, aos poucos, preenchidos por fumantes e fumaça. Fumar, enquanto prática ritualística, já não fazia mais sentido. Paulatinamente, o cigarro foi se tornando mais um objeto a ser consumido de maneira individual e solitária. No Brasil, fumar cigarros ou qualquer outro produto derivado do tabaco em espaços coletivos foi, até o final do século 20, livre de quaisquer regulações e/ou proibições, o que favoreceu sua propagação social.

Por isso, nessa conjuntura de expansão da prática de fumar, é fundamental destacarmos que o gosto popular por esse objeto, hoje, símbolo de conflitos ideológicos, não apresenta uma simples explicação para sua popularização. Vários setores culturais e midiáticos trabalharam para difundir e incentivar o cigarro como uma modalidade de consumo do tabaco a ser imitada.

Se, por um lado, devido ao processo de industrialização do produto, houve uma democratização do ato de fumar, permitindo a todas as classes sociais o acesso à erva por um preço baixo; por outro, essa facilidade para comprar um maço de cigarros, guardá-lo e transportá-lo (em função do tamanho), além da praticidade de acendê-lo (qualquer brasa serve até mesmo a de outro cigarro) e a exigência de menos tempo para consumi-lo, por exemplo, impulsionou de início a massificação do tabaco pelo cigarro e contribuiu para propagar essa prática.

Dentro desse cenário de modernização, merecem consideração também as formas de publicidade. A indústria do tabaco foi um dos setores de negócios que mais investiram na publicidade e campanhas de valorização do fumo por meio do cigarro, lembra Carvalho (2001). No Brasil, por exemplo, todos os meios de comunicação (TV, rádio, jornais, revistas) estavam a serviço da indústria tabagista até às restrições das publicidades em 1996 e proibições em 2011. Antes das regulamentações do poder Legislativo, os meios de comunicação de massa difundiam, por meio de publicidades tabagistas, variados sentidos positivos em relação à prática tabagista<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Para a análise de um recorte temporal das publicidades de incentivo ao tabagismo referente aos anos 70, do século passado, visitar o blog: <http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com/2012/10/anuncio-de-cigarros-na-decada-de-setenta.html> Acesso em: 17 jun. 2018.

Para os fabricantes de cigarro, era necessário garantir a manutenção da imagem positiva do consumo do tabaco como uma prática a ser imitada. Assim, das Corridas de Fórmula 1 aos esportes como Futebol, Tênis e Natação, Shows artísticos e culturais nada escapava ao patrocínio da indústria do tabaco, pois, para os fabricantes, o importante era usar esses espetáculos sociais para promover as marcas de cigarro e seus produtos.

Neste ponto do trabalho, gostaríamos de destacar que essas referências aos espaços sociais de circulação discursiva, dos sentidos positivos para a prática tabagista, se tornam relevantes para a compreensão do nosso *corpus*, especialmente, pelo uso recorrente das temáticas dos esportes e das artes nas campanhas antitabagismo do MS. Desde 1996, o MS procurou trazer reflexões críticas em suas campanhas a respeito das liberdades publicitárias das empresas cigareiras, inclusive reprovando a prática do *merchandising*. Essas críticas às permissões publicitárias da indústria tabágica pelo órgão de saúde pública visava a estimular o governo a se posicionar por meio do Legislativo a criar medidas restritivas que proibissem quaisquer tipos de práticas discursivas de incentivo ao tabagismo nos espaços culturais e esportivos, o que só aconteceu, de fato, no Brasil, em 2011.

Recuperando o contexto de estímulo ao tabagismo, ao longo do século 20, é possível destacarmos que, trilhando os mesmos caminhos do cachimbo e do charuto, o hábito de fumar cigarro foi cultivado praticamente em todas as profissões e retratado no cinema, na literatura, na pintura, na música etc.

Nesse sentido de associações valorativas, a maior estratégia de massificação da prática tabagista se deu pela indústria cinematográfica hollywoodiana, que se encarregou de espalhar para o mundo o desejo de fumar em suas películas. Como lembra Carvalho (2001, p.62), “foi o cinema que difundiu o cigarro como acessório sensual, quase um passaporte para um mundo libidinoso”. Filmes como *Gilda* (1946), dirigido por Charles Vidor, e *Casablanca* (1942), dirigido por Michael Curtiz, produziam um fetichismo que recobria tanto um imaginário feminino de charme e sedução quanto um imaginário masculino de valente e charmoso, ressalta Carvalho (2001). Além disso, como estratégia mercadológica, cigarros foram distribuídos aos soldados nas duas Guerras Mundiais, os quais pousavam em fotografias como heróis fumantes, completa Carvalho (2001).

Devido à influência do cinema e também da moda, seguindo as recomendações da OMS para o Dia Mundial sem Tabaco, em 2003, o MS lançou a campanha com o tema: “A moda e o cinema como veículos de propaganda do tabaco”<sup>38</sup>, como estratégia de conscientizar,

---

<sup>38</sup> O funcionamento discursivo desta campanha será discutido na p.211, do terceiro capítulo.

de maneira crítica, a população brasileira sobre os recursos midiáticos da indústria cigarreira para estimular o tabagismo ao associá-lo à diversão, à beleza e ao sucesso, aponta o INCA (2017b). Esses direcionamentos temáticos dos órgãos de saúde (de combater as práticas publicitárias da indústria cigarreira), reforça a instituição, apontavam sentidos de mudanças no contexto histórico, pois trazia à tona, por meio de sentidos críticos nas campanhas, a importância de o governo romper com certos modos de funcionamento discursivo das empresas (INCA, 2017b).

O imaginário positivo que recobriu o cigarro, seja por meio da publicidade direta (anunciando o próprio produto) ou por meio do *merchandising* (em que a marca ou o produto é utilizado sem que se aponte no anúncio das características dos produtos, bens ou serviços) foi responsável, em grande parte, pelo crescimento do seu consumo em todos os Continentes. No mundo moderno, o uso do cigarro serviu muitas vezes para marcar o rito de passagem da infância para a vida adulta dos meninos e atuou como um excelente companheiro para a emancipação das mulheres, adquirindo um status de acessório chique, realça Carvalho (2001).

Muitas mulheres importantes para o cenário político-filosófico mundial fumavam. A exemplo de Simone de Beauvoir (imagem 09), escritora francesa, cujos trabalhos contribuíram para o movimento feminista devido à autora tratar da opressão sofrida pelas mulheres na sociedade. Além dela, Hannah Arendt (imagem 10), cujos estudos serviram para cunhar o termo *banalidade do mal*, também era adepta ao consumo de cigarros.

O tabagismo ao longo do século 20, por meio do cigarro, rompeu as barreiras de sexo<sup>39</sup>, gênero, idade (apenas proibido pela legislação a menores de 18 anos no Brasil, nos anos 80), classe social, etnia ou grau de escolaridade. Todos os sujeitos da sociedade estavam e continuam propensos a serem fumantes de cigarro. E mesmo diante do cenário de transformações sociais, políticas e legislativas pelas quais o Brasil tem passado, segundo relatório da Organización Panamericana de la Salud (2018), em 2013, 14,5% da população adulta brasileira era fumante.

---

<sup>39</sup> Atualmente, é possível encontrarmos sites dedicados ao tabagismo feminino. Conferir detalhes em: <http://www.cigarsforwomen.com/> Acesso em: 16 jan. 2019.

**Imagem 09** - Simone de Beauvoir (1970)

Fonte: Arquivos Google

**Imagem 10** - Hannah Arendt

Fonte: Arquivos Google

O incentivo cultural e midiático é uma excelente estratégia mercadológica no estímulo do hábito de fumar, pois o imaginário positivo projetado na representação do cigarro nas publicidades apaga as marcas de que ele causa dependência, fazendo-o se apresentar nas publicidades como um elemento que produz apenas a (des)identificação dos sujeitos com o hábito de fumar. Por outro lado, não podemos desconsiderar que o vício tabágico também está relacionando a presença da nicotina no tabaco, um tipo de alcaloide causador de dependência física e química. Segundo Carvalho (2001),

no cérebro, a nicotina imita a ação de um neurotransmissor chamado acetilcolina, cuja função é fazer a comunicação entre os neurônios. Ao encaixar-se nos receptores de acetilcolina, a nicotina estimula essas células a produzir mais dopamina, um neurotransmissor ligado à sensação de prazer. (CARVALHO, 2001, p. 59)

O cigarro é apontado em vários estudos clínicos como uma fonte química de estímulo do prazer, não apenas pela presença natural da nicotina, mas, sobretudo pela adição de aditivos químicos para aumentar o vício tabágico. O consumo exagerado para a satisfação física e psíquica se torna mais perigoso, porque ao contrário de outras modalidades de utilização do tabaco (cachimbo e charuto), o fumante ingere a fumaça do cigarro, que, hoje, é altamente tóxica em função dos aditivos cancerígenos usados na produção dos cigarros. Ao contrário do processo inicial de fabricação manual do cigarro, em que se misturavam vários tipos de fumo picado para se obter um produto *blend*, no decurso da industrialização do tabaco, para essa modalidade de consumo agregou-se aditivos químicos à feitura do cigarro, caso dos compostos de amônia para aumentar o pH da nicotina liberado durante o ato de

fumar, o que aumenta a dependência do fumante<sup>40</sup>, já que após a finalização da sensação de prazer mencionada acima, o cérebro entra processo de abstinência e a vontade de consumir mais cigarros aumenta, aponta o INCA (2011b).

Essa questão dos aditivos químicos na feitura do cigarro será uma das questões trabalhadas pelas campanhas antitabagismo do MS, especialmente, no que concerne ao tratamento do tabagismo passivo. A prática tabagista é prejudicial à saúde do fumante ativo e passivo, pois as substâncias utilizadas na fabricação de cigarros contribuem para o desenvolvimento de doenças nos dois sujeitos. Tratar dessas questões químicas, neste ponto de discussão, se torna relevante para que se perceba como as campanhas do MS recuperam as informações clínicas para construir uma memória de dizeres com efeitos negativos sobre o cigarro.

Os agentes químicos adicionados ao cigarro têm contribuído para o vício, assim como para o crescente número de mortes por câncer entre fumantes e não fumantes. De acordo com as pesquisas e dados recentes levantados pela World Health Organization (2017b), o consumo do tabaco, sobretudo pelo cigarro, tem sido a maior causa de mortes evitáveis no mundo.

No último século, reforça Williams (2007), o enfrentamento à prática tabagista começou nos tribunais dos Estados Unidos da América (EUA), entre os anos de 50 e 90. A partir daí, reforça Carvalho (2001), a cruzada dos órgãos de saúde contra o tabaco foi se organizando à medida que eles satanizavam a prática tabagista pelas retomadas dos discursos científicos de associação do consumo de tabaco ao mal-estar físico, doenças e mortes. Desse modo, em razão do elevado número de doenças incapacitantes, de mortes de trabalhadores e de excessivos gastos com saúde, ser fumante foi se tornado um problema de saúde pública, aponta o INCA (2007), e de prejuízos para o governo, destaca Pinto et al. (2017).

Considerando os sentidos apontados nos discursos do MS em suas campanhas antitabagistas anuais, buscamos na condução deste estudo, pensar o modo de constituição e o funcionamento do discurso de enfrentamento ao tabagismo no Brasil. Na esteira dos sentidos, observaremos as orientações políticas e os atravessamentos ideológicos dos discursos do MS para compreendermos o funcionamento da ideologia do capital. Essa reflexão se torna relevante em nosso estudo, pois é necessário verificar se as práticas discursivas do MS são determinadas pelo princípio da economia dos recursos financeiros públicos e preservação de

---

<sup>40</sup> Para maiores detalhes sobre essa questão, o INCA publicou, em 2011, um estudo sobre os Aditivos em cigarros, em consonância com as propostas da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (INCA, 2011b).

mão-de-obra trabalhadora para produção, ou se de fato há uma preocupação com o bem-estar individual dos sujeitos e com a coletividade.

Dentro desse contexto de combate ao tabagismo, para que se tenha um melhor entendimento do que foi exposto até o momento e como todas essas questões apresentadas sobre o cigarro refletem no discurso antitabagismo do MS, examinaremos a seguir o trabalho das instituições governamentais (MS, INCA, OMS) em relação ao desenvolvimento de pesquisas sobre o tabaco e a influência desses resultados na criação de políticas públicas<sup>41</sup> (leis e ações educativas) de controle do tabagismo pelos Legislativo e, conseqüentemente, na construção das campanhas antitabagismo para estimular a cessação do tabaco no país. Além desses aspectos, buscaremos ainda discutir o processo de declínio social da prática tabagista, com foco no cenário brasileiro, e refletiremos sobre os discursos com sentidos negativos sobre o fumante e sobre a prática tabagista nas campanhas antitabagismo do MS.

#### 2.4 AS MORTES PELO CIGARRO E A MORTE DO CIGARRO

Nos últimos decênios, vários estudos científicos da área médica, envolvendo o consumo de produtos fumígenos, relacionaram a prática tabagista a resultados nocivos para o bem-estar e estilo de vida saudável das pessoas (ERIKSEN et al., 2015)<sup>42</sup>. Essas abordagens clínicas fundamentaram a ideia dos malefícios dos produtos derivados do tabaco à saúde e, de igual modo, respaldaram a justificativa dos governos para fomentar as políticas públicas direcionadas à formulação de alternativas jurídicas capazes de regular e proibir o uso do tabaco em espaços de uso coletivo.

Como exemplo dessas propostas, temos o documento da Associação Médica Brasileira et al. (2013), que, por meio do Projeto Diretrizes, publicou um estudo cujos resultados das pesquisas eram de natureza acusativa em relação ao tabagismo. Essa investigação buscava subsidiar<sup>43</sup> e validar a atuação do aparelho jurídico, no que concerne à necessidade de

---

<sup>41</sup> “Via de regra, as políticas públicas são diretrizes elaboradas para enfrentar um problema público. Elas possuem dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público.” (PONTES, 2017. p.12)

<sup>42</sup> Nesta obra, os autores apresentam um panorama mundial sobre os danos do tabaco à saúde e ao meio ambiente. Além desses pontos, eles ainda abordam o uso do tabaco por jovens, homens e mulheres, bem como descrevem os perigos das modalidades e instrumentos usados para o consumo da erva. Outrossim, na observância de complementar as informações, os pesquisadores mostram o funcionamento mercadológico da indústria do tabaco e apontam as estratégias e investidas dos órgãos governamentais para combater o tabagismo no mundo.

<sup>43</sup> Segundo os objetivos da investigação, o estudo procura “disponibilizar informações atualizadas sobre os vários aspectos relativos ao tabagismo, a fim de subsidiar o Poder Judiciário em suas decisões nesse campo da saúde pública”. (ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA et. al, 2013, p.02)

enfrentamento e criminalização<sup>44</sup> do ato de fumar pela instância legislativa, em prol da saúde coletiva.

Notadamente, ao examinarmos a história de pesquisas de saúde pública, é possível identificarmos que, desde o século 18, já se realizavam pesquisas que procuravam relacionar alguns tipos de câncer ao consumo de produtos fumígenos. Segundo Carvalho (2001),

um dos mais antigos registros data de 1761, quando o médico londrino John Hil associou tumores no nariz ao consumo de rapé, o tabaco em pó para aspirar. Em 1859, um clínico francês chamado M. Buisson relatou que, ao analisar 68 pacientes com câncer nos lábios e na boca, descobriu que 66 fumavam cachimbo. Um livro publicado em 1885, *The Tabacco Problem*, de Meta Lander, traz depoimentos de seis médicos que ligavam o tabaco a vários tipos de câncer. Em 1928, os médicos Herbert L Lombard e Carl B. Doering publicaram um tipo de estudo que se tornaria padrão no século 20 – a relação entre as mortes por câncer com idade, renda, alimentação e fumo. CARVALHO (2001, p.14-15)

Essas observações destacam, portanto, que há muito tempo se procurou identificar a associação entre fumo e o surgimento de câncer. No Brasil, há um contínuo estudo investigativo sobre consumo do cigarro em diversas áreas do conhecimento científico, a exemplo das análises de ORIONE (2014); DUHAU (2014); OLIVEIRA (2013); LANG (2013); BALTAR (2011); RODRIGUEZ (2008), dentre muitas outras pesquisas<sup>45</sup>. Além dos estudos acadêmicos, reportagens<sup>46</sup> são publicadas continuamente nas mais variadas mídias<sup>47</sup> para divulgar os resultados<sup>48</sup> de pesquisas que envolvem o consumo de cigarros, bem como para alertar a população sobre os efeitos<sup>49</sup> nocivos da prática tabagista à saúde. Esses discursos produzidos pelos mais variados meios de comunicação contribuem para a construção e manutenção de uma memória de efeitos negativos sobre o tabagismo e consequentemente auxiliam as campanhas do MS no enfrentamento ao tabaco no país, ao construir um contexto histórico de manutenção de práticas discursivas contrárias ao tabagismo.

---

<sup>44</sup> Desde 2014, no Brasil, fumar em ambientes coletivos fechados públicos ou privados é considerado crime, e o estabelecimento comercial que permitir a prática poderá ser multado ou ter o alvará de funcionamento cassado.

<sup>45</sup> Para uma pesquisa mais detalhada e ampla, visitar o Banco de Teses e Dissertação da Capes e na guia *busca* usar como *entrada* a palavra-chave “cigarro”. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/> Acesso em: 17 jun. 2018.

<sup>46</sup> Disponível em: [http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2014/12/15\\_lei\\_antifumo\\_.html](http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2014/12/15_lei_antifumo_.html) Acesso em: 17 jun. 2018.

<sup>47</sup> Detalhes disponíveis em: <http://hotsites.diariodepernambuco.com.br/local/2015/ViverMais/dia7.shtml> Acesso em: 17 jun. 2018.

<sup>48</sup> Detalhes disponíveis em: <https://istoe.com.br/oms-tabaco-mata-mais-de-7-milhoes-por-ano/> Acesso em: 17 jun. 2018.

<sup>49</sup> Detalhes disponíveis em: [https://www.youtube.com/watch?v=u8lfwa9J\\_Mk](https://www.youtube.com/watch?v=u8lfwa9J_Mk) Acesso em: 17 jun. 2018.

Vale salientar que, embora a cruzada contra o cigarro tenha se intensificado em meados do século passado, a indústria do tabaco não silenciou e entrou na guerra contra a área das ciências médicas. Como lembra Carvalho (2001), após a divulgação, em dezembro de 1953, de uma pesquisa realizada com ratos pelos médicos Ernest Wynder, Evarts Graham, Adele Croninger (1953)<sup>50</sup>, a indústria tabagística se viu ameaçada. O estudo revelou que o alcatrão condensado do tabaco, ao ser aplicado às costas de ratos, 3 vezes por semana, provocou tumores cancerígenos na epiderme dos camundongos. Diante dos resultados alarmantes dessa experimentação, o Comitê de Pesquisa da Indústria do Tabaco se viu forçado a atacar o resultado da pesquisa médica.

De acordo com Carvalho (2001), como estratégia mercadológica, a indústria tabagista publicou um anúncio intitulado “A Frank Statement to Cigarette Smokers”<sup>51</sup>, no dia 04 de janeiro de 1954, em 400 jornais, em resposta ao experimento dos pesquisadores. Nessa manifestação pública, embora o Comitê da indústria tabagística creditasse respeito aos profissionais responsáveis pelo estudo, ele acabava refutando os resultados do experimento científico, argumentando que as consequências da relação entre fumar e o aparecimento de câncer eram imprecisas, pois outros fatores da vida moderna, caso da alimentação, poderiam contribuir para o aparecimento de tumores cancerígenos.

No texto publicado nos jornais, a companhia ainda elucidava que muitas autoridades (sem citar quais) questionavam os resultados do experimento, assim como afirmava que não havia provas de que o tabagismo pudesse provocar doenças dessa natureza. No mesmo comunicado, a Fundação da Indústria do Tabaco declarava o seu compromisso com a qualidade dos produtos e considerava que o consumo dos derivados do tabaco não produzia prejuízos à saúde da população, pois as empresas sempre estiveram preocupadas com a saúde pública. Com essa publicação contestadora, a indústria tabagista tentava amenizar os estragos econômicos gerados pela ampla divulgação do experimento médico na imprensa norte-americana, ressalta Carvalho (2001).

Embora essa medida defensora da indústria tenha funcionado na época para estabilizar as ações da empresa, lembra Carvalho (2001), o império de sucesso, fama e poder do tabaco começava a ruir e, conseqüentemente, o cigarro, sua maior estrela, declinava para a morte devido às mortes que provocava aos fumantes.

---

<sup>50</sup> Maiores detalhes do estudo realizado pelos médicos disponíveis em: <http://cancerres.aacrjournals.org/content/13/12/855> Acesso em: 17 jun. 2018.

<sup>51</sup> Para examinar o anúncio na íntegra, cf.: <http://archive.tobacco.org/History/540104frank.html> Acesso em: 17 jun. 2018.

Os perigos do fumo à saúde estimularam, então, o surgimento de um movimento social antitabagismo. Ele se organizou na sociedade, sobretudo a partir dos anos 50, com o aumento dos processos judiciais imputados aos fabricantes de cigarro pelos fumantes doentes de câncer. Para complicar esse quadro social desfavorável à indústria cigarreira, agregou-se ainda as denúncias de ex-funcionários das empresas de tabaco sobre a adulteração dos produtos para aumentar o vício do cigarro e a divulgação de documentos secretos da indústria do tabaco por Merrell Williams (2007), sobre o conhecimento das empresas de que o tabaco provocava câncer. Esses fatos, dentre muitos outros (caso das campanhas de saúde), colocaram a indústria do tabaco em uma situação crítica tanto do ponto de vista social quanto econômico, pois o fumante, ao comprar uma carteira de cigarros, adquiria um passe no expresso da morte.

Justamente, com base nesses resultados danosos à vida, é que os pesquisadores Eriksen et al. (2015, p.15) afirmam que “globalmente, o tabagismo matou 100 milhões de pessoas no século 20, muito mais do que todas as mortes na Primeira e na Segunda Guerra Mundial combinadas”. Conforme aponta o relatório desses estudiosos, aproximadamente 1 bilhão de pessoas morrerão até o fim do século 21, por doenças provocadas pelo tabagismo, caso não sejam tomadas as providências necessárias para diminuir o consumo dos produtos fumígenos.

A prática tabagista está associada diretamente a diversas doenças evitáveis como câncer de pulmão, câncer no trato aerodigestivo superior, tuberculose, acidente vascular cerebral, doença cardíaca isquêmica e doença pulmonar obstrutiva crônica, por exemplo. Portanto, além desses reais perigos aos quais estão sujeitos os fumantes ativos, a exposição involuntária à fumaça tóxica é responsável pelo desenvolvimento de doenças pulmonares e respiratórias nos fumantes passivos.

Vale destacar, que os apontamentos históricos destacados em nosso estudo constituem um conjunto de informações cuja relevância está na possibilidade de esclarecermos os movimentos discursivos do contexto sócio-histórico que produziram uma estabilização dos discursos antitabagismo, enquanto suplantavam e silenciavam os discursos tabagistas. Entendemos que essa explanação possibilita a compreensão das Condições de Produção (daqui em diante, CP) em que são produzidos os discursos das campanhas de saúde pública do MS para o Dia Mundial sem Tabaco e para o Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Segundo Orlandi ([2006] 2015), do ponto de vista estrito, as CP integram os sujeitos às circunstâncias imediatas da enunciação no processo discursivo; e em sentido mais amplo, elas englobam ainda as ideologias do contexto sócio-histórico. Embora a autora faça essa

abordagem dual, ela ressalta que esse duplo tratamento tem apenas uma função elucidativa, visto que na prática discursiva esses contextos não se separam, já que o funcionamento do discurso agrega simultaneamente o contexto histórico e o situacional.

Nessa diretriz de organização e de funcionamento, as CP não se configuram por meio de um simples agrupamento de sujeitos, de suas situações imediatas de comunicação e do contexto sócio-histórico com seus conflitos ideológicos. Mais do que uma simples associação, elas apresentam uma organização complexa pela razão de serem regidas por um sistema de domínios discursivos (históricos, sociais, psicológicos e linguísticos), destaca Courtine ([1981] 2009), que, ao mesmo tempo, regulam e determinam o dizer.

Quando analisamos as CP de expansão do tabaco, podemos perceber que o discurso de rejeição ao tabaco, como vimos acima, esteve presente em todas as épocas desde a sua propagação no mundo. No caso do Brasil, ao verificarmos a conjuntura sócio-histórica, é possível apontar que o discurso antitabagismo ganhou projeção social ao romper com as forças econômicas dominantes das empresas tabagísticas no governo brasileiro. Nesse entendimento, as constantes pesquisas médicas e seus resultados apavorantes, em razão do número de doenças e mortes relacionadas ao consumo do tabaco, apontaram para um cenário global de rejeição ao tabagismo, sobretudo nos anos 80. Por esse motivo, torna-se relevante verificamos o atravessamento do discurso médico-científico na sustentação da argumentação do MS em suas campanhas de enfrentamento ao tabaco.

O exame de funcionamento dessa estratégia argumentativa do órgão de saúde nos permitirá compreender as mobilizações discursivas operadas pelo MS, principalmente, quando ele recupera as implicações do tabagismo ao corpo (doenças e mortes provocadas em fumantes ativos e passivos) como método de produzir um discurso com efeitos de sentido negativos à prática tabagística, na observância de produzir um efeito de identificação ideológica no sujeito fumante com os discursos desses órgãos, para dissuadi-lo do hábito de fumar.

Em relação à organização discursiva do MS, destacamos também a importância de se analisar o tratamento dado ao fumante passivo na construção de sentidos negativos para o hábito de fumar, visto que ele sofre as consequências diretas do tabaco, devido à inalação involuntária da fumaça do cigarro. Essa abordagem é relevante, especialmente por percebermos que a temática do fumante passivo é recorrente nas campanhas do MS, em razão do elevado número de mortos desse grupo. Segundo Eriksen et al. (2015), só em 2010, mais de 600.000 pessoas não fumantes morreram pela exposição à fumaça tóxica do tabaco em todo o mundo. Isso porque os aditivos utilizados na fabricação dos cigarros produzem na

fumaça, no processo de combustão, mais de 7000 produtos químicos, muitos desses, prejudiciais à saúde, lembram Eriksen et al. (2015). De acordo com esses autores, “tanto o tabagismo ativo quanto o passivo aumentam o risco de doenças cardiovasculares” [tradução nossa] (ERIKSEN et al., 2015, p.19).

Diante desses dados, é possível entendermos que não há níveis seguros de consumo dos produtos fumígenos, pois não importa se o fumante é um agente ativo ou passivo, os dois sofrerão as consequências por estarem sujeitos a desenvolver diversas doenças. No Brasil, de acordo com Pinto et al. (2017), ao trabalhar com dados de 2015, e tendo como referência fumantes acima dos 35 anos de idade, pode-se concluir que em média 150 mil mortes por ano poderiam ser evitadas com a cessação do hábito de fumar, pois “12,6% de todas as mortes que ocorrem no país são atribuíveis ao tabagismo”, reforçam Pinto et al. (2017, p.01).

Nesse quadro de mortes pelo hábito de fumar, é pertinente destacar que ao se associar o tabagismo ao alcoolismo, ampliam-se as consequências do desenvolvimento de doenças relacionadas aos dois tipos de hábito, pois essa combinação estimula o abuso excessivo de consumo de ambas as partes (ERIKSEN et al., 2015). O tabaco ainda se torna mais prejudicial para as pessoas com distúrbios mentais, portadores de HIV/AIDS e com tuberculose, visto que suas patologias e infecções estão mais suscetíveis a se agravar pelos componentes tóxicos, sobretudo com o uso do cigarro, realçam Eriksen et al. (2015). Embora essas doenças e o álcool ao serem combinados com tabaco aumentem os prejuízos à saúde, nenhuma campanha do nosso *corpus* discursivo apresenta como temática as consequências desastrosas da associação desses hábitos.

Em razão de não haver limites seguros para o consumo do tabaco sem que haja o risco de desenvolver doenças, o mundo é chamado à ação para combater o tabagismo. Por isso, fica notória a necessidade de o governo criar políticas públicas que visem à melhoria de vida da população fumante ou não. E, nesse cenário de enfrentamento ao tabagismo, “a entrada da OMS na luta contra o tabaco modificou completamente a realidade de vários países”, ressalta Lacsco (2008, p.21). Em 1987, essa organização internacional foi responsável pela instituição do Dia Mundial sem Tabaco, comemorado anualmente a cada 31 de maio<sup>52</sup>. Essa ação da OMS, na verdade, contribuiu com a ação de conscientização já implementada no Brasil, em

---

<sup>52</sup> Conferir detalhes das campanhas criadas pela OMS no site internacional do órgão; disponível em: <http://www.who.int/tobacco/communications/events/wntd/en/>. Acesso em: 08 abr. 2018.

11 de junho de 1986, quando o país deu o seu primeiro passo na luta contra tabagismo, estabelecendo o dia 29 de agosto de cada ano, como o Dia Nacional de Combate ao Fumo<sup>53</sup>.

Essas duas datas são basilares nas ações públicas governamentais do MS. As principais formulações discursivas das campanhas do MS de efeitos antitabagismo circulam exatamente nesse período. Dessa forma, no cenário cultural e jurídico brasileiro, o Dia Mundial sem Tabaco e o Dia Nacional de Combate ao Fumo funcionam como *eventos*<sup>54</sup> *políticos de enfrentamento ao tabagismo*, cuja materialização do discurso antitabagismo do MS se manifesta, sobretudo, por meio de campanhas nacionais de saúde pública. Ao longo dos últimos 20 anos, os materiais de campanhas foram se modificando para ampliar as formas de divulgação; por esse motivo é possível encontrarmos desde a produção de material impresso como cartaz, folheto, folder, filipeta e manual, bem como material audiovisual como *spot* e vídeos, além do material digital para fundo de tela de computador e de página do Facebook, hastag e sites. Apesar de haver leis particulares em vários Estados brasileiros e mobilizações de outras instituições<sup>55</sup> de saúde no país, com campanhas de combate ao tabagismo, o MS apresenta somente essas duas datas com abrangência nacional de conscientização da população.

A data instituída pela OMS foi uma iniciativa muito importante para estimular o surgimento, ainda nos anos 80, de políticas públicas voltadas para o enfrentamento ao tabagismo em vários países. O objetivo, de acordo com Lacsco (2008), era conscientizar os fumantes dos malefícios do ato de fumar para a saúde, especialmente nos países favoráveis a indústria do tabaco, caso do Malauí, no sudeste da África, onde os interesses econômicos e políticos sufocavam as atividades das ONGs. A prática tabagista é entendida, portanto, pelos órgãos de saúde pública, como uma epidemia mundial que precisa ser combatida incansavelmente. Por essa razão, na tentativa de estabelecer um maior ordenamento nas ações, foi criado ainda nos anos 80, o Programa Nacional de Controle ao Tabagismo<sup>56</sup> (doravante

---

<sup>53</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7488-11-junho-1986-367954-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 25 mar. 2018.

<sup>54</sup> Segundo Londei et al. (2013, p. 13-14) “é o discurso que contribui para a construção do evento, mesmo o referente do evento, dando-lhe um "nome", e sendo o objeto de estudo privilegiado de uma semântica discursiva que estuda o modo como designamos, qualificamos, caracterizamos e nomeamos os eventos” (*C'est le discours qui contribue à construire l'événement, voire le référent de l'événement, en lui donnant un « nom », et c'est l'objet d'étude privilégié d'une sémantique discursive qui étudie la façon dont on désigne, on qualifie, on caractérise, on nomme les événements*). [tradução nossa]

<sup>55</sup> Conferir a Organização não-Governamental Aliança para o Controle do Tabagismo (ACT), disponível em: <http://actbr.org.br/> Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>56</sup> Disponível em: [http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes\\_programas/site/home/nobrasil/programa-nacional-controle-tabagismo/programa-nacional](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programas/site/home/nobrasil/programa-nacional-controle-tabagismo/programa-nacional) Acesso em: 10 jul. 2018.

PNCT), na perspectiva de promover a saúde no Brasil, com ações que objetivavam reduzir o número de fumante e de mortes provocadas pelo uso dos produtos fumígenos.

Assim, os estudos médicos relacionando o crescente número de mortes por câncer com o hábito de fumar, juntamente, com as pressões dos órgãos de saúde pública impulsionaram o Legislativo a criar leis e normatizações capazes de regular a publicidade e o consumo de cigarro em nosso país. Nesse contexto histórico, vale destacar que, embora o Dia Nacional de Combate ao Fumo (desde 1986) e o Dia Mundial sem Tabaco (desde 1987) tenham favorecido as políticas públicas de alerta à população sobre os malefícios que os produtos derivados do tabaco provocam à saúde, foi somente com a Lei nº 9.294, decretada em 1996, que o Brasil rompeu com a tolerância à prática do tabagismo e estabeleceu uma postura mais rigorosa de proibições, alargando, via justiça, a cruzada de criminalização do ato de fumar, iniciada no país uma década antes, com o Dia Nacional de Combate ao Fumo, em 1986.

Como já mencionado, esses apontamentos em torno do consumo de cigarros e seus malefícios para a saúde do fumante ativo e passivo são necessários para compreendermos o funcionamento discursivo das propagandas antitabagismo do MS. A fim de organizarmos adequadamente os acontecimentos que configuram as CP dos discursos antitabagismo essenciais à leitura do nosso *corpus*, daremos continuidade analisando os processos de organização do Legislativo na instauração do dispositivo jurídico que designamos de Lei Antitabagismo.

## 2.5 O PODER DO LEGISLADOR

Interessa-nos trazer, neste ponto de discussão, o papel social da instância Legislativa, no que concerne ao PNCT, sobretudo por considerarmos a relevância do discurso jurídico e sua relação com as campanhas antitabagismo do MS. Entendemos, pois, que os apontamentos resultantes do entrelaçamento discursivo (saúde e judiciário) se fazem pertinentes à compreensão do contexto sócio-histórico que marca o recorte discursivo do nosso *corpus*.

Diante dessa nota inicial e na observância de orientar um exame adequado do nosso *corpus* discursivo, trataremos a seguir das principais normativas jurídicas, que além de estimularem o rompimento dos discursos de aceitação social do tabagismo em nosso país também contribuíram para incentivar os sujeitos fumantes (ou não) a uma tomada de posição voltada para a rejeição do tabagismo. Na esteira dos sentidos jurídicos, buscaremos refletir ainda como as normativas apontam efeitos de deriva das lutas antitabagismo e, ao mesmo

tempo, respondem às práticas ideológicas do MS, materializadas nas campanhas nacionais antitabagismo para estimular a cessação do hábito de fumar.

Nesse direcionamento de contextualização histórica dos dispositivos legais capazes de controlar os hábitos fumígenos, é possível observarmos que os primeiros órgãos de saúde, no Brasil, a se preocuparem com normas reguladoras para o hábito de fumar foram a Associação Nacional de Câncer e a Associação Paulista de Medicina, em 1977 (INCA; OPAS, 2011). Embora essas instituições tenham sugerido a criação de uma comissão nacional responsável pelo combate ao fumo, foi somente em 1979 que se elaborou a “Carta de Salvador”, em um congresso médico na Bahia. Nessa carta, já havia a recomendação de se criar ações educativas e leis reguladoras para o uso dos derivados do tabaco no país (INCA; OPAS, 2011).

Nesse quadro de ações antitabaco, vemos, nos anos 80, as entidades de saúde do país – a exemplo do INCA e da OPAS (2011) - se organizarem para reprovar, por meio de campanhas pontuais, o incentivo à prática tabagista em decorrência das doenças provocadas pelo hábito de fumar. Ainda nesse cenário de enfrentamento, os estudos clínicos produzidos, até a década de 80, serviam para que os órgãos de saúde cobrassem uma atitude do Poder Legislativo em relação à proteção da vida dos fumantes ativos e passivos; o que, por fim, produzia um conflito de interesses econômicos no país, pois, mesmo diante desse contexto tabagista de ameaças à saúde coletiva, como sugeriu a reportagem da revista *Veja* (1980, nº606), nos inícios dos anos 80, o governo retardava as ações políticas mais enérgicas no combate ao tabaco, no Brasil, devido ao lucro obtido na arrecadação de impostos.

Atualmente, os lucros das empresas do ramo do tabaco ainda somam altas quantias. Segundo o estudo de Eriksen et al. (2015), a China é o país que mais cultiva, produz e consome tabaco no mundo, e por esse motivo a China National Tobacco Corporation obteve, em 2011, um lucro de 19 bilhões de dólares com uma receita de 95,2 bilhões de dólares, e com contribuição tributária anual que varia de 7-10% da receita total do país. Para se ter uma dimensão da rentabilidade do tabaco para a indústria, lembra Eriksen et al. (2015), em 2013, o lucro obtido pelas seis maiores empresas do tabaco do mundo soma 44,1 bilhões de dólares.

No Brasil, segundo Kist et al. (2016), em 2015, o faturamento total no país ultrapassou os 27,8 bilhões de reais, revelando um consumo interno de quase 3,2 bilhões de embalagens com 20 cigarros, ou seja, mais de 20 bilhões de reais da produção circularam internamente no país, e quase 7,6 bilhões de reais resultaram da exportação dos derivados do tabaco. Desse total de renda gerada, aponta Kist et al. (2016), o governo brasileiro ficou com uma fatia de 47,5% do valor em tributos, enquanto a indústria com 28,3%, os produtores com 18% e os varejistas com 6,1%. Com base nesses dados, é possível percebermos que o governo brasileiro

ficou com praticamente a metade da renda produzida pelas vendas do cigarro. Essa alta arrecadação resulta, na verdade, das modificações legislativas que aumentaram as taxações de impostos sobre os derivados do tabaco no país. Essa postura tributária faz parte dos posicionamentos ideológicos defendidos pelos órgãos de saúde, aponta Eriksen et al. (2015), como estratégia para estimular a cessação do tabagismo, pois a elevação do preço do produto dificulta a sua aquisição, sobretudo, para as classes econômicas menos favorecidas.

De qualquer maneira, quando verificamos a trajetória de enfrentamento ao tabagismo, é possível constatar que esse combate já tinha se tornado uma luta global até os anos 80. Por esse motivo, em função das cobranças internas dos órgãos nacionais de saúde, não era mais possível o governo brasileiro se manter indiferente ao combate dos derivados do tabaco no país. Nesse movimento histórico, a revista *Veja*, em abril de 1980, tratou do assunto e trouxe como subtítulo de matéria, “Com vinte e cinco anos de atraso, chega ao Brasil, um país com 25 milhões de viciados, a guerra contra o fumo, seus cancerígenos e seus tóxicos” (VEJA, nº 606, 1980, p.76). A reportagem abordava os malefícios do tabaco à saúde coletiva, destacava as cobranças dos órgãos de saúde (nacionais e internacionais) ao governo brasileiro para criar leis capazes de frear o tabagismo e discutia os problemas da política econômica nacional, com ênfase nas barreiras governamentais para aprovar normativas eficientes na promoção do desestímulo ao hábito de fumar.

É nesse cenário de conflito de interesses econômicos dos anos 80 que o governo – mesmo não atendendo aos anseios dos órgãos de saúde com limitações da publicidade dos derivados do tabaco e com a proibição de se fumar em ambientes fechados<sup>57</sup> – acabou criando, em 1986, o Dia Nacional de Combate ao Fumo que, embora se limitasse à conscientização da população sobre os malefícios dos produtos derivados do tabaco à saúde, se tornava a primeira lei nacional antitabagismo no Brasil. A partir de então, uma nova ordem social se impunha pela justiça, abrindo latência para outros discursos jurídicos que se filiavam às ideologias antitabagismo.

Com essa iniciativa, o país não apenas adotava uma postura social de alertar à população sobre os prejuízos da prática tabagista à saúde coletiva, mas também a Lei marcava o início do cerco contra o uso dos derivados do tabaco<sup>58</sup> no país. Assim, nesse contexto de

---

<sup>57</sup> Segundo a matéria da revista *Veja*, as propostas que seriam apresentadas ao presidente João Figueiredo, pelo então ministro da saúde, Waldyr Arcoverde, seria “uma ampla campanha educativa dos jovens, a proibição do fumo em ambientes fechados e uma limitação na propaganda de cigarros” (VEJA, nº606, 1980, p.76)

<sup>58</sup> Conferir, no link a seguir, um resumo das leis, dos decretos, das portarias e das resoluções nacionais promulgados pelo legislativo brasileiro, a partir de 1986, visando ao enfrentamento do Tabaco no país: Disponível em:

mobilização de enfrentamento ao tabaco surgem as campanhas nacionais do MS, que embora tímidas<sup>59</sup> (não conseguiam, pois, suplantar o discurso da indústria cigarreira) acabavam servindo à época para sugerir ao país uma nova conduta social em relação à aceitação coletiva e incentivo ao tabaco.

Destacamos, ainda, que embora o Dia Nacional de Combate ao Fumo se revelasse uma atitude política pontual (não havia leis nacionais de proibição ao tabaco no país até 1996), ter uma data de conscientização e alerta social sobre os perigos de se fumar era insuficiente para combater o poder econômico da indústria tabagista que, como lembra Carvalho (2001), investia pesado na publicidade de seus produtos.

A luta contra o tabagismo se intensificou após 1986. Essa nova postura governamental de enfrentamento, especialmente, do cigarro, é reafirmada com a publicação da Portaria Interministerial nº 3.257/1988<sup>60</sup>. Essa portaria resultava de uma ação conjunta promovida pelo Ministério do Trabalho (doravante, MT) e pelo MS. Os órgãos governamentais recomendavam medidas de restrição ao fumo nos ambientes de trabalho de maneira a incentivar a cessação do tabagismo por parte dos trabalhadores, inclusive premiando empresas que apresentassem resultados satisfatórios. Esse posicionamento ideológico capitalista, de preservação da saúde de trabalhadores para garantir uma maior produtividade se alinhava às condutas já adotadas em países como os Estados Unidos da América (EUA) para diminuir os prejuízos decorrente do tabagismo.

Notadamente, essa jurisprudência buscava atender aos anseios do contexto histórico dos anos 80. Isso porque os prejuízos provocados pelo tabagismo não se limitavam apenas a onerar os cofres públicos com o tratamento de doenças dos fumantes ativos e passivos; os custos com doenças produziam também desperdício de mão-de-obra qualificada em função dos malefícios provocados pelo tabagismo. Essa preocupação, no início dos anos 80, foi apontada pela revista *Veja* (1980, nº606, p.78), quando afirmou, em sua reportagem, que “nos EUA, os fumantes custam aos contribuintes 27 bilhões de dólares por ano entre gastos médicos e hospitalares e horas de trabalho perdidas”. Com essa informação, é possível percebermos que, se à época, o hábito de fumar era entendido como algo prejudicial aos cofres públicos, atualmente, no cenário brasileiro, não é diferente.

---

[http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio\\_controle\\_tabaco/site/home/legislacao/por\\_tipo](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/legislacao/por_tipo) Acesso em: 10 jun. 2018.

<sup>59</sup> Conferir, no início deste capítulo, o link de referência ao trabalho do cartunista Ziraldo e suas ilustrações para a Campanhas de combate ao tabaco nos anos 80, p.24.

<sup>60</sup> Portaria disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181163> Acesso em: 13 jul. 2018.

Segundo Pinto et al. (2017), em 2015, o tabagismo produziu um prejuízo de 56,9 bilhões de reais aos cofres públicos, com gastos na saúde pública, enquanto o governo arrecadou apenas 13 bilhões, isto é, o governo coletou 47,5% dos 27,8 bilhões de reais do faturamento total em 2015, aponta Kist et al. (2016). Esses dados revelam que o governo brasileiro arrecadou menos impostos da indústria tabagística do que gastou com atendimento médico-hospitalar, tratamentos e internações de fumantes ativos e passivos; além dessas despesas, que poderiam ser evitadas, somam-se ainda as perdas econômicas com a baixa produtividade de trabalhadores, em decorrência de doenças e mortes provenientes do tabagismo. Globalmente, de acordo com o relatório de Drope e Schluger (2018, p.28), “apenas em 2016, o uso do tabaco causou aproximadamente 7,1 milhões de mortes em todo o mundo (5,1 milhões de homens, 2 milhões de mulheres). A maioria destas mortes (6,3 milhões) foram atribuídas ao consumo do cigarro”<sup>61</sup>. Segundo Drope e Schluger (2018), em uma abordagem prospectiva, se todos os objetivos da OMS fossem cumpridos, em todos os países, seria possível que, até 2025, se tivesse uma redução relativa de 30% dos prejuízos provocados pelo tabagismo, o que incluiria 173 milhões a menos de fumantes, a prevenção de mortes prematuras de 38 milhões de pessoas, além de uma economia de 16,9 trilhões de dólares apenas com os ex-fumantes que se tornariam mais saudáveis e mais produtivos.

Quando voltamos aos anos 90, podemos perceber, então, que nessa conjuntura de pressão social contra o tabagismo, dez anos após a promulgação da primeira lei, surgiu a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, produzindo um *acontecimento discursivo*, isto é, um “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, [1983] 2008, p.17), capaz de estabelecer rupturas ideológicas na conjuntura social (em nosso caso no que concerne às liberdades mercadológicas do tabaco no país), ao reorganizar, evocando pela memória, saberes dispersos (leis, decretos, portarias e resoluções) que foram produzidos sobre os limites, proibições e regulações em torno da prática tabagista em nosso país. Esse acontecimento fortaleceu, assim, em todo território nacional, a tomada de posição do MS em relação ao enfrentamento ao tabagismo no Brasil.

Para esclarecermos ainda mais nossa exposição, bem como favorecer uma melhor compreensão dos modos de funcionamento da lógica do capital nas bases econômicas governamentais, vejamos a seguir, os conflitos monetários vivenciados pelo governo brasileiro, em relação ao consumo do tabaco e o atendimento médico-hospitalar, para

---

<sup>61</sup> “In 2016 alone, tobacco use caused over 7.1 million deaths worldwide (5.1 million in men, 2.0 million in women). Most of these deaths (6.3 million) were attributable to cigarette smoking.” [tradução nossa]

entendermos como as questões de recursos públicos apontam para o surgimento do acontecimento discursivo.

O Sistema Único de Saúde (de agora em diante, SUS) foi criado pela Constituição Federal de 1988, mas sua regulamentação só ocorreu em 1990. A Carta Magna entende a saúde como um direito de todos os brasileiros e sendo dever do Estado promover o acesso igualitário e universal aos cidadãos à assistência médico-hospitalar. Esse direcionamento político da Constituição produzia um rompimento com a segregação e limitações de assistência à saúde no país. Segundo o MS ([2009] 2011, p.08), “antes de 1988, o atendimento dos hospitais públicos estava restrito a 30 milhões de brasileiros”, restringindo a assistência à saúde, o que era um problema para a população em crescimento, pois de acordo com Simões (2016), em 1980 a população brasileira era de aproximadamente 119 milhões de pessoas; já em 1991, ultrapassava os 146 milhões. O aumento da população indicava transformações socioeconômicas na estrutura e funcionamento da máquina estatal, especialmente, na saúde, como aponta Simões (2016),

ao final da década de 1980 e início dos anos 1990 [...] começou uma fase de redução dos gastos em diversas áreas sociais, notadamente em saúde e saneamento básico. Essas medidas reducionistas foram implementadas após a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, iniciando um confronto com os princípios por ela preconizados para a área social. A crise econômica ocorrida durante os primeiros anos da década de 1990 reforçou o desmantelamento de programas, em especial na área de saúde, desfigurando, por exemplo, a proposta do Sistema Único de Saúde - SUS preconizada pela Constituição Federal. (SIMÕES, 2016, p.34)

A redução dos gastos da máquina pública, como indica o autor, afetou a universalização da saúde para todos os cidadãos brasileiros. Desse modo, se a instabilidade econômica produziu um impacto no orçamento do governo, é possível apontar ainda que o crescimento demográfico da população afetou a alocação dos recursos econômicos, pois a demanda de políticas públicas crescia inversamente proporcional à arrecadação de impostos. Nesse direcionamento, os compromissos políticos assumidos pelo governo brasileiro com os órgãos internacionais de saúde (caso da OMS, nos anos 80) sinalizavam para uma reorientação dos custos da lógica do capital governamental.

Além desses aspectos demográficos, outras questões como o envelhecimento populacional aumentam os custos da saúde pública. Para Nunes (2004, p.428) “a prestação de cuidados médico-hospitalares, direcionada para atividades curativas, exigindo cada vez mais especialistas e incorporando tecnologias mais dispendiosas, tem-se tornado mais cara para todas as idades”. De acordo com Veras e Oliveira (2018), os custos com idosos são mais

elevados, pois exigem mais recursos financeiros. Desse modo, os avanços na medicina com o surgimento de equipamentos para exames clínicos e novos remédios, por exemplo, além de possibilitar a longevidade da população acabam também por onerar os cofres públicos com tratamento gratuito de doenças<sup>62</sup>.

Dentro desse contexto de assistência à saúde coletiva, conter gastos e evitar despesas se tornou uma estratégia viável para as políticas públicas de Estado na área de saúde. O governo evoca a instância científica que acaba promulgando regras de conduta capazes de censurar os prazeres da vida e aprisionar o cotidiano em uma teia de recomendações, lembra Moulin (2011). Nesse contexto sócio-histórico, movido por ideologias capitalistas de economias de recursos públicos, o governo (por meio dos órgãos de saúde) assume uma postura de medicina preventiva nas políticas públicas de saúde coletiva, é o científico se articulando com o econômico para diminuir gastos do governo. Designamos de *Política do Corpo Saudável*, essa conduta política que determina os hábitos dos sujeitos, na busca evitar o risco de doenças capazes de onerar os cofres públicos com atendimento médico pelo SUS, caso do câncer.

Um modelo capitalista de economia de recursos na saúde vai se desenhando no planejamento estratégico das ações governamentais e, progressivamente, determinando a tomada de posição dos sujeitos nas sociedades sem que estes se percebam orientados por esse movimento ideológico capitalista particular de uma Política do Corpo Saudável<sup>63</sup>. Neste ponto, é profícuo destacarmos que nossa abordagem sobre ideologia se fundamenta na compreensão pecheuxtiana de “que as ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p.130). Para o autor, essas práticas materializam, em discursos, as ideologias que exercem uma dominação ideológica capaz de garantir a reprodução e manutenção das relações sociais. Essa compreensão é reforçada por Magalhães e Silva Sobrinho (2013, p.97) quando apontam que, a ideologia, em seu funcionamento, “cumpre uma determinada função social, pois enquanto produção social age sobre os sujeitos, orientando suas ações para a manutenção e/ou transformação das relações de produção.”

---

<sup>62</sup> Nesse ponto, gostaríamos de trazer o posicionamento do médico cancerologista Dráuzio Varella, publicado recentemente, sobre a emergência de políticas públicas de prevenção da obesidade, que reforçam os apontamentos que estamos apresentando. Para o médico, “a demanda por atendimento médico de uma população que envelhece rapidamente é trágica para o SUS e insuportável para os planos de saúde. [...] Na contramão de outros ramos da economia, a incorporação de tecnologia na área médica aumenta o custo do produto final. A assistência a uma população que envelhece mal como a brasileira exigirá recursos que não dispomos no SUS nem na saúde complementar.” (VARELLA, 2018, p.C8)

<sup>63</sup> Para ilustrar nossa abordagem, trazemos exemplo: “10 passos para ter um corpo saudável e melhorar a qualidade de vida”, disponível em: <https://www.minhavidade.com.br/fitness/materias/11402-10-passos-para-ter-o-corpo-saudavel-e-melhorar-a-qualidade-de-vida> Acesso em: 13 jul. 2018.

Nesse movimento, as determinações de base econômica são apagadas e as contradições sociais silenciadas, o que orienta os sujeitos a assumirem (por um processo de identificação com o imaginário positivo de corpo saudável), nas relações sociais, as recomendações médico-científicas disseminadas pelos órgãos de Saúde e imprensa (parar de fumar, mudar a alimentação, praticar exercícios físicos, emagrecer etc) abandonando hábitos considerados de riscos e danosos à vida para que os sujeitos possam garantir um corpo saudável para viver e produzir mais.

Nesse sentido, em nome do Corpo Saudável, os sujeitos devem mudar os hábitos e os estilos de vida considerados fatores de risco para o desenvolvimento de câncer, por exemplo. Segundo o site<sup>64</sup> do INCA, além do tabagismo, são considerados fatores de risco para o câncer, a alimentação, o alcoolismo, hábitos sexuais, medicamentos, fatores ocupacionais, radiação solar, dentre outros. Por esse motivo, é possível percebermos, na atualidade, uma necessidade coletiva de cuidado com o corpo, que inclui desde a reeducação alimentar à prática de atividades físicas para evitar a obesidade, para garantir a longevidade e aumentar a produtividade no trabalho, um “cuidado” do governo com o corpo<sup>65</sup> dos sujeitos.

A Lei Antitabagismo, enquanto acontecimento discursivo, surgiu produzindo rupturas numa conjuntura sócio-histórica, em que as relações socioeconômicas eram dominadas pelas bases do capital da indústria tabagística, que desejava manter seu lucro, mesmo produzindo doenças nos fumantes. Compreendemos, portanto, que a questão econômica continua sendo um dos pilares motivadores dos conflitos de interesses entre os órgãos de saúde e a indústria, desde os anos 80; pois quando fumar era lucrativo para o governo e para a indústria e trazia poucos prejuízos econômicos, não havia proibições ou regulações; no entanto, hoje, o tabagismo, no Brasil, eleva os gastos com saúde pública, gera despesas desnecessárias para governo e provoca a perda de trabalhadores; por essas razões, o tabagismo começou ser combatido.

Para um melhor entendimento de nossa construção teórica, se faz necessária (neste ponto do estudo) uma análise da predicação *antitabagismo* a partir de sua etimologia, para um esclarecimento das determinações que nos conduzem a usar, neste estudo, essa predicação para caracterizar a Lei, o discurso e a orientação ideológica capitalista. A palavra apresenta uma formação derivacional pelo acréscimo de prefixo e de sufixo: (pref. *ant(i)* + rad. *taba(g)*)

---

<sup>64</sup> Detalhes dos fatores de risco e como preveni-los estão disponíveis em: [http://www.inca.gov.br/conteudo\\_view.asp?id=81](http://www.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=81) Acesso em: 12 jul. 2018.

<sup>65</sup> É importante destacarmos que, neste trabalho, o corpo como arquivo não é objeto de discussão, e as menções que fazemos ao corpo, ao longo do trabalho, servem para orientar nossas considerações teóricas. Uma abordagem do corpo como arquivo pode ser verificada em Ferreira (2011).

+ suf. *ismo*). De acordo com o Dicionário Houaiss (2001, p.232) o prefixo grego *ant(i)-* tem um campo semântico marcado pelas ideias de “em frente de, de encontro a, contra, em lugar de, em oposição a”, o que pode derivar inicialmente a predicação *antitabaco*. Entendemos que essa predicação não dá conta de nossas análises, pois o que se percebe em nosso *corpus* é um discurso de enfrentamento à prática tabagista e não ao tabaco em si, ou seja, a erva. Por esse motivo, se faz necessário acrescentar o suf. *-ismo*, que, segundo Cunha ([1982] 2010, p.367), é usado para “[...] (ii) modo de proceder, maneira de pensar e/ou sentir (caboclisto, mineirismo); [...] (iv) doença, defeito (artrismo, sonambulismo etc”. Nesse direcionamento, a predicação *antitabagismo* apresenta uma funcionalidade adequada às análises, visto que sua ocorrência como *ideologia capitalista antitabagismo* exerce a função de particularizar a regionalização do tipo de ideologia, ao mesmo tempo sugere uma maneira de os sujeitos se posicionarem discursivamente pelas determinações da *Lei Antitabagismo*. Dessa maneira, os sujeitos ao adotarem um *discurso antitabagismo* manifestam uma oposição (juridicamente aprovada e cientificamente validada) em relação ao *tabagismo*, que é considerado uma doença (INCA, 2007).

É importante destacar que, em nosso entendimento, o movimento capitalista antitabagismo se inscreve naquilo que Pêcheux ([1991] 2011a, p. 97) designou de “*lutas ideológicas de movimento*”. Essas lutas se configuram como movimentos sociais de força produtora historicamente móveis, em função das disputas e embates nos processos de dominação social. Nesse sentido, é possível apontar que a lei, enquanto acontecimento discursivo, produz uma ruptura e uma reestruturação no discurso que vai para a direção do antitabagismo como um discurso com dominância social. Mobilizando os saberes já apresentados neste trabalho, podemos verificar que o discurso capitalista de valorização do tabagismo dominou a sociedade brasileira até o final do século passado, e desde o surgimento da Lei de 1996, o discurso dominante tem sido o do antitabagismo, sobretudo, por questões de prejuízos monetários para o governo. Os dizeres antitabagismo passaram a circular na sociedade em vários segmentos midiáticos com mais frequência, apontando para a construção de uma memória de efeitos negativos sobre o hábito de fumar à saúde dos sujeitos. Nessa orientação discursiva, muitas reportagens<sup>66</sup> sobre os efeitos econômicos do tabagismo para os cofres públicos também se tornam recorrentes nos meios de comunicação. E, nesse contexto, as campanhas antitabagismo produzidas para os eventos políticos do Dia Mundial sem Tabaco

---

<sup>66</sup> Para ilustrar nossa afirmação, conferir detalhes no site do MS, disponível em: <http://portalmms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28578-tabaco-causa-prejuizo-de-r-56-9-bilhoes-com-despesas-medicas-no-brasil> Acesso em: 13 jul. 2018.

e Dia Nacional de Combate ao Fumo se tornam, no Brasil, momentos oportunos para o MS mobilizar os saberes produzidos pela ciência, pelo judiciário e pela mídia para fortalecer a luta de enfrentamento ao tabagismo no país.

É na busca de compreender a dominância ideológica do movimento capitalista antitabagismo e suas transformações sociais impelidas pelos impactos econômicos nas contas do governo, como já mencionamos acima, que tomamos para análise o discurso do MS nas campanhas dos eventos políticos antitabagismo. Essa reflexão se torna relevante, pois, quando o tabagismo apontava mais lucro do que despesas (apontado no discurso da *Veja*), o hábito de fumar era culturalmente permitido e incentivado. Por isso, ao examinarmos o funcionamento do discurso antitabagismo nas peças publicitárias do MS, poderemos verificar como o órgão de saúde nacional procurou chamar a atenção dos sujeitos ao mobilizar sentidos sobre as questões ambientais (cf. imagem 49) e de saúde do corpo (cf. imagem 14), assim como será possível analisar os aspectos econômicos convocados para justificar a ruptura do governo com os discursos tabagísticos (cf. imagem 33) .

De qualquer maneira, as determinações produzidas pela economia, em relação à proteção da vida em coletividade, impulsionam os órgãos de saúde (pela rede de filiações ideológicas capitalista a que estão interligadas) a desenvolverem pesquisas capazes de amparar cientificamente o trabalho jurídico nos países. Assim, a OMS, a OPAS, o Centers for Disease Control and Prevention (de agora em diante, CDC) e, no Brasil, o INCA/MS se unem, juntamente, com outras organizações e pesquisadores da área médica para promover constantes estudos sobre os malefícios do tabaco à saúde a fim de subsidiar o trabalho jurídico, na formulação de leis que visam ao combate do tabagismo no mundo e, em nosso caso de estudo, assistir o Brasil.

Considerando, portanto, as informações acima sobre as perspectivas de atuação dos órgãos de saúde, entendemos que essas instituições funcionam como Aparelhos Ideológicos do Estado (doravante, AIE). O que, nas palavras de Althusser ([1970] 1995, p.43), são definidos por “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. Nesse entendimento, é possível indicar que os órgãos públicos trabalham orientados por ideologias particulares (MS: saúde pública; Legislativo, cria leis; Judiciário, julga as infrações penais) que os singularizam pela atuação social regionalizadas (ex: INCA/MS trata de câncer), mas isso não significa que não possam atuar em conjunto (MS, Legislativo e Judiciário), sobretudo, quando compartilham, pela rede de filiações ideológicas, saberes de uma mesma formação discursiva, ainda que, por vezes, possam ocupar diferentes posições-sujeito.

Isso significa dizer que esses AIE (públicos ou privados), segundo Althusser ([1970] 1995), em seu funcionamento, agem massivamente pela força da ideologia, ao contrário dos Aparelhos Repressivos do Estado (doravante, ARE), que agem pela força da repressão (funcionando pela violência, muitas vezes, física), caso da polícia e do Judiciário com suas leis de controle e punições sociais, realça o autor (ALTHUSSER, [1970] 1995).

Vale destacar, neste ponto do estudo que, mesmo tratando dos preceitos jurídicos nesta seção, o funcionamento discursivo do ARE Judiciário não será o foco de nossa investigação, mesmo havendo um cruzamento de saberes que circulam nessa instância com o MS. É importante marcamos essa orientação, pois o Judiciário, pelo seu funcionamento, produz uma repressão social que aponta caminhos de “aceitação” dos discursos do Legislativo. Diante dessa consideração, reforçamos que nosso *corpus* discursivo será constituído de sequências discursivas recortadas das campanhas antitabagismo do MS, que ocupa um lugar social de atuação marcadamente ideológico, enquanto o Judiciário é de atuação marcadamente repressiva.

Após essa ressalva analítica, voltemos às questões do funcionamento dos AIE. Em nosso caso de estudo, os posicionamentos dos aparelhos de saúde, já mencionados, estão orientados pela ideologia capitalista antitabagismo. Ao trabalhar com a noção de ideologia, Althusser ([1970] 1995) a aborda sobre uma perspectiva tanto *estrutural*, cuja atuação está marcada pela representação imaginária produzida pela concepção de mundo dos sujeitos sobre suas condições reais de existência, quanto *funcional*, pela existência material da ideologia enquanto resultado dessa relação imaginária dos sujeitos com as suas relações reais de existência.

Nas palavras de Althusser ([1970] 1995), a relação imaginária possui uma existência material, porque o sujeito vive uma representação ideológica que o faz se sentir consciente e, ao mesmo tempo, possuidor de suas ideias e de suas crenças. Ou seja, o sujeito pensa agir e escolher livremente um modo de vida sem se perceber afetado por uma ideologia particular, destaca o autor. Nesse sentido, o sujeito ao buscar eliminar hábitos prejudiciais à saúde do corpo pensa que está fazendo uma escolha livre de determinações econômicas. Ele não se percebe orientado por uma identificação subjetiva com a rede de filiações ideológicas da Política de Corpo Saudável, em favor de que atuam os AIE, nas relações objetivas do sujeito com o real sócio-histórico. De todo modo, a noção de assujeitamento, como vai ser tratada na Análise de Discurso, a partir da discussão acerca da identificação, prevê o espaço da falha no ritual, (ORLANDI, [1999] 2013), apontando para diferentes formas de subjetivação no

processo de identificação dos sujeitos com os discursos. Isso porque aqueles a quem o discurso se dirige vão se relacionar de forma desigual com ele.

De acordo com Althusser ([1970] 1995, p.84), “uma ideologia existe sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas”, e, complementa o autor, “estas práticas são reguladas por *rituais* em que elas se inscrevem, no seio da *existência material de um aparelho ideológico*” [grifos do autor] (ALTHUSSER, [1970] 1995, p.87). Dessa abordagem do autor, tomemos para reflexão, dentre os AIE de saúde, a atuação social do INCA/MS, por meio das campanhas de saúde antitabagismo.

É interessante ressaltar, inicialmente, que o MS, quando atua no combate ao tabagismo, faz uso de uma divisão setorial, em sua organização interna, agindo por meio do INCA<sup>67</sup>. Nessa distribuição de papéis sociais, as campanhas antitabagismo assumidas pelo MS são eventos políticos ritualísticos, pois se repetem anualmente, em datas específicas (31 de maio, Dia Mundial sem Tabaco e 29 de agosto, Dia Nacional de Combate ao Fumo)<sup>68</sup>. Em sua reiteração, essas campanhas acabam materializando as determinações do movimento ideológico antitabagismo, reforçando a orientações da política nacional dos órgãos de saúde e, ao mesmo tempo, funcionando para suplantar as práticas sociais do tabagismo via processos de interpelação ideológica dos sujeitos fumantes (ou não).

Os conflitos capitalistas instaurados pelos discursos antitabagismo estão diretamente ligados aos interesses monetários dos governos (prejuízos) e das empresas tabagísticas (lucro), e não necessariamente aos fumantes, que são os consumidores. Por esse motivo, a dominação ideológica antitabagismo do fumante se revela uma problemática nessa disputa capitalista, pois o tabagismo não se restringe a uma classe socioeconômica específica e polarizada (no sentido marxista do termo: burgueses vs. proletariado); pelo contrário, fumar é uma prática socialmente transversal, que agrega, simultaneamente, sujeitos de diferentes estratos sociais (sexo, idade, grau de escolaridade, profissões, classe econômica etc). No entanto, no que tange à categoria econômica, como visto acima, o charuto limita o público consumidor pelo preço<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> Embora o INCA atue diretamente nas campanhas antitabagismo de saúde pública, este setor do MS é responsável pelas pesquisas, campanhas e relatórios sobre os trabalhos relacionados ao câncer no Brasil. Devido à organização estrutural desse AIE, mesmo apresentando uma atuação setorial por meio do INCA, entendemos que o discurso antitabagista é uma posição assumida pelo AIE Ministério da Saúde e não apenas do INCA, já que este é uma divisão interna daquele.

<sup>68</sup> Para evitarmos uma repetição exaustiva das designações: *Dia Nacional de Combate ao Fumo* e do *Dia Mundial sem Tabaco* de base nacional e internacional respectivamente, trataremos ambos, a partir de agora, apenas por *eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo*, deixando a referência particularizada para cada evento, limitada às exigências das análises discursivas.

<sup>69</sup> É possível encontrarmos no mercado brasileiro online a caixa de charutos no preço igual a um salário mínimo, definido pelo governo para o ano de 2019. A exemplo do Charuto Dannemann Artist Line Robusto Capa Escura,

Por isso, as práticas discursivas dos AIE se tornam essenciais para que se possa persuadir os sujeitos fumantes a abandonarem o tabagismo, principalmente, o consumo de cigarros, que segundo os apontamentos de Drope e Schluger (2018), foram responsáveis por cerca de 6.3 milhões de mortes em 2016. E, claro, uma das estratégias utilizadas pelo aparelho MS é a materialização das ideologias antitabagismo em discursos nas campanhas de saúde, na busca de produzir uma identificação/interpelação ideológica dos sujeitos fumantes ativos e passivos com o discurso de corpo saudável propagado por este aparelho do Estado.

A dominância ideológica capitalista do MS se tornou possível, inicialmente, pelo apoio dos aparelhos Legislativo e Judiciário, especialmente, devido à formação imaginária que essas instituições (de saúde e de justiça) ocupam na estrutura socioeconômica brasileira. A construção dessa representação é marcada por um feixe de traços particulares do espaço social em que cada sujeito (em nosso caso, as instituições) se encontra, ressalta Pêcheux ([1969] 1997a). Por esse motivo, a representação imaginária se configura como um dos elementos das CP, que segundo Orlandi ([1999] 2013) abrangem o contexto sócio-histórico e o ideológico, juntamente com a memória interdiscursiva. Nesse entendimento, destaca Orlandi ([1999] 2013, p. 31) é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Assim, a memória discursiva permite (pelo recorte que fazemos do memorável) relacionar os efeitos de sentidos às representações imaginárias que construímos sobre cada AIE.

É, portanto, nesse jogo de papéis sociais, pelo pré-construído, que se reconhece o MS como órgão protetor da saúde coletiva, bem como o Legislativo como instância de criação de leis e o Judiciário como instância punitiva. É, pois, nesse movimento de representações sociais que as formações imaginárias agem para sugerir uma projeção dos efeitos de sentidos dos discursos entre os sujeitos (PÊCHEUX, 1997a), possibilitando, dessa forma, que os sujeitos antecipem e reformulem os sentidos dos discursos.

Os sentidos sugeridos pelas campanhas do MS indicam as transformações ideológicas capitalistas mais amplas do contexto sócio-histórico da sociedade brasileira. A *tomada de posição* (PÊCHEUX, 1997) ideológica do MS, em suas campanhas, aponta para efeitos de sentidos antitabagismo. Nesse sentido, podemos compreender que o MS, pelo seu espaço de atuação social, determina e controla, pela dominância de uma posição ideológica e pela memória dos sentidos possíveis que circulam no social, o modo como os discursos de suas campanhas pode significar em uma dada conjuntura social.

Para entendermos melhor as práticas materiais dos AIE (MS, Legislativo e Judiciário), e como as campanhas antitabagismo do MS podem funcionar para sugerir leis de preservação à vida do fumante passivo, ao Legislativo, analisaremos a seguir a reprodução do cartaz impresso, utilizado na campanha do dia 31 de maio de 2001, Dia Mundial sem Tabaco, e seu respectivo título.

**Imagem 11** – Cartaz da Campanha do Dia Mundial sem Tabaco (2001)



Fonte: Arquivos INCA

Antes de examinarmos a sequência discursiva<sup>70</sup> (deste ponto em diante, SD) [01] “Cigarro faz mal até pra quem não fuma”, recortada do cartaz acima e as determinações da imagem na construção dos efeitos de sentidos – no funcionamento discursivo da peça publicitária – é importante apresentarmos algumas considerações sobre o contexto sócio-histórico e ideológico dessa campanha. Entendemos que essas observações temporais e sociais são fundamentais para esclarecermos os direcionamentos discursivos assumidos pelo MS na referida peça publicitária.

Começemos pelas observações do contexto social brasileiro. Desde a promulgação da Lei 9.294/1996, fumar em espaços públicos ou privados fechados de uso coletivo estava restrito e não proibido. Por esse motivo, a prática tabagista em espaços coletivos era permitida apenas nos fumódromos (espaços para fumantes). Naquele contexto sócio-histórico nacional, havia uma preocupação dos órgãos de saúde em relação aos fumódromos, visto que nesses espaços transitavam fumantes ativos e passivos e, por essa razão de locomoção dos sujeitos,

<sup>70</sup> “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” de acordo com Courtine ([1981] 2009, p.55), recuperando os apontamentos de Pêcheux ([1969] 1997a).

todos estavam expostos aos riscos de doenças provocadas pela fumaça do cigarro. A campanha, segundo aponta o INCA (2017b)

foi utilizada para esclarecer a população sobre os riscos do tabagismo passivo e, conseqüentemente, sobre a poluição tabagística ambiental. A fumaça dos produtos derivados do tabaco se difunde, no ambiente, homogêaneamente e contém, em média, três vezes mais nicotina e monóxido de carbono, e até 50 vezes mais substâncias cancerígenas do que a fumaça que o fumante inala. (INCA, 2017b, p.22).

Daí a importância do MS assumir uma posição de esclarecimento sobre os malefícios do tabagismo passivo, sobretudo, para proteger a saúde das crianças.

Ademais, a inexistência de normativas no Brasil que proibissem totalmente esses espaços, bem como banissem o uso de cigarros em qualquer local de uso coletivo conduzia os sujeitos, segundo o INCA (2017b, p. 22), à “exposição involuntária à fumaça do tabaco”. Esse contato químico com a fumaça, por sua vez, acabava estimulando o desenvolvimento de muitas doenças pulmonares, além de problemas respiratórios, especialmente, em crianças, destaca o INCA (2017b).

Dentro de uma perspectiva mais ampla, ao considerarmos as motivações sociais do contexto sócio-histórico dessa campanha, entendemos que ela responde às questões de proteção à saúde coletiva, no que tange à preocupação com o tabagismo passivo. A ingestão de fumaça era percebida como um problema de saúde pública a ser solucionado, dado que a fumaça do cigarro não respeitava os limites de espaços, sendo, portanto, uma motivação importante para que esse tema fosse abordado na campanha do Dia Mundial sem Tabaco, pela OMS, em 2001.

É válido salientar que o tema *tabagismo passivo*, priorizado à época pela OMS, como temática da campanha antitabagismo, não estava ligado estritamente aos aspectos jurídicos da conjuntura social brasileira. Em todo caso, a tomada de posição da OMS, em relação ao tabagismo passivo, beneficiou o MS, pois, ao trazer para discussão essa temática, o órgão de saúde internacional abriu a possibilidade da instituição nacional orientar sua campanha para mostrar que tabagismo passivo era prejudicial aos sujeitos, abrindo, assim, a discussão sobre esse problema no cenário brasileiro e, conseqüentemente, apontando para a necessidade de controle social sobre essa forma de exposição involuntária à fumaça.

No caso do Brasil, embora o MS tivesse várias possibilidades de orientar a abordagem temática, ele acabou por assumir na peça publicitária uma direção discursiva – materializada no título e nas imagens – que sugere os malefícios do cigarro à saúde dos sujeitos, especialmente, em relação aos danos causados às crianças pela exposição involuntária à

fumaça. No que concerne às possibilidades de doenças provocadas pelo tabagismo, já fizemos uma concisa exposição na seção anterior. Por esse motivo, não teceremos, neste ponto do trabalho, detalhes sobre esses malefícios. Neste momento, se torna pertinente analisarmos os encaminhamentos discursivos dessa peça publicitária para compreendermos a mobilização da memória na produção dos efeitos de sentidos.

O título utilizado segue as orientações da OMS no que concerne à adaptação temática<sup>71</sup> à cultura do país, pois, sendo a campanha referente ao Dia Mundial sem Tabaco e organizada pelo órgão internacional, todos os 192 Estados-Membros da OMS, ligados à CQCT/OMS (INCA, 2017b), e que adotam a política antitabaco desse órgão, devem fazer *adaptações discursivas*<sup>72</sup> à cultura local de cada nação, mas sem permitir que os efeitos de sentido do título se distanciem da temática mundial adotada pela OMS, no ano da campanha.

Nas peças publicitárias, a imagem, enquanto materialidade visual, também produz sentidos e, embora as materialidades linguística e visual sejam de naturezas funcionais distintas, elas se complementam no processo discursivo para sugerir os efeitos de sentidos. Como destaca Souza (2001, p.70), “propriedades como a representatividade, garantida pela referencialidade, sustentam, por um lado, a possibilidade de leitura da imagem e, por outro, reafirmam o seu status de linguagem”. Nesse ponto, a representação imagética é a responsável por orientar os efeitos de sentido sugeridos pelo enunciado.

Na peça em questão, observa-se na representação imagética uma possível situação familiar (embora a imagem de segundo plano se apresente desfocada, o ambiente criado mobiliza a memória discursiva, pela presença e distribuição de móveis, de uma sala de estar de uma casa) em que estão dispostos frente a frente um homem adulto e um menino com aparência pueril. Na construção da publicidade, não fica definida a relação de parentesco (e se há) entre os dois sujeitos da imagem. Ou seja, não fica evidente se o homem adulto é um pai, um irmão mais velho, um tio ou um amigo. Por esse motivo, os lugares sociais ocupados por cada sujeito ficam em suspenso para que o sujeito leitor determine, pelas suas experiências de mundo, quem poderia ocupar cada papel no contexto apresentado. De toda forma, é importante marcar que a troca de olhares entre os sujeitos sugere um espelhamento do adulto

---

<sup>71</sup> “Todos os Estados-Membros da OMS desenvolvem atividades no mesmo período, abordando igual tema e fortalecendo, assim, a mensagem da OMS em todo o mundo. Cada Estado-Membro adapta o tema escolhido à sua realidade socioeconômica e cultural, mas nunca abandonando o foco central do tema escolhido.” (INCA, 2017b, p.11)

<sup>72</sup> Entendemos por *adaptações discursivas* as determinações da conjuntura sócio-histórica brasileira em que a campanha foi elaborada, pois elas direcionam a tomada de posição do MS, enquanto funcionam para orientar a construção discursiva e mobilizar a memória social para produzir específicos efeitos de sentidos antitabagismo. Nessa perspectiva, cada nação buscava, à época, trabalhar o que considerava mais urgente dentro do contexto local. No Brasil, precisava-se de leis mais rigorosas para o combate à exposição involuntária do tabaco.

para a criança, uma forma de apresentar um exemplo de hábito inadequado do adulto com a criança.

Assim, os efeitos de sentidos dos títulos são afetados pelos sentidos sinalizados pelas imagens, o que significa dizer que o discurso produzido na campanha mobiliza pela memória discursiva saberes em torno do imaginário de adultos como modelo de vida para as crianças. Nessa articulação entre o verbal e não verbal não temos a sobreposição ou redução das materialidades, mas um efeito de conjugação das materialidades discursivas. A imagem da peça publicitária em análise encena uma possível circunstância social que sugere ao leitor sentidos, dentre os possíveis, de que o exemplo “começa em casa”. Dessa forma, a referência discursiva da prática tabagística, ilustrada na campanha, mobiliza saberes específicos sobre o tabagismo passivo no ambiente familiar.

Pensando, portanto, nessa possibilidade de existência da situação mimetizada, os sujeitos da campanha acima representam personagens que apontam, pelos acontecimentos revelados, as orientações discursivas assumidas pelo MS, já que os detalhes sugeridos na imagem (ex. fumaça do cigarro) produzem sentidos para o tabagismo passivo. É considerando a questão dos detalhes das imagens como referentes na produção de sentidos que tomamos emprestado, para nosso estudo, o termo *punctum*, utilizado por Barthes ([1980] 1984) em seu estudo sobre fotografias. Devido às diferenças de materialidades visuais dos estudos (fotografias reais, no caso de Barthes, e campanhas publicitárias que mimetizam o real, em nosso caso), ao deslocarmos a noção para nosso estudo, atualizamos o termo *punctum*, atribuindo uma nova orientação de sentido para atender às nossas necessidades de análise discursiva, pois não utilizamos a expressão com as mesmas perspectivas conceituais do autor.

Em seus apontamentos sobre fotografia, Barthes ([1980] 1984, p. 45-46) trabalha, em princípio, a noção objetiva de *studium* nas fotografias, compreendendo-as ora como “testemunhos políticos” ora como “bons quadros históricos” da nossa cultura. E como complemento intrínseco a essa abordagem objetiva, o autor aponta a noção subjetiva de *punctum*; esta configurada pela ideia de pontos sensíveis, de feridas e de marcas presentes no *studium* para significar “picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte”, que punge, que abre latência dos sentidos. No trabalho de Barthes ([1980] 1984), as imagens fotográficas representam um recorte temporal de uma determinada realidade em que o fotógrafo tenta registrar, em uma imagem capturada pela lente de uma câmera, a visão de uma situação ou de um momento, sugerindo sentidos não ficcionais.

Neste estudo, nos interessa o termo *punctum*, pois compreendemos que há nas peças publicitárias pontos de visualidade que indicam os sentidos temáticos das campanhas. Desse

modo, as imagens produzidas para as campanhas são compreendidas como materialidades discursivas, que no jogo dos sentidos, mobilizam pela memória discursiva os saberes necessários à compreensão da materialidade linguística com a qual se articula. Isso quer dizer que, de maneira geral, as imagens das campanhas são ficcionais e recriam possibilidades específicas de CP, já que são suposições, imitações de uma determinada realidade.

Trazemos a noção de *punctum* para nossas análises na perspectiva de designar, no funcionamento discursivo da campanha, o que entendemos ser *pontos de visualidade*<sup>73</sup> que sinalizam para a compreensão da temática da campanha, enquanto orientam as determinações de sentido, quando se articula a imagem com o título da peça publicitária. Ou seja, partimos da compreensão de que o *punctum* sinaliza o arremate discursivo na sustentação dos sentidos apontados pela temática, já que as materialidades linguísticas e visuais abrem latência para os sentidos, no funcionamento discursivo da peça publicitária do MS.

É o que se pode observar com a fumaça que sai do cigarro, enquanto está preso aos lábios do homem adulto. A fumaça vai em direção ao rosto do menino e funciona como uma extensão do cigarro e, em sua representação simbólica, sugestiona pelo formato, uma luva de boxe (*punctum*), que vai atingir diretamente o rosto do garoto. Assim, a fumaça, enquanto extensão do cigarro, aponta para sentidos de agressividade em relação ao fumante passivo, pois vai golpeá-lo. Se compreendermos que a imagem materializa sentidos, ao mobilizar a memória discursiva, poderemos recuperar que, ao golpear o fumante passivo, este será nocauteado (derrubado por doenças) e, conseqüentemente, vencido (morto). Nesse sentido de derrota, a imagem sugere que a fumaça vai agredir a criança e, conseqüentemente, vai prejudicá-la, pois, embora não desejasse fumar, o menino será forçado a consumir a fumaça tóxica do cigarro, uma vez que convive com fumantes que lhe expõem aos riscos do consumo involuntário da fumaça do tabaco.

Dito isso, podemos pensar agora no funcionamento da SD [01] “Cigarro faz mal até pra quem não fuma”<sup>74</sup> e sua articulação com a imagem do cartaz. Essas duas materialidades se articulam para produzir os efeitos de sentido da campanha. No entanto, percebemos que a imagem é um elemento orientador e gerenciador “em certa medida” dos limites de interpretação do enunciado. Além dessas questões, é importante salientar que o enunciado

---

<sup>73</sup> Na análise do nosso *corpus* discursivo, esses “pontos de visualidade” das peças publicitárias das campanhas serão indicados.

<sup>74</sup> Gostaríamos de fazer um adendo sobre esse título. Essa seqüência discursiva utilizada na campanha de 2001 – Dia Mundial sem Tabaco – foi recuperada ainda para a Campanha do Dia Nacional de Combate ao Fumo em 2005.

apresenta duas informações: 1) “Cigarro faz mal” e 2) [Ele faz mal] “até pra quem não fuma”, apresentando uma retomada por elipse em sua organização sintagmática. Vejamos, então, esse movimento enunciativo.

Na organização enunciativa, a designação “cigarro” coloca esse derivado da erva como referente da prática tabagista, ao mesmo tempo em que o funcionamento discursivo produz efeitos de causa e consequência. Essa simbologia nos leva a perceber que, ao recortarmos do título “cigarro faz mal”, podemos analisar que, na designação “cigarro”, a sua predicação “faz mal” não determina os sentidos da qualificação, deixando-a livre para os deslizamentos dos sentidos.

Portanto, os efeitos de sentido da predicação “mal” serão recortados pela memória discursiva, ao mobilizar sentidos em relação às doenças provocadas pelo cigarro, já que não há uma específica determinação dos malefícios por parte do MS no enunciado. No contexto do título, a referenciação “mal” produz um *efeito metonímico* de “doenças”, isto é, recupera no funcionamento discursivo sentidos que incidem sobre o dizer, produzindo a ilusão de alinhamento entre o que se recuperou e o que se disse. Nessa perspectiva, caberá ao leitor movimentar os saberes que o efeito metonímico “mal” pode recortar pela memória discursiva (câncer de boca, de pulmão, de brônquios etc) no interior do interdiscurso (que armazena todos os saberes), quando a predicação “mal” estiver inscrita no seio da Formação Discursiva Antitabagista.

Além disso, o verbo “faz”, no contexto do título, desliza para um sentido que se distancia dos efeitos de *produção* e o aproxima dos efeitos de *causa*, o que nos induz à compreensão, em um processo de comutação, na distribuição sintagmática, que “cigarro causa câncer”. Ademais, a expressão “até pra” indica uma inclusão de outros sujeitos afetados pelo “mal”, além do próprio fumante. É nesse ponto de abertura dos sentidos, pela inclusão do fumante passivo “quem não fuma”, que será agredido (fumaça no formato de luva de boxe, *punctum*) e provavelmente prejudicado pelo contato com a fumaça (já que ela provoca doenças), que se sugere sentidos dos perigos à exposição involuntária à fumaça do cigarro com a representação do menino como fumante passivo.

É importante destacarmos que, embora seja a fumaça a causadora do mal à saúde do fumante passivo, devido ao efeito metonímico na combinação sintagmática por contiguidade, da representação da fumaça, na organização da situação, o cigarro funciona como causador do mal, já que a fumaça química é uma extensão do produto químico. Nessa abordagem, acreditamos que seja importante destacar ainda que, mais do que uma simples substituição da parte pelo todo, a designação “cigarro”, como resultado de um efeito metonímico, produz uma

condensação da prática tabagista, pois não é somente a fumaça do cigarro que faz mal ao fumante passivo, a fumaça do charuto e a do cachimbo também.

Outrossim, se recortamos “quem não fuma” do título, e articularmos com a imagem da peça publicitária, tem-se a evidência de que se está determinando a criança como efeito de sentido para a atualização do dêitico “quem”, como fumante passivo. De qualquer forma, o enunciado abre uma suspensão dos sentidos, sugerindo atualizações pelo leitor. Ou seja, percebemos a possibilidade de comutação dos sujeitos passivos na circunstância apresentada, o que nos leva a perceber que os efeitos de sentidos são alargados, pois a situação construída permite a inscrição de outros sujeitos para ocuparem o lugar social do menino; embora a ideia de que uma criança aprende a fumar olhando os adultos fumarem também fica em suspenso. Nesse contexto apresentado, qualquer sujeito social que não seja fumante ativo poderia funcionar para ocupar esse espaço na cena, e, assim, sofrer as consequências da fumaça.

Por isso, fumar prejudica tanto o fumante — “Fumar faz mal” — quanto o não fumante — “até para quem não fuma”. E, por esse motivo, o hábito de fumar deve ser entendido como uma ameaça para a saúde coletiva. Ademais, ao se analisar a campanha, é possível perceber que o público alvo é o fumante ativo e o passivo, pois o discurso, em seu funcionamento, aponta tanto para alertar os fumantes do perigo que a prática tabagista representa às suas vidas quanto serve para alertar àqueles que sofrem com a fumaça do tabaco, pois são agredidos, para evitar a convivência com os adeptos ao tabagismo.

Diante dessas sucintas considerações, entendemos, então, que o MS enquanto AIE, ao assumir uma posição ideológica capitalista de rejeição ao tabagismo via discurso (nas campanhas de saúde pública antitabagismo, em um dado momento sócio-histórico) sugere em seus discursos efeitos negativos sobre a prática tabagista e sobre o fumante, no contexto brasileiro; essa indicação se manifesta, principalmente, quando o MS – em seu discurso – recupera a rede de filiações ideológicas médico-científica para legitimar, pela representação imaginária do lugar social ocupado pela área médica, os efeitos de sentidos de rejeição do discurso contrário ao ato de fumar.

Essa postura de recusa se manifesta, especialmente, quando este órgão, em sua campanha de saúde pública, indica o sujeito fumante e a prática tabagista como sendo um risco iminente à vida em coletividade. Por esse motivo, a campanha aponta para uma conscientização dos sujeitos fumantes ativos e passivos sobre os riscos dessa exposição involuntária à fumaça do cigarro, enquanto sugere uma mobilização e uma tomada de atitude dos sujeitos para o enfrentamento do tabagismo passivo.

Considerando essas breves notações sobre a campanha antitabaco acima, a respeito do perigo que essa prática representa à saúde, bem como visando à redução do número de fumantes e de mortes provocadas pelo tabaco, especialmente o tabagismo passivo, é que se promulgou a Lei Complementar nº 12.546<sup>75</sup>, em 14 de dezembro de 2011; que, dentre muitas regulamentações, colocava fim a existência dos fumódromos e proibia a prática tabagística em qualquer espaço coletivo fechado público ou privado. A convivência passiva com a fumaça do tabaco nos recintos fechados só foi proibida pelo Legislativo 10 anos depois da campanha analisada.

Isso não significa que o tabagismo passivo não tenha sido tema de outras campanhas do MS para cobrar do Legislativo ações preventivas. Em 2005, para o Dia Nacional de Combate ao Fumo, o MS lançou a campanha com foco na exposição dos trabalhadores à fumaça do cigarro e não mais das crianças. Para trabalhar as questões do fumante passivo, o título da campanha de 2001, do Dia Mundial sem Tabaco, foi recuperado (*Cigarro faz mal até pra quem não fuma*), mas inscrito em outro contexto sócio-histórico.

A campanha do evento nacional de 2005 procurava “sensibilizar a população sobre os riscos do tabagismo passivo e a exposição ocupacional, em especial entre trabalhadores de shoppings, bares e restaurantes, com vistas ao cumprimento da Lei nº 9.294/1996” (INCA, 2017b, p.31). A legislação do país, até a data da campanha, proibia o fumo nos recintos fechados coletivos, públicos ou privados, mas liberava os fumódromos, o que ainda era um problema para o MS, pois nesses espaços transitavam os funcionários dos estabelecimentos comerciais.

Um ano depois, em 2006, também no Dia Nacional de Combate ao Fumo, o tema foi recuperado para alertar a sociedade sobre os riscos da exposição à fumaça tóxica do cigarro. Dessa vez, com o título: “*Você pode nem perceber, mas o cigarro também atinge quem não fuma*”. Nessa campanha, há uma preocupação do órgão de saúde em “pressionar legisladores e formadores de opinião a ampliarem as restrições estabelecidas proibindo os fumódromos” (INCA, 2017b, p.33), o que de fato só ocorreu com a Lei Complementar nº 12.546/2011.

De alguma maneira, essa Lei Complementar (doravante, LC), enquanto dispositivo jurídico, respondeu aos anseios dos órgãos de saúde em relação ao enfrentamento do tabagismo passivo e, ao mesmo tempo, representou uma vitória para os defensores da saúde coletiva. No entanto, mesmo com os avanços jurídicos em torno do combate ao hábito de fumar, alguns pontos dessa LC careciam de regulamentação pelo executivo. Por esse motivo,

---

<sup>75</sup> Lei Complementar disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/112546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112546.htm)  
Acesso em: 18 mar. 2018.

o encerramento dos fumódromos só ocorreu definitivamente com as determinações do Decreto nº 8.262/2014<sup>76</sup>, que entrou em vigor no dia 04 de dezembro de 2014.

As proibições dessa LC ratificavam, a partir de então, a estabilização do discurso antitabagismo, e reforçava a conduta social de rejeição ao hábito de fumar, tanto por parte dos aparelhos da Saúde quanto por parte do Legislativo e do Judiciário. Assim, as prescrições disciplinares do legislador bem como o discurso médico-científico recortados nas campanhas do MS se coadunaram como princípios modeladores da ideologia antitabagismo que havia se firmado na sociedade desde 1996. A Política do Corpo Saudável ganhava força e, agora, tinha o Judiciário para vigiar e punir, especialmente, os estabelecimentos comerciais que descumprissem o reordenamento do dispositivo jurídico.

Em nossa compreensão, apesar de o MS ter feito parte do grupo proponente das normas reguladoras, reivindicando atitudes mais enérgicas dos governos no que concerne à regulação dos comerciais de produtos derivados do tabaco e na ampliação de ações educativas no combate ao cigarro, foi o aparelho Legislativo o maior responsável pelo poder de controle social, pois ao regulamentar, com restrições, o uso dos produtos derivados do tabaco no país, esse órgão de poder produziu rupturas ideológicas no contexto sócio-histórico brasileiro. Daí, é importância de se analisar a campanha de 2001, neste tópico, para compreender como o Legislativo tem se filiado em suas práticas discursivas às ideologias do MS.

Destacamos essa questão, pois, nesse complexo e heterogêneo arquivo de discursos, tomamos para análise apenas o funcionamento discursivo das campanhas antitabagismo do MS. Essa tomada de posição, na seleção do *corpus*, se faz necessária, sobretudo por acreditarmos que o MS constrói um discurso sobre o fumante e sua prática tabagista pelos processos de designação e referência em insistentes movimentos de retomadas de discursos médicos-científicos que visam à desqualificação da prática tabagista, representando-a como um hábito mortífero. Por outro lado, o discurso jurídico se apresenta fazendo circular sentidos de taxaço de impostos, de regulação da venda, da publicidade e do consumo dos derivados do tabaco, impondo restrições aos fumantes.

Diante do exposto, é possível compreendermos que os dilemas instaurados na sociedade em torno do uso de produtos fumígenos revelam, na verdade, a posição nas formações imaginárias entre os sujeitos fumantes e o MS. A posição do sujeito discursivo MS, em relação aos fumantes e vice-versa, se configura nesse jogo imaginário do lugar social ocupado por cada sujeito nas situações que são determinadas pela conjuntura sócio-histórica

---

<sup>76</sup> Decreto disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/decreto/d8262.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/decreto/d8262.htm) Acesso em: 18 mar. 2018.

em que o discurso é produzido. Nesse sentido, nas campanhas publicitárias antitabagismo, o sujeito discursivo MS representa a proteção à saúde e o fumante representa o mal das doenças e a personificação da morte.

Esses papéis sociais desempenhados pelos sujeitos discursivos são marcados pela relação de poder econômico resultante das transformações sócio-histórica das nações, pois, se consideramos as CP e as interpelações ideológicas dos discursos capitalista do tabagismo até o final do século 20 será possível constatarmos que o hábito de fumar foi incentivado pela publicidade e liberado pela justiça, visto que o lucro foi conveniente para a indústria tabagística e, sobretudo, para o Governo brasileiro.

É pensando justamente na ascensão e na decadência da prática tabagista, na virada do último século, no Brasil e no mundo, que discutiremos na próxima seção os fatores sócio-históricos e ideológicos condicionantes do estímulo à comercialização de cigarro em todos os estratos sociais, independente da classe econômica. Além dessas considerações, buscaremos refletir ainda como todo esse incentivo foi abalado pelas descobertas científicas sobre os malefícios do tabaco à vida e como a divulgação desses resultados, juntamente com as campanhas de saúde pública, impulsionaram a criação de leis voltadas ao combate do tabaco no Brasil. Assim, para uma compreensão do trabalho discursivo operado pelo MS, em suas campanhas de saúde sobre o fumante e a prática tabagista, faz-se necessário refletirmos como os efeitos positivos associados ao tabagismo foram suplantados pelos sentidos negativos presentes nos discursos do campo da saúde.

## 2.6 DO GLAMOUR À DECADÊNCIA

Nas seções anteriores, foi possível analisarmos como o tabaco conquistou o mundo e esteve presente em todos os espaços da sociedade. O poder simbólico construído pelas suas principais formas de consumo (cachimbo, charuto e cigarro), ao longo dos últimos séculos, possibilitou, sobretudo, ao cigarro o *status* social de charme, liberdade e independência para muitos sujeitos. O tabaco passou a particularizar o fumante pela predicação de *cachimbo*, de *charuto* ou de *cigarro*; mobilizando, dessa forma, sentidos específicos para cada tipo de predicação, na rede de filiações ideológicas capitalistas, que tem orientado a construção imaginária do que é ser um sujeito fumante de uma dessas três modalidades de consumo tabaco.

Por outro lado, como já foi discutido, os gastos com saúde pública apontam prejuízos econômicos para o governo, quando este equipara o recolhimento de impostos dos derivados

de tabaco e despesas decorrentes dos problemas de saúde provocados pelo tabaco, destaca Pinto et al. (2017). Nesse cenário, surge um conflito econômico: por um lado, a máquina pública necessita ampliar seu orçamento anual com o recolhimento de impostos para investir nas políticas públicas; por outro, os danos monetários decorrentes do tabagismo apontam para a necessidade de políticas públicas que estimulem a cessação do tabagismo. Nessa configuração conflituosa, o acontecimento discursivo de 1996 ao restringir os modos de comercialização, de publicidade e de consumo dos produtos derivados do tabaco sinalizou direcionamentos favoráveis à dominância social do movimento capitalista antitabagismo no Brasil. Pois, aos poucos, os discursos favoráveis ao tabagismo começavam a ser silenciados. As posições defendidas pelos aparelhos do Estado (MS, Legislativo e Judiciário) – no combater o tabagismo – passaram a alterar as relações simbólicas do fumo na sociedade brasileira.

Podemos dizer, então, que nessa conjuntura social de restrições e proibições, o MS tem produzido, nos últimos 20 anos, discursos antitabagismo para estimular não só uma mudança nos hábitos dos sujeitos em relação à aceitação coletiva do tabagismo, mas também tem procurado, com o resultado de suas pesquisas científicas, no campo da saúde, subsidiar o Legislativo na formulação de leis (discursos) de enfrentamento ao tabagismo no território brasileiro.

Nessa conjuntura sócio-histórica, somados a esses discursos médicos-científicos e jurídicos, na observância de reforçar o cerco contra o consumo de produtos derivados do tabaco, em especial do cigarro, em 2003, o Brasil, como membro da Organização das Nações Unidas (doravante, ONU), assinou a CQCT/OMS com a finalidade de participar do processo de globalização das políticas públicas voltadas para o combate ao tabagismo.

No Brasil, coube à Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e dos seus Protocolos<sup>77</sup>, criada no mesmo ano em que o país assinou a CQCT/OMS, colaborar com o governo na formulação de políticas públicas capazes de promover ações sociais. Além dessas estratégias, foi ainda de responsabilidade dessa Comissão Nacional criar mecanismos de avaliação de planos e programas de combate à prática tabagista em conformidade com os preceitos da CQCT da OMS. As medidas que devem ser adotadas para a consecução dos objetivos da CQCT, para a redução do tabagismo, fazem parte do pacote de políticas MPOWER, “[M] – Monitoramento, [P] – Proteção de não fumantes, [O] – Oferta de tratamento para deixar de fumar, [W] – Advertência quanto aos

---

<sup>77</sup> Detalhes do Decreto disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2003/Dnn9944.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9944.htm) Acesso em: 22 abr. 2018.

perigos do tabaco, [E] – Proibição de propaganda, promoção e patrocínio, e [R] – Aumento de impostos” (INCA; CONICQ, 2014, p. 04), elaborado pela OMS, em 2000, objetivando, de forma ampla, à Prevenção e Controle de Doenças não Transmissíveis, caso do tabagismo, reforça a OMS (2008).

Essa tomada de posição de reforçar a política de combate ao tabagismo no país impulsionou vários Estados brasileiros a criarem normas reguladoras particulares para complementar a jurisprudência nacional (OPAS; INCA, 2012), caso de Pernambuco com a Lei nº 12.578/2004<sup>78</sup>, São Paulo com a Lei nº 13.541/2009<sup>79</sup> e Minas Gerais com a Lei nº 18.552/2009<sup>80</sup>. Essas Federações acabaram por produzir outros discursos jurídicos de proibição da prática tabagista, em ambientes públicos, que se inscreviam na memória discursiva antitabagista, em construção no Brasil, ao contribuírem para o cerceamento do ato de fumar em seus respectivos Estados.

Essas restrições ao tabaco se transformaram em um problema para os adeptos à prática tabagista, pois fumar era uma atividade comum na vida de milhares de pessoas no Brasil. Segundo Eriksen et al. (2015, p.31), aproximadamente 5,8 trilhões de cigarros foram fumados em todo o mundo em 2014”, o que aponta para um elevado número no consumo, mesmo com todas as políticas de enfrentamento à comercialização. Vale destacar, no entanto, que esses dados se referem aos cigarros legalmente vendidos, o que significa dizer que os derivados contrabandeados não entraram nessa contagem, por isso o real consumo do produto é ainda mais elevado, destacam os autores.

Nesse contexto de prática tabagista, a China aparece como o maior consumidor de cigarros do mundo, 30% em média do consumo mundial, sendo acompanhado no ranking pela Rússia, EUA, Indonésia e Japão, (ERIKSEN et al., 2015) para citarmos apenas os cinco países que mais consomem. De qualquer maneira, é importante percebermos que, mesmo diante de todas as políticas de prevenção e enfrentamento ao tabagismo, muitos países apresentam um aumento no número de fumantes, caso da China, em razão do crescimento populacional, assim como, desde 2000, a Região do Mediterrâneo Oriental da OMS tem apontado uma expansão no mercado de cigarros, indicam os resultados da pesquisa de Eriksen et al. (2015).

<sup>78</sup> Para maiores detalhes conferir a Lei disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=4150&tipo=TEXTUALIZADO> Acesso em: 22 abr. 2018.

<sup>79</sup> Para maiores detalhes conferir a Lei disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13541-07.05.2009.html> Acesso em: 22 abr. 2018.

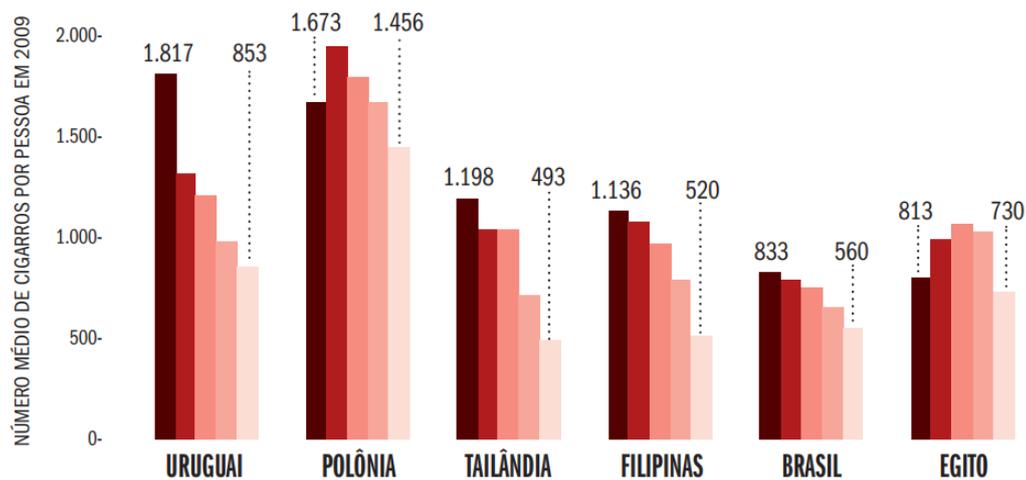
<sup>80</sup> Para maiores detalhes conferir a Lei disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=18552&ano=2009> Acesso em: 22 abr. 2018.

O elevado consumo do tabagismo na China e na Índia representa 40% dos casos de desenvolvimento de tuberculose em todo o mundo, após o indivíduo ser contaminado pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis*, revela o estudo de Eriksen et al. (2015). Além disso, a pesquisa indica que os países apresentam consumo diferenciados por aspectos econômicos.

**Gráfico 1** - Número médio de cigarros por pessoa em 2009

## TABAGISMO E RIQUEZA

As disparidades no consumo de cigarros nos países selecionados da Pesquisa Global de Tabaco entre Adultos por grupo de riqueza: ■ MUITO BAIXO ■ BAIXO ■ MODERADO ■ ALTO ■ MUITO ALTO



Os grupos socioeconômicos mais baixos fumam mais, não somente em países de alta renda, mas também em países de baixa e média renda.

Fonte: Dados importados de ERIKSEN et al. (2015, p.30)

Em relação à base monetária, os dados do gráfico apontam que as pessoas de baixa renda estão mais suscetíveis ao vício do tabaco do que as de melhores condições financeiras. Esses sentidos econômicos acabam sendo mobilizados nas campanhas do MS (INCA, 2017b), para apontar o tabaco como um dos responsáveis pelo ciclo e miséria no país. Em países como o Brasil, que a manutenção do sistema público de saúde resulta dos impostos recolhidos pelo governo, o estudo do funcionamento discursivo do principal órgão de saúde no combate ao produto que é apontado pela medicina como o maior causador de câncer (INCA, 2018) poderá sinalizar as estratégias do MS para estimular a cessão do tabagismo, bem como possibilitará a compreensão das determinações ideológicas do contexto sócio-histórico que atravessam a posição discursiva sustentada pelo órgão de saúde nacional.

O MS, determinado pelas ideologias capitalistas de economia dos recursos financeiros, ao tratar do tabagismo em 2004, no Dia Mundial sem Tabaco, trouxe para a discussão a

pobreza produzida pelo tabaco no cenário brasileiro. Com o tema *Tabaco e pobreza: um ciclo vicioso*, a campanha, no Brasil, circulou com o título: *O cigarro causa prejuízo ao Brasil* (cf. imagem 33). Essa abordagem, segundo o INCA (2017b, p.28), alertava a população “para a forte associação do tabagismo com doenças crônicas graves e fatais” [...], bem como apontava para a necessidade de a sociedade “reconhecer o consumo de tabaco como um fator agravante da pobreza, fome e desnutrição, assim como de ampliação da desigualdade entre pobres e ricos” no país (INCA, 2017b, p.28).

No Brasil, as famílias com menos escolaridade e de baixa renda sofrem ainda mais com os danos provocados pelo vício tabágico, indica o INCA (2017c). Os gastos com seus derivados limitam o “acesso dessas famílias às oportunidades que podem melhorar a qualidade de vida e de trabalho”, reforça o INCA (2017c, p.33). Para se ter uma perspectiva de como o tabagismo funciona para propagar a pobreza e a desnutrição, se tomarmos

como base um fumante de um maço de cigarros por dia, ao custo médio de 7 reais por maço, seu gasto mensal com cigarros será de 210 reais. Se esse fumante morar em Porto Alegre, ao final de um mês ele terá gasto 45% do valor de uma cesta básica com a compra de cigarros, enquanto que o fumante que mora em Recife, ao final de um mês terá gasto 60% do valor de uma cesta básica com a aquisição desse produto. E se esse fumante for um trabalhador que ganha um salário mínimo por mês, considerando o atual valor de R\$ 937,00 ao final de um mês ele terá comprometido 22,41% do seu salário com a aquisição de cigarros. (INCA, 2017, p.33)

O INCA sugere com esses dados, como o vício acaba sendo danoso para o bem-estar e manutenção alimentícia das famílias economicamente desfavorecidas. Para o órgão de saúde, o tabagismo limita o poder de compra dos fumantes, pois o vício custa, em média, 210 reais por mês, em 1 ano se teria uma economia de R\$ 2.520,00 reais (suficiente para comprar celulares de alta tecnologia), em 5 anos, uma economia mínima de R\$ 12.600,00 reais (suficiente para comprar uma motocicleta nova) e em 10 anos, uma economia de R\$ 30.240,00 (suficiente para comprar um carro popular novo) reforça o INCA (2017c). Os sentidos de limites econômicos na mobilidade social dos sujeitos, indicados pelo MS em decorrência do tabagismo, apontam para um grupo socioeconômico de miseráveis, e embora essa posição discursiva de exagero seja questionada, ela é mobilizada no evento nacional de 2004 (cf. imagem 34). Pelo trajeto histórico empreendido até aqui, podemos observar que o tabagismo é apontado não apenas como causador dos elevados gastos com a saúde pública, mas também é mencionado como um dos responsáveis pela continuidade de miséria dos mais pobres. Essa última posição discursiva sustentada pelo MS sinaliza para o apagamento das

determinações sócio-históricas de desigualdade econômica que produzem o ciclo de pobreza no país.

Em continuidade às questões econômicas do governo, de acordo com o MS (2011, p.08), trabalhando com dados populacionais do IBGE, de 2010, o Brasil tinha à época uma população de mais de 190 milhões de pessoas, e o SUS já era responsável por “75% dos procedimentos de alta complexidade no país”, atendendo cerca de 80% da população brasileira. Ou seja, aproximadamente “152 milhões de pessoas” tinham “no SUS o seu único acesso aos serviços de saúde”, reforça o MS (2011, p.08). Segundo dados atuais do IBGE, a população brasileira ultrapassa os 209 milhões de habitantes, o que torna o atual cenário de gastos com saúde pública muito mais elevado. Por esse motivo, o governo tem criado estratégias de combate hábitos de risco a fim de evitar gastos com saúde, incluindo, o combate ao tabagismo.

Diante desse quadro de conflito de interesses capitalistas entre o governo e a indústria tabagista, o Brasil, segundo Gakidou et al. (2017), em recente estudo comparando a redução do tabagismo entre os anos de 1990 a 2015, em vários países, está na 8ª posição, no ranking de maior número de adultos fumantes, quase 19 milhões (7,7 mil de mulheres e 11.1 mil de homens). Mesmo diante desse elevado número de fumantes, o Brasil é um dos países com políticas públicas antitabaco mais eficientes do mundo, revelando uma “notável história de sucesso”, apontam Gakidou et al. (2017). De acordo com os autores, o “Brasil realizou essa redução através de uma combinação de políticas de controle do tabaco que começaram com restrições de publicidade e proibições de fumar em alguns locais públicos a partir de 1996.”<sup>81</sup> [tradução nossa] (GAKIDOU et al., 2017, p. 1900).

Os programas de controle do tabagismo, implementados pelo governo, objetivaram desde 1986 ampliar o cerco contra o tabaco no Brasil. Desde então, para reforçar essa política, o governo aumentou a taxa dos impostos sobre os produtos derivados do tabaco, banuiu os fumódromos e regulou o design visual das carteiras de cigarros, em 2011; e, em 2013, proibiu a fabricação e comercialização de produtos nacionais ou importados que tenham formato de qualquer produto derivado do tabaco e que se destinem às crianças; recentemente, em 2018, por decisão do Superior Tribunal de Federal, permanece proibido, no território nacional, o uso de aromatizantes<sup>82</sup> nos cigarros. Além disso, a massiva campanha de enfrentamento aos produtos fumígenos em revistas, jornais, sites, programas de TV e as campanhas no Dia

---

<sup>81</sup> “Brazil accomplished this reduction through a combination of tobacco control policies that began with advertising restrictions and smoking bans in some public places starting in 1996”.

<sup>82</sup> Reportagem disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/02/stf-mantem-regra-da-anvisa-que-proibe-aditivos-em-cigarros.shtml> Acesso em: 18 jul. 2018.

Mundial sem Tabaco e no Dia Nacional de Combate ao Fumo têm contribuído para expandir os territórios da cruzada contra o tabaco e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção do discurso capitalista, de filiações ideológicas da área da saúde, marcado por posições antitabagismo.

Diante dessas considerações, é compreensível a perda de espaço e de prestígio que o cigarro tem enfrentado aos poucos, enquanto é conduzido à decadência moral e social. O cigarro foi a maior estrela do tabagismo; hoje, devido às doenças provocados pelo seu consumo, o herói deixou as páginas da publicidade e, agora, sucumbe ao papel de vilão nas acusações de morte das propagandas governamentais de enfrentamento ao tabaco. Nesse sentido, as filiações ideológicas da área médica atravessam os discursos do MS, em diversos modos de posicionamento, para produzir efeitos de sentido negativos sobre o hábito tabágico, caso da posição de esclarecimento assumida pelo MS na campanha – analisada acima – sobre o tabagismo passivo em 2001.

O desenvolvimento tecnológico do século 20, bem como a industrialização das sociedades e a promoção dos modelos de vida das culturas mais importantes desse século contribuíram para a disseminação do hábito de fumar. A construção de glamour e sensualidade atribuídos ao cigarro tem relações com os aspectos culturais e econômicos dos grandes países produtores de tabaco. O modelo econômico capitalista se revelou próspero e vantajoso para os investidores das grandes potências mundiais. Era importante que fossem criadas estratégias mercadológicas capazes de impulsionar o consumo do tabaco e, conseqüentemente, garantir o aumento do lucro das empresas e de investidores.

Por esse motivo, não bastava as empresas modificarem a erva com aditivos para deixarem as pessoas mais viciadas, era importante também criar uma representação social positiva do cigarro por meio do cinema, da música, da literatura, financiando todo e qualquer evento público, artístico e esportivo. O estímulo ao consumo nas peças publicitárias, no rádio, na TV, nos jornais e nas revistas se apresentava também como uma estratégia favorável à manutenção da prática tabagista. Essa conduta mercadológica de influência midiática adotada pela indústria cigareira acabou se tornando objeto de discussão nas campanhas do MS. A preocupação do órgão de saúde surge porque “nos anúncios, os usuários de tabaco são retratados como glamourosos, populares, independentes, aventureiros e sensuais” (INCA, 2017b, p. 20), o que omite os prejuízos do hábito de fumar à saúde. Por isso, torna-se necessário, para o MS produzir discursos que induzam a reflexões e que motivem a formulação de leis nacionais de enfrentamento às estratégias da indústria tabágica.

Dentre os maiores instrumentos midiáticos de massa, o cinema funcionou como a pedra angular na projeção do cigarro, elevando-o a ícone de poder e sedução a ser conquistado por homens e mulheres ao relacioná-lo ao sexo como sendo o segundo prazer, lembra Carvalho (2001). A linguagem simbólica do cigarro produziu muitos sentidos positivos depois de sua aceitação nos espaços sociais. Se considerarmos o contexto sócio-histórico do início do século 20, verificamos que “a mulher, que ficava à parte de todas as decisões, pode ter no cigarro o símbolo de poder sobre a própria vida. O jovem, que deve obediência aos pais, tem no cigarro o símbolo de independência, de comportamento adulto”, lembra Lascko (2008, p.19).

Assim, fumar se configurou como uma atitude de liberdade e independência no imaginário social. Ideais valorativos dessa natureza ideológica sobre o cigarro foram perpetuados ao longo do século 20, no Brasil e no mundo. Por isso, o enfrentamento ao tabagismo, que teve origem em 1986, em nosso país, edificou-se em 1996 e se fortaleceu em 2011, quando o governo ratificou todos os direcionamentos das campanhas de combate ao tabaco, em atendimento das orientações da CQCT da OMS. Nesse cenário de luta, surge, de um lado, o conflito de resistência de muitos fumantes e empresas do tabaco pela manutenção da produção e do consumo e, por outro, governos, órgãos de saúde e a população não fumante se mobilizam para enfrentar aquele que se tornou o mal do século, o cigarro.

Nesse contexto de enfrentamento, sobretudo, do cigarro, à medida que ele foi ganhando adeptos, também foi arregimentando inimigos. É consenso entre todos os órgãos de saúde do Brasil e do exterior que o tabaco é um terrível vilão à saúde das pessoas (INCA, 2007; WHO, 2017a). Se a indústria tabagística encara esses órgãos de saúde como inimigos do progresso econômico dos países, muitos governantes se uniram, em 2003, com a CQCT da OMS, para enfrentar o tabaco, apontado pelos órgãos de saúde como inimigo número um da saúde pública mundial.

E, na guerra contra o tabagismo, para evitar gastos e pressionar o fumante a abandonar o vício, vale quase tudo; inclusive adotar recomendações de não contratar fumantes para trabalhar, como fez a OMS, em 2008, destaca Dráuzio Varella, em artigo<sup>83</sup> publicado online, na revista *Carta Capital*, em 2014; e como também tem feito muitos empresários, no Brasil, aponta uma reportagem da *Folha de São Paulo*, de 2009. De acordo com a *Folha*, “uma pesquisa da Catho, a maior empresa de recrutamento on-line do país, revela que 82% dos

---

<sup>83</sup> Artigo disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/818/os-fumantes-e-o-trabalho-324.html> Acesso em: 22 abr. 2018.

gerentes e 83% dos diretores têm objeção à contratação de fumantes”<sup>84</sup>. Essa atitude empresarial acaba por estimular a manutenção do desemprego dos fumantes no país, bem como sugeri uma exclusão desses sujeitos das práticas sociais e laborais pelos estigmas produzidos em relação ao hábito de fumar.

## 2.7 TABACO E TRABALHO, UMA RELAÇÃO DE CONFLITOS

Recuperando a discussão iniciada no fim da seção anterior, discorreremos, neste tópico, acerca das relações da prática tabagista e do mercado de trabalho. Essa abordagem se torna pertinente não apenas para a análise do nosso *corpus*, mas, sobretudo, pela razão de o tabaco liderar o ranking dos vilões da saúde pública no mundo, matando em média 7 milhões de pessoas por ano.

Segundo relatório da WHO (2017b), aproximadamente 6,25 trilhões de cigarros foram fumados por cerca de 967 milhões de fumantes ao redor do mundo em 2012. Já os dados apresentados por Eriksen et al. (2015), publicados pela American Cancer Society, mostram que, aproximadamente, 5,8 trilhões de cigarros foram consumidos em 2014 em todo o mundo. Mesmo havendo uma redução no consumo de cigarros entre 2012 e 2014, bem como uma diminuição no número de fumantes nas últimas décadas, há, no mundo, segundo Eriksen et al. (2015), cerca de 820 milhões de homens fumantes, a partir dos 15 anos, e 176 milhões de mulheres adeptas ao tabagismo na idade adulta.

Só no Brasil, segundo Pinto et al. (2017), trabalhando com dados de 2015, a cada ano poderiam ser evitadas 156.216 mil mortes. De acordo com esses autores, morrem no Brasil, em média, 428 pessoas por dia de doenças atribuídas ao tabagismo, causando um prejuízo aproximado de 17,5 bilhões de reais ao ano, nos meios de produção por morte prematura e invalidez do trabalhador. Nesse cenário de óbitos pelo tabagismo, o maior causador de mortes é o cigarro, que afeta tanto o fumante ativo quanto o passivo. A fumaça tóxica do cigarro é capaz de desenvolver doenças em quem não fuma e, por esse motivo, o tabagismo passivo foi responsabilizado pela morte de 17.972, em 2015, colaborando para o prejuízo financeiro do país que chega a 56,9 bilhões de reais por ano, segundo Pinto et al. (2017). Segundo o MS (2007, p.10), “a Organização Internacional do Trabalho calcula que pelo menos 200 mil trabalhadores morrem a cada ano devido à exposição à fumaça ambiental do tabaco no trabalho”.

---

<sup>84</sup> Reportagem disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3105200913.htm> Acesso em: 22 abr. 2018.

Em recente estudo publicado pelo INCA (2017a), a respeito da estimativa de incidência de câncer no Brasil, para o biênio de 2018-2019, há, no país, uma projeção para o desenvolvimento de câncer de pulmão nesse período de “18.740 casos novos de câncer de pulmão entre homens e de 12.530 nas mulheres para cada ano do biênio” (INCA, 2017a, p.35), tendo o tabagismo como principal causa da doença, visto que responde por 85% dos casos desse tipo de câncer na maioria das populações, reforça o INCA (2017a). Nesse contexto de mortes e desperdício de dinheiro e de vidas, os atravessamentos ideológicos das ciências médicas não só determinam os sentidos dos discursos do MS para produzir efeitos negativos sobre o fumante e sua prática, mas também determinam, pelas filiações ideológicas, as práticas discursivas jurídicas na promoção das ideologias capitalistas de economia de recursos monetários e humanos, como destacaremos em nossas análises.

Por ser um poluente dentro e fora dos espaços fechados, fumar pode se tornar um empecilho para alguém conseguir uma vaga no mercado de trabalho, aponta uma reportagem do site G1, do Triângulo Mineiro, em 2012. De acordo com o site, “para as empresas um funcionário fumante pode significar afastamento ou queda na produtividade. E na hora de contratar algumas dão preferência aos não fumantes”<sup>85</sup>. Essa postura se filia aos discursos da saúde, que apontam o tabagismo como responsável pela “perda de produtividade, causada por incapacitação de trabalhadores ou morte prematura” (INCA, 2017a, p.36). Nesse sentido, fumar no ambiente de trabalho ainda pode virar caso de polícia, devido à Lei Antitabagismo nº 12.546/2011, (conhecida por Lei Antifumo) que determina que ambientes de uso coletivos devem ser 100% livre da fumaça do tabaco.

Antes da Lei Antitabagismo nacional, o governo paulistano havia publicado a Lei Estadual nº13.541, de 07 de maio de 2009<sup>86</sup>, proibindo o consumo dos derivados do tabaco em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados; o que incluía a proibição de fumar nos ambientes de trabalho. Na observância de analisar os impactos dessa Lei Estadual na relação empregador/empregado, nos espaços laborais, a *Folha de São Paulo*, em 09 de agosto de 2009, traz como título de reportagem “Fumar na empresa pode dar demissão por justa causa”<sup>87</sup>. De acordo com a reportagem, caso não aja cumprimento de um ambiente de trabalho livre da fumaça (como prescreve a Lei), a empresa pode ser acusada pelos funcionários não

---

<sup>85</sup> Para maiores detalhes da reportagem consultar o texto disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/08/algumas-empresas-preferem-contratar-nao-fumantes-diz-coordenador.html>. Acesso em: 23 abr. 2018.

<sup>86</sup> A Lei entrou em vigor na gestão do governador José Serra, que havia sido Ministro da Saúde, entre 1998 e 2002, quando o presidente do Brasil era Fernando Henrique Cardoso de Melo. A Lei está disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13541-07.05.2009.html>. Acesso em: 17 jun. 2018.

<sup>87</sup> A reportagem está disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0908200901.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.

fumantes de ter um ambiente de trabalho insalubre e, por esse motivo, ser processada. Nesse tipo de situação, o fumante que causou o dano à empresa tanto pode ser demitido por justa causa quanto pode ser processado pela empresa para que ele faça o ressarcimento dos prejuízos provocados à organização em função do tabagismo.

As medidas restritivas das organizações para evitar a contratação de fumantes, se inscrevem, em nosso entendimento, no que designamos acima de Política do Corpo Saudável. Essa posição empresarial nos traz uma preocupação nos modos de funcionamento social; pois sendo o tabaco uma droga lícita e o cigarro a sua forma de consumo mais popular, os constantes discursos de rejeição ao fumante nas seleções emprego, somadas as proibições de se fumar em espaços coletivos, podem sugerir um efeito de ilegalidade do tabaco e a criminalização do fumante, sinalizando para uma exclusão social forçada do fumante. Além disso, essa conduta das organizações abre latência para questionamentos a respeito dos limites de interferência da empresa na vida privada de seus funcionários, sem que se violem os direitos e garantias individuais.

Nessa perspectiva, é relevante destacar que o desemprego pode se tornar um problema de saúde pública, sobretudo por ele favorecer o surgimento de problemas físicos e psíquicos, como a depressão, a ansiedade e a insônia, aponta pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas em parceria com o Serviço de Proteção ao Crédito (2018). De acordo com o estudo, dos entrevistados, “16,3% garantem que passaram a **descontar a ansiedade em relação a conseguir um novo emprego no cigarro, comida, álcool, entre outros**” [grifos do autor] (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS; SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, 2018, p.5). Como combater o tabagismo, excluindo os fumantes, se o estudo aponta que o vício tabágico funciona como alternativa para controlar a ansiedade de muitos sujeitos desempregados? Pode-se perceber um conflito na postura das empresas: primeiro o mercado demite pela crise econômica; o desemprego gera ansiedade nos sujeitos, o que pode estimular o consumo de cigarro e comida; depois o mercado se recusa a contratá-los para evitar perda de produtividade. Considerando que os fumantes tanto no serviço público quanto nas empresas privadas não são demitidos, no Brasil, por fumarem, deixar de contratar um profissional por ele ser fumante pode se revelar como uma postura excludente que só alarga e perpetua o desemprego.

Essa prática social excludente é apontada também em relação aos gordos, como revelou o site G1, na página do Bom Dia Brasil, em janeiro de 2011, com a matéria intitulada *Sete em cada dez empresários no Brasil não querem empregar gordos*. Segundo a reportagem, “esse tipo de restrição atinge todas as profissões. Alguns empresários acham, por

exemplo, que é ruim para a imagem da companhia ter uma recepcionista gordinha”<sup>88</sup>. Esses discursos de filiação ideológica da saúde de manutenção do Corpo Saudável podem estimular não só a exclusão laboral, mas produzir efeitos depreciativos nas referências dos sujeitos pelas suas escolhas individuais ou características físicas. Em situações de recrutamento em que o candidato apresentar obesidade e se declarar fumante poderá ser rejeitado e desqualificado duplamente.

A preocupação em evitar funcionários que possam trazer prejuízos para empresas devido à ausência para tratamento de saúde, é encontrada desde meados do século 20, nos EUA. Para se combater a tuberculose, em meados do século passado, lembra Moulin (2011), o uso da radiologia se tornou obrigatório para detectar doenças antes da contratação. Nos últimos anos, os EUA fecharam o cerco em relação à contratação de trabalhadores fumantes para hospitais. De acordo com Sulzberger, em texto publicado no *The New York Times*, em fevereiro de 2011, intitulado “Hospitals Shift Smoking Bans to Smoker Ban”, a política de contratação de empregados para hospitais e empresas médicas, em vários estados americanos, mudou para garantir que esses locais estejam livres do fumo e do fumante. Agora “os candidatos devem se submeter a testes de urina para detectar a nicotina e os novos empregados pegos fumando serão demitidos”<sup>89</sup> [tradução nossa]. Essa tomada de posição punitiva em relação ao fumante (não dá emprego ao sujeito porque ele fuma) não é permitida pela legislação do Brasil. De qualquer maneira, embora essa postura empresarial não seja promovida pelo dispositivo jurídico, a prática de excluir fumantes na contratação acontece, como apontaram as reportagens mencionadas acima.

O uso de exame médico, nos processos admissionais trabalhistas ainda são frequentes e obrigatórios no Brasil, como medidas de proteção individual, prescreve a Consolidação de Leis Trabalhistas<sup>90</sup>, em seu Art.168. No entanto, exames como o de HIV só foram proibidos de serem exigidos pelo contratante, em 2014, após a proibição dessa prática pelo MT. As determinações ideológicas do MS atravessam todas as práticas discursivas na sociedade, objetivando o controle da subjetividade dos corpos. Segundo Moulin (2011, p.54), “o corpo do indivíduo é uma letra de câmbio cobrada ao Estado que deve fornecer-lhe os meios disponíveis para melhorar sua qualidade de vida e prolongá-la”. Essa longevidade deve ser

<sup>88</sup> Reportagem disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/01/sete-em-cada-dez-empresarios-no-brasil-nao-querem-empregar-gordos.html> Acesso em: 17 jul. 2018.

<sup>89</sup> “job seekers must submit to urine tests for nicotine and new employees caught smoking face termination.” [tradução nossa] O texto na íntegra está disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/02/11/us/11smoking.html> Acesso em: 17 jul. 2018.

<sup>90</sup> A lei está disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm) Acesso em: 17 jul. 2018.

garantida e promovida, especialmente, com baixo custo de investimento e manutenção para os cofres públicos. Por esse motivo, as políticas de prevenção de risco funcionam como estratégias de se evitar gastos. A busca pelo Corpo Saudável vai avançado nas intimidades dos sujeitos, enquanto busca extrair suas singularidades a fim de massificar os hábitos pelas filiações ideológicas da saúde perfeita.

Os sujeitos fumantes estão espalhados por inúmeras profissões, assim como distribuídos em repartições públicas e privadas. Além da distribuição profissional, o ato de fumar não se limita a um grupo socioeconômico nem étnico, por isso, qualquer pessoa pode aderir à prática tabagista, mas não em todos os lugares. Segundo a Lei nº 12.546/2011,

Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público.

§ 3º Considera-se recinto coletivo o local fechado, de acesso público, destinado a permanente utilização simultânea por várias pessoas. (NR)<sup>91</sup>

Esse tipo de restrição imposta aos lugares de consumo dos produtos fumígenos não se limita apenas aos bares, restaurantes, clubes ou escolas, por exemplo, também se aplica aos ambientes de trabalho. Procurando ampliar as resoluções da CQCT/OMS (2003) no enfrentamento de combate ao tabagismo, a Lei nº 12.546/2011, como já citado na seção anterior, entrou em vigor em 04 de dezembro de 2014, para assegurar as prerrogativas de ambientes livres de fumo, após ser regulamentada pelo Decreto nº 8.262/2014.

Assim, o ato de fumar no ambiente de trabalho fica não só restrito, mas também proibido, independentemente da natureza e estrutura da empresa. As saídas do funcionário para fumar não se justificam mais, pois a baixa produtividade, resultante das ausências, compromete o desempenho do funcionário em suas atividades laborais e, conseqüentemente, afetam a empresa. Além disso, o contato com a fumaça tóxica pode levar os colegas de trabalho a desenvolverem doenças evitáveis, como o câncer, comprometendo não apenas os setores da empregabilidade, mas também onerando o sistema de saúde pública.

Por conta disso, a empresa, ao evitar a contratação de um trabalhador fumante indica que as organizações estão afetadas pela Política do Corpo Saudável e suas filiações ideológicas médico-científica. De acordo com pesquisas da WHO (2017b) e de estudos comparativos de ERIKSEN et al. (2015), fumar reduz a produtividade e traz prejuízos tanto para as empresas quanto para o governo. Desse modo, pesquisas com esses resultados têm

---

<sup>91</sup> Cf. a Lei disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm#art49](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm#art49)  
Acesso em: 23 abr. 2018.

influenciado as posições discursivas das corporações na contratação de trabalhadores fumantes. Tais resultados científicos sugerem sentidos de que contratar fumantes é perder mão-de-obra pelas doenças, invalidez e morte precoce do trabalhador, ou seja, o hábito de fumar compromete a produtividade, o que foi apontado na reportagem do portal *A Tarde*<sup>92</sup>, desde 2013. Segundo a reportagem, um fumante reduzia, em média, 20% do tempo trabalhado com as paradas para fumar, afetando, assim, a sua produtividade na empresa.

Esse tipo de ação intimidativa das organizações empresariais entra no quadro das vastas atitudes presentes na sociedade para se combater o hábito de fumar (campanhas de saúde, leis), o que recupera uma postura empresarial já identificada no início do século 20. Segundo Carvalho (2001), Henry Ford, o estadunidense responsável pelas transformações nos processos de fabricação de carros, tinha ojeriza a cigarro e não contratava trabalhadores fumantes. Essa atitude do empresário nos permite compreender, então, que os discursos de combate ao tabagismo no ambiente de trabalho já ecoavam na memória social antes mesmos das atuais leis proibitivas. Após os cerceamentos da LC de 2011, por exemplo, fumar em espaços coletivos não é uma questão de “escolha”, mas sim de “regra” imposta ao fumante que deve se “adequar” às normas para não ser punido.

Nesse contexto de indução à cessação do hábito de fumar, as campanhas do MS, a respeito da poluição do ambiente de trabalho, contribuíram para fechar o espaço para os fumantes à medida que a intensificação das políticas de enfrentamento foram estimulando a redução do consumo do tabaco. Nesse cenário de fortalecimento de ações educativas, a Global Smokefree Partnership em cooperação com a American Cancer Society e com a Framework Convention Alliance publicaram, em 2008, um manual<sup>93</sup> para promover um ambiente de trabalho mais seguro e sustentável.

Esse tipo de material produzido para os locais de trabalho se alinha as determinações ideológicas da política antitabagismo, iniciada pelo MT, em 1988. Por esse motivo, a fim de garantir ações continuadas de combate ao tabagismo, o documento acaba por fazer parte dos programas de segurança do trabalho para evitar danos à saúde dos trabalhadores. Seguindo as orientações da CQCT da OMS, em relação às políticas de combate ao tabagismo, esse guia apresenta os riscos do tabagismo para a saúde do trabalhador e sugere estratégias de como a empresa deve implementar uma política de ambiente 100% livre do fumo, bem como destaca a importância de um alinhamento das ações das empresas com os anseios dos órgãos de

---

<sup>92</sup> Detalhes do conteúdo do texto disponível em: <http://atarde.uol.com.br/empregos/noticias/1524970-fumo-compromete-produtividade-do-trabalhador> Acesso em: 23 abr. 2018.

<sup>93</sup> Conferir o manual na íntegra disponível em: <https://www.cancer.org/content/dam/cancer-org/smoke-free-worksites/smokefree-in-a-box-portuguese.pdf> Acesso em: 23 abr. 2018.

saúde. Para consecução dessas propostas, o manual apresenta um cronograma com atitudes educativas a serem adaptadas às realidades de cada instituição, assim como disponibiliza ferramentas de avaliação dos resultados da implementação da política antitabaco na empresa para garantir um local de trabalho 100% livre da fumaça, o que só foi assegurado com a Lei nº 12.546, em 2011, após diversas campanhas antitabagismo solicitando ao Legislativo uma postura de combate ao tabagismo passivo, especialmente, para banir o cigarro e sua fumaça dos ambientes coletivos fechados e acabar com os fumódromos, estes criados pelo acontecimento discursivo de 1996.

Nesse contexto de tabagismo e trabalho, o conceito de ambientes 100% livres de fumo recobre os ambientes de trabalho, mas não se limita apenas ao trabalhador enquanto fumante. A Lei Antitabagismo de 1996, ao ter sua posição-sujeito de permissão dos fumódromos apagada, pelo acontecimento jurídico de 2011, passou a determinar que todos os espaços de atividades laborais devem ficar livres da fumaça, o que inclui a proibição de clientes de bares, boates e restaurantes fumarem nas áreas de convivência coletiva, pois a Lei visa à proteção também dos trabalhadores desses espaços, que são expostos à fumaça do cigarro dos clientes.

Após esse percurso analítico em que saberes sobre o tabagismo foram mobilizados para sinalizar as orientações de leitura deste estudo, consideramos a importância de, na continuidade dos apontamentos, aprofundarmos algumas noções basilares da Análise de Discurso de orientação pecheuxtiana, em um novo capítulo. Os direcionamentos assumidos na condução deste estudo se dão pela razão de a Análise de Discurso ser pensada como uma disciplina de interpretação<sup>94</sup>, cujo arcabouço teórico apresenta dispositivos capazes de auxiliar o analista em seus gestos de leitura e compreensão dos discursos.

---

<sup>94</sup> Para Pêcheux ([1988] 2008, p.54), “é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguareiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes”. É esse *outro* das sociedades e da história, que movimenta os sentidos a partir dos lugares e posições que sustenta nas relações sociais, organizando a rede de memórias e produzindo os elos para a interpretação: um gesto de leitura marcado um processo de produção de sentidos, em que sujeitos e sentidos são historicamente determinados.

### 3 DOS FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DE DISCURSO ÀS PRÁTICAS DE ANÁLISE DISCURSIVA

“Fumar é um prazer  
que faz sonhar  
[...]  
enquanto eu fumo  
depressa a vida passa  
e a sombra da fumaça  
me faz adormecer”

J. Viladomat, Felix Garso, Versão de Eugênio Paes.<sup>95</sup>

Os estudos discursivos<sup>96</sup> passaram por muitos desdobramentos desde o seu surgimento nos anos 60. A variabilidade teórica em torno dos métodos de análise discursiva é numerosa, pois, como realça Mazière ([2005] 2007, p.9), por vezes, a Análise de Discurso é “praticada às margens da análise de conteúdo da qual se separou, ela pode ainda, se bem que mais raramente, ser reinvestida em uma análise formal, semântica e sintática a que visara em seus inícios”. Essa versatilidade analítica responde, na verdade, às transformações de investigação que os campos de desdobramento da ciência Linguística suscitaram nos estudos da linguagem, o que não seria diferente com o florescimento da Análise de Discurso pecheuxiana, nos anos 60.

Diversos artigos, livros e dicionários compõem o acervo bibliográfico produzido, nas últimas décadas, em diferentes campos do saber, abraçando a Análise de Discurso (doravante, AD). Requisitada com frequência por outras ciências além da linguagem, tais como a psicologia, história e sociologia, não era de se esperar que os métodos e dispositivos analíticos da AD se tornassem estáveis. Afinal, o humano não é inerte, e a dinâmica da vida, da história e das línguas serviriam para impulsionar os pesquisadores a (re)pensarem as práticas sociais e as relações humanas por meio da linguagem.

Diante desse complexo cenário investigativo, ressaltamos que não propomos, neste estudo, pormenorizar aspectos epistemológicos amplamente discutidos na vasta literatura acadêmica que envolve a AD e suas diversas aplicações analíticas. Neste capítulo, ensinamos apenas explicar as questões epistêmicas e metodológicas que dizem respeito ao recorte

<sup>95</sup>

Disponível

em:

<https://www.youtube.com/watch?v=EV1zIeSXEpK&list=PL4hMY4tbuKoRMwteiMumrvpPbhB8vFMC6&index=6> Acesso em: 23 abr. 2018.

<sup>96</sup> A exemplo da Análise Crítica do Discurso (designada também de Estudos Críticos do Discurso) desenvolvida a partir dos anos 90, do século passado.

teórico por nós utilizado na condução deste estudo, pois, como destaca Mazière ([2005] 2007, p.14), “o estabelecimento de um corpus mobiliza a posição do analista sobre a língua e seu funcionamento”. Por esse motivo, definir os fundamentos que constituem os dispositivos analíticos gerenciadores dos nossos exames discursivos auxiliará na compreensão da condução investigativa da análise dos dados.

### 3.1 DAS BASES CONCEITUAIS DA AD

Os estudos do discurso afloraram em um cenário acadêmico marcado por reflexões críticas e rupturas epistemológicas, tanto nas pesquisas linguísticas quanto nas investigações científicas sociais de abordagem estruturalista. Dessa maneira, para um apropriado entendimento dos processos de transformação teórica, é necessário apresentarmos algumas noções fundantes para o desenvolvimento, descontinuidade e transformação dos estudos discursivos, caso do Estruturalismo.

Desde a publicação póstuma da obra *Curso de Linguística Geral* (de agora em diante, CLG), do suíço Ferdinand Saussure, em 1916, organizada por seus ex-alunos Charles Bally e Albert Sechehaye, inúmeros pesquisadores como Roman Jakobson e Nikolai Trubetzkoy, membros do *Círculo Linguístico de Praga* (TOLEDO, 1978), criado em 1926, se detiveram a explorar o campo da Linguística, sobretudo na área da Fonologia. E, nesse movimento investigativo, muitos outros pesquisadores se detiveram ao estudo da língua a partir de diferentes perspectivas (Fonologia, Sintaxe e Semântica). E, nesse florescer de pesquisas acadêmicas, Roman Jakobson se tornou referência nos estudos linguísticos e na difusão do conceito de estrutura, o que seria essencial, por exemplo, para orientar os estudos antropológicos estruturalistas de Claude Lévi-Strauss, destaca Dosse ([1992] 2007).

Assim, o estruturalismo passou a funcionar como dispositivo de análise capaz de explicar a organização, não apenas dos sistemas linguísticos, mas sobretudo dos sistemas sociais. Nessa orientação, os desdobramentos nos campos científicos em torno da noção de estrutura ganharam força, em especial, pela projeção do conceito nas práticas científicas da época.

De qualquer forma, dentro da esfera dos estudos linguísticos, as contribuições de Saussure foram basilares para fomentar o florescer de metodologias orientadas para a análise estrutural das línguas. O cenário de estudos linguísticos, antes do CLG, encontrava-se focado ora nas comparações entre línguas – no esforço de recuperar traços linguísticos comuns entre as diversas línguas a fim de se detectar a protolíngua; ora nas pesquisas norteadas por

aspectos historicistas – na observância de explicar as mudanças diacrônicas as quais as línguas estavam sujeitas.

Com o trabalho de Saussure, esses direcionamentos de estudos linguísticos acabaram cedendo espaço às mudanças de perspectivas linguísticas proporcionadas pelas abordagens teóricas apresentadas no CLG. O estruturalismo prosperou nos estudos linguísticos. Nos EUA, estruturalistas como Leonard Bloomfield, Edward Sapir e Zellig Harris trouxeram contribuições fundantes para o desenvolvimento e continuidade dos estudos linguísticos de base estruturalista. Já, na França, apresentando outras perspectivas de análise, temos como destaque os estudos em torno da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, cujos apontamentos sobre o sujeito e a subjetividade da linguagem seriam recuperados e se tornariam objetos de discussão, juntamente, com a abordagem informacional, da Teoria da Comunicação, proposta por Jakobson, nos estudos de Pêcheux, ([1969]1997a) e Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b).

O cenário de estudos linguísticos floresceu até o surgimento do movimento filosófico pós-estruturalista, cujos pilares estão nos questionamentos dos limites de análise dos modelos estruturais. O estruturalismo saussuriano não tinha como foco as particularidades de línguas específicas, mas os princípios organizacionais comuns às línguas, na observância de uma teorização geral. No caso da Linguística, ao definir a língua como um sistema social e a fala como aspecto individual, Saussure se deteve à análise da função e funcionamento das formas para fundamentar um processo capaz de dar conta das generalidades linguísticas. Assim, a preocupação de Saussure recaí sobre o funcionamento das formas da língua e não sobre as manifestações individuais da fala.

Assim, chegamos aos anos 60. Período histórico de grandes transformações sociais e de cisões metodológicas nos processos científicos de análise das ciências sociais e da linguagem. Estudiosos como Michel Foucault e Jaques Derrida, Gilles Deleuze e Roland Barthes lançavam novos olhares sobre o homem e a história. E, nesse heterogêneo conjunto teórico de abordagens e de pesquisas assinaladas por conflitos epistemológicos, surge no campo da linguagem a AD como alternativa de análise e interpretação dos discursos. Se, de início, os mecanismos de análise discursiva adotados por Zelin Harris se detinham ao “funcionamento intratextual”, como lembra Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b, p.206), isto é, se limitava à análise de reprodução de estruturas na macro-organização de um único texto, o projeto da AD de Michel Pêcheux expandia esses horizontes analíticos e, nesse sentido, outras

noções como *interdiscurso*, *formação ideológica*, *formação discursiva* e *condições de produção*<sup>97</sup> foram se inscrevendo na constituição dos dispositivos de análise.

### 3.2 A ANÁLISE DISCURSIVA DE MICHEL PÊCHEUX

Os estudos linguísticos de base estruturalista se detiveram a explorar a organização da frase e suas relações sintáticas, deixando de lado a investigação sobre o discurso e seu funcionamento. Nesse cenário investigativo, para a AD se firmar, enquanto disciplina de interpretação, precisou percorrer veredas conceituais para a reconfiguração teórica de seu empreendimento epistemológico. Assim, o recenseamento teórico em outras áreas do conhecimento (ex.: psicanálise, história e ideologia) foi essencial para a construção dos dispositivos teóricos da interpretação (condições sócio-histórica, memória discursiva, formação discursiva, ideologia, sujeito), a fim de compreender não o que o texto quer dizer, mas como ele funciona para produzir sentidos via discurso. Pois no entendimento de Pêcheux ([1969] 1997a, p.82), o discurso é o “efeito de sentidos” produzido pelos interlocutores, estando estes marcados por formações imaginárias resultantes da projeção do lugar social ocupado por cada sujeito nos processos discursivos.

Na compreensão dos estudos da AD, os métodos puramente linguísticos (imanescentes), centrados apenas na língua, não dão conta do estudo sobre os processos discursivos, pois é inconcebível separar o enunciado material tanto de suas condições de produção quanto do sujeito; todos estão imbricados no processo discursivo, realça Mazière ([2005] 2007). Dentro dessa perspectiva, Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b) apresentam um quadro teórico epistemológico geral, no qual os autores propõem uma ligação entre três regiões do campo científico, a saber:

1. o materialismo histórico: com a teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997b, p. 163-164)

Os autores ainda ressaltam, que, de alguma maneira, há uma articulação e um atravessamento de uma *teoria da subjetividade de natureza psicanalítica* nessas três regiões. Objetivando, portanto, esclarecer esse quadro proposto pelos autores, elucidaremos, a seguir,

---

<sup>97</sup> Essas designações serão trabalhadas detalhadamente ao longo deste capítulo.

cada região repensando-as à luz das atualizações desenvolvidas pela AD desde a sua elaboração.

### 3.2.1 O Materialismo Histórico

A ciência se constrói pelo constante questionamento dos saberes existentes, ora para contrapô-los, ora para complementá-los. E, nesse movimento de reconstrução teórica, para que possamos refletir sobre a dominação ideológica dos sujeitos nos modos de funcionamento social (abordagem já iniciada no primeiro capítulo), é relevante retomarmos as formulações de Louis Althusser, publicadas na obra *Aparelhos Ideológicos do Estado* ([1970], 1995), cujas reflexões decorrem de releituras conceituais do autor sobre o tema na obra marxista. Althusser ao repensar a noção de ideologia e seu funcionamento social traz para o bojo das discussões os modos de funcionamento dos AIE (Judiciário, escola, religião etc) nos processos de dominação ideológica e manutenção das formações sociais.

Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b), pensando, então, nos processos necessários à constituição teórica do dispositivo analítico da AD, retomam os estudos althusserianos, apontando que, dentro dos aspectos do materialismo histórico, a divisão que lhes interessa “é a da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997b, p.165), pois, é por meio da reprodução ideológica, que se operam as relações de classe.

Essa perspectiva de abordagem ideológica se torna pertinente para AD, pois, ao trabalhar as organizações sociais, Althusser ([1970] 1995) chama a atenção para os mecanismos complexos que envolvem as formações sociais. Por essa razão, o autor aponta a ideologia como uma força social determinante no funcionamento das relações entre os sujeitos e as suas condições reais de existência, marcada tanto por uma representação imaginária quanto por uma existência material.

Segundo Althusser ([1970] 1995, p.82), “na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem”. Nesse entendimento, Pêcheux ([1969] 1997a) indica que os sentidos produzidos pelos discursos são influenciados pelos efeitos das representações imaginárias que os sujeitos compartilham um do outro, pois, a imagem resultante dos lugares ocupados pelos sujeitos, numa determinada estrutura social, afeta e regula a produção dos discursos. Isso significa dizer que o MS, ao produzir uma campanha sobre o tabagismo passivo, como a de 2001 – analisada acima –, assume nas práticas

discursivas específicas, a representação imaginária de órgão defensor da saúde pública coletiva, enquanto projeta a representação do fumante como um doente que causa danos à saúde de outros sujeitos. Esse efeito imaginário, produzido entre o MS e fumantes, é determinado pela rede de filiações ideológicas médico-científica que atravessa o lugar social desses sujeitos numa estrutura social dada.

E, no funcionamento das estruturas sociais, os AIE – ao contrário dos ARE que funcionam pela força – atuam pela materialização de *ideologias particulares*, que singularizam sua existência, por meio de práticas discursivas capazes de marcar as “*posições de classe*” (ALTHUSSER, [1970] 1995, p.71) assumidas por cada aparelho, regionalizando sua atuação ideológica, caso do MS em defesa da saúde coletiva. A prática discursiva dos aparelhos produz efeitos de sentidos nas relações existentes entre os sujeitos, a língua e a história, no processo regulatório das práticas de linguagem.

Nessa orientação, Pêcheux afirma que, embora a Ideologia geral não tenha história, “as ideologias têm uma história própria” (PÊCHEUX [1975] 2009, p.130), pois são determinadas, em uma formação social dada, pelas transformações históricas de cada sociedade. Daí a noção de *lutas ideológicas de movimento*, de Pêcheux, retomada por nós no capítulo anterior, para marcar a filiação ideológica médico-científica que particulariza a tomada de posição de classe regionalizada do MS, em suas campanhas antitabagismo. Como lembra Pêcheux ([1975] 2009), os aparelhos (em nosso caso o MS) não são a origem das ideologias particulares, mas elas os constituem por definirem dentro de cada região particular de atuação as posições assumidas, pelo aparelho, na materialização de suas práticas, sobretudo, discursivas.

Nesse sentido, o MS, enquanto AIE, procura produzir o assujeitamento ideológico do sujeito, por meio de práticas materiais específicas de funcionamento (campanhas de saúde pública), pois “toda ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos pela categoria de sujeito”, reforça Althusser ([1970] 1995, p.98-99). Por esse motivo, o indivíduo é naturalmente interpelado em sujeito nas relações intersubjetivas de socialização nas regiões de atuação de cada AIE. Desse modo, as ideologias particulares determinam as ações materiais dos sujeitos por um efeito imaginário, de concepção de mundo, pautado na crença de ser o sujeito a origem do dizer e “tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade”, realçam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b, p.166).

Recuperemos, neste ponto, a campanha de 2001 (cf. imagem 11) mencionada no primeiro capítulo, a respeito do tabagismo passivo de crianças para compreendermos o funcionamento dessa noção. A peça publicitária, enquanto materialidade de um discurso ao

qual ela adere e do qual é parte, produz, sob o efeito da conscientização, um movimento de adesão do sujeito fumante (ou não) a certos dizeres que são de diversas ordens, inclusive médico-científica.

Esses saberes, que regulam a formação discursiva em que se inscreve a publicidade, aparecem, no discurso, como uma verdade que se “naturaliza” na voz do sujeito discursivo MS. Na campanha, o fumante é indicado como uma ameaça social e que cabe a cada sujeito fumante, individualmente, decidir parar de fumar e deixar de ameaçar os outros. O parar de fumar é, então, apresentado na campanha como uma ação individual, pautada tão somente na consciência e na determinação desse sujeito, sem que ele leve em conta o jogo de forças e interesses que se inscrevem no discurso do MS, que se apresenta no imaginário social como o protetor da saúde.

Desse modo, as escolhas que os sujeitos fazem são um efeito das determinações sócio-históricas, no movimento de articulação de identificação subjetiva do sujeito com o real disperso. Sem se perceber afetado, o sujeito está marcado por outros dizeres heterogêneos e pré-construídos, numa memória interdiscursiva, que o antecede e o constitui, isto é, que o interpela. Por esse motivo, afirma Althusser ([1970] 1995, p.102) “os indivíduos são sempre já-sujeitos”, pois as ideologias já transitam nas práticas discursivas antes de o indivíduo existir enquanto sujeito. Por isso, não existe discurso sem sujeito, tampouco sujeitos sem ideologia, lembra Orlandi ([1999] 2013), já que toda prática social é gerenciada por ideologias particulares.

Essas considerações críticas de Althusser ([1970] 1995) são fundantes para o projeto de uma teoria materialista dos processos discursivos, pensada por Pêcheux ([1975] 2009); isso porque, de acordo com Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b, p.166), “se deve conceber o discurso como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica” no propósito investigativo da AD. Assim, toda prática discursiva funciona como materialização de ideologias que têm como uma das maneiras de funcionamento de interpelação de indivíduos em sujeitos, as práticas discursivas dos AIE – percebidos como redutos conflituosos de reprodução e transformação ideológica (ALTHUSSER, [1970] 1995).

Nessa concepção de prática ideológica, Indursky ([1997] 2013a, p.25) destaca que “no âmbito da AD, o discurso não reflete a ideologia como algo que lhe é exterior, mas a mostra, enquanto efeito de sentido, porque ela é constitutiva da prática discursiva.” Nessa lógica, o efeito de sentido resulta do atravessamento da ideologia nos sujeitos, pois, como complementa Orlandi ([1999] 2013, p.46), a ideologia “é a condição para a constituição do

sujeito e dos sentidos.” Por essa razão, para se estudar o discurso e seu funcionamento deve-se partir da materialidade discursiva, que é, ao mesmo tempo, ideológica e linguística.

Dessa maneira, nos estudos da AD, o trabalho com essa materialidade permite a compreensão dos mecanismos mobilizados no processo de construção dos efeitos de sentidos dos discursos, especialmente, pela razão de os processos discursivos não terem origem no sujeito, mas se realizarem pelo sujeito. Vejamos, então, a seguir, como os mecanismos linguísticos funcionam na produção dos sentidos.

### **3.2.2 Os Mecanismos Linguísticos**

Outro ponto peculiar à constituição das bases teóricas da AD diz respeito à linguística e aos procedimentos de análise sintática dos processos enunciativos. Esse ponto de exame se torna pertinente para a AD, pois, como destacam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b, p.172), “estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido.”

Essa observação dos autores nos permite elucidar que a manifestação de um discurso se dá por meio do funcionamento de enunciados “linguísticos de dimensão superior à frase” (PÊCHEUX, [1969] 1997a, p.78), associados às condições sócio-históricas de produção do discurso. Diante disso, é possível afirmar que um discurso existe pela interligação dos mecanismos de referência não linguísticos que se inscrevem no material linguístico para produzir os efeitos de sentido dos discursos.

Nessa perspectiva, sendo o estado das condições de produção variável e só se fixando no contexto de uma produção discursiva específica, devido às características concernentes ao jogo discursivo de cada atividade, Pêcheux ([1975] 1997a, p.79) ressalta a questão de não ser possível “analisar um discurso como um texto,” pois, enquanto sequência linguística, o texto é fechado sobre si; já o discurso não o é. Nessa visão, um discurso se refere sempre a um complexo de discursos possíveis, visto que ele recupera outros que o antecedem e, ao mesmo tempo, abre latência de futuro para a criação de novos.

Esse movimento discursivo nos possibilita, então, afirmar que o discurso pode funcionar ao mesmo tempo como início e meio dos efeitos de sentidos de um processo discursivo, no qual se inscrevem os sujeitos afetados pela história e em específicas condições de produção. Por essa razão, as interferências e restrições às quais o discurso está submetido na materialidade da língua dizem respeito ao processo de acabamento da superfície linguística, que encerra enunciados, em decorrência dos princípios de ordem da língua. Nesse

sentido, vale destacar que as fronteiras sintáticas da língua não têm os mesmos princípios das regulações do discurso, visto que este nunca será ou terá um fim em si, ele é *ad infinitum*.

Os cortes nos e dos discursos resultam, nesse sentido, dos limites da materialidade linguística em processos discursivos e não das possibilidades do dizer. Logo, os sentidos não ficam restritos às limitações em torno do léxico ou do jogo sintático. Nessa perspectiva, o léxico não deve ser percebido como um estoque de lexemas ou morfemas semanticamente imutáveis, destacam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b), pois os elementos da língua existem numa relação de interdependência entre si. E, conseqüentemente, suas classificações morfológicas só são possíveis pelas relações sintáticas estabelecidas com outros termos. O que permite entender, então que, embora as línguas tenham regras de organização sintagmática, a escolha do ordenamento sintático dentro das possibilidades de sua variação na distribuição dos sintagmas não é aleatória, e a seleção das palavras está marcada, sobretudo pelo atravessamento ideológico, da ordem sócio-histórica, que constitui o material linguístico (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997b).

Essas questões teóricas são pertinentes para os estudos da AD devido à compreensão que esse campo analítico de leitura e interpretação tem dos processos discursivos. A perspectiva teórica pecheuxtiana não percebe os interlocutores como sendo sujeitos neutros no processo discursivo, mas simultaneamente interligados.

Nessa visão, o esquema de comunicação proposto por Jakobson ([1963] 2000) em torno de emissor, receptor e mensagem, por exemplo, é revisitado e interrogado por Pêcheux, sobretudo pelo papel dos interlocutores sugerido por Jakobson. A crítica de Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b) ao modelo comunicacional<sup>98</sup> do linguista russo se dirige tanto ao papel estanque desempenhado pelos interlocutores (considerados sujeitos para AD) quanto à mensagem, entendida pela AD, não como algo a ser decodificado ou transmitido, mas como um discurso, ou seja, um efeito de sentidos entre sujeitos interpelados por ideologias de um contexto sócio-históricos e, ao mesmo tempo, influenciados pelas representações imaginárias dos lugares ocupados por cada sujeito dentro de uma estrutura social. No entendimento dos autores, todas essas características constituem elementos determinantes dos modos do dizer, pois configuram as condições de produção dos discursos.

Dessa maneira, o funcionamento da linguagem associa simultaneamente os sujeitos interlocutores afetados pela história, a situação imediata de comunicação, o contexto sócio-

---

<sup>98</sup> Cf. JAKOBSON ([1963] 2000) Segundo o prefácio da obra, os textos que compõem o livro, com exceção do ensaio “Em busca da essência da linguagem”, todos foram publicados em francês, em 1963, em um volume intitulado “Essais de linguistique Générale”.

histórico da enunciação e a materialidade linguística, tudo isso imbricado no processo discursivo, como princípio de significação, e não simples transmissão de informação (ORLANDI, [1999] 2013).

Esse posicionamento teórico da AD, no que concerne à constituição do processo discursivo, permite-nos perceber que o discurso não existe sem determinantes linguísticos e históricos. Desse modo, a superfície linguística funciona como uma de suas condições materiais de existência do discurso. Dentro dessa abordagem de existência material, Orlandi ([1999] 2013, p.22) destaca que, no recorte teórico operado pela AD, “a fronteira entre língua e discurso é posta em causa sistematicamente em cada prática discursiva”, já que um mesmo elemento linguístico pode ser analisado como unidade da língua e/ou do discurso; logo, as fronteiras entre língua e discurso não ficam tão evidentes.

Na observância de um melhor entendimento dessa reflexão teórica em torno do material linguístico, observemos algumas ponderações a esse respeito com o título da campanha do Dia Nacional de Combate ao Fumo de 2006: *Você pode nem perceber, mas o cigarro também atinge quem não fuma*. Quando o analista recorta uma sequência linguística/discursiva para análise, e procura examinar o funcionamento do conectivo “mas”, por exemplo, tem-se ao mesmo tempo um componente linguístico e um discursivo no funcionamento sintático na superfície linguística. Isso significa dizer que o ponto de vista adotado para análise do funcionamento do conectivo “mas” – orientação da linguística da frase ou do funcionamento do discursivo – é que determinará os gestos de percepção sobre o movimento operado pelo elo de ligação na organização do discurso. Dito de outro modo, o entendimento do funcionamento dos elementos materiais estará condicionado pelo tipo de exame que se propõe o analista a fazer: análise gramatical ou análise discursiva, pois cada posição de investigação trará resultados diferentes.

Dentro dessa possibilidade de investigação, Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b, p.176) destacam que o léxico não deve ser percebido como um armazenamento de unidades lexicais simples, pelo contrário, ele se caracteriza “como um conjunto estruturado de elementos articulados sobre a sintaxe”. Os autores ainda complementam essa observação, argumentando que “a sintaxe não constitui mais o domínio neutro de regras puramente formais, mas o modo de organização (próprio a uma determinada língua) dos traços das referências enunciativas” (PÊCHEUX; FUNCHS, [1975] 1997b, p.176), dado que a sintaxe atua como espaço de significação dos discursos. Daí a importância de não se perceber os processos discursivos como um simples mecanismo de operação do sistema ou algo acessório; na verdade, os processos discursivos são o cerne de onde se extrai a possibilidade do dizer.

Essa reflexão apresenta a questão de que nem tudo pode ser dito na língua ao mesmo tempo. Por esse motivo de limitações, os processos discursivos funcionam como mecanismos de seleção e rejeição do que deve ser dito, enquanto trabalha as possibilidades aceitáveis ou não do dizer. Nesse sentido, se nem tudo pode ser enunciado, devido às margens do dizer, evidentemente que os sentidos serão afetados e regulados pelas determinações dos contextos sócio-históricos e ideológicos de produção.

Essas determinações que atravessam os processos discursivos nos permitem destacar que o conceito de sentido literal das palavras é uma ilusão, considerando que “não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há dominância de um deles”, destaca Orlandi ([1983] 2011, p.144). A construção dos efeitos de sentido é um movimento que caracteriza, portanto, a instabilidade semântica dos elementos linguísticos nas situações de comunicação, isso porque “um termo não remete a um sentido, mas [...] a um domínio nocional, isto é, a um conjunto de virtualidades”, reforça Antoine Culioli *apud* Indursky ([1997] 2013a, p.32). Esse domínio nocional possui um centro gerenciador que agrega os sentidos que lhe são identificáveis, bem como descarta do conjunto de sentidos, o que lhe é estranho.

Essa percepção de abordagem analítica do discurso não separa, portanto, as interpelações ideológicas das escolhas linguísticas, pois as palavras são as mesmas para diversos posicionamentos, acerca do mesmo tema. É o que observou Pêcheux ([1978] 2011b), após estudos comparativos realizados no Centre National de la Recherche Scientifique, juntamente com outros pesquisadores. Para o autor, no processo comparativo de equivalência de sequências sintáticas e lexicais surgem “domínios semânticos, que são conjuntos estruturados de sequências extraídas de vários discursos em um *corpus*, onde quer que essas sequências estejam relacionadas a outras por sinonímia, metonímia ou paráfrase” (PÊCHEUX, [1978] 2011b, p. 256). Segundo o filósofo, a organização dessa equivalência funciona como base do discurso e permite observar as diferentes tomadas de posição dos sujeitos, e conseqüentemente, os diferentes sentidos enunciados. Nessa perspectiva, os efeitos de sentido das palavras não serão sempre os mesmos nos processos discursivos, pois o linguístico sempre estará historicamente afetado. Essa visão, em torno da semântica, rompe, então, com a noção de sentido literal, comum à tradição linguística, justamente, pelos traços de multiplicidade de sentido que a língua permite.

Essa percepção do funcionamento discursivo é fundante para se examinar os processos de referência e os efeitos de sentido, a partir do uso linguístico, a fim de se compreender o

princípio de dominância de um sentido, captado como efeito discursivo histórico, dentro de condições de produção específicas; uma vez que, dentre várias possibilidades de sentidos, um se estabelece no discurso. Nessa perspectiva de observação acerca dos procedimentos da AD e da linguística no tratamento do material discursivo, Indursky esclarece que

a linguística ocupa-se dos sentidos estabilizados do léxico de uma língua, passíveis de dicionarização, limitando-se ao estudo de seu sentido e sua referência, enquanto a AD interessa-se pelas representações feitas pelo homem no uso que este faz do léxico em sua prática discursiva, procurando examinar as *transformações de sentido*, bem como os efeitos daí decorrentes. (INDURSKY, [1997] 2013a, p.31)

Nessa reflexão da pesquisadora, se o exame recai sobre o uso da materialidade linguística na construção de sentido, e sendo o sujeito do discurso a base dos sentidos, torna-se pertinente discutir o entendimento desse sujeito trazido pela AD, bem como as questões do uso linguístico operado por ele nas transformações de sentido, já que as posições ideológicas sustentadas pelos sujeitos, em dadas condições de produção, regulam o dizer e os significados.

No trabalho teórico desenvolvido, Pêcheux ([1975] 2009), recuperando os estudos psicanalíticos lacanianos, compreende-se que o sujeito tem a ilusão de ser a origem do dizer e, por esse motivo, não se percebe afetado pela história e por outros dizeres, com já mencionado. Na busca de compreender esse efeito no sujeito, Pêcheux ([1975] 2009) propõe dois tipos de esquecimentos que, de maneira simultânea, constituem o processo discursivo e afetam o sujeito.

Quando um sujeito enuncia um discurso, um “Outro” – na abordagem teórica psicanalítica de Lacan – determina sentidos para o sujeito, de maneira que este não se percebe afetado por dizeres que o alienam e determinam sua maneira de compreender o mundo. Nesse ponto, ocorre o funcionamento do esquecimento nº1, em que o sujeito pensa ser a origem do dizer, pois o “Outro” afeta o sujeito de maneira inconsciente. Já no esquecimento nº2, o sujeito opera, muitas vezes, pré-consciente ou semiconsciente, no processo de enunciação, pois é capaz de antecipar efeitos de sentido e se corrigir, bem como analisar equívocos e contradições no dizer, se iludindo na ideia de exercer domínio completo do seu dizer.

Nesse contexto de reflexão, o sujeito discursivo trabalhado pela AD é pensado a partir da noção de ideologia, compreendida pelo viés do materialismo histórico, como também pensado pelos atravessamentos da ordem do inconsciente da psicanálise laciana. E, justamente, nesse jogo de funcionamento do material linguístico, é que a ideologia opera interpelando e determinando os sujeitos, por meio das práticas cotidianas, naturalizando,

assim, esse processo de atravessamento ideológico por meio da evidência do sentido, dissimulado pelo equívoco da transparência da linguagem.

### 3.2.3 A Teoria do Discurso

A terceira área de investigação, que compõe o tripé das bases epistemológicas da AD, tem como alicerce a teoria do discurso, compreendida por Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b, p.164) como a “teoria da determinação histórica dos processos semânticos”. Calçados nesse entendimento, os autores destacam ainda que, nas especificidades dos estudos da AD, o “objeto a propósito do qual ela produz seu resultado não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico onde o linguístico intervém como pressuposto”. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997b, P.188). Essa concepção apresentada pelos pesquisadores conduz à observação de que os estudos dos mecanismos de funcionamento dos discursos devem ser articulados, simultaneamente, à investigação sobre o processamento linguístico na organização do dizer e ao exame das determinações ideológicas que regulam o dizer dos sujeitos.

Por isso, o discurso não deve ser percebido como a fala, isto é, uma atitude individual, nem tampouco confundido como a pura materialização da língua, pois ele não se resume ao enunciado materialmente organizado, embora dele dependa para se manifestar. Na perspectiva da AD, o discurso materializa ideologias ao produzir os efeitos de sentidos, pois sendo resultado de transformações sócio-histórica, o discurso não apresentará neutralidade e sempre marcará posições de uma forma-sujeito dominante, enquanto atua como instrumento de transformação política das relações sociais.

Por força do tempo, as relações sociais são marcadas pela dinâmica das determinações históricas, logo, o que fala no/pelo sujeito é o discurso internalizado que flutua na (re)produção dos sentidos armazenados no interdiscurso. Dessa forma, os sentidos são produzidos na formação discursiva, que orienta as sequências parafrásticas, sinalizando o que pode ser dito ao outro, em função das filiações ideológicas que atravessam o sujeito discursivo.

Esse gesto do dizer, lembra Pêcheux ([1975] 2009), produz no sujeito ideológico os efeitos de evidência, isto é, uma ilusão de unidade e naturalização dos sentidos. Assim, o sujeito não se percebe interpelado por ideologias. Ele pensa ser a origem (centro) do dizer e esquece que o seu dito repousa em um já-dito, ou seja, o sujeito é descentrado. Esse efeito de não se perceber afetado ocorre devido às determinações históricas que atravessam o sujeito e

produz um efeito de esquecimento, impedindo-o de perceber o Outro ressonando em seu discurso, como já mencionamos neste capítulo.

Assim, só há sujeito discursivo porque há interpelação ideológica e inconsciente em pleno funcionamento articulado. O sujeito é atravessado pelo tempo e espaço, já que a noção de sujeito histórico não se desvincula da noção de sujeito ideológico, pois o sujeito sempre é afetado pelas representações imaginárias do lugar que ocupa nas relações sociais, historicamente (re)produzidas e transformadas.

Objetivando, portanto, o entendimento das bases epistemológicas AD, como disciplina de entremeio, “mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva” (ORLANDI, [1996] 2012b, p.25), pois “o que há é uma construção conjunta do social e do linguístico” (ORLANDI, [1996] 2012b, p.27), bem como ensejando esclarecer os gestos de análises dos processos discursivos, elucidaremos, a seguir, as noções essenciais para os dispositivos de investigação que constituem os métodos de compreensão dos discursos e, que ao mesmo tempo, servem de referência para a análise e constituição do nosso corpus discursivo.

As bases conceituais que apresentaremos se tornam necessárias para a compreensão de alguns processos discursivos no quadro de referência da AD. Em nossos apontamentos, trataremos de maneira sucinta as noções de condições de produção, de formações ideológicas, de formações discursivas, do sujeito e da memória discursiva. E, no mesmo encaminhamento, na observância de alargar a discussão sobre os dispositivos de análise do nosso *corpus*, discorreremos sobre as noções de temporalização do acontecimento, de designação e de referenciação que compõem nosso quadro teórico.

### 3.3 O ARCABOUÇO TEÓRICO

Objetivando estabelecer o arcabouço teórico basilar para a condução das análises discursivas deste estudo, elucidaremos, a seguir, alguns pressupostos conceituais relevantes para nossa perspectiva de investigação sobre os efeitos dos discursos antitabagismo do MS; em especial, no que tange aos processos de designação e de referenciação do sujeito fumante e da prática tabagista, pelo aparelho estatal, nas campanhas antitabagismo. Considerando o vasto estudo em torno da AD e seus desdobramentos teóricos no campo investigativo do discurso – sobretudo, ao se considerar o atual desenvolvimento das pesquisas acadêmicas, no Brasil e no exterior – procuraremos, neste trabalho, recuperar e esclarecer apenas os dispositivos de análise que se revelam substanciais à leitura do nosso *corpus* discursivo.

### 3.3.1 Das Condições de Produção

Gostaríamos de começar nossos apontamentos conceituais trabalhando a noção de Condições de Produção por considerá-la basilar em nossa discussão acerca dos aspectos que envolvem o discurso e sua relação com processos discursivos e os sujeitos. Diante dessa necessária abordagem, gostaríamos de realçar, em princípio, a importância de não se pensar a noção de CP como uma associação de conceitos dispersos, que objetiva a construção de um arquétipo conceitual universal; pelo contrário, as CP não resultam de uma agregação de características discursivas fechadas em si e imutáveis. É impossível isolar um modelo geral de CP capaz de ser aplicado a quaisquer *corpora* discursiva, especialmente, por entendermos que nem a configuração dos contextos, tanto em sentido lato (sócio-histórico e ideológico) quanto em sentido estrito (circunstâncias de enunciação), nem a posição discursiva do sujeito são estáveis em sua constituição (ORLANDI, [2006] 2015). Por esse motivo, lembra Courtine ([1981] 2009), a noção de CP deve ser pensada a partir de um *corpus* particular, que será submetido à análise.

Nessa perspectiva, para compreendermos as CP que circunscreve a constituição do nosso *corpus* discursivo, é necessário recuperarmos alguns movimentos históricos que, no século 20, configuraram o trajeto das políticas de saúde no país. A análise permitirá um melhor entendimento das determinações ideológicas capitalistas que atravessam o que temos designado de Política do Corpo Saudável e, ao mesmo tempo, o exame histórico possibilitará uma reflexão acerca dos conflitos ideológicos que serviram, ao longo do século 20, para produzir rupturas nas práticas discursivas dos sujeitos em relação à aceitação e à rejeição do tabagismo no país.

Desse modo, quando se pensar nos domínios regentes das CP de um *corpus*, isto é, nas determinações que influenciaram a sua organização, é importante destacar que “os planos históricos, psicossociológicos e linguísticos aos quais as CP remetem, são justapostos sem que nenhuma hierarquia nem ordem de determinação sejam explicitamente indicadas”, reforça Courtine ([1981] 2009, p.51). No seu entendimento, os planos discursivos (domínios discursivos) não devem ser percebidos como simples unidades constituintes das CP, mas, sobretudo, como elementos intrínsecos à atividade discursiva e sem os quais não se poderia pensar a existência de um discurso.

Nesse processo de funcionamento organizacional, é relevante destacar também a função do sujeito do discurso. Para a AD, o sujeito discursivo não se confunde com o sujeito empírico, pois, o que temos numa prática discursiva são posições sujeito, e não um sujeito

físico (ORLANDI, [2006] 2015). Isso quer dizer que o indivíduo ao ser interpelado em sujeito pelo discurso (ALTHUSSER, [1970] 1995), que é da ordem do ideológico (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997b), assume uma tomada de posição discursiva, determinada por uma rede de filiações ideológicas, que gerencia os dizeres. É pertinente, reforçarmos ainda que, além dos atravessamentos ideológicos, no processo de interlocução, entra em jogo as formações imaginárias – imagens que os sujeitos constroem de si e do outro nas circunstâncias discursivas – que são afetadas pela força do espaço, do lugar social, do qual o sujeito assinala a tomada de posição, já que ele representa uma força discursiva, uma posição-sujeito, marcada pela identificação-interpelação de uma ideologia particular (ORLANDI, [2006] 2015).

Na busca de compreendermos, então, a configuração das CP do nosso *corpus*, recuperaremos, a seguir, alguns saberes mencionados na primeira parte do nosso trabalho, bem como realizaremos um breve percurso histórico das políticas públicas de saúde no país e a função dos aparelhos estatais, MS, INCA, Legislativo e Judiciário, no gerenciamento e organização das políticas direcionadas ao enfrentamento do tabagismo no Brasil. Essa retomada nos permitirá compreender como os aparelhos do Estado estão articulados pelas filiações ideológicas de determinações econômicas capitalistas, enquanto atuam na sociedade pelas suas especificidades regionalizadas, que os particularizam nas práticas discursivas.

### 3.3.1.1 Da Seguridade Social dos Sujeitos

Começemos, então, nossa reflexão sobre o aparelho estatal que gerencia as políticas públicas de saúde no Brasil, o MS. Essa instituição, como é conhecida na atualidade, foi criada, pela Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953<sup>99</sup>, a partir do desmembramento do MS e Educação. Essa divisão do órgão governamental levou à mobilização de sanitaristas, médicos e políticos engajados nos ideários de saúde da OMS a procurarem repensar o gerenciamento de políticas de saúde coletiva destinadas ao combate de doenças transmissíveis como febre amarela, malária e varíola, por exemplo (BAPTISTA, 2007). O surgimento de um setor governamental exclusivo para as questões de saúde pública servia, especialmente, no contexto em que foi criado, para organizar os serviços de saúde que se revelavam fragmentados e dispersos, num cenário de “progressiva separação entre saúde pública e assistência médica”, destacam Lima e Pinto (2003, p.1038).

---

<sup>99</sup> Detalhes da Lei disponíveis em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1920.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1920.htm) Acesso em: 05 ago. 2018.

Essa separação resultava da organização social e econômica do país que, desde o início do século 20, não apenas segregava os sujeitos pelas estratificações laborais e sociais mas também limitava a assistência à saúde dos trabalhadores no país. Esse tratamento diferenciado foi marcado, sobretudo, em 1923, pelo surgimento das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP), um tipo de seguro social financiado por empresas e algumas categorias de trabalhadores mais organizados, como marítimos e ferroviários (BAPTISTA, 2007). Sem ajuda financeira do Governo, essas CAP garantiam assistência médica aos trabalhadores e seus dependentes, além de assegurar aposentadorias, pensões e medicamentos aos associados das categorias, destaca Baptista (2007).

Nesse contexto de desigualdades assistenciais à saúde da população, o Brasil agrário apresentava uma ampla população rural (em sua maioria desassistida de tratamentos de saúde pelo governo) e muitos centros urbanos que buscavam avançar com as tecnologias e com a industrialização da época, atraindo, assim, os trabalhadores do campo para as cidades. Essa migração dos sujeitos forçava o governo a repensar o modelo de saúde pública. Nessa conjuntura social, no que tange à saúde, mudanças importantes só ocorreram com a Revolução de 1930 e, por decorrência, com o Estado Novo, a partir de 1937.

O governo de Getúlio Vargas produziu rupturas nas relações de trabalho, alargando os direitos sociais das classes trabalhadoras, o que incluiu, conseqüentemente, a ampliação da assistência médico-hospitalar para garantir a proteção à saúde do trabalhador (BAPTISTA, 2007). Devido a essa política de proteção trabalhista, houve um crescimento na demanda por atendimento médico, o que colaborou para que o governo criasse os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) dos Marítimos, em 1933; e dos Comerciários e dos Bancários em 1934, para dar suporte às CAP. Com o passar do tempo, os IAP foram expandidos para outros trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos (OLIVEIRA, 2012) a fim de se ampliar a assistência a mais categorias trabalhistas.

Com essa nova estrutura de assistência, lembra Baptista (2007), o governo não apenas gerenciava e controlava, mas também financiava um sistema de inclusão de variadas categorias de funcionários numa organização previdenciária destinada somente aos empregados contribuintes e seus dependentes. Nesse modelo organizacional de assistência médica, boa parte da população brasileira, como os trabalhadores liberais e rurais estavam excluídos e/ou limitados dos direitos à assistência à saúde, garantidos pelos IAP aos seus associados. Nessa conjuntura social apresentada, “a proteção previdenciária era privilégio de alguns incluídos, o que fazia com que grande parcela da população, principalmente os mais carentes, fosse vítima de uma injustiça social” (BAPTISTA, (2007, p.37).

Entre 1933 e 1966 havia, no Brasil, muitos institutos direcionados à assistência de trabalhadores da iniciativa privada e pública. Esse cenário político organizacional de auxílio médico-hospitalar, de aposentadoria e de pensões só foi alterado com a entrada dos militares no poder a partir de 1964. Assim, no trajeto das políticas de saúde no país, o governo militar, visando a um novo sistema de gerenciamento do Estado, acabou produzindo uma reorganização administrativa nos órgãos federais. Nesse cenário social, em 1966, todos os institutos foram unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), e todos os profissionais, independentemente dos IAP aos quais estivessem ligados, estavam, a partir de então, sob a coordenação previdenciária do governo (OLIVEIRA, 2012), em um único instituto.

Além dessas cisões administrativas, outras mudanças foram aplicadas na máquina pública em 1977. Nesse ano, foi instituído ainda o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social<sup>100</sup> (SINPAS), sob o controle do Ministério da Previdência e Assistência Social. O SINPAS mantinha o funcionamento do INPS como responsável pelos benefícios e serviços aos trabalhadores urbanos e rurais<sup>101</sup>, e, ao mesmo tempo, criava o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), encarregado da gestão financeira da previdência, e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), incumbido da assistência médica. Em meio às transformações sociais ocorridas no Brasil, entre 1964 e 1986, período do regime militar e, sobretudo, com a promulgação da nova Constituinte em 1988, que reorientava as determinações sobre a seguridade social, é possível perceber o surgimento de novas orientações para as políticas de saúde do Estado. As filiações ideológicas que atravessavam os discursos da recente Constituição exigiam uma reestruturação não só do sistema previdenciário, mas também do modelo de assistência à saúde pública.

Nesse cenário, em 1990, houve a fusão do INPS e o IAPAS para formar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Esse novo órgão passou, então, a atuar na operacionalização do Regime Geral da Previdência Social, buscando garantir, pela prestação de serviços aos cidadãos, os direitos e garantias da Constituição Federal de 1988, no que concerne aos serviços previdenciários. Já o INAMPS foi extinto em 1993, não apenas por ter

---

<sup>100</sup> Detalhes da lei podem ser conferidos em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6439.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6439.htm) Acesso em: 08 ago. 2018.

<sup>101</sup> O INPS, em sua instituição inicial, deixou de fora os trabalhadores domésticos e rurais de sua assistência. No entanto, em função das mudanças sociais ocorridas no país, na década de 70, o governo paulatinamente incorporou outras categorias de trabalhadores no sistema de cobertura de benefícios do INPS, caso dos empregados domésticos, dos autônomos, dos idosos maiores de 70 anos, dos inválidos não segurados e dos trabalhadores do campo (BAPTISTA, 2007). Detalhes das mudanças podem ser conferidas em: <https://www.inss.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/breve-historico/> Acesso em: 09 ago. 2018.

sido alvo de denúncias de corrupção, mas, sobretudo, pelo entendimento da seguridade social apontada na Constituição de 1988, que incluía, em sua conjuntura, os campos da saúde, previdência e assistência social; exigindo, portanto, a criação de um sistema de saúde com estrutura e funcionamento diferente do INAMPS. Era necessário organizar um complexo de atendimento médico-hospitalar capaz de garantir melhores condições de vida digna para todos os sujeitos.

Desse modo, a nova proposta de assistência à saúde universal, obrigatória e gratuita a todos os cidadãos, determinada pela Constituição Federal de 1988, suscitou a criação do Sistema Único de Saúde<sup>102</sup>, em 1990. Esse sistema passou a atuar na prevenção e tratamento de doenças do corpo social e individual do sujeito; funcionando, assim, como a principal estratégia na política de saúde para acabar com a seletiva assistência médico-hospitalar da população carente no país.

Antes dos SUS, a assistência universal de doenças era destinada, por meio do MS, ao combate das endemias transmissíveis ao corpo social com vacinação, enquanto a assistência médica individual do cidadão estava limitada às questões de contribuição econômica ao sistema previdenciário (OLIVEIRA, 2012). Nessa configuração social, as determinações econômicas capitalistas geravam um conflito de classes sociais, controlando quem deveria viver mais por ser beneficiado pelo sistema previdenciário; assim como sentenciava os mais pobres a sucumbirem à miséria e à morte por serem excluídos dos serviços de saúde e previdência. As populações mais carentes, destaca Baptista (2007), eram assistidas, apenas, em riscos de disseminação de doenças infectocontagiosas.

As doenças endêmicas passavam por intervenções mais amplas, porque elas se tornavam um problema político e econômico tanto para indústria quanto para o governo, visto que a necessidade de produção de bens e serviços, bem como a migração dos trabalhadores do campo para a cidade, alteravam as relações sociais das cidades com as doenças infecciosas. Essa preocupação obrigou ainda nos anos 50, o governo a criar o Departamento Nacional de Endemias Rurais, para intensificar o combate às endemias de malária e mal de chagas (BAPTISTA, 2007). Era necessário adotar políticas utilitárias de prevenção de saúde do corpo social, afastando a possibilidade de doenças transmissíveis por meio de contágio de trabalhadores infectados, visto que a indústria precisava assegurar que seus trabalhadores estivessem sadios (BAPTISTA, 2007).

---

<sup>102</sup> Detalhes sobre a criação do SUS disponíveis em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm)  
Acesso em: 10 ago. 2018.

Embora essa postura higienista esteja presente no século 20, Foucault ([1979] 2011, p.97) aponta que apareceu na Inglaterra, no século 19, “uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas”. De maneira geral, é possível observar que, nos séculos 19 e 20, as relações sociais com as doenças estavam orientadas para a preservação do corpo social, já que o combate às doenças permanecia focado na salubridade dos espaços urbanos e laborais a fim de garantir a saúde de trabalhadores para a manutenção da mão-de-obra.

De modo semelhante, a preocupação com a contaminação dos espaços coletivos vai continuar no século 21. E, no âmbito de nossa discussão, insere-se o conflito sobre o tabagismo passivo nos espaços de uso coletivo, especialmente, nos locais de trabalho. O hábito de fumar tem sido apontado como um problema social epidêmico, pois a fumaça tóxica do cigarro (causadora de doenças) prejudica tanto os trabalhadores fumantes quanto os sujeitos não fumantes (como foi apontado no primeiro capítulo). Garantir os espaços sociais de uso coletivo livres da fumaça do cigarro tem sido uma posição discursiva adotada pelo MS em suas campanhas, como forma de conscientizar a todos os sujeitos sobre os riscos de doenças provocadas nos fumantes passivos.

Essas sucintas considerações são relevantes para entendermos que a noção de saúde pública coletiva, assumida pelo governo, ao longo dos anos, tem sido determinada pelas ideologias capitalistas dominantes em cada contexto social. Por essa razão, o MS, em suas práticas discursivas, acompanhou, desde a sua criação, as transformações históricas e econômicas do país, ampliando seus campos de atuação para que pudesse atender às demandas sociais na prevenção, controle, combate, cura e extinção de doenças endêmicas e epidêmicas. Dentre as diversas alterações estruturais e funcionais no sistema de saúde do Brasil, um marco importante está na incorporação do INCA<sup>103</sup> ao MS. Criando nos anos 60, o INCA, em 1969, foi desligado do MS e, em 1972, reintegrado. Desde então, ele permanece subordinado às políticas gerais do MS.

A atuação do INCA sempre esteve direcionada à política de controle e prevenção do câncer no país. Por esse motivo, o INCA iniciou o combate ao hábito de fumar ainda nos anos 80, quando o governo brasileiro começou a alterar as relações com o tabaco, especialmente, com as campanhas para os eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo. E, desde os anos 90, com a criação do SUS e os redirecionamentos das políticas de saúde no país, o INCA,

---

<sup>103</sup> Outros detalhes sobre o INCA podem ser consultados no site da instituição disponíveis em: [http://www1.inca.gov.br/conteudo\\_view.asp?id=235](http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=235) Acesso em: 10 ago. 2018.

enquanto instituição referencial na prestação de serviços de prevenção de câncer, tem se articulado com pesquisadores e organizações nacionais e internacionais para produzir pesquisas e coletar resultados de estudos médico-científicos, ao redor do mundo, a respeito dos malefícios do tabaco à saúde a fim de alimentar o sistema de informação do MS, para auxiliar o órgão de saúde tanto na criação quanto no gerenciamento das políticas públicas de prevenção de risco de câncer no Brasil. Além desse apoio na coordenação de programas nacionais de precaução, as pesquisas científicas têm funcionado ainda para subsidiar as ações do Legislativo e do Judiciário no controle do tabagismo no território nacional, como mencionamos no primeiro capítulo.

### 3.3.1.2 Das determinações Ideológicas

O entendimento do tabagismo, por parte do MS, como doença epidêmica crônica (INCA, 2007) traz, para o governo, uma responsabilidade de controle, que foge das competências regulatórias de atuação do MS, enquanto aparelho do Estado; pois, esse órgão não pode criar dispositivos jurídicos de proibição, visto que suas práticas discursivas regionalizadas funcionam, prioritariamente, pela interpelação ideológica dos sujeitos (ALTHUSSER, [1970] 1995).

Diante dessa ressalva, destacamos que, em face das limitações discursivas impostas pelas particularidades de atuação do MS, o Estado mobiliza outros aparelhos pelas ideologias econômicas capitalistas para que eles possam atravessar, em suas práticas discursivas, as filiações ideológicas médico-científico, agora dominantes no discurso institucional. Desse modo, o discurso antitabagista produzido e difundido pelo MS encontra suporte no poder Legislativo (pela legitimidade de criar Leis) e no poder Judiciário (pela força de punição dos sujeitos), que pela força da lei e da punição transformam a “recomendação” em ordem e em obrigação. Outros saberes, de diferentes espaços discursivos, passam a ecoar na sociedade junto ao discurso antitabagismo do MS, produzindo efeitos de legitimação aos sentidos produzidos pelo órgão de saúde. Nessa articulação de saberes, as tomadas de posição discursiva dos ARE apontam para os silenciamentos de sentidos tabagísticos positivos não mais autorizados pela forma-sujeito dominante no seio da Formação Discursiva Antitabagismo, em que os dizeres desses aparelhos se inscrevem. As proibições impostas às empresas cigareiras, sobretudo, em relação aos meios de incentivo ao hábito de fumar, sinalizavam para a ampliação dos conflitos de interesses de capital entre os órgãos de saúde e a indústria do tabaco.

É nesse contexto de conflitos, que os aparelhos do Estado constituem formações sociais marcadas por relações antagônicas em sua organização política-ideológica. Para Haroche, Pêcheux e Henry ([1971] 2011, p.27), uma das características das lutas nos aparelhos é a Formação Ideológica (de agora em diante, FI), entendida como um “elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças - na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado”, ou seja, as FI compreendem um complexo sistema de atitudes e representações que se confrontam marcando posições de classe. Isso significa dizer, como já mencionado, que o discurso é um aspecto material da ideologia e, portanto, não se pode pensá-los separados.

Diante dessa observação, esclarecem Haroche, Pêcheux e Henry ([1971] 2011, p.27), as FI acomodam “uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura” social dada. Pensando na organização do nosso corpus discursivo, podemos compreender que o MS ao enunciar um discurso sobre o hábito de fumar, esse discurso entra em relação com as FI que compõem contexto histórico (saberes sobre os malefícios do cigarro à saúde, Leis regulatórias do tabaco), para estabelecer na configuração das Formações Discursivas os efeitos de sentido antitabagismo nas palavras, isto é, os efeitos de sentidos negativos a respeito da prática tabagista e do fumante, além de sentidos de regulação do consumo pela retomada dos discursos jurídicos.

O funcionamento discursivo dos ARE (Legislativo e Judiciário) contribui, portanto, para o MS exercer a *dominância ideológica*, que no entendimento de Chauí ([1980] 1984, p. 95), é marcada por “universais abstratos, isto é, a transformação das ideias particulares da classe dominante em ideias universais de todo e para todos os membros da sociedade”, pois, sendo a ideologia a base de dominação de classes, ela apaga as contradições internas entre a organização das classes dominantes e dominadas, levando o sujeito, em suas práticas discursivas, a não se perceber interpelado pelas determinações de uma ideologia particular (ALTHUSSER, [1970] 1995). Essa observação, acerca dos atravessamentos ideológicos, nos permite compreender que, enquanto o governo buscava produzir, pela representação dos seus aparelhos, um apagamento de ideologias particulares contrárias à ideologia antitabagismo, esta foi se naturalizando como universal nas práticas discursivas dos ARE Legislativo e Judiciário e, sobretudo, do AIE MS.

Esses aparelhos passaram a funcionar orientados pelos atravessamentos dos discursos científicos, alinhados às determinações econômicas do Estado. Como já mencionado, os resultados das pesquisas científicas têm auxiliado o poder Legislativo a fundamentar sua

atuação nos processos regulatórios do tabagismo no país; no entanto, os estudos clínicos, acusando o tabaco de provocar doenças, foram ignorados pelo poder público brasileiro até meados dos anos 80. A ruptura discursiva na tomada de posição do governo (antes recusava as recomendações médico-científicas e agora as aceita), leva-nos a recuperar a afirmação de Herbert ([1967] 1995, p.64), de que “toda ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual ela se destaca”. Retomando as palavras do autor, podemos sugerir, então, que o funcionamento das práticas discursivas de cada aparelho do Estado (MS, Legislativo e Judiciário), dissimula, neste caso em estudo, que a ciência está a serviço da ideologia capitalista antitabagismo, disfarçando o viés econômico.

Nesse contexto de aparelhos orientados pelas determinações capitalistas, coube ao ARE Legislativo produzir o acontecimento discurso mais importante na política nacional de combate ao hábito de fumar, a criação da Lei Antitabagismo, em 1996. Este acontecimento – comentando na primeira parte deste trabalho – produziu uma ruptura nas práticas discursivas em relação ao controle da publicidade e venda dos derivados do tabaco. Desde então, outras Leis Complementares e decretos foram criados pelo ARE Legislativo para reforçar a tomada de posição do MS no enfrentamento ao tabagismo, cabendo ao ARE Judiciário julgar e punir os infratores dos dispositivos jurídicos.

No Brasil, seguindo as prescrições da Constituição Federal de 1988, compete, principalmente, ao poder Legislativo que “é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 26), democraticamente eleitos pelo povo, analisar matérias de interesse coletivo para criar Leis Nacionais que regulam o funcionamento do Estado, bem como a conduta dos cidadãos brasileiros e das organizações privadas e públicas. Já ao poder Judiciário compete a obrigatoriedade de garantir a todos os cidadãos a inviolabilidade de seus direitos individuais, coletivos e sociais. Dentro da esfera de atuação, é função também do Judiciário resolver conflitos de interesses individuais e coletivos contra as instituições do Estado e, pelos tribunais específicos, punir os sujeitos que violam as Leis que regulam o bom funcionamento da sociedade. Nessa organização estrutural do aparelho estatal, é possível verificarmos que, em nosso caso de estudo, o governo utiliza os aparelhos repressivos para mediar os conflitos ideológicos instaurados pelas determinações econômicas, pois até o final do século 20, o tabagismo estava livre das regulações e das proibições que, atualmente, são vigentes no país.

Mesmo diante dos conflitos que as práticas discursivas desses aparelhos possam produzir, cabe à ideologia particular antitabagismo, em seu funcionamento de dominação, separar o grupo dominante das ideias dominantes. É essencial para os aparelhos produzir o

entendimento que essa posição de enfrentamento é a melhor atitude a ser tomada por todos os sujeitos, dissimulando a dominação ideológica do grupo dominante. É nesse movimento que o AIE MS atua como espaços de legítimo poder especializado, funcionando majoritariamente pela ideologia para garantir a dominação e a conservação dos mecanismos das estruturas sociais.

Por isso, o sujeito não se percebe interpelado pela ideologia particular antitabagismo do MS devido ao processo de assujeitamento das forças de alienação do Estado. E como cabe ao Estado garantir o bem-estar da sociedade, suas determinações políticas são percebidas, no geral, pelos sujeitos como benfeitorias. Nesse sentido, as leis contribuem para modificar as relações sociais com o tabaco e, em consequência, o viés ideológico motivador dessa transformação (determinações econômicas) não é questionado em função do efeito do poder de verdade que as posições discursivas do MS, enquanto representação do governo, passam a significar. É como se a ideologia antitabagismo brotasse na sociedade sem interesses.

Essa ideologia regionalizada dissimula as determinações econômicas, quando sugere ao sujeito a cessão do tabagismo para que ele tenha um corpo saudável e uma vida longa. Portanto, o sujeito ao se identificar e reproduzir os discursos antitabagismo do MS, bem como seguir as normas reguladoras dos discursos jurídicos de combate ao cigarro assume uma posição de luta contra o tabagismo, num cenário de conflitos de grupos antagônicos (fumantes e ex-fumantes), tendo a ilusão de estar realizando sua livre vontade, sem se perceber interpelado pela identificação ideológica (PÊCHEUX, [1975] 2009).

E nesse processo de dominação ideológica antitabagismo, o Brasil, no contexto histórico contemporâneo, tem sido apontado pela OMS como um exemplo para o mundo. Essa tomada de posição-sujeito do governo brasileiro, na busca de criar políticas públicas de saúde eficientes para o enfrentamento dessa epidemia mundial se revela tão significativa para a OMS que a instituição estrangeira propôs que o Brasil fosse a sede das ações do evento político mundial em 2004. Esse reconhecimento internacional, na verdade, camufla a tomada de posição de indiferença do Estado brasileiro, no combate ao tabagismo, predominante, até meados dos anos 80.

De uma perspectiva global, quando recuperamos o trajeto do fumo pelo mundo, é possível analisar que o movimento antitabagismo esteve presente em qualquer época da história de disseminação do hábito de fumar (MACKAY; ERIKSEN, 2002, p. 18-19); no entanto, a universalização de discursos com sentidos de rejeição só ocorreu de maneira influente, em meados do século 20, principalmente, com a divulgação de pesquisas científicas associando as doenças de câncer ao consumo de derivados do tabaco, como visto na primeira

parte do nosso estudo. Por outro lado, foi na passagem do século 20 para o 21, que o discurso antitabagismo, no Brasil, se sobrepôs à dominação social da ideologia tabagista, basicamente, pelo surgimento de Leis que produziram o silenciamento da ideologia tabagista no território brasileiro.

Desse modo, os aparelhos do Estado, quando recuperam em seus discursos os resultados das pesquisas científicas, disfarçam pelas filiações ideológicas médico-científica as determinações capitalistas que orientam a conjuntura social de aceitação ou rejeição do discurso médico pelo governo. Essa postura conflituosa do Estado é determinada pelas condições econômicas que mais lhe interessam em cada período histórico, pois são as ideologias capitalistas que gerenciam a tomada de posição discursiva da administração pública. Esse direcionamento discursivo do Estado abre latência para refletirmos sobre as prováveis motivações capitalistas que levaram o governo a desconsiderar as recomendações médicas nacionais e internacionais sobre os efeitos nocivos do tabaco à saúde para, posteriormente, adotá-las no Brasil.

Quando tomamos a conjuntura social dos anos 80 (o que já foi apresentado neste trabalho), é possível levantarmos a hipótese de que a tomada de posição governamental de valorização do hábito de fumar estava marcada pelas determinações econômicas do capital em função da conveniente e elevada arrecadação de impostos (VEJA, 1980, nº606); outrossim, o baixo custo com a saúde pública, em razão da limitação da assistência médico-hospitalar à população no país, garantia uma margem de lucro para a administração pública. Dessa forma, é possível examinar que havia determinações capitalistas gerenciando as posições de rejeição do Estado em relação aos estudos clínicos que apontavam o tabaco como um vilão à saúde. Contudo, a partir dos anos 90, quando o SUS passou a garantir a universalização e gratuidade da assistência à saúde para todos os cidadãos, o que havia sido negado, até então, na história da saúde do país, o tabagismo se tornou um problema econômico para a administração pública. Os custos com saúde foram aumentando, pois, nesse mesmo período, o desenvolvimento de tecnologias para exames clínicos e a evolução no tratamento farmacológico no campo da oncologia, somados ao crescimento e a longevidade da população brasileira, bem como as doenças e a invalidez de trabalhadores por doenças provocadas pelo consumo do tabaco (fatores analisados no capítulo anterior), elevaram os gastos do SUS. Por esses motivos, o hábito de fumar (principal causador de câncer) precisava ser desestimulado, o que forçou o governo a criar Leis e a reorientar os eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo pelos atravessamentos ideológicos médico-científicos e de prejuízos econômicos

nas práticas discursivas dos aparelhos do Estado, revelando uma posição capitalista do governo, pautada na economia de recursos públicos.

Para termos uma melhor compreensão dos gastos com a assistência médica do SUS, vejamos um estudo publicado por Knust et al. (2017), a partir da análise de despesas hospitalares, com 277 pacientes doentes de câncer de pulmão, registrados no INCA, em 2011. Esses pacientes foram acompanhados por 18 meses, e 77,6% vieram a óbito, no período do estudo. Segundo esses autores,

o custo total foi de R\$2.473.559,91, sendo R\$1.769.526,22 (71,5%) relacionados à atenção ambulatorial e R\$704.035,69 (28,5%), à atenção hospitalar (internações). No que concerne à sua distribuição por fases de tratamento, 7,2% do montante foi utilizado na fase inicial de tratamento; 61,6%, na fase de manutenção; e 31,2%, na fase terminal. Os cuidados ambulatoriais perfazem a maior parte do custo da fase inicial (66,5%) e da fase de manutenção (90,2%), enquanto internações correspondem à maior fatia (64,2%) do custo total associado à fase terminal. [...] Em relação ao custo do cuidado ambulatorial, os componentes que mais contribuíram foram a radioterapia (34%) e a quimioterapia (22%), seguidos por medicamentos (12%), exames de imagem (11%), exames laboratoriais (10%), exames anatomopatológicos (5%), consultas ambulatoriais (4%), outros exames ou procedimentos (2%) e transfusão de sangue (0,1%). (KNUST et al., 2017, p.05-07.

Esse levantamento realizado pelos pesquisadores aponta um valor elevado para o tratamento de câncer de pulmão, um dos mais incidente no mundo, com uma estimativa para o biênio de 2018-2019, no Brasil, de “18.740 casos novos de câncer de pulmão entre homens e 12.530 nas mulheres” (INCA, 2017a, p.35). O custo com assistência médica em hospitais públicos se revela dispendioso para o governo. Por esse motivo, o MS tem redirecionado as políticas públicas de saúde para a prevenção do risco de doenças, evitando, dessa forma, o encarecimento dos tratamentos de saúde.

Para se ter uma compreensão dos investimentos em saúde, nos últimos anos, no país, Piola et al. (2013, p.29) afirmam que “o gasto público com saúde saiu de R\$ 69 bilhões em 2000 para R\$ 161,7 bilhões em 2011, em termos reais”, devido à colaboração financeira conjunta dos municípios, estados e união, o que correspondeu, segundo os autores, a 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, em 2011 (PIOLA et al., 2013). Se nos detivermos apenas ao hábito de fumar, de acordo com Pinto et al. (2017), o tabagismo provoca em média, no Brasil, um prejuízo anual de 56,9 bilhões aos cofres públicos, o que corresponde a 1% do PIB. Em 2015, enquanto o país arrecadou cerca de 13 bilhões com os produtos fumígenos, os gastos médicos diretos com as doenças somaram em torno de 39,4 bilhões e os indiretos computaram aproximadamente 17,5 bilhões em função de mortes prematuras e incapacidade dos trabalhadores (PINTO et al., 2017). Nesse resultado, ainda pode ser destacado, como

realçam os autores que, sendo o tabagismo a maior causa de mortes evitáveis no mundo, ele ceifa 428 vidas por dia em nosso país e, até 2025, poderá ser responsável pelo óbito de 10 milhões de pessoas em todos os Continentes. Quando percebemos esse cenário de custos e perda de produtividade, é possível apontar que a arrecadação de impostos, com a produção e venda do produto, se apresenta inferior aos gastos com saúde, previdência e assistência social dos sujeitos fumantes ativos e passivos.

Quando visualizamos os danos econômicos que o tabagismo pode provocar, é possível compreender o que forçou o governo, nos anos 90, a uma tomada de posição que produziu uma cisão nas práticas discursivas dos aparelhos de poder do Estado nas relações com o fumo, símbolo do brasão do país, junto do café. Não era mais viável permanecer com a mesma política de incentivo ao tabagismo, pois o SUS não custeava apenas os tratamentos de câncer, ele era e continua responsável por toda uma política de preservação do corpo social e vida de trabalhadores, como aponta a Constituição Federal de 1988. Dentre as atribuições do SUS está,

- I – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;
- II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; [...] (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 200)<sup>104</sup>

Por esse motivo de proteção, o governo tem desenvolvido uma política de prevenção de risco de doenças, em especial, para o controle do câncer no país. Segundo o INCA (2017a), para no biênio 2018-2019 se estima o surgimento de 600 mil novos casos de câncer para cada ano, sendo apenas o tabagismo (principal causador de câncer) responsável por um prejuízo de mais de 50 bilhões de reais com custos diretos em despesas médicas e indiretos com a perda de produtividade (INCA, 2017a), como visto na primeira parte do estudo.

A repercussão econômica da epidemia do cigarro tem exigido uma posição do governo – que na observância de assegurar o controle do tabagismo no país e a preservação do corpo social e individual dos trabalhadores – se filia ao que designamos de Política de Corpo Saudável.<sup>105</sup> Nesse contexto, o MS, enquanto AIE, exerce influência pela relação imaginária do lugar social que ocupa nas práticas discursivas. Ele se projeta como órgão protetor da saúde coletiva, pois se filia às ideologias de proteção à vida e, em seu funcionamento

<sup>104</sup> Detalhes da Constituição Federal, de 1988, podem ser consultados em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 11 ago. 2018.

<sup>105</sup> Neste ponto do estudo, cabe destacarmos que a noção de *Corpo Saudável* apresenta uma dupla articulação, pois tanto se refere ao *corpo social* quanto ao *corpo individual* do sujeito.

ideológico, rechaça hábitos considerados nefastos à saúde, nos quais, nesse caso, se inscreve o consumo do cigarro, devido às acusações dos discursos científicos que acusam o tabagismo de ser o maior causador de câncer evitável do mundo.

As diretrizes assumidas pelo MS, no combate ao tabagismo, apontam também, desde 2003, quando Brasil assinou a CQCT, as determinações das filiações ideológicas da OMS, instituição internacional, ligada à ONU. Os discursos das campanhas de saúde, produzidos por esses órgãos – para os eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo – estão atravessados pelos discursos médico-científico, cujas determinações das ideologias capitalistas têm regulado o que pode e deve ser dito em cada campanha de enfrentamento ao vício tabágico no Brasil e no mundo. Considerando, portanto, as práticas discursivas do MS para os eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo, apresentaremos a seguir a constituição do *corpus* discursos submetido à análise.

### 3.3.1.3 A Constituição do Corpus Discursivo

Esta seção é dedicada à explicação dos procedimentos norteadores da seleção do nosso corpus discursivo. Após as considerações sobre as CP de produção dos discursos, precisamos esclarecer as questões que orientam o nosso recorte discursivo e os gestos de leitura do *corpus*. Essas ponderações são relevantes para que possamos entender o funcionamento do discurso antitabagismo do MS na designação e referência do fumante e da prática tabagista.

Recuperando os apontamentos de Courtine ([1981] 2009, p.54), “definiremos um corpus discursivo como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso”. Seguindo essas orientações, o nosso *corpus* discursivo é constituído de sequências discursivas produzidas pelo MS, entre os anos de 1997 e 2017, para os eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo no Brasil.

Gostaríamos de destacar que, desde 2015, procurávamos inventariar as campanhas elaboradas pelo MS para esses eventos. Realizamos buscas pelos arquivos digitais do MS e diversos sites da internet para identificar e catalogar as campanhas. A organização do arquivo começou a se revelar um problema, pois surgiram lacunas das peças publicitárias, em função da ausência de material digital que contemplasse o nosso recorte temporal. Embora a construção do *corpus* discursivo estivesse em andamento e se revelasse um infortúnio para a pesquisa, o nosso problema foi resolvido em 2017, quando o MS, objetivando comemorar os

20 anos de combate ao tabagismo no país, publicou um catálogo<sup>106</sup>, em que estavam reunidas todas as peças publicitárias das campanhas de saúde, que recobrem tanto o Dia Mundial sem Tabaco quanto o Dia Nacional de Combate ao Fumo.

O catálogo nos permite recortar um *corpus* adequado, pois sua constituição se dá de maneira sistemática, descrevendo os eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo de 1997 a 2017, além de apresentar a temática, os objetivos e os contextos sócio-históricos de cada campanha, bem como apresenta os discursos antitabagismo materializados pelo linguístico e pelas imagens que, juntos, se complementam e recobrem a unidade temática do que temos designado de Formação Discursiva Antitabagista. De acordo com Courtine,

a definição das CP do discurso age, portanto, no que se refere às sequências discursivas que compõem o corpus discursivo à maneira de um funil, ou melhor, de um filtro que opera por extrações sucessivas: extração de um campo discursivo determinado de um ‘universal de discurso’, extração ou isolamento de sequências discursivas determinadas, uma vez delimitado o campo discursivo de referência. (COURTINE, [1981] 2009 p. 54-55)

Vale destacar que, embora o nosso *corpus* discursivo tenha como ponto principal os discursos antitabagismo produzidos pelo MS, enquanto porta-voz do governo, para o enfrentamento da prática tabagista no território brasileiro, outras materialidades discursivas (publicidades de cigarros) foram tomadas como *corpus* e circulam na construção deste estudo, pois se faz necessário, em determinados momentos, recuperar certos dizeres tabagísticos. O conjunto de discursos usado para análise faz parte de um catálogo, inventariado pelo INCA (2017b), com 40 peças publicitárias, que recobrem os eventos políticos do Dia Nacional de Combate ao Fumo e do Dia Mundial sem Tabaco.

O material apresenta as campanhas do Dia Nacional de Combate ao Fumo, de 1997 até 2017, com intervalo de apenas um ano (1998), sem a realização da campanha, totalizando 20 peças publicitárias. Nesse grupo de propagandas, um detalhe merece consideração: a ausência de imagens na campanha de 1997<sup>107</sup>. Por isso, nesta campanha será analisado apenas o discurso verbal. Além dessas peças, é possível encontrar no inventário do INCA mais 20 campanhas destinadas ao Dia Mundial sem Tabaco, realizadas entre 1998 e 2017, sem ausência de imagem ou intervalos de lacunas nas campanhas.

---

<sup>106</sup> Para este estudo foi utilizado o catálogo digital, disponível em: <http://colecciona-sus.bvs.br/lildbi/docsonline/get.php?id=1314> Acesso em: 14 out. 2017.

<sup>107</sup> O catálogo não traz explicações sobre esta lacuna e, em nossas pesquisas pelos materiais distribuídos online pelos órgãos de saúde, também não foi possível identificar uma justificativa para a ausência.

Nesse contexto de organização das campanhas, é importante destacarmos que o tema e os materiais de enfrentamento ao tabaco produzidos para o dia 29 de agosto, Dia Nacional de Combate ao Fumo, é de responsabilidade do MS, enquanto representante do governo brasileiro. Já o tema e os materiais de divulgação do dia 31 de maio, Dia Mundial sem Tabaco, apresenta uma peculiaridade: todos os 192 países-membros da CQCT/OMS são responsáveis pela produção local dos materiais, mas as bases estatísticas e visuais para cartazes, bem como as orientações do tema da campanha são determinadas pela OMS, cabendo a cada país fazer as adaptações à realidade cultural e socioeconômica de cada nação sem abandonar o foco temático do ano<sup>108</sup>.

O recorte temporal toma o acontecimento discursivo da Lei Federal nº 9.294/1996 como ponto de cisão discursiva. Essa Lei criou cisões nas práticas discursivas tabagistas dominantes no país, pois cerceou os espaços de consumo do tabaco e limitou a publicidade de seus derivados. Essa tomada de posição do governo marcou uma nova fase da política brasileira no enfrentamento do tabaco, já que rompia, naquele contexto, com as liberdades das práticas discursivas de promoção do tabagismo, produzindo deslocamentos e reconfigurações nos processos discursivos de constituição das formações discursivas que atravessam o discurso tabagista no Brasil.

Por isso, é importante observarmos que o material histórico das campanhas elaborado pelo INCA inicia com as campanhas de 1997, ano seguinte à publicação da referida Lei. A partir de então, as campanhas do MS passaram a ser orientadas pelas determinações ideológicas antitabagismo que atravessavam os discursos da Lei, e que, conseqüentemente, marcavam uma posição-sujeito do governo diferente da tomada de posição de 1986. Essa mudança pode ser verificada, porque na Lei de 1986, o efeito da posição-sujeito do governo apontava para uma necessidade de orientar os sujeitos sobre os riscos do tabagismo, conscientizando todo o corpo social; já a Lei de 1996, estava orientada por efeitos de posição regulatória, proibitiva e punitiva.

Nesse cenário de confrontos, visando à organização e solidificação das políticas de enfrentamento à epidemia do tabagismo no mundo, a OMS elaborou a CQCT. Em 2003, o Brasil assinou o documento na intenção de colaborar com a OMS e, ao mesmo tempo, justificar a intensificação das políticas públicas de combate ao uso dos produtos fumígenos no país. De acordo com Simm (2010), somente com o Decreto nº 5.658, em 2006, três anos

---

<sup>108</sup> Entendemos que as adaptações socioeconômicas e culturais à temática, sugeridas pelas OMS, aos países membros, estão relacionadas às necessidades das políticas públicas internas das nações. Assim, uma campanha sobre tabagismo passivo pode seguir os direcionamentos que atendam às demandas sociais do Brasil, por exemplo, mas sem perder o foco temático proposto pela OMS.

depois de assinar o tratado internacional, é que a CQCT/OMS foi promulgada no Brasil, estimulando estados e municípios a legislarem também sobre a matéria, expandido, assim, o cerco contra o tabagismo.

Essa possibilidade de intensificar a luta contra o tabaco favoreceu ao país assumir uma postura mais rígida no tratamento ao uso dos produtos fumígenos. Por isso, em 2011, a Lei nº 12.546/2011 apresentou uma nova redação em relação ao uso dos produtos derivados do tabaco, alterando alguns artigos da Lei de nº 9.294/1996, e estabelecendo mais rigores à comercialização e ao uso do tabaco no território. Embora só tenha entrado em vigor em dezembro de 2014, as novas alterações e regulações legislativas apresentaram uma tomada de posição mais rígida do governo em relação ao tabagismo, produzindo outros efeitos de sentido nas práticas discursivas antitabagismo. Pois, os discursos dos eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo do MS foram ressignificando o imaginário em torno do tabagismo e do fumante.

As peças publicitárias que serviram para o recorte das nossas sequências discursivas foram produzidas para diversos eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo, em um heterogêneo contexto sócio-histórico. Desde a primeira Lei de proibição de 1996, determinada pelas ideologias capitalistas, 20 anos se passaram. E, nesse trajeto, o MS, com os discursos antitabagismo, visa a interpelar cada vez mais sujeitos na sociedade para a construção de um corpo individual e social mais saudável.

### **3.3.2 Das Formações Discursivas**

Recuperando a noção teórica já mencionada neste estudo, trabalharemos, a partir desta seção, o entendimento de Formação Discursiva (doravante, FD) e sua importância na condução de nossas análises. Para a consecução dos nossos propósitos, destacaremos alguns pontos essenciais das formulações teóricas de Foucault a respeito da constituição de uma FD e, posteriormente, discutiremos o empréstimo conceitual do termo e sua aplicação teórica por Pêcheux ([1975] 2009) na AD.

Esses apontamentos se tornam basilares para a constituição do que temos designado de FD Antitabagista em cujos procedimentos de formulação se apoiam o nosso corpus discursivo. Embora a discussão em torno da constituição de uma FD exija a inserção das noções de forma-sujeito e de posição-sujeito, não trataremos com detalhes, neste tópico, dessas noções, pois entendemos que elas carecem de um exame mais minucioso, o que faremos na seção posterior, quando abordaremos a noção de sujeito discursivo.

Retomemos, então, o tratamento sobre a FD e a abordagem foucaultiana sobre o tema. Desde a publicação de *Arqueologia do Saber*, em 1969, por Foucault, os trabalhos de Pêcheux ganharam uma nova orientação de análise discursiva. A colaboração conceitual de Foucault se deu a partir dos procedimentos de se pensar a organização de uma FD como uma constituição determinada por certas regularidades de funcionamento de discursos dispersos. De acordo com as observações de Foucault,

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir um regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como ‘ciência’, ou ‘ideologia’, ou ‘teoria’, ou ‘domínio de objetividade’ Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição. FOUCAULT ([1969] 2014, p.47)

Nessa perspectiva, uma FD seria composta por discursos antes dispersos e agora reunidos por regras de formação que os ordenariam, ou seja, os discursos seriam regidos por um sistema de relações de funcionamento e transformação capaz de organizá-los, tirando-os de sua singularidade dispersa e inserindo-os em um conjunto marcado por certas regularidades de existência, de tema, de conservação, de transformação ou de desaparecimento de certa repartição discursiva.

Em Foucault, isso significa dizer que as regras de constituição de uma FD são regidas por um sistema de correlações que operam unindo os discursos e elementos simbólicos característicos de uma FD. Para Foucault, esclarece Indursky ([2007] 2011a, p. 79), uma FD “é regida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e seu fechamento”. Tomando ainda para análise o mesmo excerto, percebe-se que Foucault estabelece uma recusa em relação ao termo ideologia por considerá-lo inapropriado como preceito regulador de constituição de uma FD. Essa exclusão, por parte do pesquisador, possibilitou a Pêcheux ([1975] 2009) retrabalhar os processos de constituição de uma FD e trazer a ideologia para o bojo da discussão em torno da organização de uma dada FD.

Segundo Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b, p.167), uma FD passa a existir “historicamente no interior de determinadas relações de classes [...] constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas”. Desse modo, ao trabalhar o discurso como um dos aspectos materiais da ideologia, Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b) enfatizam como objeto de análise não o texto, enquanto elemento linguístico, mas o *discurso* que é da ordem do ideológico e resultante dos processos sócio-históricos. Para

os autores, as FI comportam uma ou várias FD interligadas, determinando e controlando os dizeres a partir de um lugar social, ocupado pelo sujeito, dentro de um aparelho ideológico (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997b), definindo, portanto, a tomada de posição de classe do sujeito, dentro de determinadas CP sócio-históricas (em nosso caso, o contexto é marcado pelo enfrentamento do tabaco).

Assim, uma ideologia particular, ao interpelar os indivíduos em sujeitos, leva-os, sem se perceber, a assumir posições ideológicas na produção dos discursos. É, justamente, nas construções discursivas de uma dada FD, que os termos se combinam para significar, sobretudo, em função de as palavras não carregarem um sentido literal, fixo e imutável (PÊCHEUX, [1975] 2009). Elas adquirem sentido em conformidade com as posições defendidas por aqueles que as enunciam em decorrência das regulações da FD a qual o discurso se filia. Por esse motivo, a alternância de inscrição das palavras em FD diferentes faz com que elas assumam sentidos também diferentes, ressaltam Haroche, Pêcheux e Henry ([1971] 2011).

A ideologia capitalista promove a produção e a exploração de bens e serviços, assim como estimula o consumo da produtividade, na observância de incentivar o crescimento econômico das empresas e o aumento da arrecadação de tributos para a manutenção das estruturas sociais do governo. Em relação ao tabaco, esse funcionamento mercadológico de estímulo ao lucro pode ser observado no século passado, quando a indústria do fumo promoveu a expansão, a valorização e o consumo do cigarro por meio do aparelho ideológico midiático (publicidades impressas e televisivas), sugerindo efeitos de sentido positivos para a designação *fumante* (esperto, moderno, jovem, aventureiro etc) e para o hábito de fumar (sucesso, liberdade, prazer etc), graças à ideologia tabagista, socialmente dominante. Nesse sentido, as representações imaginárias do hábito de fumar estavam marcadas pelos direcionamentos de sentidos positivos que regulavam a relação dos produtos oriundos do tabaco com a sociedade, criando a classe de fumantes (com predicações auspiciosas) e a de não fumantes (sem vantagens).

Assim, a construção imaginária dos sentidos positivos sobre o fumante e a prática tabagista nas publicidades era produzida no interior de uma FD Tabagista, que se caracteriza por definir uma forma-sujeito pró-tabagismo, que filtra os sentidos, no interior dessa FD, controlando os dizeres permitidos, pela dominação das FI favoráveis ao tabagismo, marcando a posição assumida pelos sujeitos, sobretudo fumantes, em suas práticas discursivas de valorização do hábito de fumar.

Antes de avançarmos, cabem alguns esclarecimentos ainda nesta parte da discussão. No caso, porque não designamos de FD Antifumo a constituição dos saberes que marcam a organização da nossa FD, e sim de FD Antitabagista, em razão das determinações ideológicas que configuram essa organização. Essa observação preliminar se torna relevante, pois o exame do *corpus* discursivo recobre tanto o Dia Nacional de Combate ao Fumo quanto o Dia Mundial sem Tabaco. Por isso, esclarecer as determinações ideológicas que atravessam a constituição designativa desses eventos políticos é fundamental para evitarmos conflitos nocionais.

Como mencionado no início deste trabalho, a palavra *fumo*, além de designar a própria erva, também serve para caracterizar tudo o que pode ser fumado, inclusive maconha, haxixe e crack, por exemplo. A predição *antifumo* é formada pelo pref. *ant(i)*, sugerindo sentidos de oposição, e pelo sub. *fumo*, que indica tanto a folha da planta quanto a fumaça produzida na queima da erva. Nesse sentido, a predicação *antifumo* pode ser entendida como uma qualificação que sugere sentidos de oposição à planta do fumo ou a sua fumaça em combustão, como também pode indicar rejeição às drogas ilícitas que produzem fumaça, caso da maconha e do crack, por exemplo.

Assim, essa predicação se inscreve nas filiações ideológicas antifumo, cujos sentidos são amplos por recobrir as drogas lícitas e ilícitas que são fumadas e, conseqüente, que produzem fumaça. Além do mais, a predicação *antifumo* não atende às filiações ideológicas do país em relação às tomadas de posição dos órgãos de saúde internacionais, como a OMS, que combate o tabaco e seus derivados. Por esse motivo, quando analisamos os documentos oficiais dos principais aparelhos de saúde nacionais e internacionais (MS, OMS), o vício e/ou doenças é predicado como “tabagismo”, e não como “fumismo”; e, de igual modo, o sujeito fumante é predicado de “tabagista” e não de “fumista” na literatura médico-científica. Observamos, então, que as designações e as referências, em torno do hábito de fumar, buscam produzir sentidos recuperando as filiações ideológicas científicas da planta: *Nicotiana Tabacum*.

Por esse motivo, compreendemos que a predicação antitabagista sinaliza com mais propriedades as tomadas de posição e atravessamentos ideológicos do campo médico-científico nos discursos institucionais do MS. Essa adequação predicativa pode ser verificada na mobilização dos sentidos recuperados na constituição do termo *antitabagista* (pref. *ant(i)* + rad. *taba(g)* + suf. *ista*). Em sua formação parassintética a predicação é constituída pelo prefixo *ant(i)*, que aponta sentidos de oposição, e pelo sufixo *-ista*, que, segundo Bechara (2006, p.360), é usado “para formar nomes que indicam a maneira de pensar; doutrina que

alguém segue”. Nesse entendimento, a predicação *antitabagista* apresenta uma funcionalidade adequada às análises do nosso *corpus* discursivo, já que a FD Antitabagista se caracteriza por representar, na linguagem, as FI que definem a forma-sujeito antitabagismo, dominante no interior dessa FD, regulando os sentidos do que pode e deve ser dito pelo sujeito, em sua tomada de posição discursiva, em dada conjuntura social (PÊCHEUX, [1975] 2009).

Nessa compreensão, é possível examinarmos que, desde 1996, quando o Estado assumiu a tomada de posição de enfrentamento ao tabaco, ele acabou revelando uma posição-sujeito de combate às práticas tabagistas marcada por atravessamentos ideológicos das políticas internacionais de saúde da OMS, e não apenas marcada por aspectos regionalizados da política de saúde pública de combate ao fumo no país. Essa filiação ideológica pode ser verificada no catálogo do INCA (2017b), pois cada tema apresentando no inventário dos eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo sinaliza o artigo da CQCT/OMS, ao qual a temática se alinha nas tomadas de posições discursivas. Essa postura discursiva do MS revela que os sentidos produzidos pelo governo, por meio de seus aparelhos institucionais, passaram a mobilizar os sentidos produzidos a partir da Lei Antitabagismo de 1996. Essas considerações se revelam importantes, porque os discursos do evento político do Dia Nacional de Combate ao Fumo são atravessados pelas filiações ideológicas médico-científica nacionais do INCA e internacionais da OMS, não podendo, portanto, os discursos para esse evento serem analisados apenas pelas determinações capitalistas do Brasil.

Dito isso, podemos refletir, então, que a designação *Lei Antifumo*, para se referir a Lei nº 12.546/2011, utilizada como tema da campanha do Dia Nacional de Combate ao Fumo, em 2014, pode gerar conflitos nocionais de entendimento em razão das filiações ideológicas das predicações FD Antifumo e FD Antitabagista, já comentadas. Por esse motivo, é preciso esclarecer que a Lei de 2011, em sua organização discursiva, alterou vários dispositivos normativos, e não apenas artigos da Lei de 1996 referentes à prática tabagista. A Lei de 2011 é uma emenda regimental no campo do Legislativo que edita várias leis, modificando diversas normas existentes. Desse modo, dentre as diversas mudanças jurídicas apontadas pela Lei, no que tange ao tabaco, ela produzia modificações na regulamentação dos espaços de uso dos produtos fumígenos (que produz fumaça) “derivados ou não do tabaco”, Art. 49 (Lei nº12546/2011), alterando, assim, o Art. 2º da Lei nº 9.294/1996.

A Lei conhecida como *Lei Antifumo*, de 2011, é, na verdade, uma *retificação* de diversas normas jurídicas, inclusive da Lei nº 9.294/1996, que, de fato, é o acontecimento discursivo de combate ao tabaco no Brasil. Ao produzir cisões ideológicas com a instauração de uma postura de enfrentamento ao tabagismo no país, a Lei de 1996 colocou em jogo

posições ideológicas capitalistas que a indústria cigarreira tentava ocultar. Desde então, os discursos de promoção social do tabagismo começaram a ser silenciados pelo governo. E com a Lei de 2011, ajustando os artigos da Lei de 1996, novas posições restritivas foram impostas à indústria tabagista para suplantiar quaisquer práticas discursivas de incentivo e promoção do ato de fumar.

Por esse motivo, entendemos que a designada Lei Antifumo, de 2011, se caracteriza por uma tomada de posição de restrição à fumaça do tabaco nos lugares de uso coletivo, já que ela põe fim aos fumódromos. Essa posição-sujeito se filia às posições ideológicas da forma-sujeito dominante da FD Antitabagista, espaço de produção de sentidos e projeção das determinações capitalistas da luta ideológica do movimento antitabagismo no Brasil. Esse tipo de modificação da Lei, que marca uma tomada de posição-sujeito mais rigorosa e restritiva em relação aos discursos antitabagismo, silenciando posições-sujeitos contrárias ou conflitantes à forma-sujeito dominante da FD Antitabagista (instaurada pela Lei de 1996), é denominada, neste estudo, de *acontecimento jurídico*.

O acontecimento jurídico é uma noção pensada a partir da designação *fato jurídico* trabalhada por Pereira ([1961], 2011). Para o autor, o fato jurídico se caracteriza pela ocorrência simultânea de um evento e uma declaração do ordenamento jurídico.<sup>109</sup> Tomando os apontamentos de Pereira ([1961] 2011), podemos compreender que, sendo o fato jurídico a conjugação de uma eventualidade com um preceito legal, o dispositivo jurídico, conhecido como Lei Antifumo, que proíbe os sujeitos de fumarem em espaços fechados de uso coletivo, fica em estado de potencialidade, isto é, à espera de que um sujeito realize um ato ilícito (fumar em espaços coletivo fechado), contra a ordem jurídica, para que, então, seja produzido um *fato jurídico*. Assim, a existência da Lei de 2011 em si não constitui um fato jurídico, mas apenas uma declaração de ordenamento jurídico preventivo.

Em nosso entendimento, a designada Lei Antifumo é um acontecimento jurídico que marca uma posição-sujeito no interior de uma FD. Essa Lei de 2011 recupera, pelos processos parafrásticos, um memorável de discursos jurídicos e reformula-os pelos processos polissêmicos, estabelecendo uma nova tomada de posição atravessada pelas filiações ideológicas, que determinam a constituição da forma-sujeito dominante da FD Antitabagista. Além do mais, a Lei de 2011 não funciona como um acontecimento discursivo novo, tampouco

---

<sup>109</sup> Vale destacar, que ao retomarmos a noção, não a importamos com o mesmo entendimento de PEREIRA (2011). O autor não faz distinção entre fato, evento e acontecimento. Esses termos são considerados sinônimos para o jurista e, em nosso estudo, cada noção apresenta particularidades que as singularizam no tratamento teórico.

se revela uma tomada de posição contrária a dominância da forma-sujeito da FD Antitabagista, para configurar o que Indursky (2008) tem designado de *acontecimento enunciativo*.

Para a autora, o *acontecimento enunciativo* marca uma contra-identificação do sujeito com a posição-sujeito dominante no seio da FD, mas se mantém preso a forma-sujeito dominante da FD. Em nosso caso, não temos uma contra-identificação marcada por um acontecimento enunciativo, pois não foi uma posição-sujeito que surgiu para confrontar a posição-dominante; pelo contrário, nos deparamos com a sobreposição da posição-sujeito *intolerante* e dominante à posição-sujeito *tolerante* à prática tabagista. Esta, por sua vez, já contida no acontecimento discursivo e que se configura como uma posição-sujeito de contra-identificação com a posição-dominante da forma-sujeito da FD Antitabagista. Em outros termos, era a presença da posição-sujeito de tolerância ao fumódromo que marcava a contra-identificação na constituição do acontecimento discursivo, configurando, portanto, o acontecimento enunciativo proposto por Indursky (2008).

Nesse funcionamento discursivo da Lei de 2011 também não convém falarmos de desidentificação, pois, como lembra Indursky (2008), isso levaria a instaurar uma nova forma-sujeito e, conseqüentemente, outra FD, o que não ocorre nesse caso, pois o que se percebe é o agravamento do discurso antitabagismo que expande as determinações da forma-sujeito dominante no interior da FD Antitabagista, enquanto apaga internamente as posições-sujeito em conflito. Esse alargamento dos sentidos suplanta a posição-sujeito a favor do fumódromo, pois não tolera mais o discurso conflituoso que constituía os saberes da FD.

Para esclarecermos ainda mais esse funcionamento interno da FD Antitabagista, de acordo com Indursky (2013b, p.98), “na operação de contra-identificação, o sujeito exerce uma certa resistência ao saber da posição-sujeito dominante, mas continua identificado com a forma-sujeito e, por seu viés, com o mesmo domínio de saber”. Nesse caso em análise, a posição-sujeito de contra-identificação já estava presente desde a instauração do acontecimento discursivo, mas a atualização dos saberes da FD Antitabagista, por meio do legislativo, apaga a possibilidade de permanência desse discurso produtor de conflitos, dado que a posição-sujeito dominante não tolera mais a posição-sujeito contrária, pois há uma necessidade de, na prática discursiva, estabilizar sentidos para FD Antitabagista, não permitindo o surgimento de ruídos nos discursos antitabagismo.

Por isso, entendemos que a Lei de 2011 é um acontecimento jurídico em seu funcionamento discursivo, já que, como mencionamos acima, essa posição-sujeito de intolerância ao tabagismo não se inscreve no interior de outra FD, ela, na verdade, amplia o cerco contra o tabagismo na sociedade, produzindo uma posição-sujeito alinhada aos saberes da

forma-sujeito dominante da FD Antitabagista, sobretudo no combate ao fumo passivo, expandindo, assim, as trincheiras entre fumantes e não fumantes. Em outras palavras, esse acontecimento de ordem jurídica apaga sentidos conflituosos, já cristalizados no interdiscurso e dão-lhes outra reconfiguração, acomodando novos sentidos e silenciando outros. Ou seja, ao ressignificar a formulação do acontecimento discursivo, o acontecimento jurídico inscreve uma nova orientação de repetibilidade dos sentidos.

É importante destacarmos que, mesmo não estabelecendo um conflito de divisão de classes econômicas (patrões/empregados), de qualquer maneira, há um confronto de interesses entre grupos sociais, isto é, um embate ideológico, haja vista que, na conjuntura social capitalista, surge um terreno de conflitos políticos, marcado pela classe de fumantes e de não fumantes. Segundo Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b), é justamente nessas relações ideológicas de classe que intervêm diversas FD, enquanto componentes especificamente articulados, já que se pode falar sobre o mesmo tema (fumante), mas de maneira diferente e com sentidos diferentes.

Nessa compreensão, é possível examinarmos que, ao se designar um sujeito de fumante dentro de uma FD Tabagista, não se tem os mesmos efeitos de sentido, quando a designação se inscreve em uma FD Antitabagista. Nessa perspectiva, Courtine ([1981] 2009, p.73) reforça que as FD “são componentes interligados das FI”, o que implica dizer que há diferenças nos efeitos de sentido ao se designar um sujeito como “*fumante* de maconha” ou “*fumante* de cigarro”. Isso ocorre porque os sentidos mudam devido às filiações ideológicas sustentadas em cada FD em que são produzidos os discursos. Notadamente, além dos aspectos ideológicos, a inter-relação das palavras e dos enunciados afeta os sentidos, pois cada organização enunciativa se inscreve dentro de uma FD específica, como se observa com as referências “maconha” e “cigarro” acima, visto que o consumo de maconha é considerado ilegal pelo Judiciário no país, enquanto o cigarro não é.

Análoga a essa mudança de sentido, é possível verificarmos a possibilidade de palavras com sentidos literalmente opostos assumirem sentidos semelhantes em função do interior de uma dada FD, destaca Pêcheux ([1975] 2009). De acordo com o autor, é pelo *processo discursivo* que se verifica esses recursos de substituições entre os elementos constituintes dos enunciados, mediante o uso de paráfrases e sinonímia, por exemplo. Para Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b, p.169), “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase”, pois, no interior de uma FD, atuam uma família de paráfrases que funcionam como *matriz de sentido*. Esses *domínios semânticos*, de acordo com os autores,

não se originam no sujeito, pois este não é *a fonte do sentido* (PÊCHEUX, [1975] 2009), mas os processos atuam sobre ele, por meio do efeito-sujeito.

Ampliando a discussão sobre esses procedimentos organizacionais dos enunciados, Orlandi ([1983] 2011) chama a atenção para as questões que envolvem os aspectos de percepção da paráfrase nos estudos linguísticos, pois, como ressalta a pesquisadora, mesmo sendo a paráfrase percebida como a *matriz do sentido*, há uma tensão constante entre ela e a *polissemia*, já que, no processo discursivo, a polissemia é “fonte do sentido” (ORLANDI, [1983] 2011, p.137).

Nesse entendimento de produção discursiva, complementa Orlandi ([2001] 2012a, p.20), são esses “dois eixos que sustentam o funcionamento da linguagem e que constituem o movimento contínuo da significação entre a repetição e a diferença”. Isso porque, se, por um lado, a polissemia provoca rupturas e deslocamentos devido à multiplicidade de sentidos que permite a criatividade e irrompe sentidos diferentes; por outro, a paráfrase manifesta a retomada de dizeres por meio de reformulações e reiteraões, dentro de limites estabilizados, pois esse recurso é marcado pelo processo de produtividade, isto é, pelo permanente retorno ao espaço do dizível e do reformulável, como vimos, anteriormente, com o acontecimento jurídico Lei Antifumo.

Orientada pelo movimento desses eixos, Orlandi ([1999] 2013) sublinha a importância de atuação desses processos nas determinações de funcionamento da linguagem. De acordo com a autora, “é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (ORLANDI, [1999] 2013, p.36) e se inscrevem em dadas FD. Ora, se os sentidos são produzidos no interior de uma FD e marcados pelos atravessamentos ideológicos, o discurso funciona, por consequência, como material de confronto simbólico e político-ideológicos. Por esse motivo, a fim de compreendermos as mobilizações de saberes operadas pelos sujeitos na construção dos discursos, damos continuidade, discutindo a noção de interdiscurso e de memória discursiva.

### 3.3.2.1 Do Interdiscurso à Memória Discursiva

Pelo que acabamos de elucidar, é possível notarmos que uma FD se caracteriza pela relação de um *todo complexo com dominante*, no qual se inter cruzam um complexo de FI. Pêcheux ([1975] 2009) designa de *interdiscurso* esse conjunto complexo com dominantes das FD, e ao trabalhar essa noção, o autor aponta para a questão de que, mesmo sendo o

interdiscurso responsável pelas determinações de constituição de uma FD, cabe à própria FD dissimular essa determinação por meio da transparência do sentido, ocultando a objetividade material do dizer, de que algo fala antes, em decorrência da dominação das FI (PÊCHEUX, [1975] 2009).

O interdiscurso se configura pelo já-dito, por aquilo que “fala antes, em algum lugar e independente” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p.149). Ele fornece, desse modo, elementos à produção dos sentidos pelo pré-construído em função da referência “‘àquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’”, lembra Pêcheux ([1975] 2009, p.158-159). São essas evidências do sentido, que produzem para o sujeito a ilusão de ser ele a origem do dizer e não se reconhecer assujeitado ao Outro.

Esse efeito do pré-construído se relaciona com a memória — não a individual do ponto de vista psicológico, realça Pêcheux ([1983]1999, p.50), mas a sócio-histórica — dos saberes compartilhados, pois disponibiliza dizeres que se (re)significam e afetam os sujeitos pelo processo de identificação-interpelação nas práticas discursivas. Desse modo, a inscrição de um dizer dentro de uma FD ativa uma rede de filiações ideológicas que atravessa a história e revela o engajamento político-ideológico do discurso e, conseqüentemente, do sujeito.

Todas as possibilidades de sentido circulam sob a sustentação de um pré-construído de saberes coletivos e compartilhados pelas experiências discursivas dos sujeitos. Nesse entendimento, Orlandi ([1999] 2013, p.32) realça que “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua”. Ou seja, o dizer de outros sujeitos e de seus lugares imaginários ecoam em nossas palavras, sobretudo pela constituição heterogênea dos nossos saberes. Reforçando essa posição, Orlandi ([1999] 2013, p. 52) complementa que “não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso”.

Essas considerações da pesquisadora nos permitem compreender que é indispensável mobilizar a memória social para (re)produzir sentidos, pois o já-dito se revela como o pilar de sustentação do funcionamento dos discursos (num processo de estratificação das (re)formulações enunciativas antecipadas e esquecidas) para os sujeitos produzirem determinados efeitos sentidos nas práticas discursivas.

Nesse direcionamento, convém destacarmos ainda o papel da ideologia, em cujas orientações se respalda Orlandi ([1999] 2013, p.49), reforçando que “o trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento, pois é só quando passa para o anonimato que o

dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá”. Essa evidência do sentido remete, na verdade, às filiações dos dizeres, à memória social dos possíveis sentidos, que refletem o engajamento político e ideológico que atravessa o sujeito e se revela no discurso.

Simplificando esse funcionamento, podemos entender que um complexo de FD configura a existência de um interdiscurso, que, por sua vez, comporta todos os sentidos possíveis. Nesse entendimento, o pré-construído, enquanto elemento constitutivo do interdiscurso representa todos os sentidos, daí a necessidade de inscrever esse pré-construído dentro de uma FD (determinada por FI), para que se oriente os limites de sentido, regulando e determinando o que se pretende enunciar e – que por razões das CP – se pretende esquecer.

Essas observações sobre o já-dito e esquecido nos levam a perceber que os discursos têm sua historicidade e, por essa razão, seus efeitos de sentido são resultantes das determinações sócio-históricas e das filiações ideológicas assumidas em cada posição-sujeito e incorporadas ao interdiscurso que sempre se expande e se atualiza pelas práticas discursivas, sobretudo, pelas determinações da época em que o sujeito vive e pelo lugar social imaginário ocupado por ele nas práticas de linguagem. Courtine, ao tratar dessa questão, afirma que

o interdiscurso de uma FD deve ser pensando como um processo de *reconfiguração incessante* no qual o saber de uma FD é levado, em razão das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no interior de si mesmo. (COURTINE, [1981] 2009, P.100)

Notadamente, os saberes constitutivos do sujeito se relacionam com a historicidade dos fatos e as condições sociais de seu acontecimento. Por esse motivo, a língua estará sempre afetada pela história, assim como o sujeito e o discurso também estarão. Ao enunciar, o sujeito mobiliza uma rede de filiações ideológicas de sentido que o afeta. E, nesse jogo de influência ideológica, no qual ocorrem equívocos e rupturas, a história age, sobretudo, pela nossa relação simbólica no mundo, isto é, por meio dos atravessamentos ideológicos que nos constituem. Isso significa dizer que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso, no eixo interdiscursivo, dá-se pela identificação com a FD que o domina, pois, sendo o espaço de realização dos sentidos, as FD manifestam na linguagem as FI que lhes são correspondentes e que a memória discursiva reconhece como sentidos válidos pela forma-sujeito dominante.

De fato, como lembra Indursky (2009), o sentido se organiza no interior de uma FD, que remete ao que pode e deve ser dito no seio da FD, quer dizer, se os sentidos são regulados, isso nos leva a perceber que há sentidos que não devem ser ditos e, por isso, ficam fora da FD. Esse espaço de regulamentação controla, portanto, a repetibilidade e a orientação

discursiva, buscando evitar (mas nem sempre consegue) rupturas nos sentidos. Notadamente, esse funcionamento discursivo estará passível a falhas, a derivações e a conflitos de sentido, pois o interior de uma FD não é estável e homogêneo.

Com essas considerações, podemos entender que só há repetição porque existe uma memória social autorizando a retomada e (re)formulação dos sentidos. Portanto, são os discursos difundidos no interior das práticas discursivas e armazenados no interdiscurso que podem ser recuperados e repetidos (não obrigatoriamente com as mesmas palavras, embora possa ocorrer), dado que, ao se movimentar os sentidos, é possível que os discursos deslizem e derivem sentidos diferentes, se (re)significando ao circularem no seio de FD diferentes. A possibilidade de flutuação, de mudança de sentido, permite-nos perceber que as FD não são rígidas e fechadas em sua organização, pois os termos podem atravessar as fronteiras ideológicas que determinam os sentidos no interior de uma dada FD.

É, portanto, nesse processo migratório, que as palavras adquirem novos sentidos, quer dizer, pelas filiações ideológicas que dominam a matriz de sentido da outra FD em que os termos se inscrevem, visto que as palavras são os suportes do sentido, assim como “expressões e proposições adquirem sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”, destaca Orlandi ([2006] 2015, p.20).

Mas a mudança de sentido não corresponde ao apagamento dos saberes da memória social. Pelo contrário, ela continua a atuar como coadjuvante nos deslizamentos e rupturas de sentido. A memória interdiscursiva continua soando, produzindo um eco de sentidos. Se a designação fumante adquiriu, ao longo das décadas, sentidos *negativos* nas práticas discursivas, esses sentidos só se tornaram possíveis pela existência dos sentidos *positivos* na memória social sobre o fumante.

Assim, o MS, ao produzir discursos sobre a prática tabagista no seio de uma FD Antitabagista — sugerindo sentidos de danos à vida do fumante ativo e do passivo (cf. SD [01]) —, propõe ressignificar a representação imaginária positiva do consumo de cigarros, sobretudo, por esse artefato simbólico ter sido associado à aventura, à liberdade, à força, a glórias, ao glamour etc, nos anúncios publicitários, até 1996. Desse modo, os sentidos produzidos no seio da FD Antitabagista funcionam para silenciar e fazer esquecer os discursos de sentidos simpatizantes ao tabagismo.

Além desses processos mencionados, o funcionamento de um discurso opera ainda sobre a materialidade linguística. Pêcheux ([1975] 2009, p.153) designa de intradiscurso “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo [...] o conjunto dos fenômenos de ‘co-

referência' que garantem aquilo que se pode chamar o 'fio do discurso, enquanto discurso de um sujeito". Assim, o intradiscurso se caracteriza pela organização da sequência enunciativa produzida, isto é, se define pelo processamento do material linguístico em sua relação anafórica e catafórica e de substituição de termos, exercendo uma regulação no encadeamento da superfície linguística entre o que se diz, se disse e se dirá. Relaciona-se, portanto, com a dimensão textual, recuperando enunciados em um espaço dinâmico, de reformulação e transformação. Segundo Courtine,

é, então, na relação entre interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma sequência discursiva produzida por um sujeito enunciador a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD que se deve situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado como sujeito de seu discurso. (COURTINE, [1981] 2009, p.74)

É nesse processo de articulação entre interdiscurso e intradiscurso, que se opera o dizível, o enunciável, quer dizer, os efeitos de sentido dos discursos. Na observância de esclarecermos melhor nossos apontamentos, tomemos, como exemplo, duas sequências discursiva extraídas de *corpus*<sup>110</sup> de arquivo,

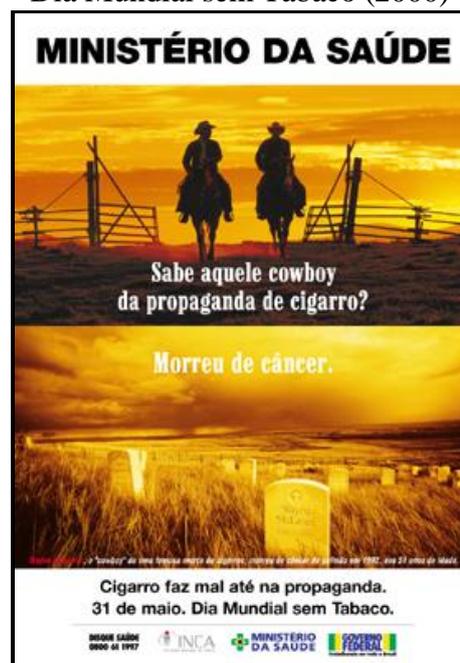
**Imagem 12** – Publicidade do Cigarro Marlboro (1970)



Fonte:

<http://www.propagandaemrevista.com.br/pesquisa/anunciante/marlboro/>  
Acesso em: 16 out. 2018.

**Imagem 13** – Cartaz da Campanha do Dia Mundial sem Tabaco (2000)



Fonte: Arquivos INCA

<sup>110</sup> Cf. Neste site é possível encontrar um acervo de publicidades do tabaco dos anos 70. <http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com.br/2012/10/anuncio-de-cigarros-na-decada-de-setenta.html>  
Acesso em: 15 out. 2017.

**SD [02]** “Venha ao sabor de aventura e liberdade. Venha à terra de Marlboro”

**SD [03]** “Sabe aquele cowboy da propaganda de cigarros? Morreu de câncer”

A SD [02] foi o título veiculado em publicidades tabagistas na década de 70, já a SD[03] foi o título produzido para a campanha antitabagista do MS<sup>111</sup>, no ano de 2000, para o Dia Mundial sem Tabaco. A partir desses enunciados e das suas articulações com a linguagem não verbal, podemos verificar que os saberes socioculturais e os sentidos sugeridos pela SD [02] estão articulados com a representação imaginária de masculinidade, “liberdade” e “aventura” do cowboy, cujas imagens da peça publicitária materializam esses anseios, orientando a interpretação dos leitores da peça publicitária ao provocar os desejos recalcados de o sujeito ser livre, corajoso, forte e aventureiro.

A indústria tabagista, ao sugerir esses sentidos, opera pela rede de relações ideológicas, no seio da FD Tabagista, buscando produzir nos sujeitos uma interpelação à prática tabagista por meio da identificação dos sujeitos com as emoções sugeridas pela forma-sujeito pró-tabagismo que se inscreve e domina o seio da referida FD.

Já no exemplo da SD [03], se percebe uma relação parafrástica, “*Sabe aquele cowboy da propaganda de cigarros? Morreu de câncer*”. Para que esse enunciado produza os efeitos de sentido dentro de uma FD Antitabagista, é necessário, inicialmente, mobilizar a memória social das publicidades de cigarro em que se pode recuperar o imaginário profícuo do cowboy, com hábito tabagístico imitável, pois sendo aventureiro, livre, forte e símbolo de masculinidade, essa representação se revela auspiciosa.

Sem essa articulação com a memória social ecoando, seria impossível a campanha do MS produzir os sentidos no seio da uma FD Antitabagista, pois não há como deslizar e produzir as ressignificações de sentidos entre o discurso e a imagem simbólica do cowboy tabagista livre e forte para a do cowboy morto pelo câncer sem os deslocamentos de sentidos. Desse modo, a construção discursiva da campanha é dividida em dois tempos cronológicos: um marcado pela representação do cowboy fumante e outro pela representação da morte desse cowboy com o *punctum* da lápide, orientando os sentidos ao sugerir que fumar é tão prejudicial à saúde que levou até o protagonista das publicidades do cigarro à morte.

Assim, os sentidos mobilizados a respeito do cowboy fumante não são os mesmos nos dois discursos, pois na SD [02] os sentidos mobilizados passam por um filtro da forma-sujeito

---

<sup>111</sup> A orientação temática é sugerida pela OMS para a campanha do Dia Mundial sem Tabaco. No entanto, como cada governo é responsável pela organização em seu país, tratamos o discurso como sendo de responsabilidade do MS, pois este órgão assume uma tomada de posição no dizer.

que separa o que não deve ser dito no seio da FD Tabagista (não são autorizados discursos capazes de produzir efeitos negativos ao tabagismo); de maneira semelhante, na SD [03], os sentidos são produzidos e orientados por uma forma-sujeito, inscrita a partir de FD Antitabagista, que isola e inscreve os sentidos capazes de contribuir para os efeitos negativos sobre o tabagismo no seio da FD Antitabagista, daqueles que possam abrir latência para contradizer a orientação discursiva de enfrentamento ao tabagismo. É nesse processo de retomadas de sentido que se pode observar o deslocamento da posição sujeito no seio de uma FD Tabagista para uma FD Antitabagista, já que os ecos da memória social ressoam no funcionamento discursivo (INDURSKY, 2011b).

Essa possibilidade de mudança de sentido ocorre, porque, segundo Pêcheux ([1975] 2009, p.146-147), “*as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas*” [grifos do autor]. Para Pêcheux, o sentido de um elemento linguístico não existe em si, mas passa a significar, isto é, adquire sentidos no discurso, pelas posições assumidas pelos sujeitos, em dadas condições de produção que regulam o dizer e os significados. E, nessa perspectiva de mudanças de posições ideológicas, o último século foi um período de grandes transformações discursivas em relação à aceitação e rejeição do tabagismo.

O MS, enquanto AIE, busca produzir nos sujeitos fumantes ou não, pela interpelação ideológica antitabagismo, uma desidentificação total com a forma-sujeito do discurso tabagista. Por esse motivo, os sentidos negativos em relação à prática tabagista vão sendo inscritos no interdiscurso na tentativa de ressignificação dos sentidos instituídos pela FD Tabagista, à medida em que se mobiliza os saberes no seio de uma FD Antitabagista determinada por um discurso médico-científico.

A designação fumante e a prática tabagista têm deslizado do discurso de sentidos positivos tabagista para o negativo antitabagista à medida que a designação vai sendo atualizada por saberes contrários ao hábito de fumar. Esse resvalo de sentido garante tanto o reordenamento da memória social para acomodar outras possibilidades de sentido quanto favorece a inscrição de todos os sentidos no interdiscurso, para que, na prática discursiva, o sujeito ao ser afetado pelo pré-construído – em função das determinações da FD – seja orientado por uma nova ordem de repetição que regula a FD, denominada, por Courtine ([1981] 2009), de *memória discursiva*.

É a partir dessa perspectiva lacunar, de deslizamentos e regionalizações de práticas discursivas que tomamos para análise a noção de memória discursiva. Segundo Courtine

([1981] 2009, p.105-106), deve-se compreender a memória discursiva como sendo “a existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos”. Tomando como perspectiva de exame esses apontamentos do autor, em torno desse caráter regionalista que configura a noção de memória discursiva, é salutar compreendermos de que maneira a memória discursiva existe e funciona para que possamos estabelecer as aproximações e os contrastes com o interdiscurso.

Essa existência histórica da memória discursiva diz respeito a um conjunto de formulações enunciativas cujos sentidos são com frequência recuperados e mantidos presentes na articulação da FD, visto que é por meio da memória discursiva que ressoam os ecos da memória coletiva. Nessa visão, os aparelhos AIE, como o MS, regulam os discursos antitabagistas no interior de uma FD pelo processo discursivo que configura o conjunto de rede de formulações de enunciados pré-construídos e regionalizados no seio de uma FD, para se tentar constituir um domínio de saber próprio da FD, em nosso caso, uma FD Antitabagista.

A memória discursiva, ao contrário do interdiscurso, que é marcado pelo seu caráter pleno de constituição dos saberes, produz uma dependência dos sentidos no interior da FD que controla, pelo funcionamento do pré-construído, o domínio da memória, monitorando o que convém dizer ou não na prática discursiva, pela posição sujeito, no interior de uma dada FD. A memória discursiva, portanto, é responsável pelos esquecimentos de certos sentidos (em nosso caso, sentidos positivos sobre a prática tabagista) para que eles não tenham mais força. Por outro lado, esses sentidos não são apagados, são apenas silenciados, pois ainda permanecem recalcados no interdiscurso e, muitas vezes, são mobilizados na memória social para contribuir com o processo de desidentificação da ideologia tabagista, como visto, no exemplo do cowboy fumante, quando o MS tenta produzir um efeito de identificação/interpelação ideológica antitabaco nos sujeitos fumantes ou não.

Ora, se o discurso e seus efeitos são regulados no interior de uma FD, esse controle revela que a memória discursiva não é saturada de sentidos, ou seja, ela não é plena, uma vez que as formações ideológicas dominam os sentidos no seio da FD delimitando as possibilidades do dizer. Assim, o domínio de saber atua como princípio de aceitabilidade do dizer, de controle do discurso, limitando o que pode e deve ser dito. Por isso, esse domínio estabelece as fronteiras de deslocamentos, controlando a entrada ou exclusão de sentidos como um saber regionalizado, na observância de manter uma aparente estabilidade dos sentidos, já que “são os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo

tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados”, destaca Indursky (2011b, p.71).

Como se pode observar na SD [03], já analisada, o interdiscurso fez a SD [03] ressoar ecos de discursos da SD [02] ao mobilizá-la para reorganizar os dizeres, na passagem da representação do cowboy de uma FD a outra, trabalhando os deslizamentos do sentido e atualizando os saberes do interdiscurso com uma nova forma-sujeito. Nesse sentido, ao contrário do interdiscurso que acumula todos os sentidos, a memória discursiva pelo seu caráter *stricto sensu*, ou seja, restrito, diz respeito somente aos sentidos regionalizados pela forma-sujeito no domínio da FD. Dessa forma, em seu funcionamento, a memória discursiva – ao rejeitar sentidos – produz lacunas, arrasta para o esquecimento sentidos que, por questões sócio-históricas, ora não devem ser atualizados ou lembrados (discursos tabagistas) ora passam a ser legitimados (discursos antitabagistas).

É por essa razão de controle que Indursky afirma (2011b, p.87) “que uma FD é regulada por uma memória discursiva que faz aí ressoar ecos de uma memória coletiva, social”. Esse funcionamento permite-nos, então, verificar que o interdiscurso é da ordem do memorável dos sentidos coletivos, enquanto a memória discursiva é da ordem do memorável ideológico, visto que “é no interior de uma FD que se realiza o ‘assujeitamento’ do sujeito (ideológico) do discurso” (COURTINE, [1981] 2009, p.73). De qualquer maneira, embora a FD em seu funcionamento lacunar produza um silenciamento de “certos sentidos”, estes não são apagados ou extintos, ao contrário, ficam recalçados no interdiscurso, devido a sua natureza de completude.

Diante do exposto, foi possível entendermos, portanto, que as designações *interdiscurso* e *memória discursiva* não são noções idênticas e intercambiáveis. Essa ressalva é importante, para evitarmos equívocos conceituais nas análises, pois a memória discursiva se mostra uma noção necessária para a análise do nosso *corpus* discursivo. Por esse motivo, buscando dar continuidade às discussões já iniciadas em nosso estudo, a seguir abordaremos a noção de sujeito discursivo para AD com o propósito de favorecermos uma melhor compreensão do nosso quadro teórico.

### 3.3.3 Do Sujeito do Discurso

Pensar o funcionamento do discurso é considerar também a noção de sujeito na produção e na interpretação dos sentidos. Por esse motivo, refletir acerca do sujeito, à luz da AD, nos possibilita entender as críticas elaboradas por Pêcheux ([1975] 2009), em relação aos

estudos da linguagem, no que tange ao objetivismo abstrato — que percebe a língua como algo imanente, abstrata e independente do social —, bem como nos proporciona discutir os apontamentos do autor relacionados ao subjetivismo idealista — que toma o sujeito como centro e origem do dizer.

Segundo Pêcheux ([1975] 2009), são as *evidências da subjetividade* (que ilude o sujeito a pensar ser único e centro de todo dizer, não se percebendo constituído pelas determinações históricas e pelo Outro), assim como são *as evidências do sentido* (que em razão do efeito ilusório do sentido literal das palavras, não permite o sujeito perceber a opacidade da linguagem) as responsáveis por articular a ideologia e o inconsciente no funcionamento do discurso. É com base nesses pressupostos que devemos refletir acerca da constituição dos sujeitos e da produção dos sentidos, sobretudo, por não existir discurso sem sujeito, tampouco sujeito compreendendo discursos sem estar interpelado por ideologias (ORLANDI, [1999] 2013). É, por esse motivo que, no entendimento AD, o sujeito fala de uma posição imaginária, socialmente definida e atravessado pelas filiações ideológicas que configuram um dado contexto sócio-histórico.

A AD se inscreve em um contexto de releitura e questionamentos dos procedimentos analíticos de discursos, especialmente, os de ordem política. Desse modo, ao assumir o discurso como objeto de análise e investigação, no qual a materialidade linguística intervém como pressuposto, a AD procura repensar a noção de sujeito tanto pelas orientações das abordagens psicanalíticas de Lacan quanto pelas orientações dos posicionamentos ideológicos encontrados em Althusser.

Nos postulados de Pêcheux ([1975] 2009), o sujeito sempre estará, simultaneamente, afetado por três ordens: linguagem/ideologia/inconsciente, e cada uma dessas ordens deixa um furo na constituição do sujeito. Segundo Ferreira (2010, p.05), essa falta constitui “o furo da linguagem, representado pelo equívoco; o furo da ideologia, expresso pela contradição, e o furo do inconsciente, trabalhado na psicanálise”. Assim, a incompletude do sujeito, bem como a impossibilidade de se dizer tudo de uma vez, além das falhas do real da língua e da história possibilitam a transformação e o movimento possível dos sentidos e dos sujeitos mutuamente, pois, dependendo de como sejam afetados pela história e pela língua, os sujeitos e os sentidos sempre podem ser outros, destaca Orlandi ([1999] 2013).

Essas abordagens teóricas, em torno da tríada discursiva, possibilitaram a Pêcheux ([1975] 2009) rediscutir o conceito de subjetividade enunciativa da linguagem presente na Teoria da Enunciação. Para Benveniste ([1958] 2005, p.286), fundador da abordagem enunciativa, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito;

porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. Para o autor, a construção do sujeito é, na verdade, um jogo de relações entre o eu e o tu, em que a inscrição do sujeito no enunciado é marcada no funcionamento da linguagem que “passa a ser considerada o lugar de constituição da subjetividade”, lembra Brandão, ([1991] 2012, p.54).

É nessa noção psicológica de sujeito, centrada no eu, que se fundamenta a natureza subjetiva da linguagem das abordagens enunciativas, que toma a língua como meio de atualização das manifestações individuais dos sujeitos. Desse modo, ao tomar a língua para se manifestar, o sujeito enuncia e se constitui enquanto sujeito daquilo que diz e significa em seu dizer. Em outras palavras, pensa ser a origem do dizer.

Essa abordagem do dizer, centrado no sujeito, passa a ser questionada pelos desdobramentos da psicanálise em função do entendimento de sujeito clivado e descentrado (BRANDÃO, [1991] 2012). Entende-se por essas noções que outras vozes se manifestam no discurso do sujeito, o que abre para a reavaliação da noção de sujeito centrado – origem do dizer –, pois, quando o sujeito se enuncia, outras vozes ecoam em seu dizer, portanto, o Outro<sup>112</sup> (psicanalítico) constitui o sujeito. Por esse motivo, a linguagem não se revela transparente, e a evidência do sentido não passa de um efeito, de uma ilusão, já que o sujeito divide seu espaço discursivo com o Outro que fala em seu discurso heterogêneo. A noção de sujeito clivado, de fundamentos psicanalíticos, percebe o sujeito como sendo dividido entre o consciente e inconsciente. Isso quer dizer que o *sujeito é um efeito da ordem da linguagem*, e esta ordem é a condição de existência do inconsciente, que é, na verdade, o discurso do Outro (PÊCHEUX, [1975] 2009).

O inconsciente é, portanto, o capítulo censurado da história do sujeito, que pode ser recuperado ao ser reconstituído pelos traços revelados nos esquecimentos e apagamentos, no exame *da e pela* palavra, indica Brandão ([1991] 2012). E para esse trabalho analítico de resgate, a análise discursiva é marcada pela “transgressão das leis normais da conversação”, aponta Authier-Revuz ([1982] 2004, p.51). É necessário, desse modo, recuperar o avesso do discurso pelas trocas e mudanças dos termos, percebendo aquilo que o sujeito diz a sua revelia. O inconsciente, em seu funcionamento, destaca Authier-Revuz ([1982] 2004), se comporta como uma cadeia de significantes que se revela pelas falhas ou fissuras do discurso.

---

<sup>112</sup> Para uma melhor compreensão trazemos Clément (1976) citado por Authier-Revuz ([1982] 2004, p.64) trabalhando o conceito de o grande Outro laciano: “o Outro é o lugar estranho, de onde emana todo discurso: lugar da família, da lei, do pai, na teoria freudiana, elo da história e das posições sociais, lugar a que é remetida toda a subjetividade; dizer que o inconsciente é o discurso do Outro é reafirmar, de maneira determinista, que um discurso livre não existe e é dar-lhe a lei”.

Somado a essa base teórica psicanalítica, Pêcheux ([1975] 2009) amplia sua compreensão de sujeito ao articular a noção de *sujeito histórico*, marcado temporal e espacialmente, com a de *sujeito ideológico*, cujo entendimento recai sobre a concepção de que o sujeito fala sempre de um determinado lugar social. Nessa associação conceitual, o discurso do sujeito sempre estará determinado por forças da ordem sócio-histórica e ideológica, pois o sujeito e o sentido não existem *a priori*, mas se produzem no discurso (PÊCHEUX, [1975] 2009), pela ideologia que é responsável por interpelar o indivíduo em sujeito e por produzir a ilusão de evidência do sujeito e dos sentidos. Quer dizer, é pelo processo de assujeitamento ideológico que o sujeito mantém uma relação de identificação com os sentidos produzidos nas práticas discursivas.

Essa observação nos permite compreender que o sujeito é orientado pelas posições ideológicas assumidas nas relações sociais de classe, cuja garantia da reprodução das condições de produção está no bojo da ideologia, que existe para e pelo sujeito, e que tem o discurso como meio de recobrir o próprio sujeito da essência ideológica. É nesse sentido que Pêcheux ([1975] 2009) vai apresentar a noção de forma-sujeito, isto é, um saber dominante que filtra os sentidos de uma FD.

A *forma-sujeito* deve ser entendida, lembra Pêcheux ([1975] 2009, p.168), como “um efeito e um resultado” da identificação-interpelação do sujeito com as ideologias dominantes da FD que o domina (pelos saberes que ela representa), apoiada nos elementos pré-construídos que sustentam os traços daquilo que determina o sujeito, fazendo-o tomar posições-sujeito diferenciadas nas práticas discursivas, que em sua configuração, estão “inscritas no completo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 197).

De acordo com Pêcheux ([1975] 2009), o indivíduo é sempre um já-sujeito por ser, permanentemente, interpelado em sujeito no seio de uma FD; e nesse infinito processo de assujeitamento, as diferentes posições-sujeito, que se manifestam nos discursos, resultam do processo de identificação, contra-identificação e desidentificação ideológica que afetam o sujeito, quando confrontado com os saberes dominantes de uma FD (PÊCHEUX, [1975] 2009), já que “é pelo viés da *forma-sujeito* que o sujeito do discurso se inscreve em uma determinada FD, com a qual ele se (des)identifica e que o constitui sujeito”, reforça Grigoletto (2005a, p.62).

Por essa razão, os sujeitos se posicionam de maneira divergente em função das CP e das FI que os afetam, uma vez que o discurso produz efeitos de sentidos, muitas vezes

diferentes, entre os interlocutores em razão de as palavras assumirem os sentidos nas FD que configuram no discurso as FI que lhe são correspondentes. Assim, quando um sujeito se torna fumante, ou decide abandonar o tabagismo ou até mesmo não adotar o hábito de fumar, a sua tomada de posição está marcada por filiações ideológicas de várias ordens sociais (jurídica, médica, científica etc) que se articulam, mas que, no processo discursivo, produz as evidências capazes de iludir o sujeito a pensar que toma a decisão por seu próprio desejo, sem determinações históricas e ideológicas inconscientes.

Esses atravessamentos ideológicos são produzidos em práticas discursivas que inscrevem os termos para produzir os sentidos que sustentam as posições ideológicas do sujeito no seio de uma FD. Ou seja, os vocábulos da língua assumem determinados sentidos e não outros pela inscrição desses termos em dadas FD que, pela forma-sujeito, regulam (filtram) os sentidos possíveis, em específicas condições históricas, levando os sujeitos a se identificarem ou não com as FI que determinam o sentido dos termos no interior das FD.

Nesse direcionamento, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009, p.150) “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”. Os sentidos do discurso são orientados pela configuração das determinações da forma-sujeito. Daí a ilusão de o sujeito pensar estar agindo livremente e não perceber que, quando se enuncia, assume uma posição, e os sentidos produzidos sempre serão lidos nas FD representativas de FI que lhe são próprias.

Nesse funcionamento discursivo, o sujeito não se reconhece subordinado ou assujeitado ao Outro (lacaniano) ou ao Sujeito (althusserriano). O efeito-sujeito não permite que o sujeito se perceba afetado pelas determinações do real via interdiscurso, porque são as FI as responsáveis por interpelar os indivíduos em sujeitos de seu discurso e por produzir um efeito das evidências do sentido no interior de uma FD dominada por uma forma-sujeito que regula os sentidos autorizados.

Quando há uma identificação da tomada de posição de um sujeito com os saberes dominantes de uma FD, significa dizer que, há um recobrimento do sujeito discursivo com o sujeito universal. Esse “bom sujeito” do discurso, nas palavras de Pêcheux ([1975] 2009, p.199), espontaneamente reflete o sujeito universal ao se posicionar numa prática discursiva. Segundo Pêcheux ([1975] 2009, p.199), isso ocorre porque “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos ‘em plena liberdade’”. Nessa posição, a forma-sujeito produz um efeito de identificação plena do sujeito discursivo

com os saberes da forma-sujeito da FD que o afeta, produzindo uma reduplicação da identificação dessa forma (PÊCHEUX, [1975] 2009). Esse funcionamento pode ser observável, por exemplo, na reprodução da placa *Proibido Fumar* a seguir,

**Imagem 14** – Placa de Proibição de Fumar em Espaços de Uso Coletivo



Fonte: Arquivos Google

A SD [04] *Proibido Fumar* é, frequentemente, encontrada nos ambientes públicos ou privados de uso coletivo. Quando o sujeito fumante se ausenta do espaço de uso coletivo, em que a sequência está afixada, para fumar, pensa que age sob sua vontade, como soberano de seus desejos; quando, na verdade, essa tomada de posição do sujeito marca o processo da interpelação-identificação com a forma-sujeito dominante da FD Antitabagista. Os atravessamentos ideológicos não são percebidos em decorrência do efeito de evidência do sujeito.

Além dessa modalidade de identificação-interpelação do sujeito, Pêcheux ([1975] 2009, p.200) ainda destaca que dentro dos processos de “modalidades discursivas do funcionamento subjetivo”, incluso nesse processo de tomada de posição, o sujeito, ainda assim, pode se manifestar como um “mau sujeito” por um processo de contra-identificação, aponta o autor. Esse processo, reforça Indursky ([2007] 2011a, p.83), se dá em relação “à forma-sujeito e aos saberes que ela organiza” no interior da FD que lhe é imposta, fazendo emergir, dessa maneira, o contradiscurso, uma forma de resistência à forma-sujeito dominante na organização dos saberes de uma dada FD, capaz de levar o sujeito a não se identificar plenamente com os saberes que a forma-sujeito reflete. Esse funcionamento pode ser observado, em nosso caso de estudo, com a criação dos fumódromos pela Lei Antitabagismo de 1996. Ao estabelecer a possibilidade de existência desses espaços específicos para os

fumantes, surge uma posição-sujeito de resistência a forma-sujeito dominante no interior da FD Antitabagista, que busca enfrentar a prática do tabagismo em todos os espaços de uso coletivo.

De acordo com Indursky ([2007] 2011a, p.84), “esta segunda modalidade traz para o interior da FD o discurso-outro, a alteridade, e isto resulta em uma FD heterogênea,” pois apresenta uma contradição no interior da FD; no entanto, essa oposição não produz uma sobreposição completa de uma forma-sujeito à outra pela interpelação dos saberes da FD. Em outros termos, “o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite”, argumenta Pêcheux ([1975] 2009, p.200).

Além dessas duas, soma-se uma terceira modalidade que caracteriza a forma-sujeito por meio da desidentificação, ou seja, por “uma tomada de posição não-subjetiva”, destaca Pêcheux ([1975] 2009, p.201), que constitui, sobretudo, o efeito das práticas políticas e das ciências. Nessa categoria há uma desidentificação total da forma-sujeito da FD que lhe é dada. Assim, o sujeito rompe com a forma apresentada e desloca sua identificação para os domínios e a forma-sujeito de outra FD, se mantendo, assim, continuamente interpelado e determinado por outra ideologia particular, enquanto recalca, pelo funcionamento do inconsciente, a ideologia suplantada.

Caso do rompimento de muitos sujeitos fumantes com o hábito de fumar ao assumirem uma posição sujeito que se desidentifica com a forma-sujeito dos saberes dominante na FD Tabagista, ao se identificarem pelo processo de interpelação com os saberes mobilizados pela forma-sujeito dominante da FD Antitabagista. Em nosso caso de estudo, é possível observarmos, então, que a dominância social do discurso antitabagismo, legitimado pelo Legislativo e validado pelas ciências-médicas, produziu uma ordem de silenciamento das práticas discursivas de incentivo ao tabagismo, favorecendo um deslocamento da identificação do sujeito com os saberes de uma forma-sujeito para outra. No entanto, os saberes tabagistas não são apagados no interdiscurso, eles permanecem ressoando e, muitas vezes, são recuperados pela memória discursiva, pois como pontua Grigoletto (2005a, p.66), quando os saberes ficam recalçados “o que rompe são os sentidos e não, necessariamente, os saberes”.

É no processo resultante da identificação-interpelação que os sujeitos têm a evidência do que é ser um fumante e um não fumante, do que é o MS, o Legislativo e o Judiciário. São as “evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente

dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p.146).

Assim, o caráter material do sentido está configurado, segundo Pêcheux ([1975] 2009, p.146) “nas dependências constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas’”. Essa dependência, para o autor, justifica-se em duas teses já mencionadas neste estudo: a primeira delas diz respeito a ilusão de transparência do sentido, enquanto a segunda entende que os sentidos dos termos mudam em função das posições sustentadas por aqueles que os empregam (PÊCHEUX, [1975] 2009) em circunstâncias específicas. Tais empregos são regidos pelas referências das FI e regulados dentro de uma FD, determinando o que pode e deve ser dito. Portanto, se o sentido é produzido no interior de uma FD, o sujeito não pode ser a origem do sentido. Assim, a evidência do sujeito como origem dos sentidos é um efeito dos esquecimentos constitutivos do processo discursivo que operam na construção dessa falsa evidência.

É nesse processo de evidência que os discursos do MS funcionam para marcar a tomada de posição discursiva que o órgão de saúde assume nas políticas de enfrentamento ao tabagismo no Brasil. Notadamente, os efeitos de sentidos produzidos pelo MS nas práticas discursivas sofrem determinações do lugar social ocupado pela instituição de saúde que, em função dos atravessamentos ideológicos dos estudos clínicos médico-científicos em seus discursos, sugere uma representação imaginária do MS em razão do papel social de órgão protetor da saúde coletiva.

Se tomarmos a noção de lugar discursivo trabalhada por Grigoletto (2005b), é possível examinarmos que o lugar social ocupado pelo sujeito MS produz, em seus discursos, determinações da ordem da exterioridade. Isso quer dizer que o MS, enquanto sujeito discursivo se inscreve em um “lugar discursivo, o qual está determinado pelas relações de verdade e de poder institucional que ele representa socialmente,” (GRIGOLETTO, 2005b, p.01), neste caso, a saúde e a ciência. Nesse sentido, o discurso do MS comporta, em sua constituição heterogênea, diferentes ordens de saberes em sua materialidade para revelar as diversas tomadas de posições-sujeito.

Por esse motivo, as várias posições-sujeito dos órgãos de saúde, em especial do MS, em relação ao enfrentamento ao tabagismo em nosso país, “são construídas no interior de uma determinada formação e determinam, assim como são determinadas pelas práticas discursivas” (GRIGOLETTO, 2005b, p.05). Ora, nesse jogo de posições em uma dada formação social emergem lugares específicos para o MS, para a indústria do tabaco, bem como para o fumante e para o não fumante, além do mais, as posições marcam as relações de

poder instituídas pelo valor de verdade da ciência e pelo poder de punição do Judiciário. Assim, a dominância exercida pela forma-sujeito no processo de interpelação-identificação do sujeito, com uma dada FD (em nosso caso de estudo FD Antitabagista), revela como o sujeito está atravessado por ideologias particulares e como ele sempre fala de um lugar socialmente afetado pelas relações de poder determinadas pela sua representação imaginária na prática discursiva, em específicas circunstâncias.

Em outras palavras, o sujeito MS não se enuncia de um lugar empírico, mas de um determinado lugar discursivo estabilizado pelas práticas de linguagem, em mútuo funcionamento, pois o lugar discursivo não anula o empírico e vice-versa. Desse modo, um fumante ao ser interpelado pela identificação com o discurso antitabagismo do MS estará afetado pelas determinações ideológicas do discurso institucional do órgão de saúde, ao mesmo tempo, em que esse sujeito, em suas práticas de linguagem, assume um determinado lugar discursivo por se identificar com os saberes mobilizados pela forma-sujeito histórica capitalista antitabagismo.

Dito isso, é possível destacarmos que essas concisas elucidções teóricas a respeito da noção de sujeito foram relevantes para uma melhor compreensão das perspectivas analíticas que orientam este estudo. Dentro desses propósitos investigativos, daremos prosseguimento à discussão dos postulados conceituais da AD abordando, na próxima seção, a noção de temporalidade do acontecimento.

### **3.3.4 Do Acontecimento à Temporalização dos sentidos**

Para compreendermos o funcionamento da linguagem e os aportes teóricos por nós utilizados na condução das análises discursivas, primeiro, trabalharemos a noção de acontecimento histórico e retomaremos a de acontecimento discursivo para, então, pensarmos a noção de temporalização do acontecimento proposta por Guimarães ([2002] 2005) e, conseqüentemente, refletiremos sobre as concepções de designação e referenciação trabalhadas por esse autor no processo de textualidade.

O saber histórico, comumente, se dá pela construção do historiador que, pelas posições assumidas, orienta a constituição do conhecimento histórico pelos recortes que faz. Notadamente, esse controle não invalida o fato histórico recortado para investigação; ao contrário, o que temos, na verdade, é um olhar marcado por posições e direcionamentos, em que muitas vezes o ocultamento de certos acontecimentos se dá pelas determinações que motivam o recorte históricos dos acontecimentos.

Se entendermos a história como a “história dos homens em sociedade” (LE GOFF [1990] 1994, p.08), poderemos compreender um *acontecimento histórico* como um evento singular no interior de uma prática social, cujo valor de representação histórica o torna rememorável. A leitura do fato histórico é sempre *posteriori* ao acontecimento, e a compreensão de sua relevância social exige o regresso ao acontecimento, recuperando-o, enquanto memória sócio-histórica, para que, no processo de exame histórico, se reconheça a possibilidade da reconstrução do memorável, resgatando o acontecimento histórico, não como um mero relato pela ciência histórica, mas compreendendo que “toda história deve ser uma história social”, enfatiza Le Goff ([1990] 1994, p.12).

Já em relação à noção de *acontecimento discursivo*, Guilhaumou e Maldidier ([1979] 2010, p.164) “enfatizam que ele não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado”. Assim, um acontecimento discursivo deve ser percebido como um gesto de rupturas, ou seja, uma relação entre dizeres que buscam promover cortes por meio da desidentificação da posição-sujeito com a forma-sujeito dominante de uma dada FD, ao se cruzarem no interior de uma nova FD<sup>113</sup>.

Com base nessas breves considerações, é possível observarmos que o acontecimento discursivo marcante nas políticas públicas de saúde coletiva se deu com a publicação da Lei nº 9.294, de 15 de Julho de 1996, pois até a referida data não havia nenhuma Lei nacional que estabelecesse restrições das propagandas tabagistas e cerceamento do ato de fumar em espaços públicos coletivos. A promulgação dessa Lei é um marco discursivo nas políticas de combate ao tabagismo no Brasil, pois abre a possibilidade de surgimentos de discursos outros que recuperam esse dispositivo jurídico no enfrentamento ao tabagismo no país. Por isso, entendemos que a promulgação da Lei nº 9.294/1996 produziu um acontecimento discursivo, pois estabelece uma ruptura no cruzamento de saberes existentes na FD Tabagista com a organização de saberes e dizeres da FD Antitabagista. Esse acontecimento discursivo marcante, no espaço das políticas públicas antitabagistas, tem produzido a organização de um arquivo de discursos em relação a tudo que se possa dizer e/ou recuperar no/pelo interdiscurso via memória discursiva.

---

<sup>113</sup> Ampliando essa discussão sobre acontecimento discursivo, Indursky (2008, p.28) propõe uma diferença entre acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo. De acordo com o entendimento da autora, “o *acontecimento discursivo* determina o surgimento de uma nova forma-sujeito e, por conseguinte, de uma nova formação discursiva [...] Já o *acontecimento enunciativo* implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD”.

Vale destacar que o discurso antitabagista já circulava na sociedade brasileira e no contexto mundial de enfrentamento ao tabaco antes da Lei de 1996. Como visto no primeiro capítulo, os discursos contrários ao tabaco marcaram a história de expansão da erva pelo mundo. A Lei nº 9.294/96, enquanto acontecimento discursivo, favoreceu a organização de saberes dispersos para fortalecer, no cenário brasileiro, a FD Antitabagista, pois os discursos contrários ao tabagismo se fortaleceram com a Lei para marcar uma posição-sujeito que iria dominar os discursos produzidos pelo MS. Discursos esses com sentidos negativos à prática tabagista e marcados por uma forma-sujeito contrária ao tabagismo que domina os saberes da FD Antitabagista.

Dito isso, podemos enfatizar que esse acontecimento discursivo antitabagista tem procurado induzir todos os sujeitos fumantes a uma ruptura com a FD Tabagista por meio do processo de identificação/interpelação ideológica, levando-os a assumir uma posição-sujeito em consonância com a forma-sujeito dominante da FD Antitabagista. Assim, ao se examinar esse confronto de saberes, é possível observar que não há mais espaços para o discurso tabagista na sociedade atual, pois os discursos associados a essa prática foram paulatinamente silenciados e suplantados pela ideologia capitalista antitabagismo.

Diante desses apontamentos e como já trabalhado nas seções anteriores, é possível compreendermos que o sujeito e a língua se constituem nos acontecimentos de linguagem, isto é, em práticas discursivas. Nesse direcionamento, Guimarães ([2002] 2005), em seus estudos sobre a semântica do acontecimento, chama a atenção tanto para a noção de *temporalização do acontecimento* quanto para o entendimento do efeito simbólico no processo de funcionamento discursivo, pois, segundo o autor e, como já mencionado no início da nossa discussão, “o sujeito se enuncia enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, [2002] 2005, p.11).

Recuperemos, então, a noção de temporalidade para uma melhor compreensão da nossa abordagem. Em seus estudos sobre a semântica, Guimarães ([2002] 2005, p.11) “considera que algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem”, e essa diferença, segundo o autor, se caracteriza pela razão do acontecimento não ser um fato no tempo, ou seja, não é um acontecimento histórico novo, distinto de outros que o sucederam no tempo. Para o autor, a caracterização do acontecimento, enquanto diferença, é que ele temporaliza.

Assim, ao contrário das exposições de Benveniste ([1958] 2005), cujo tempo da enunciação é o momento em que o locutor se enuncia, Guimarães ([2002] 2005, p.12) entende que “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do

tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento”. Esse entendimento de Guimarães em relação ao sujeito alinha-se aos pressupostos teóricos da AD, que, pelos atravessamentos psicanalíticos, compreende que o sujeito não é a origem do dizer.

Conduzido por esse entendimento, Guimarães define a temporalidade por uma articulação do acontecimento discursivo presente sobre si, produzindo tanto uma memória social que cria um passado memorável para significar por um recorte no interdiscurso quanto pela abertura de projeção de futuro, pois, como destaca o autor, é a partir do acontecimento de linguagem sobre si que se constrói uma latência para se interpretar o memorável (GUIMARÃES, [2002] 2005). No entendimento de Guimarães ([2002] 2005, p.12), “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentidos, não há acontecimento de linguagem não há enunciação.”

Retomemos, para uma melhor compreensão, a SD [03] *Sabe aquele cowboy da propaganda de cigarros? Morreu de câncer*. Mas antes de avançarmos nas análises, algumas considerações sobre as CP se fazem necessárias para compreendermos as circunstâncias sociais que orientaram o evento político antitabagismo de 31 de maio de 2000. O tema adotado pela OMS para a campanha foi “Mídia livre de tabaco”, e para o MS discutir essa temática era importante para o cenário brasileiro, pois, mesmo com os limites impostos à publicidade dos derivados do tabaco, com a Lei de 1996, a propaganda ainda não era totalmente proibida. Outro ponto que merece destaque para essa campanha, foi a morte, em 1992, do ator Wayne McLaren<sup>114</sup>, o cowboy das peças publicitárias do cigarro Marlboro, nos anos 70.

Pois bem, no que concerne à produção da SD [03] da campanha, embora as CP da formulação enunciativa do discurso antitabagismo marque os anos 2000, o discurso tabagista dos anos 70 ressoa via interdiscurso. Serão os recortes operados pela memória discursiva os responsáveis por mobilizar no interdiscurso o passado memorável 1) a morte do cowboy, 2) a liberação da publicidade permitida pela Lei. Assim, a SD [03], enquanto acontecimento de linguagem, mobiliza saberes do passado memorável recuperando-os no presente da enunciação, ao mesmo tempo, que abre latência de futuro para a interpretação. Essa articulação entre “este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar” (GUIMARÃES, [2002] 2005, p.11), não enquanto saber individual de fatos históricos, mas por ser em si um acontecimento que recorta um passado de lembranças enunciativas compartilhadas e já temporalizadas na e pela latência de futuro,

---

<sup>114</sup> Maiores detalhes conferir o site do INCA disponível em: <http://www.inca.gov.br/eventos/dmst/2000/mclaren.html> Acesso em: 01 abr. 2018.

instaurada da movimentação dos sentidos sugeridos. Dentro dessa perspectiva, o discurso está dividido tanto pelo seu passado do memorável dos sentidos quanto por sua abertura de futuro, construída pela possibilidade de surgimento de novos discursos.

Assim, a campanha antitabagismo do MS temporaliza acontecimentos no seio da FD Antitabagista, sugerindo rupturas discursivas com a prática tabagista pelo cruzamento de saberes que dominam o seio dessa FD. O MS em seu discurso sugere efeitos de ser a prática tabagista tão danosa à saúde que o ator das peças publicitárias morreu, só porque fumava nos comerciais de cigarro. A campanha do MS, embora tenha sido utilizada para o evento político do Dia Mundial sem Tabaco, continua circulando até o momento nas páginas da internet, em livros e catálogos. Por esse motivo, é importante destacar que as campanhas antitabagismo do MS não produzem um novo acontecimento discursivo, mas sim, temporalizam, pelos recortes da memória discursiva, acontecimentos memoráveis presentes no interdiscurso.

Nessa campanha em análise, é possível verificarmos que o sujeito discursivo convoca o leitor a um suposto diálogo, no entanto esse interlocutor agenciado não se enuncia. Esse silenciamento funciona como estratégia de manutenção da posição-sujeito que domina a forma-sujeito no interior da FD Antitabagista, evitando assim que o sujeito, a ser interpelado, assumira uma posição-sujeito contrária a que domina os saberes da FD Antitabagista. Além do mais, o acontecimento ao temporalizar a morte do ator com *morreu de câncer*, o sujeito discursivo recupera, pelos recortes da memória discursiva, os sentidos de doença e morte que dominam os efeitos de sentidos produzidos no seio da FD Antitabagista, pois aponta saberes sobre a relação do consumo do tabaco e o crescente número de mortos por câncer.

Nessa reflexão, é possível apontar que, ao tomar como entrada do enunciado o verbo *saber*, conjugado na terceira pessoa do singular, do presente do indicativo “sabe”, o sujeito discursivo convoca o sujeito leitor a recuperar no interdiscurso a existência do cowboy, mas não qualquer um, é “**aquele cowboy** da propaganda de cigarros”, da década de 70. Essa mobilização de saberes condiciona o sujeito a mobilizar sentidos no interdiscurso e recortá-los pela memória discursiva, visto que esses conhecimentos são necessários para os efeitos dos acontecimentos temporalizados nessa propaganda. É interessante perceber que o sujeito é levado ainda a recuperar, pela memória discursiva, saberes da FD Tabagista, ou seja, sentidos da ordem de outros acontecimentos temporalizados pela publicidade tabagista – o cowboy fumante. É no cruzamento dessas temporalizações do passado memorável de FD diferentes que os sentidos negativos produzidos no seio da FD Antitabagista tentam suplantar e silenciar o discurso tabagista.

Diante dessa organização enunciativa, é possível ainda destacarmos que o verbo “saber” desliza de sentido no interior da FD aproximando-se do verbo “lembrar”. No entanto, eles não são intercambiáveis nesse enunciado, pois mesmo que se fizesse as adaptações estruturais adequadas à sintaxe (verbo lembrar é regido pela preposição *de*) para ativar o memorável no sujeito leitor, o verbo *lembrar*, quando derivado na terceira pessoa do singular, do modo indicativo, “lembra” funciona para sugerir efeitos de recordações das experiências individuais do sujeito e não necessariamente para ativar um saber discursivo compartilhado pelo coletivo.

Vale salientar, diante do exposto, que os efeitos de sentido desse enunciado, inscrito no seio da FD Antitabagista, não estão recuperando especificamente a campanha do ano anterior, nem tampouco se revelando como uma atualização da memória individual de um sujeito; na verdade, esta campanha temporaliza um memorável de enunciações, produzidas anos antes, e armazenadas no interdiscurso (campanhas tabagistas dos anos 70, morte do cowboy nos anos 90, promulgação da Lei nacional que limita a publicidade do tabaco, pessoas vítimas do cigarro etc).

É com base no entendimento de saberes memoráveis que Guimarães ([2002] 2005) discute a questão da temporalidade do acontecimento da enunciação. Para o autor, quando o sujeito se enuncia, ele produz uma representação de uma temporalidade, pois o sujeito sempre fala de uma região do interdiscurso, espaço do memorável dos sentidos e do qual intervém a ideologia interpelando os indivíduos em sujeitos de seu discurso, produzindo a ilusão de que o tempo do acontecimento é a situação imediata.

Para Guimarães ([2002] 2005), não se deve confundir a memória de sentidos (interdiscurso) com a memória do passado no acontecimento (memorável de enunciações recortado pela temporalização do acontecimento). Isso porque o sujeito só produz sentido por estar afetado pelo interdiscurso, isto é, pelo funcionamento de uma memória de sentido estruturada pelo esquecimento; ao mesmo tempo, o sujeito recorta o memorável do acontecimento na temporalização que se constitui, simultaneamente, pelo presente de realização, pelo passado memorável retomado no espaço e pela abertura de futuro que autoriza a interpretação.

Assim, o discurso do sujeito produz ecos de memória, ou seja, fala-se *do* e *no* passado, e o presente é uma temporalização de um acontecimento. Segundo Guimarães ([2002] 2005, p.15), “o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado”, o que se pode verificar em nosso exemplo da campanha do cowboy morto pelo câncer.

Além dessas considerações, o linguista chama a atenção para a noção de cena enunciativa. Segundo Guimarães ([2002] 2005, p.23), “uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguística”, ou seja, é um espaço particular no qual sua configuração coloca em jogo, pelo agenciamento da cena enunciativa, os lugares sociais ocupados e os papéis discursivos desempenhados pelos interlocutores, na temporalidade do acontecimento. Além disso, completa Guimarães ([2002] 2005, p.17-18) “a constituição da temporalidade do acontecimento se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com as línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em uma certa língua.”

O discurso é, portanto, afetado pelo político, porque o sujeito está interpelado; logo, um acontecimento é temporalizado, porque o memorável é reportado para o espaço discursivo. E, como ressalta Guimarães, ([2002] 2005, p.18), “o falante não é esta figura empírica, mas uma figura política constituída pelos espaços de enunciação” e será sempre determinado pela língua que fala, isto é, estará sempre afetado.

Por esse motivo, a propaganda antitabagismo, enquanto espaço discursivo de enunciação, funciona como espaço político, lugar da memória. Ela opera como região do conflito, da identificação-interpelação ideológica, pois “os espaços da enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”, realça Guimarães ([2002] 2005, p.18).

A língua é atravessada pelo político que está sempre em jogo nas relações humanas, e o político é o jogo do contraditório. No entanto, nessa abordagem antitabagista, o Estado, como já mencionado, media, pelos aparelhos do Estado (especialmente pelo Legislativo e Judiciário), os conflitos de interesses entre o aparelho Econômico e o aparelho MS. Essas contradições políticas se fazem presente na sociedade brasileira, porque, mesmo com o alto índices de mortes, o tabagismo ainda é uma fonte de renda para o Estado com a coleta de impostos pela fabricação, venda e exportação dos produtos, isso sem contar os lucros obtidos pelo governo nacional com exportação da matéria prima: o fumo, um dos símbolos do Brasão nacional.

De qualquer maneira, a concepção de prática política constituída pelos conflitos de interesses de classe se revela peculiar em nosso caso de estudo, visto que o princípio básico de uma democracia — o direito ao contraditório —, não é autorizado à indústria, ou seja, o contra-discurso de incentivo ou questionamentos dos atravessamentos ideológicos não são permitidos pela justiça brasileira. Por outro lado, silenciamentos discursivos dessa ordem não

impedem a mobilização de grupos na organização de espaços de resistência<sup>115</sup> para esse conflito tabagístico. O discurso de estímulo ao hábito de fumar tem sido suplantado, no Brasil, graças à articulação do poder do judiciário e do valor de verdade das ciências-médica.

Na organização de uma rede de memórias discursivas, a tomada de posição antitabagismo tem buscado silenciar a classe de fumantes e a indústria tabagista. Esse esforço para não permitir o afloramento do discurso tabagista se dá, sobretudo, pela proibição da publicidade destinada à venda dos produtos fumígenos. No entanto, longe de se estabelecer uma trégua, a indústria do tabaco tem buscado alternativas de se manter forte na luta contra o discurso antitabagismo. Sempre crítica aos posicionamentos da política de combate ao hábito de fumar, a indústria alega que as imagens das carteiras de cigarro desrespeitam o consumidor<sup>116</sup> que deseja fumar, questiona a legalidade dos dispositivos jurídicos e supervisionam as campanhas publicitárias antitabagismo em muitos países<sup>117</sup>.

Em todo caso, a relação dos sujeitos fumantes com os produtos derivados do tabaco é regulada pelo Estado. Por isso, ser ou não fumante é uma questão relacionada a como o sujeito está afetado pelo discurso (anti)tabagista. O MS fala de um lugar discursivo a partir de uma determinada tomada de posição, assim, quando o órgão de saúde nacional diz que fumar mata, há uma relação de valor de verdade entre esse lugar do qual o MS fala e o seu dizer, não como uma tomada de posição individual ou universal, mas sócio-historicamente determinada por ideologias capitalistas que interpelam todas as instituições de saúde ao redor do mundo, caso da OMS.

É na representação do dizer que o MS ocupa lugar na cena enunciativa, já que esse AIE está autorizado a falar como protetor da saúde coletiva à classe social de fumantes que ocupa lugar específico na constituição das cenas enunciativas, quer dizer, nos “modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, [2002] 2005, p.31). Nessa perspectiva, as propagandas do MS, enquanto eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo, funcionam como espaço de enunciação em que os discursos (sempre divididos) são confrontados, misturados e transformados numa disputa permanente, especialmente, em função de as campanhas temporalizarem um passado memorável de saberes contrários à prática tabagista, cujas

---

<sup>115</sup> Para conhecer um pouco sobre o movimento inglês de combate à ideologia antitabagista visitar o site da organização FOREST, disponível em: <http://www.forestonline.org/> Acesso em: 01 abr. 2018.

<sup>116</sup> Conferir detalhes sobre essa questão das imagens no site da BCC, disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/020130\\_donmss2.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/020130_donmss2.shtml) Acesso em: 28 out. 2017.

<sup>117</sup> Conferir detalhes sobre a fiscalização das Leis no portal Terra, disponível em: <https://noticias.terra.com.br/mundo/oms-acusa-industria-do-cigarro-de-sabotar-campanha-antitabagista.58087de3337da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> Acesso em: 28 out. 2017.

determinações ideológicas capitalistas, que atravessam as práticas discursivas do Estado, distribuem, na cena de enunciação, os lugares ocupados por quem enuncia e para quem se enuncia.

Por esse motivo, é que na cena de enunciação, o MS pelo espaço discursivo que representa, vai recuperando sentidos do interdiscurso, nas tomadas de posição-sujeito de cada campanha, produzindo deslocamentos do pré-construído e ressignificando os dizeres pela forma-sujeito dominante no interior da FD Antitabagista. Desse modo, o lugar discursivo do MS legitima e valida as designações (que identificam) e as referências (que singularizam) atribuídas por ele ao fumante e à prática tabagista, pois, o MS se apresenta como porta voz do sujeito-universal, afetado pela histórica, cujo discurso é marcado tanto pela ética deontológica quanto por um valor de verdade, típico do discurso científico, como veremos a seguir.

#### 3.3.4.1 Da Designação e da Referência do Sujeito

A organização dos sentidos se dá pelo processo de identificação simbólica atravessada pelo político. Por essa orientação é que se pode perceber a designação como uma construção simbólica da relação do homem com o mundo, cuja mediação desse processo se manifesta pela linguagem. Nessa perspectiva, Guimarães ([2002] 2005, p.09) concebe a designação como sendo “o que se poderia chamar de significação de um nome”, enquanto “a referência será vista como a particularização de algo na e pela enunciação”.

A designação funciona, portanto, em nosso estudo, para identificar o sujeito fumante e o tabagismo, enquanto a referência para particularizá-los dentro de um discurso específico. Seguindo o entendimento de Grigoletto (1998), essas duas operações linguística (designar e predicar) servem de base para a análise discursiva, porque os dois processos revelam no funcionamento do discurso o movimento de sentidos. Nessa perspectiva, tanto a identificação quanto a particularização recuperam um passado memorável, cujos saberes mobilizados pelos termos para designar ou referenciar estão afetados pelo político e pelo simbólico de um dado contexto histórico e ideológico.

Diante desse exposto, podemos perceber que um nome em si não significa. Ele, na verdade, recupera um significado que já existe. É a história atravessada pelas ideologias que vai afetando e determinando as designações. Dessa maneira, os sentidos que constituem as designações são instáveis, já que elas podem deslizar para o interior de FD diferentes e adquirir novos sentidos. Como sabemos, não são as designações que antecedem os

acontecimentos discursivos para que haja a designação; pelo contrário, é a existência de um acontecimento discursivo que procura estabilizar sentidos para certas designações.

De qualquer forma, esta estabilidade é aparente, visto que os termos não são rígidos quanto aos sentidos. Uma mesma referência pode assumir dentro de um processo de reescritura de palavras, termos, ou expressões – na textualidade – sentidos diferentes do que tem sido estabelecido, bem como palavras muito distintas podem deslizar para o interior de uma FD e, pelos atravessamentos ideológicos, esses termos totalmente opostos acabam assumindo sentidos semelhantes.

Como já foi mencionado, neste estudo, quando um sujeito é identificado como *fumante de cigarro* ou de *fumante de maconha*, os efeitos de sentidos produzidos pelas referências “cigarro” e “maconha” que particularizam, pela predicação, a designação “fumante” revelam como na textualidade a designação *fumante* desliza de uma FD Tabagista para outra diferente, pois, em decorrência dos atravessamentos ideológicos da conjuntura social e jurídica do Brasil, o ato de fumar maconha é crime, já fumar cigarro não é. A tomada de posição marcada pela inscrição dos termos dentro de uma determinada FD vai mobilizar os sentidos a partir da rede de relações parafrásticas. Assim, “o conjunto das referências é produzido pelo funcionamento enunciativo (interdiscurso/língua/acontecimento) e não por relação palavra (com seu sentido)/coisa”, destaca Guimarães (1998, p.06).

Diante do exposto, compreendemos, então, que se, por um lado, a designação produz a identificação do sujeito e de sua prática, por outro, ao se predicar, se particulariza esse sujeito pela posição inscrita na qualificação, ou seja, tanto as designações quanto as referências são afetadas por divisões sócio-históricas e por aspectos políticos e ideológicos que atravessam a temporalidade do acontecimento de linguagem.

A identificação fumante apresenta temporalidades distintas quando inscrita no seio de uma FD Tabagista e de um FD Antitabagista. Por isso, somente em um acontecimento de linguagem, isto é, em um acontecimento que temporaliza saberes que regionalizem sentidos, pelo recorte do memorável, é que se pode tentar compreender os efeitos de sentido produzido por uma designação e sua referência. Essa observação se faz pertinente, dado que os sentidos de uma designação são produzidos/estabilizados a partir de um acontecimento discursivo e dos seus conflitos tensionados no interior de uma FD. Isso significa dizer que não é a designação em si que define os sentidos, como já citado, mas sim a posição-sujeito dominante numa FD, que regula o recorte do memorável, pela memória discursiva, quando temporaliza um acontecimento, em dadas CP.

Para ampliar a discussão, consideremos dois enunciados: I) O fumante é médico; II) O médico é fumante. A designação *fumante* em I pode ser pensada em identificação de um sujeito que é fumante e a referência *médico* como algo que particulariza o fumante, visto que existem fumantes com diferentes profissões. Já em II, a designação *médico* serve para identificar um sujeito de uma profissão, enquanto a referência *fumante* particulariza a designação médico, pois há médicos que fumam e outros que não. Enquanto designação, os termos “fumante” e “médico” têm o propósito de produzir a identificação de um determinado sujeito e mobilizar sentidos específicos que são construídos pelas relações simbólicas que cada nome recupera. Já enquanto referência, esses termos funcionam para particularizar sujeitos pelas predicções atribuídas. No funcionamento discursivo, essas duas categorias (designação e referência) estão atravessadas de FI que determinam, pelas relações históricas e simbólicas dos nomes, as suas significações.

Nos dois casos, as designações mobilizam o interdiscurso e recortam um memorável, pela memória discursiva, pelos sentidos delimitados e permitidos ao tipo de processo de referência e designação. Nesse sentido, “a referencialidade do ponto de vista discursivo é uma operação de base linguística que envolve mecanismos de substituição, construção de sinônimos e paráfrases determinados pelo interdiscurso”, aponta Mariani (1996, p.138). Desse modo, compreendemos que, é no processo de referência, no seio de FD diversas, que ao ser reescriturada por referências diferentes, a designação vai se ressignificando.

Nessa relação de reescrita, quais os sentidos do ser fumante e da prática tabagista? Quais os saberes recortados e temporalizados no processo de designação-referência do fumante e do hábito de fumar? Como o MS percebe o fumante pelo processo de reescrita das referências à prática tabagista? Como a designação fumante coloca o sujeito identificado numa relação de determinações sociais, ao se produzir uma identificação do que é ser fumante pelas redes de filiações ideológicas armazenadas no interdiscurso? Esses são alguns dos questionamentos que procuraremos responder a partir da análise do nosso corpus discursivo. Entendemos, pois, que a análise discursiva das campanhas produzidas pelo MS para os eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo no país, possibilita a compreensão das determinações ideológicas capitalistas que atravessam o discurso da Política do Corpo Saudável e que são silenciadas na mobilização dos saberes no interdiscurso, quando recortados como memorável em campanhas antitabagismo.

#### 4 ANÁLISE DO DISCURSO ANTITABAGISTA

“É proibido fumar, diz um aviso que eu li”  
(Erasmu Carlos e Roberto Carlos)

Neste capítulo, procurando dar continuidade aos nossos apontamentos, propomo-nos a analisar o funcionamento do discurso de efeitos antitabagismo das Campanhas do MS, produzidas para os eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo, no Brasil, entre os anos de 1997 a 2017. O nosso exame discursivo se torna substancial, especialmente, por considerarmos relevantes os apontamentos expostos nos capítulos anteriores acerca das condições sócio-históricas e ideológicas que atravessam a produção do discurso antitabagismo na sociedade brasileira, assim como por julgarmos pertinente o arcabouço teórico que fundamenta e orienta os gestos de leitura do nosso *corpus* de arquivo.

Dito isso, destacamos que nossos gestos de leitura tomam como orientação de análise, para o entendimento do funcionamento discursivo do MS, os seguintes questionamentos:

- Quais as formações imaginárias construídas sobre o sujeito fumante e a prática tabagista nas designações e referências discursivas antitabagismo?
- Como se articulam nas campanhas antitabagismo os interesses econômicos e os saberes médico-científico, produzindo, a partir do lugar do MS, a construção imaginária do sujeito saudável?
- Quais os saberes que dominam a FD Antitabagista?
- Como a materialidade visual produz sentidos em sua articulação com a materialidade discursiva para gerenciar as interpretações e promover a identificação/interpelação do sujeito leitor com a ideologia antitabagismo?
- Por que e como o discurso antitabagismo funciona para silenciar o discurso do tabagista?
- É possível os efeitos de sentido de morte e doenças associados ao fumante e à prática tabagista nas peças publicitárias sugerir ou estimular uma exclusão social do fumante?

Norteados por essas indagações, tomaremos como orientação para auxiliar as análises dos recortes discursivos dois procedimentos enunciativos que operam na organização das designações e referências: a articulação e a reescrituração nos processos de enunciação, trabalhadas por Guimarães (1998, 2004, [2002] 2005, 2007), em diversos estudos.

No entendimento do autor, essas noções são fundantes no processo de funcionamento discursivo do texto para a produção dos sentidos, pois, como aponta Guimarães (2010, p.24),

“a articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos significam em sua contiguidade”. Nesse entendimento, o pesquisador complementa que “a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local, significada pela enunciação, entre elementos linguísticos” (GUIMARÃES, 2010, p.24). Isso implica dizer que a significação resultante dos procedimentos de articulação semântica dos elementos linguísticos no agenciamento enunciativo pode se estruturar por dependência, por coordenação ou por incidência dos termos na organização enunciativa, reforça Guimarães (2009).

Em complemento a essas considerações, Guimarães (2010, p.25) destaca que “o procedimento de reescritura consiste em se redizer o que já foi dito”. Esse processamento, reforça o autor, ocorre quando “uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão.” (GUIMARÃES, 2010, p.25). Nesse processo de reescritura em que os sentidos são construídos, as retomadas fazem com que as palavras ou expressões mobilizadas signifiquem de outro modo. Assim, os procedimentos de reescritura são diversos, pois podem se dar por anáfora, catáfora, repetição, sinonímia, substituição, elipse, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e enumeração, destaca Guimarães (1998, 2007, 2009).

No processo de reescritura em que se rediz o que já foi dito, o termo, a palavra ou a expressão linguística das referências, quando se reporta ao já mencionado via procedimentos específicos de retomada, produz uma integralização das partes, ao mesmo tempo enunciativa e discursiva, pois o elemento linguístico é responsável pela condução do fio do discurso; enquanto isso, a designação ao ser reescrita sobre outra forma mantém o funcionamento dos efeitos de sentidos do discurso, caso da SD [03] *Sabe aquele cowboy da propaganda de cigarros? Morreu de câncer*, em que o termo cowboy é reescriturado por uma elipse, antes do verbo *morreu*, para marcar a posição acusativa do sujeito discursivo MS contra o cigarro.

Esses procedimentos da textualidade, aponta Guimarães (1998), mobilizam saberes, na memória interdiscursiva para sustentar as posições defendidas pelo sujeito discursivo. Para o autor, a possibilidade de reescrita só é possível em função de o elemento que reescreve estabelecer “uma relação transitiva, simétrica e não-reflexiva” (GUIMARÃES, 2009, p.53), com o termo reescriturado. Expandindo essa compreensão com base nos apontamentos de Guimarães, podemos dizer que a reescritura opera de modo a integrar os enunciados no fio do discurso, produzindo um efeito simétrico na operação articulatória dos sentidos por estarem dentro de um único texto.

Mais do que um procedimento de organização linguística, a reescritura atravessa todo o texto, fazendo os sentidos transitarem à medida que os termos funcionam de maneira transversal não contígua nos procedimentos de organização enunciativa. Esse funcionamento se torna possível porque, a cada reescritura, não se diz a mesma coisa, opera-se outra informação, logo um termo não reflete o outro; assim sendo, não é reflexivo.

Dito isso, avancemos em nossas análises.

#### 4.1 É PROIBIDO FUMAR

Como já mencionado neste estudo, o Brasil apresentava desde 1986 — com o evento político de 29 de agosto, Dia Nacional de Combate ao Fumo — campanhas de conscientização sobre os malefícios do tabaco à saúde. Antes mesmo de aderir ao Dia Mundial sem Tabaco, em 1987, e fazer parte da CQCT/OMS, em 2003, o governo brasileiro já havia assumido uma posição de enfrentamento aos produtos derivados do fumo no país, mesmo sendo o Brasil uma das nações com a maior produção de tabaco do mundo.

Nesse cenário de políticas pontuais e regionalizadas<sup>118</sup> aos aspectos socioeconômicos dos anos 80, é possível notar que o discurso institucional produzido pelo MS para o evento político nacional, enquanto AIE, mesmo sendo de conscientização, já apresentava uma posição-sujeito inscrita na forma-sujeito dominante da FD Antitabagista. Embora essa posição-sujeito de combate funcione para organizar os saberes da FD Antitabagista, os dizeres mobilizados pela memória discursiva no interior dessa FD, por essa posição-sujeito, estão relacionados à conscientização da população em relação aos malefícios do fumo, e não marcada por posições-sujeito de controle e proibições da prática tabagista, o que só ocorreria com o acontecimento discursivo produzido pela Lei nº 9.294/1996.

Vale recuperar ainda que, por meio da Portaria Interministerial nº 3.257/1988<sup>119</sup>, o MT e o MS em atuação conjunta, visando ao bem-estar das pessoas em espaços coletivos de trabalho, produziram outro evento político de combate ao tabagismo, que acabou por contribuir com a organização heterogênea da FD Antitabagista. De acordo com a portaria conjunta dos órgãos governamentais, as empresas deveriam implantar ações educativas que visassem ao desestímulo e à cessação de fumar por parte dos trabalhadores. Assim, as

---

<sup>118</sup> Esse aspecto regionalizado do Dia Nacional de Combate ao Fumo está relacionado aos limites territoriais da política antitabagismo, ao contrário do Dia Mundial sem Tabaco que é um movimento antitabagismo mundial.

<sup>119</sup> Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181163> Acesso em: 18 jan. /2018.

empresas que apresentassem resultados satisfatórios receberiam certificados de Honra ao Mérito.

Esse dispositivo jurídico, em sua organização discursiva, mobilizava sentidos por meio da memória discursiva recortando saberes dos discursos das ciências médicas, em especial por considerar “as acusações científicas contra o cigarro, de haver se tornado um dos maiores responsáveis por uma série de doenças, algumas delas de excepcional gravidade e até fatais” (PORTARIA INTERMINISTERIAL, nº 3.257/1988). Semelhante ao evento político do Dia Nacional de Combate ao Fumo, esse novo evento político não assume uma posição-sujeito punitiva, mas de estímulo a campanhas de conscientização sobre os malefícios do tabagismo ao corpo individual e social. As práticas discursivas sugeridas pelo evento político, produzidas pela Portaria Interministerial, estavam limitadas a um *discurso setorial*, pois se restringiam aos ambientes de trabalho, recomendando o desestímulo do hábito de fumar nesses espaços.

Embora esses dois eventos políticos (Lei nº 7.488/1986 e a PI nº 3.257/1988) apresentassem especificidades que os singularizavam, enquanto práticas discursivas específicas, podemos dizer que têm em comum o fato de assumirem uma posição-sujeito de *conscientização*, em seu funcionamento discursivo, pois se apresentam como ações educativas. Assim, ainda que tenhamos que considerar o aspecto do *discurso regionalizado* que caracteriza a primeira Lei, e aspecto do discurso *setorizado* da Portaria Interministerial, os efeitos de sentidos produzidos por esses acontecimentos têm sido atualizados nas campanhas de enfrentamento ao tabagismo no país, promovidas pelo MS, inscrevendo os dizeres no interior da FD Antitabagista, estabilizada pelo acontecimento discursivo da Lei nº 9.294/1996 (cf. imagens 36, 42 e 44).

Esse acontecimento discursivo não apenas rompeu com a dominância social do discurso pró-tabagismo na sociedade brasileira, mas também instaurou a possibilidade de se produzir e estabelecer um amplo arquivo discursivo (entrevistas, cartazes, folders, livros, revistas, sites etc.) capaz de expandir e atualizar com frequência os sentidos do interdiscurso, possibilitando, dessa forma, que os discursos produzidos nas campanhas do MS fossem recuperando, pela memória discursiva, em razão da forma-sujeito dominante no seio da FD Antitabagista e das posições-sujeito sustentadas no discurso do MS, os efeitos de sentidos antitabagismo.

Por esse motivo, o acontecimento discursivo reconfigurou as posições-sujeito do governo brasileiro e estabeleceu uma dominância da forma-sujeito marcada por uma posição antitabagismo na configuração da FD Antitabagista. Esta, por sua vez, passou a ser

constituída de forma heterogênea por posições-sujeito de conscientização, de controle, de restrição, de repressão e de punição à prática tabagista. Nessa configuração de discurso antitabagismo, o país assumiu em suas campanhas, a partir de 1997, uma posição-sujeito alinhada à rede de filiações ideológicas assumidas pela OMS no que concerne ao combate mundial do tabagismo. Assim, as campanhas do MS, elaboradas para os eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo, passaram a mobilizar no interior do interdiscurso os saberes produzidos pelo campo das ciências médicas para confrontar o imaginário positivo do sujeito fumante.

Quando observamos a trajetória das ações governamentais de enfrentamento ao tabagismo no Brasil, podemos perceber que desde a criação do PNCT, pelo INCA, em 1986, para atuar na prevenção do consumo dos derivados do tabaco por parte das crianças e adolescentes, bem como para estimular os adultos à cessação do tabagismo, a política de combate ao tabagismo no território nacional tem sido apontada, pela OMS, como um exemplo mundial de luta à doença tabagismo. No Brasil, a redução dos fumantes é resultado de uma ampla política de enfrentamento ao hábito de fumar promovida pelo governo. Essa postura de combate foi intensificada nas campanhas a partir de 2003, quando o país assinou a CQCT/OMS.

Embora tenha sido formada a Comissão Nacional para a implementação das diretrizes da CQCT no mesmo ano que o Brasil firmou o compromisso com a OMS, o texto base só foi aprovado em 2005 e promulgado em 2006. No entanto, apenas em 2007, é que o Governo Federal instituiu uma Comissão para promover uma internalização das ações da CQCT pelo SUS. Com isso, o país assumiu posições-sujeito, via Legislativo, Judiciário e MS, alinhadas às determinações ideológicas capitalistas da política mundial de redução dos impactos econômicos do tabaco para os governos.

No caso nacional, essa política de enfrentamento ao tabagismo é guiada por diretrizes que buscam, segundo apontam Campos e Gomide (2015),

(a) reduzir a iniciação do consumo de tabaco, (b) proteger a população contra os riscos do tabagismo passivo, (c) reduzir a aceitação social do tabagismo, (d) aumentar o acesso ao tratamento do fumante, (e) controlar e monitorar os produtos derivados do tabaco e (f) monitorar as tendências de consumo/estratégias da indústria. Para tal, o PNCT tem seus objetivos estratégicos fundamentados em três pilares: (i) prevenção da iniciação, (ii) promoção da cessação e (iii) proteção ao tabagismo passivo/ambientes livres-abertos. (CAMPOS; GOMIDE, 2015, p.437)

Essa orientação política responde ao pacote de ações MPOWER<sup>120</sup> (WHO, 2008), sugerido pela OMS na luta contra o tabagismo e que tem orientado as tomadas de posições das campanhas de saúde produzidas para os eventos políticos anuais de enfrentamento ao tabagismo nos últimos anos.

Segundo Campos e Gomide (2015, p.437), “a epidemia de tabagismo no Brasil, apesar da redução geral nesses últimos 20 anos, apresenta prevalências maiores nas capitais brasileiras de regiões mais industrializadas, para ambos os sexos”, o que tem se mostrado uma preocupação para MS, sobretudo pelo aumento do consumo de tabaco entre mulheres e jovens das áreas urbanas da região Sul e Sudeste do país, reforçam os autores.

Por esse motivo, jovens, mulheres, fumantes passivos, ambientes de trabalho poluídos pela fumaça do cigarro, prejuízos econômicos, dentre muitas outras temáticas têm sido colocadas em discussão nas campanhas de saúde do MS para estimular a cessão da prática tabagística. Essas abordagens sinalizam para as determinações ideológicas das políticas internacionais e nacionais de saúde na luta contra o tabagismo, especialmente, pelas diretrizes do PNCT.

Isso significar dizer que os temas das campanhas anuais, para os eventos políticos antitabagismo do MS, temporalizam, pela memória discursiva, os saberes pertinentes à produção dos efeitos de sentidos dos discursos no seio de uma FD Antitabagista, cujas bases econômicas do capital recobrem e determinam a dominância da forma-sujeito antitabagismo, que marca a posição sustentada pelo MS, em dadas CP que circunscrevem a produção de cada campanha. Esse funcionamento pode ser observado, sobretudo, no processo de designação e referenciação do fumante e da prática tabagista nas campanhas de saúde, pois esses processos funcionam como índices da estabilização dos sentidos no interdiscurso, já que cada campanha mobiliza saberes específicos e está orientada por uma posição-sujeito a produzir discursos com efeitos de sentidos negativos sobre o fumante e sua prática tabágica.

#### 4.2 O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO ANTITABAGISTA

Os deslocamentos de posições-sujeito, mencionados acima, se revelam frequentes nos discursos das campanhas antitabagista do MS, sobretudo, pela emergência de novos dispositivos jurídicos que vão sendo promulgados para reprimir o uso do tabaco e cercear a liberdade do tabagismo na sociedade brasileira.

---

<sup>120</sup> Para maiores detalhes retomar os apontamentos no primeiro capítulo, na seção *Do glamour à decadência*, p.79.

Nas práticas de linguagem, a memória discursiva fatia os sentidos do interdiscurso, pelas determinações ideológicas capitalistas que interpelam o sujeito discursivo na temporalidade do acontecimento. É o que nos lembra Indursky (2013b, p.92) ao afirmar que “na base das práticas discursivas de um sujeito, pré-construídos provenientes do interdiscurso, ao serem retomados, trazem consigo um determinado espaço de memória que ecoa em seu discurso”, produzindo um efeito de estabilização dos sentidos possíveis e já-ditos.

Essas ponderações colocam em discussão, portanto, a importância e funcionamento da cena de enunciação. De acordo com Guimarães (2013, p.273), “a cena enunciava constitui-se por um conjunto de figuras de enunciação que, de algum modo, ‘falam’ no acontecimento”. Isso nos leva ao entendimento de que a cena de enunciação é um espaço político de confronto e tensão, pois é o lugar de se *falar sobre*, em nosso caso de estudo, *falar sobre* o fumante e a prática tabagista. Segundo Mariani,

os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre um discurso de* ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade' em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento. [grifos da autora] (MARIANI, 1996, p.64)

Embora o trabalho da autora esteja relacionado ao funcionamento do discurso jornalístico, entendemos que a compreensão a respeito do discurso *sobre* (*sobre* o fumante e *sobre* o hábito de fumar) se apresenta relevante para o nosso estudo. Essa noção se mostra importante, pois o MS, enquanto órgão da Saúde, se fundamenta nos discursos médico-científico para discursivamente produzir efeitos de sentido que estimulem a cessação do tabagismo ou até mesmo para que os sujeitos não iniciem essa prática, assim como busca estimular os sujeitos a assumirem as tomadas de posições restritivas do legislativo em relação ao tabagismo.

O discurso do MS sobre o fumante e sobre a prática tabagística adquire valor pela representação do lugar social que o MS ocupa na cena de enunciação. Ou seja, é o órgão protetor da saúde coletiva que enuncia, a partir de uma posição antitabagismo. Ele tem autoridade para dizer o que diz e, à medida que enuncia, é responsável por criar uma representação imaginária do fumante e sua prática tabagística, bem como é incumbido de estabilizar sentidos antitabagismo.

Assim, a peça publicitária funciona como cena enunciativa para o agenciamento dos sujeitos leitores. Se entendermos que ela funciona como um espaço político de confronto e

tensão, um lugar de se falar sobre o tabagismo e o fumante, conceberemos que as peças publicitárias, que materializam as campanhas antitabagismo, são uma zona de entremeio para o atravessamento de discursos conflitantes que emergem da vasta heterogeneidade ideológica, que configuram a multiplicidade de culturas e suas atividades sociais. Por isso, é necessário pensar a organização e funcionamento dos discursos que, pelas emergências sociais e ativismos políticos, produzem força de mudança no corpo social.

Diante dessas observações, partiremos para o exame do nosso *corpus* discursivo na observância de analisar como a memória recuperada no discurso funciona na trajetória dos sentidos, e como cada contexto social atualiza a memória recuperada inscrevendo uma nova orientação de repetibilidade em uma cena de enunciação que funciona como espaço de interligação de memórias, reduplicando a forma-sujeito pela identificação do sujeito.

#### **4.2.1 O Tabagismo no Fio Discursivo**

Na observância de analisarmos o funcionamento discursivo das campanhas produzidas pelo MS para os eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo no país — tendo os dizeres sobre o fumante e a prática tabagística como viés analítico —, dividiremos as peças publicitárias do catálogo de campanhas, que serve de *corpus* discursivo para este estudo, pela ordem cronológica de ocorrência desses eventos políticos. De maneira mais geral, vale ressaltar que as campanhas são produzidas pelo funcionamento argumentativo, já que visam à interpelação-identificação dos sujeitos com a forma-sujeito dominante do discurso antitabagismo do MS/OMS.

No processo analítico, examinaremos ainda como as materializadas visuais e linguísticas se articulam para produzir os efeitos de sentido que marcam a posição-sujeito antitabagismo do MS, em relação ao consumo dos produtos derivados do tabaco. Essa reflexão em torno da imagem é importante, pois a AD considera a multiplicidade das diferentes linguagens, enquanto busca compreender as mais variadas formas de significância, o que inclui o não-verbal, pelas práticas materiais que atualizam sentidos em função das diferentes relações simbólicas que as materialidades visuais podem instaurar nas práticas discursivas (ORLANDI, 1995).

Diante dessas ponderações, é importante considerar que visando à proteção da saúde coletiva do corpo social, em 1997, um ano após o acontecimento discursivo antitabagismo no

país, as campanhas<sup>121</sup> do MS de enfrentamento ao tabagismo assumiram uma tomada de posição discursiva orientadas pela forma-sujeito estabelecida pelo acontecimento discursivo. A temática adotada pelo MS para o evento político nacional, de 1997, iria se repetir ao longo dos anos seguintes nas ações políticas voltadas para o combate ao tabagismo no país. Desse modo, ao propor como tema *Esporte e tabagismo*, o MS elaborou uma campanha de conscientização materializando as determinações ideológicas da saúde na SD [05] *Largue o cigarro correndo*. Esse título foi recuperado ainda no ano de 2000, para o mesmo tipo de evento político nacional (cf. imagem 25). Considerando que, na campanha de 1997, o catálogo do MS não apresenta nenhuma materialidade discursiva visual para orientar a leitura, deixaremos para analisar o título da SD [05] quando examinarmos a campanha de 2000 que, ao recuperar o tema e o título da campanha de 1997, traz uma representação visual para orientar os gestos de leitura do título.

Desse modo, daremos continuidade às nossas análises, na busca de compreensão do funcionamento discursivo das campanhas do MS a partir do evento político mundial de 1998. Vejamos, a seguir, a reprodução do cartaz do evento.

#### **Imagem 15** – Dia Mundial sem Tabaco (1998)



Fonte: Catálogo INCA

A SD [06] “crescendo livre de tabaco” foi o título adotado, pelo MS, para a campanha do Dia Mundial sem Tabaco de 1998, que abordou a temática *Prevenção à iniciação dos*

<sup>121</sup> Para evitarmos uma repetição desnecessária da designação *Eventos políticos de enfrentamento ao tabagismo*, deste ponto em diante, particularizaremos as datas por *evento político nacional* para nos referirmos ao Dia Nacional de Combate ao Fumo, e por *evento político mundial* para nos referirmos ao Dia Mundial sem Tabaco.

*produtos de tabaco*. A campanha brasileira seguiu as diretrizes da OMS, inclusive, fazendo uma tradução livre do título proposto pelo órgão internacional “Growing up without tobacco” (Crescendo sem tabaco, tradução livre). Em relação à imagem, não foi possível constatar se a que foi utilizada na campanha brasileira era a mesma sugerida pela OMS, visto que nos sites oficiais (nacional e internacional) da instituição estrangeira não encontramos registro de imagens para o referido evento.

A campanha foi lançada no Brasil às vésperas de comemoração de dois anos de promulgação da Lei Antitabagismo. Embora esse acontecimento discursivo impusesse restrições de horário às publicidades dos derivados do tabaco, os comerciais não haviam sido proibidos pelo legislador. E o merchandising, muito comum nos eventos esportivos e culturais, ainda, era permitido pela Lei, o que, de certa forma, se tornava um problema para o MS, que buscava desestimular na sociedade o hábito de fumar cigarros.

Naquele contexto sócio-histórico, apesar de o acontecimento discursivo já atender parcialmente às diretrizes gerais que seriam apresentadas no documento da CQCT/OMS (2003), em particular, as diretrizes do Art. 12,<sup>122</sup> as posições-sujeito que configuravam os saberes do acontecimento discursivo eram heterogêneas e, em consequência, ideologicamente conflitantes com a forma-sujeito antitabagismo dominante no discurso da Lei.

Essas contradições se revelavam, porque, mesmo proibindo o consumo dos derivados do tabaco em espaços de uso coletivo, havia na Lei de 1996 uma tomada de posição discursiva do legislador que determinava a criação dos fumódromos, outra posição permitia de maneira parcial a publicidade dos derivados do tabaco e, de igual forma, havia na lei também a permissão para que a indústria tabagística patrocinasse e promovesse seus produtos em eventos culturais e esportivos.

Recuperando a conjuntura social da época, é possível supor que essa contradição no discurso antitabagismo do legislador em limitar e não proibir as práticas discursivas de incentivo ao hábito de fumar apontava para a influência ideológica do capital da indústria tabagística nas bases monetárias do governo, com recolhimento de impostos. Por outro lado, era essa posição de influência monetária no governo que o movimento ideológico capitalista antitabagismo, promovido pelos órgãos de saúde, procurava romper ao apontar que o tabagismo não produzia ganhos econômicos para o governo, mas prejuízos monetários e perdas de vidas.

---

<sup>122</sup> O artigo determinava o estabelecimento de medidas voltadas para ações educativas e de conscientização da população sobre os malefícios e controle do tabagismo, inclusive sugerindo a atuação do poder legislativo na formulação de leis restritivas, bem como apontava seis itens para nortear as ações intersetoriais para o controle da prática tabágica nos países membros da OMS.

Na configuração desse cenário antagônico, cabia/cabe ao Estado funcionar como mediador dos interesses capitalistas (tanto do MS quanto da indústria), pois, como destaca Orlandi (1989, p.41), “ser mediador, no domínio do discurso, é fixar sentidos, organizar relações e disciplinar conflitos (de sentidos)”. Nessa perspectiva, competia ao Estado, por meio dos seus aparelhos, gerenciar as relações de poder das práticas discursivas e administrar os conflitos ideológicos sociais resultantes das tomadas de posição-sujeito dos meios de produção, já que a indústria queria expandir os negócios e lucrar, enquanto o governo desejava arrecadar tributos e evitar o aumento dos gastos com saúde pública.

Se observamos com atenção, poderemos perceber que a Lei Antitabagismo surgiu numa década de transformação político-social brasileira, cujos direitos declarados pela Constituição Federal de 1988 incluía a garantia à saúde gratuita e universal a todos os cidadãos no território nacional. Essa tomada de posição cidadã do discurso constitucional aumentava os custos do governo com saúde pública e o forçava a reavaliar os meios de arrecadações dos tributos. Desse modo, se por um lado o governo se alinhava às políticas internacionais de saúde para combater o tabagismo, por outro, ele buscava manter o recolhimento de impostos com as vendas dos produtos derivados de tabaco a fim de garantir a manutenção da estrutura social, assim como permitia os incentivos e os patrocínios econômicos da indústria cigareira para os eventos esportivos e socioculturais, o que gerava uma economia de recursos públicos para eventos desse tipo.

É nessa conjuntura social de conflitos de interesses capitalistas que surgiu a campanha de 1998, para o evento político mundial, cujos objetivos estavam pautados na conscientização da sociedade sobre os perigos do tabagismo ao corpo social e individual, especialmente, para “alertar a população para prevenção do uso dos produtos de tabaco entre crianças, jovens e adolescentes” (INCA, 2017b, p. 16).

Quando observamos o cartaz da campanha e suas materialidades discursivas (imagem e língua), podemos perceber que a articulação dessas materialidades é fundante na produção dos sentidos. O título da campanha ao iniciar a SD [06] com o verbo no gerúndio *crescendo* produz uma sugestão de sentido de continuidade. Esse efeito produzido pelo verbo é orientado, especialmente, quando a forma nominal é articulada à representação de uma menina, desenhada numa caixa branca (centralizada em um plano de fundo azul celeste com nuvens mimetizando o céu), cujo formato mimetiza um maço de cigarros, preenchido com lápis de cera colorido em vez de cigarros.

É nesse ponto que nos é válida a noção de metáfora, como processo de transferência do sentido, pois, como entende a AD, as palavras, termos e expressões não têm sentido

próprio; pelo contrário, os elementos discursivos funcionam no interior de uma FD e “podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente”, lembra Pêcheux ([1984], 2011b, p.158).

A metáfora, para AD, deve ser entendida como uma transferência (PÊCHEUX, [1975] 2009), um efeito semântico no funcionamento do discurso, produzido por uma retomada discursiva, deslocando o sentido de uma FD para outra, levando traços da FD anterior. Essa transferência modifica os sentidos, pois a FD que ancora o dizer estabelece outros efeitos, visto que o domínio de saber da FD não é o mesmo do qual ela migra. A metáfora é, portanto, um processo de ressignificação pela transferência de sentido.

Em nossos gestos de leitura, entendemos que a campanha recupera, pelos saberes mobilizados, os sentidos das representações imaginárias da infância na contiguidade do enunciado, por um efeito de sua articulação com a materialidade visual, cujas orientações de leitura inscrevem a SD [06] numa FD Antitabagista, em função das determinações dos efeitos de sentidos.

A leitura aponta para a representação de uma menina, que pode ser compreendida no discurso visual como uma metáfora para *criança*, já que a imagem mobiliza dizeres referentes às construções imaginárias produzidas pelas relações sócio-históricas do universo de inocência, pois os traços infantilizados da imagem mobilizam saberes de quando as crianças estão aprendendo a desenhar. Assim, na articulação dessas materialidades, é possível ler:

(a) [Criança] *crescendo livre de tabaco*

Nessa orientação de leitura, é importante destacar que o verbo *crescendo*, na forma nominal, desliza, no enunciado em análise, para uma natureza adverbial que aponta para circunstâncias de modo, sugerindo *aspectos progressivos* (NEVES, [1999], 2011), que no caso da campanha aponta para o desenvolvimento das fases de crescimento do sujeito. Dito de outro modo, o discurso da campanha sugere que a criança vai crescer e se tornar adolescente, jovem e, conseqüentemente, um adulto livre do tabaco. Já o qualificador *livre*, ao deslizar para o seio da FD Antitabagista, funciona como antônimo de *preso*, para indicar um corpo/sujeito *liberto*, que não é *dependente* químico ou físico do tabaco que é considerado uma droga viciante. Outra possibilidade de leitura se dá pela sugestão de que a criança deve crescer livre do contato de tabaco, que na contiguidade enunciativa, a referência *tabaco* assume uma função metonímica para *cigarro*, o que é apontado na orientação de leitura pela

imagem. Nesse modo de funcionamento da campanha, não podemos desconsiderar as relações do jogo imaginário de estar livre ou preso ao cigarro, pois a peça se inscreve num contexto em que se busca romper com a memória de sentidos de o sujeito estar preso ao tabagismo, devendo buscar a liberdade.

Esses sentidos são possíveis, porque o domínio da forma-sujeito da FD Antitabagista organiza saberes postos em circulação pelas materialidades discursivas (linguística e visual). Essas materialidades, por estarem inscritas em dadas CP, deslizam para derivar sentidos determinados pelas relações históricas de combate ao tabagismo. Desse modo, os sentidos dos discursos por serem de ordem social são também por sua natureza afetados pela ideologia, que “funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição”, aponta Orlandi ([2001] 2012a, p.104). É, portanto, no funcionamento da ideologia (real da história) com o inconsciente (real da língua) que o equívoco se torna fato de discurso, pois a língua inscrita na história está sujeita a falhas (ORLANDI, [2001] 2012a).

Segundo Ferreira (1994, p.134), o equívoco pode ser materializar “pelo viés da falta, do excesso, do repetido, do parecido, do absurdo, do non-sense [...]. O que há de comum em todas elas é a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos”. Esse movimento de sentidos se torna possível, porque sendo a língua um sistema simbólico afetado pela ordem da história, os sentidos se deslocam, transgridem e se organizam em FD diferentes em função das CP, para derivarem outros sentidos na ordem de funcionamento do discurso.

Nesse funcionamento de deriva, é possível perceber que os novos sentidos do maço de cigarros, que desliza e vira uma caixa de lápis, está marcada pela retomada dos saberes do cigarro norte-americano Camel, como se pode observar na imagem a seguir:

**Imagem 16** – Exemplo de maço de cigarro Camel



Fonte: Arquivos Google

É possível perceber que a campanha do MS funciona, pela interdiscursividade semiótica, como uma paráfrase das imagens de divulgação do cigarro Camel. No maço de cigarro, os elementos tabagistas, visualmente objetivos, são apagados na campanha do MS, quando as materialidades discursivas (visual e linguística) deslizam para o interior da FD Antitabagista, resignificando os sentidos das materialidades. Nesse processo de retomadas e apagamento, a materialidade discursiva visual mobiliza sentidos reorientando os dizeres para produzir efeitos específicos pelo funcionamento polissêmico visual da campanha do MS, “pondo em conflito o já produzido e o que vai-se instituir. Passagem do irrealizado ao possível, do não-sentido ao sentido”, reforça Orlandi ([1999] 2013, p.38)

Quando tomamos para leitura e análise a propaganda do MS (cf. imagem 15), e comparamos os modos de funcionamento discursivo da campanha do MS com as materialidades discursivas de divulgação do cigarro Camel (cf. imagem 16), é possível verificarmos, inicialmente, que o maço de cigarro desliza, em função das novas CP do discurso, para significar uma caixa de lápis. Devido a essa deriva de efeitos de sentido, na parte frontal da embalagem da campanha do MS, a representação imaginária da criança silencia a do dromedário, símbolo da empresa cigareira; enquanto a grama oculta os dizeres sobre o produto e os lápis de cera coloridos assumem o lugar dos cigarros. De forma semelhante, na lateral da caixa, o logotipo da marca do cigarro Camel é apagado na campanha do MS e o código de barras, que identifica o produto, é substituído pelo desenho do camelo,

que pela representação imaginária visual do animal, traduz, da língua inglesa, o nome da marca (camelo), que foi silenciado, no mesmo espaço lateral.

Nesse funcionamento, o discurso visual antitabagismo da campanha (cf. imagem 15), ao mobilizar saberes do interdiscurso, recobre os dizeres tabagistas de maneira a silenciar e recalcar os sentidos tabagistas que ecoam nas práticas discursivas da sociedade. Desse modo, o MS, ao falar sobre o tabagismo, busca apagar os dizeres sobre o cigarro Camel como uma estratégia discursiva para se fazer esquecer os sentidos com efeitos positivos do hábito de fumar cigarros. Essa recuperação de traços imaginários de específicas marcas de cigarro, como veremos em nossas análises, funciona de maneira a confrontar o imaginário produzido pelas empresas de cigarro, caso do cowboy do Marlboro, do evento mundial de 2000, analisada acima.

Em nossos gestos de leitura, compreendemos que o *punctum*<sup>123</sup> imagético da campanha está nos sentidos produzido pelo efeito metafórico da utilização da caixa com os lápis coloridos em vez de cigarros, já que o funcionamento ideológico provoca o deslizamento de sentido de maço de cigarros para caixa de lápis. O tema *Prevenção à iniciação dos produtos de tabaco* se utiliza da materialidade visual para orientar os sentidos do título da SD [06], sugerindo que as crianças não sejam iniciadas ao consumo de cigarros. Às crianças, devemos dar lápis para que possam colorir e brincar, e o camelo só deve ser usado para diversão e não para ser fumado.

Nesse funcionamento discursivo, vale pensar, ainda, que as CP que agenciam os órgãos de saúde a adotarem certas posturas discursivas nos levam a questionar a organização e formulação do discurso institucional antitabagismo do MS, que não é, em nosso entendimento, construído por um único enunciador.

Embora as peças publicitárias sejam produzidas, em geral, por uma agência de publicidade, o discurso resultante do trabalho enunciativo-discursivo é assumido e atribuído ao MS. Essa autoria do discurso se dá em razão de ele ser o órgão responsável pelas ações dos eventos políticos antitabagismo no Brasil. Em todo caso, se atentarmos para a construção enunciativa do Dia do Mundial sem Tabaco, perceberemos que a OMS já direciona a posição-sujeito do discurso que deve ser assumida pelas nações membros da ONU, o que afeta o discurso do MS e marca a heterogeneidade ideológica da constituição dos discursos antitabagismo.

---

<sup>123</sup> Como mencionado neste estudo, recuperamos a noção de *punctum* proposta por Barthes ([1980] 1984), e atualizamos o termo para nossos propósitos investigativos, na compreensão de que, no funcionamento discursivo das campanhas, há pontos de visualidade que, na articulação com a materialidade linguística, sinalizam para a temática abordada pelo MS. Cf. detalhes no primeiro capítulo, p.73.

É salutar destacar que a construção do enunciado da campanha é resultado do agenciamento político que determina o dizer que será assumido pelo órgão de saúde. O efeito ilusório de ser o MS a origem do dizer produz as evidências do sujeito e dos sentidos. Por sua vez, esse funcionamento discursivo apaga o trabalho discursivo da agência publicitária na organização da campanha, bem como disfarça os atravessamentos ideológico antitabagismo do órgão de saúde brasileiro às instituições internacionais.

Pensar, portanto, na responsabilidade da formulação discursiva, isto é, na autoria da organização enunciativa-discursiva capaz de marcar a posição assumida pelo MS, é considerar a ideia de função-autor do discurso não como um único sujeito enunciator tampouco como um único sujeito discursivo (INDURSKY, 2015). É necessário, então, considerar o trabalho enunciativo-discursivo da agência de publicidade e das equipes do MS e/ou da OMS.

Entendemos, assim, que a função-autor da peça publicitária é exercida por um conjunto de sujeitos atravessados<sup>124</sup> por uma rede de filiações ideológicas em *ação colaborativa* devido à proposta de articulação e identificação dos sujeitos que produzem o dizer com os sentidos que devem ser mobilizados pela memória discursiva. Por essa razão, entendermos que se trata de uma *função-autor colaborativa*<sup>125</sup>. Apesar de o funcionamento da constituição discursiva da peça ser de uma autoria colaborativa, a responsabilidade do dizer é atribuída ao MS, pois o órgão fala sobre o tabaco e o fumante de um lugar marcado na estrutura social. É este espaço que lhe confere, pela representação imaginária que produz, tanto a responsabilidade quanto o valor de verdade do dizer.

No caso da peça utilizada na campanha de 1998, é possível percebermos que o material traz o logotipo da ONU, do INCA, do MS e do Governo Federal (GF) com a bandeira brasileira, seguida do enunciado *Brasil em ação*. O INCA é uma subdivisão setorial

---

<sup>124</sup> Mesmo que o publicitário seja fumante, ele deve pensar e agir pelo agenciamento e interpelação da ideologia antitabagismo na construção da peça publicitária. Pela função profissional exercida, isto é, pelo lugar que o sujeito publicitário ocupa no espaço de trabalho, não lhe é permitido construir discursos marcados por uma posição-sujeito que produza uma contra-identificação ou desestabilize a forma-sujeito antitabagismo que deve dominar a construção das materialidades discursivas (visual e linguística) da peça publicitária. Caso venha a existir uma contra-identificação do publicitário (em função de ele ser fumante) com o discurso da campanha produzida, esse conflito não pode ser inscrito na campanha.

<sup>125</sup> Para evitarmos conflitos conceituais, não utilizaremos a designação *função-autor coletivo* proposto por INDURSKY (2015). Entendemos que nosso estudo não apresenta coincidência de função-autor com a proposta da autora, visto que a pesquisadora se refere ao estudo da Constituição e, em nosso caso, nos referimos a elaboração de campanhas governamentais na área de saúde. Essa nossa observação é importante, pois no texto constitucional os conflitos são marcantes no processo legislativo, pois há confrontos não apenas de posições-sujeito, mas também de FD. O que necessariamente não ocorre na formulação dos títulos e das imagens da propaganda institucional, visto que a tomada de posição-sujeito da agência de publicidade na campanha antitabagismo será a de identificação à posição-sujeito do seu cliente, em nosso caso, o MS ou OMS, dependendo do evento político de enfrentamento ao tabagismo.

do MS, este, por sua vez, também é uma subdivisão da esfera executiva do Governo. O INCA é o domínio do MS responsável pelo trabalho com câncer. Por esse motivo, as campanhas devem apresentar o logotipo do representante da repartição do câncer, considerando que o tabaco, sobretudo o cigarro, tem se mostrado como o maior causador de câncer, segundo pesquisas médicas, já mencionadas neste estudo. Ademais, por ser uma campanha internacional, para apontar os atravessamentos ideológicos do discurso do MS, bem como para marcar as determinações internacionais da ONU, o símbolo das nações unidas aparece na organização visual dos logotipos na primeira posição, para funcionar como assinaturas de identificação dos sujeitos enunciadores que colaboram discursivamente.

A legitimidade do lugar social que esses órgãos ocupam acaba por autorizar suas falas e ainda permite que as instituições determinem as orientações da leitura do discurso, enquanto apagam a possibilidade de leituras diferentes capazes de produzir uma contra-identificação discursiva. Essa necessidade de estabelecer fronteiras se torna necessária no funcionamento da propaganda porque “os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva” (PÊCHEUX, [1981] 2010, p.51), e, muitas vezes, não autorizam o contraditório, isto é, evitam abrir latência para legitimar o direito de o sujeito se contra-identificar e/ou desidentificar com o discurso institucional. Nesse direcionamento, para evitar problemas na identificação do sujeito com a forma-sujeito antitabagismo dominante, há um conjunto de discurso que mantém semelhante gesto de imposição leitora e de interpretação ao sujeito na construção da cena enunciativa, cerceando e limitando os efeitos de sentido, sobretudo, pela representação imaginária do lugar de quem fala, sobre o que/de quem e para quem se fala.

Diante do exposto, destacamos que, embora o discurso das campanhas possa inicialmente ser atribuído a OMS, essa autoria é suplantada no Brasil, pois sendo o MS o lugar marcado na estrutura social para falar sobre a saúde coletiva, ele acaba por assumir a autoria do discurso e seus efeitos. Desse modo, o INCA – setor responsável pelas pesquisas e estudos na relação do câncer – surge em função colaborativa na construção do discurso, sobretudo, se ponderarmos a atuação desse setor na construção de um arquivo médico antitabagismo. Além disso, o logotipo do governo funciona para determinar que a campanha é financiada e promovida pelo GF, ou seja, funcionando também como agente colaborador do MS na construção do discurso. Assim, o discurso antitabagismo do MS se organiza na construção de efeitos de sentidos universais, sentidos compartilhados por diversos órgãos de fomento e bem-estar cooperativo e colaborativo. Nesse sentido, o discurso do MS, já agenciado pela política antitabagismo, visa à interpelação do leitor (fumante ou não) ao falar sobre o tabaco.

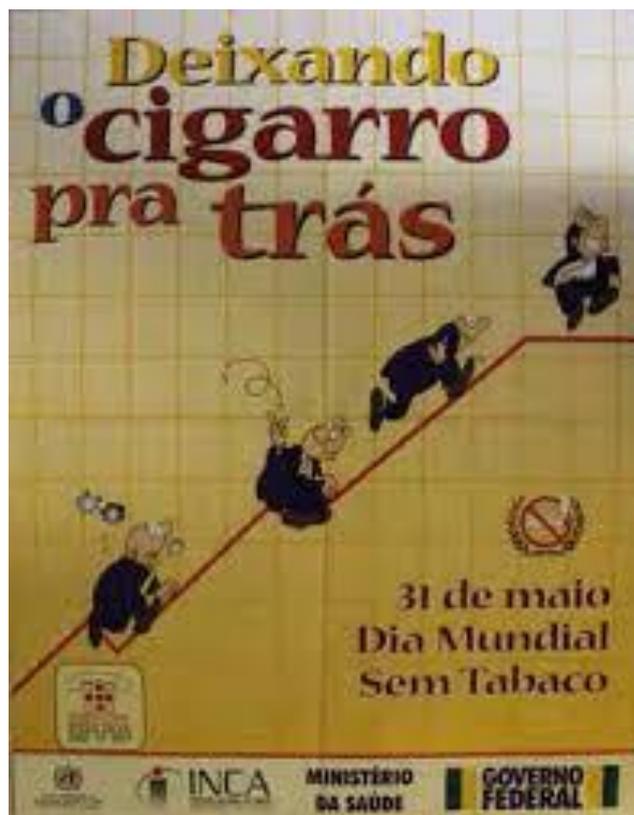
E para que haja a identificação do leitor com a forma-sujeito, que organiza os sentidos no seio da FD Antitabagista, é necessário que o sujeito seja afetado pelas ideologias que se materializam no discurso do MS, pois as materialidades discursivas (linguísticas e visuais) ao se inscreverem numa FD Antitabagista derivam sentidos específicos, já que estão inscritas em configurações afetadas pelas determinações históricas das CP de enfrentamento ao tabagismo.

A campanha, de 1998, antecipa, parcialmente, as medidas que seriam recomendadas no item (a) do Art. 12, da CQCT/OMS, cujas ações sugeridas devem promover o **“amplo acesso a programas eficazes e integrais de educação e conscientização do público sobre os riscos que acarretam à saúde**, o consumo e a exposição à fumaça do tabaco, incluídas suas propriedades aditivas” [grifo nosso] (CQCT/OMS, 2003, p. 8). No exame da campanha, é possível perceber que o MS assume uma tomada de posição de conscientização dos sujeitos, e embora os riscos à saúde não sejam explicitados na peça publicitária, eles são mobilizados pelo funcionamento da memória discursiva na articulação das materialidades linguísticas e visuais.

Com base no funcionamento discursivo da campanha produzida para o evento político mundial, podemos compreender que a tomada de posição discursiva do MS se inscreve numa Política do Corpo Saudável, em que a criança não deve ter seu corpo individual maculado pelo cigarro. Dentre os sentidos possíveis, a campanha sugere que a criança vai *“crescendo livre de tabaco”*, se o corpo social for puro e saudável, isto é, livre do consumo, da fumaça e das publicidades de incentivo ao hábito de fumar.

O catálogo do histórico de campanhas do MS não apresenta proposta de trabalho para o evento político nacional de 1998. Nos sites do MS e do INCA não há referência a campanha para esta data. Pela falta de dados sobre a realização desse evento, consideraremos que o MS não produziu o evento político nacional para a referida data. Por esse motivo, daremos continuidade abordando a peça publicitária organizada para o evento político mundial de 1999. Vejamos, a seguir, a reprodução do material utilizado.

**Imagem 17** – Dia Mundial sem Tabaco (1999)



Fonte: Arquivos INCA

SD [07] “Deixando o cigarro pra trás”

Para o evento político mundial, a OMS propôs como temática a *Cessação de fumar*, materializando os atravessamentos ideológicos pela tomada de posição-sujeito de desestímulo ao cigarro, no enunciado *Leave the pack behind* (Deixe o maço para trás, tradução livre). No Brasil, a campanha do MS trouxe a SD [07] “Deixando o cigarro pra trás”. A construção enunciativa do MS, ao derivar da sequência discursiva da OMS, recupera os dizeres sobre o cigarro. Apesar de não ser possível identificar, pelos mesmos problemas apontados acima, com a campanha de 1998, se o MS adotou a materialidade discursiva visual sugerida pela OMS, o evento político mundial, no Brasil, funcionou para estimular os sujeitos a pararem de fumar. A campanha circulou no país em uma conjuntura social preliminar do Programa de Cessação do Tabagismo, que “já previa a importância de uma abordagem multissetorial para o atendimento aos fumantes e enfatizava a necessidade de políticas públicas eficientes para o controle dessa epidemia” (INCA, 2017b, p.17). Nesse cenário, o enfrentamento ao tabagismo era compreendido como uma tomada de posi o urgente e necessária pelos organismos internacionais de saúde. Entretanto, o Brasil apresentava problemas de organiza o na sua

política interna de combate ao vício do cigarro devido às interferências da indústria do tabaco nas bases econômicas do governo.

Quando consideramos a organização do histórico de campanhas, podemos verificar que o MS não apresentava uma sistematização dos eventos políticos antitabagismo, pois além de silenciar os eventos anteriores ao acontecimento discursivo de 1996, o órgão de saúde não produziu materialidade discursiva visual para a campanha de 1997, tampouco realizou o evento político nacional em 1998. Essas faltas, em nossos gestos de leitura, são furos que apontam para uma fragilidade gerencial do MS em relação às políticas públicas de saúde coletiva. Nesse ponto, a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (doravante, ANVISA), em janeiro de 1999, com o propósito de proteger a saúde da população, favoreceu a organização da política antitabagismo, pois, auxiliando o MS, a ANVISA passou a atuar também como agência reguladora de controle e fiscalização dos produtos derivados do tabaco (INCA; OPAS, 2011). O surgimento de mais um órgão setorial do governo para colaborar com as ações do MS contribuía para uma tomada de posição discursiva focalizada nas questões de urgência nacional para o enfrentamento ao tabagismo.

O último evento político antitabagismo, no Brasil, havia ocorrido em 1998 pelas determinações ideológicas da política mundial da OMS. Em 1999, ao recuperar os dizeres da OMS, para a campanha brasileira, o MS mobilizou na SD [07], os modos de funcionamento da SD [06], colocando o verbo, na forma nominal, com aspectos de continuidade progressiva. A materialidade discursiva visual, que complementava os dizeres do enunciado, apresentava um homem adulto, fragmentado em quatro fases de uma escala gráfica, que funcionava como *punctum* imagético para apontar os sentidos da temática (cessão de fumar). Nessa organização discursiva, a representação do sexo masculino está marcada pelos atravessamentos ideológicos dos estudos clínicos que têm apontado os homens como sendo os maiores consumidores de cigarros e, conseqüentemente, as maiores vítimas do tabagismo. Além disso, a representação imaginária de um homem careca de terno e gravata, em estágios progressivos, mobiliza saberes de homens de negócios em gradual sucesso profissional, o que sugere ainda que parar de fumar leva ao sucesso pessoal.

É de se destacar ainda no funcionamento do discurso da campanha do MS que, mesmo considerando o mundo do trabalho como foco para o abandono do tabagismo e o tipo de profissional fumante pela circunstância e representação imaginária produzida no cartaz, verificamos que a campanha está direcionada a empresários, gestores e sujeitos trabalhadores de um certo nicho, pois a utilização de gráficos e escalas bem como o vestuário do sujeito mobiliza saberes discursivos estabilizados para o mundo dos negócios.

Em nossos gestos de leitura, compreendemos que, nesse evolutivo processo de conquistas do sujeito, o cigarro provoca cansaço e diminui o ritmo daquele que deseja alcançar seus objetivos profissionais; assim, quando o sujeito deixar o cigarro para trás, ele terá mais fôlego e disposição para correr e alcançar o sucesso. Nessa orientação discursiva, o MS, ao falar sobre o tabagismo, toma o cigarro como um problema ao corpo do sujeito e aponta o vício tabágico como uma prática social capaz de afetar o desempenho profissional do fumante; por esse motivo, “deixando o cigarro pra trás”, o sujeito terá êxito na vida, o que ele já está careca de saber.

Essa tomada de posição discursiva do MS é apontada no catálogo do histórico de campanhas do MS como atravessada pelas determinações ideológicas da CQCT/OMS, especialmente, no que tange as orientações do Art. 14, no parágrafo 1. De acordo com o documento internacional, cada nação, considerando as prioridades internas, “adotará medidas eficazes para promover o abandono do consumo do tabaco” (CQCT/OMS, 2003, p.10). Neste ponto, cabe uma reflexão sobre essa posição discursiva do MS de apontar em cada campanha os artigos da CQCT no catálogo.

Embora esse posicionamento do MS sugira que órgão de saúde estivesse filiado às diretrizes internacionais de saúde, elucidadas na CQCT/OMS (2003), como pode ser observado no catálogo desde a campanha de 1997, o tratado internacional ainda não havia sido formulado pela OMS. Esse equívoco produzido pelo exagero do MS, em relacionar as temáticas aos artigos da CQCT/OMS, na organização do Catálogo Histórico de Campanhas, em 2017, funciona para que o governo, via MS, se projete pela representação imaginária internacional como país modelo no enfrentamento ao tabagismo. De certa forma, essa estratégia discursiva tenta apagar as faltas e falhas que marcam a ruptura de continuidade nos eventos políticos nacionais; sobretudo, antes da criação da ANVISA. A projeção mundial que o Brasil busca atingir na luta contra o tabagismo faz irromper sentidos de excessos nos discursos, especialmente, por apontar os artigos da CQCT/OMS (2003), no Catálogo, para se apresentar globalmente como um país vanguardista e exemplar no movimento ideológico antitabagismo liderado mundialmente pela OMS.

O acontecimento discursivo havia produzido uma ruptura nas práticas de linguagem de incentivo ao tabagismo no país, mas essas faltas político-discursivas do MS, mencionadas acima, permitem-nos questionar a capacidade, na época, do principal órgão de saúde nacional de garantir a execução do PNCT. O MS estava reproduzindo as campanhas internacionais orientado pelas determinações ideológicas da OMS e, ao mesmo tempo, assumindo as posições-sujeito da instituição internacional nas práticas discursivas antitabagismo no país.

Quando observamos as SD [05], [06] e [07], podemos observar que não há em nenhuma campanha uma acusação direta dos malefícios do tabaco ou do cigarro à saúde. Os saberes mobilizados pela memória discursiva apontam sentidos de reeducação dos hábitos, sem apontar os motivos para que haja uma ruptura do sujeito com o hábito tabagístico. Essas campanhas sugeriam o abandono do cigarro com uma “certa gentileza”. No entanto, com o surgimento da ANVISA, o MS precisava rever suas tomadas de posição e assumir as determinações ideológicas pertinentes ao contexto brasileiro, o que veio ocorrer a partir do evento nacional de 1999.

Seguindo, então, novas posições discursivas em relação ao abandono do tabagismo, e adotando medidas de enfrentamento voltadas para as questões prioritárias da conjuntura sócio-histórica brasileira após o evento político mundial, o MS trouxe, como tema, para a campanha do evento político nacional de 1999, *Esporte e Arte sem Tabaco*, como observaremos a seguir.

**Imagem 18** – Dia Nacional de Combate ao fumo (1999)

Deborah Colker não cobrou cachê para participar desta campanha.

**TROQUE O CIGARRO PELA ARTE. A SUA VIDA AGRADECE. COM EMOÇÃO.**

**Programação**

Semana de 23 a 29/08/99

- Estandes com informações nos principais shoppings do Rio de Janeiro:
  - Rio Sul — Plaza Shopping Niterói — Grande Rio — Madureira Shopping — Norte Shopping

**Dia 29/08/99 — de 9:00 às 17:30h.**

- Atividades Teatrais
- Atividades Esportivas

Pratias:

- Leme (Futebol artistas X atletas e muito mais...)
- Copacabana
- Ipanema
- Leblon
- Barra da Tijuca

**29 DE AGOSTO, DIA NACIONAL DE COMBATE AO FUMO**

**ARTE SEM CIGARRO É UM SHOW**

Deborah Colker, Coreógrafa e Bailarina. Não fuma.

INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE GOVERNO FEDERAL

Foto: Paulo Colker

MINICOMAR

Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 19** – Dia Nacional de Combate ao fumo (1999)

Gilberto Gil não cobrou cachê para participar desta campanha.

**TROQUE O CIGARRO PELA ARTE. A SUA VIDA AGRADECE. COM EMOÇÃO.**

**29 DE AGOSTO, DIA NACIONAL DE COMBATE AO FUMO**

**ARTE SEM CIGARRO É UM SHOW**

Gilberto Gil, Cantor e Compositor.

INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE GOVERNO FEDERAL

Foto: Paulo Colker

MINICOMAR

Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 20** – Dia Nacional de Combate ao fumo (1999)



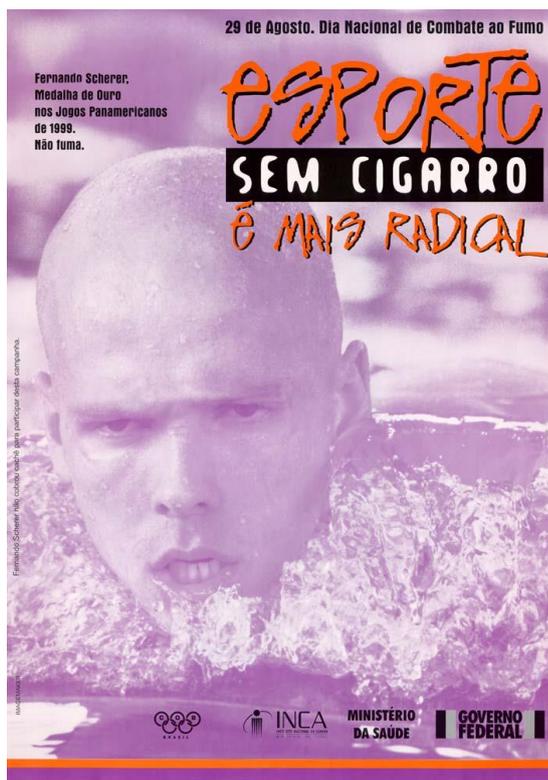
Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 21** – Dia Nacional de Combate ao fumo (1999)



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 22** – Dia Nacional de Combate ao fumo (1999)



Fonte: Arquivos INCA

Ao examinarmos essas cinco peças publicitárias utilizadas na campanha do MS, é possível percebermos como o discurso antitabagismo do órgão de saúde foi organizando os efeitos de sentido na articulação entre as atividades esportivas e artísticas como ações incompatíveis com o consumo de cigarros. Esse entendimento é realçado pela repetibilidade do recorte enunciativo “sem cigarro” e sua reiteração inscrita nas circunstâncias representadas nos cartazes com foco nas Artes e nos Esportes.

O discurso sobre o tabagismo e sua associação com as práticas esportivas e artísticas são temáticas repetidas em diversas campanhas dos eventos políticos antitabagismo, como veremos mais adiante. Considerando a importância dessas temáticas na construção das campanhas, iniciaremos nossa análise tecendo comentários sobre os discursos antitabagismo em relação ao hábito de fumar e às artes para que, em seguida, possamos examinar os discursos que envolvem o tabagismo e os esportes.

Inicialmente, é necessário pensarmos na interseção desses temas, pois eles estão destinados ao público jovem e se inscrevem dentro de um contexto social que força o silenciamento de outras temáticas. Quando consideramos as possibilidades de abordagens que o MS tinha à época do lançamento da campanha para o evento nacional antitabagismo, torna-se necessário compreender quais as determinações da conjuntura sócio-histórica que influenciaram a tomada de posição do órgão de saúde.

A princípio, vale destacar que, ainda em 1999, era comum a utilização dos eventos artísticos, culturais e esportivos pela indústria tabagística para promover e incentivar o tabagismo entre adolescentes e jovens. Os discursos capitalistas produzidos pelas empresas associavam o cigarro à falsa ideia de bem-estar e acessão social dos fumantes (INCA, 2017b). Naquela configuração social, tornava-se essencial para o MS assumir uma tomada de posição-sujeito de enfrentamento a essa prática da indústria tabagística. Era necessário, portanto, “esclarecer e estimular os jovens a praticar esportes e conviver socialmente sem o uso dos cigarros” [...] de forma que eles percebessem a “importância dos esportes e da arte como aliados de uma vida saudável”, reforça o INCA (2017b, p.18).

No referido contexto histórico, o Brasil possuía, em relação à publicidade dos derivados de tabaco, uma legislação apenas regulatória e não proibitiva. Por isso, o MS, orientado pela Política de Corpo Saudável, trouxe para discussão e esclarecimentos as estratégias enganosas da publicidade dos cigarros nos eventos culturais para estimular a criação de regulamentos que intimidassem a prática do merchandising e banisse o tabaco das atividades artístico-culturais esportivas. Vejamos, então, o funcionamento da campanha, inicialmente, pelos títulos.

**SD [08]** “Arte sem cigarro é um show”

**SD [09]** “Esporte sem cigarro é mais radical”

Começemos pela SD [08]. Ela foi utilizada em quatro peças de propaganda para a mesma campanha. Além da coreógrafa e bailarina Deborah Colker, do cantor e compositor Gilberto Gil, a atriz Fernanda Montenegro e a apresentadora de televisão Xuxa Meneghel protagonizaram as peças para o evento político nacional antitabagismo. Cada enunciado se inscreveu em diferentes circunstâncias, e a articulação da SD [08] com as imagens dos artistas produziu novos sentidos em razão da mobilização de saberes recortados do interdiscurso. Os recortes operados pela memória discursiva, ao deslizarem para as representações da materialidade visual, produziam atualizações da SD [08] pelo agenciamento dos atravessamentos ideológicos das circunstâncias retratadas nas peças da propaganda.

Dito isso, é possível compreender que o discurso institucional do MS produziu efeitos de sentido diferentes para indicar que a Arte deve estar dissociada do cigarro para que o sujeito possa ter uma vida mais saudável. Por esse motivo, a designação “Arte”, à medida que deslizava para uma dada circunstância (dança, música, teatro), apontava efeitos singulares e específicos em função da orientação de leitura instaurada pela materialidade visual. Funcionamento semelhante ocorreu com o deslizamento da referência “show” na predicação “é um show”, pois eram as representações imaginárias das imagens (dança, música, teatro) que sugeriam os sentidos para particularizar o tipo de show.

A designação “Arte”, ao ser articulada com a imagem da bailarina, vai tendo os sentidos orientados pela imagem que mobiliza saberes, pela memória discursiva, relacionados à dança, enquanto show artístico. Por sua vez, essa designação, ao deslizar para as circunstâncias orientadas pela imagem do cantor, da atriz e da apresentadora, acaba movimentando sentidos relacionados, respectivamente, à música, ao teatro e a programas de auditório como atividades artístico-culturais que são um show (um espetáculo).

O teatro é uma representação artística de imitação da vida; já cantar, tocar e compor músicas recuperam sentidos estabilizados na memória social como habilidades artísticas; enquanto dançar é uma expressão artística corporal. No caso particular da apresentadora, a designação “Arte” é genérica, visto que o programa da Xuxa, nos anos 80, era um conglomerado de atrações artísticas destinadas às crianças. Assim, para se construir sentidos a partir dessas *Artes* mencionadas, faz-se necessário silenciar as artes visuais, a arquitetura e a fotografia, por exemplo, pois estas não são destinadas a produzirem um espetáculo com movimentos do corpo, já que não exigem força e disposição física do sujeito, ao contrário das

circunstâncias sugeridas pelas imagens nas propagandas do MS, que têm o movimento do corpo como elemento comum a todas as *Artes* representadas na campanha.

A falta dessas outras *Artes* aponta a equivocidade do funcionamento discursivo, pois o apagamento das *Artes*, que não exploram o movimento do corpo, aponta para a contradição de saberes que não devem ser lembrados, quando as propagandas sugerem a incompatibilidade da prática tabagística com o movimento do corpo. Nessa organização, é possível percebermos, na ruptura dos dizeres, o ponto de união do real da língua e do real da história, já que o silenciamento dos saberes está atravessado pelas determinações ideológicas que funcionam para questionar o imaginário anteriormente construído nas publicidades de cigarro sobre a relação das artes com o cigarro.

De qualquer forma, o discurso institucional antitabagismo, em todas as designações *Arte*, vem marcado pela determinação “sem cigarro”. E, em todas as ocorrências parafrásticas, essa determinação desliza de sentido devido à relação semântica construída pela articulação dos termos com as imagens, que se inscrevem em circunstâncias diferentes, nas diversas peças produzidas para a campanha. A possibilidade de interpretação dos sentidos se torna possível, porque “a historicidade está aí representada justamente pelos deslizamentos (paráfrases) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas. Fala-se a mesma língua, mas se fala diferente. Pelo efeito metafórico”, destaca Orlandi ([1996] 2012b, p. 81).

Na campanha em análise, a designação *Arte* é uma metáfora pela sua memória histórica de enunciações e sentidos estabelecidos que, num processo de comutação, vai sendo ressignificada e nos permite ler:

- (a) Arte [**sem cigarro** é um show]
- (b) Dança [...]
- (c) Música [...]
- (d) Teatro [...]
- (e) Apresentação artística [...]

Nesse mesmo direcionamento, a negação marcada pela referência determinativa “sem cigarro” sugere, pela reorganização intradiscursiva, as leituras:

- 1) Arte | *sem cigarro* | é um show  
 Arte é um show | *sem cigarro*  
*Sem cigarro* | Arte é um show

Arte *sem cigarro*

Arte é um show

2) Dança | *sem cigarro* | é show

Dança é um show | *sem cigarro*

*Sem cigarro* | Dança é um show

Dança *sem cigarro*

Dança é um show

3) Música | *sem cigarro* | é um show

Música é um show | *sem cigarro*

*Sem cigarro* | Música é um show

Música *sem cigarro*

Música é um show

4) Teatro | *sem cigarro* | é um show

Teatro é um show | *sem cigarro*

*Sem cigarro* | Teatro é um show

Teatro *sem cigarro*

Teatro é um show

5) Apresentação artística | *sem cigarro* | é um show

Apresentação artística é um show | *sem cigarro*

*Sem cigarro* | Apresentação artística é um show

Apresentação artística *sem cigarro*

Apresentação artística é um show

Os efeitos de interpretação produzidos pela articulação dos enunciados resultam dos gestos de leitura do sujeito que, ao analisar as materialidades discursivas das circunstâncias representadas, reorienta os dizeres e atribui sentidos pelos deslizamentos dos termos no seio da FD Antitabagista. A orientação de leitura imposta pelo jogo discursivo visual aponta, nas reformulações enunciativas, para a exclusão da referenciação *sem cigarro* na discursividade. É nesse rearranjo enunciativo, em que se sugere o apagamento da referenciação particularizadora do artefato símbolo de tabaco (cigarro), que a campanha revela, pelos efeitos da discursividade, o ponto de união do real da língua com o real da história, pois a exclusão

sugerida marca os atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde, que recobrem os dizeres a ser esquecidos sobre o tabagismo.

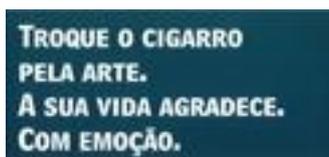
Outrossim, na predicação “é um show”, embora o termo usado seja de origem estrangeira, seu emprego indica que a palavra já está incorporada ao nosso idioma, pois, no processo de interpretação, a compreensão é apontada pela constante mobilização da memória discursiva ao movimentar os sentidos na rede de filiações ideológicas relacionadas a espetáculos, dispensando traduções. Assim, o efeito metonímico que essa referenciação exerce no funcionamento discursivo (pelo seu caráter simbólico de agregar um conjunto de predicações) está relacionado à sua articulação dentro do funcionamento discursivo com a designação *Arte* e seus deslizamentos de sentido em cada peça publicitária, como se observa a seguir.

fd.: X → Y	(Y)	
Arte [...]		é um show (X)
Dança [...]		é um(a) performance/apresentação/espetáculo/programa
Música [...]		
Teatro [...]		
Apresentação artística [...]		

Desse modo, podemos perceber o funcionamento discursivo (fd) da metáfora (Y) pela seleção paradigmática no procedimento de designação, enquanto o movimento da metonímia (X) é produzido pela combinação sintagmática na contiguidade enunciativa. Nesse procedimento de organização enunciativo-discursivo, os sentidos se deslocam historicamente e são transformados ao deslizarem do interdiscurso para o interior da FD Antitabagista. Por esse motivo, os elementos linguísticos vão transferindo sentidos e se resignificando a cada inscrição, sobretudo, em nosso caso de análise, cujas orientações de leitura da materialidade visual determinam a compreensão do discurso. A AD entende esses procedimentos de efeito metafórico e metonímico como sendo mecanismos marcados tanto pelo atravessamento histórico-ideológico quanto pela relação com o inconsciente.

Ainda na continuação do exame de funcionamento da organização discursiva da peça publicitária, outra forma importante de ordenação sintática da mensagem para atribuir sentidos se apresenta no canto superior direito dos cartazes. Vejamos, no recorte a seguir, a articulação dos enunciados na condução dos sentidos nos cartazes.

## SD10



A SD [10] “Troque o cigarro pela arte. A sua vida agradece. Com emoção.”, ao ser articulada com a SD [08] “Arte sem cigarro é um show” produz efeitos de complementariedade de sentidos ao título.

SD 08 (A)

SD 10 (B)

Arte [**sem cigarro**] é um show | troque o cigarro pela arte.

Arte [**sem cigarro**] é um show | a sua vida agradece.

Arte [**sem cigarro**] é um show | com emoção.

$A \cup B = \{ \text{Arte é um show, troque o cigarro pela arte, a sua vida agradece, com emoção} \}$

**Dança** [é um show, troque o cigarro pela **dança**, a sua vida agradece, com emoção.]

**Teatro** [...]

**Música** [...]

**Apresentação Artística** [...]

Na SD [10], o termo *arte*, quando reescriturado, retoma a designação da SD [08]. Neste caso, a repetibilidade da palavra *arte* é marcada pela expansão dos sentidos na contiguidade enunciativa, já que no título o termo tem um aspecto sugestivo específico relacionado à cessação da prática tagística e a cada modalidade artística representada nas imagens das peças da propaganda. Para Guimarães (2007, p.87) , “o processo de reescrituração liga pontos de texto com outros textos. [...] este processo, ao se dar, produz sentido na medida em que ao retomar alguma expressão faz que ela signifique de outro modo”; por esse motivo, na repetibilidade do termo ocorre uma expansão de sentidos do termo *arte*, ou seja, é possível verificar uma ampliação do que foi mencionado sobre a exclusão do cigarro em detrimento das artes. Dito de outro modo, a vida agradece, com emoção, a troca do cigarro pela arte, já que a *arte* (associada ao movimentos do corpo) faz bem à saúde, enquanto o cigarro não faz.

No funcionamento das materialidades discursivas, são, portanto, os gestos de leitura da campanha que vão dando as coordenadas de interpretação ao leitor. Desse modo, o uso do

verbo *troque*, no modo imperativo, bem como o uso do pronome possessivo *sua*, como estratégia argumentativa no agenciamento do sujeito, confronta o sujeito leitor a assumir uma tomada de posição de exclusão do cigarro da sua vida. Diferente da organização enunciativa das SD [06], que sugere a conscientização do sujeito para que as crianças cresçam livre de tabaco, o efeito de complementariedade da SD [10] com a SD [08] evita uma simples posição-sujeito limitada à conscientização. É possível percebermos, pelo efeito complementar produzido na união dessas sequências, uma organização discursiva heterogênea marcada também por uma posição-sujeito que impõe uma tomada de posição discursiva de enfrentamento ao cigarro. Nesse funcionamento, o sujeito discursivo convoca o sujeito leitor a se identificar com a rede de filiações ideológicas da saúde, considerando que uma vida com emoção só é possível sem cigarro.

Além disso, a estratégia de personificação da designação “vida”, no recorte enunciativo “A sua vida agradece”, produz uma reescritura de dizeres no discurso, considerando que a vida agradece ao sujeito por ter parado de fumar. Nesse processo, o efeito metonímico da designação levaria a ler “A sua saúde agradece”. Por isso, a memória discursiva recorta saberes para sugerir que as Artes propostas movimentam o corpo e fazem bem à saúde, enquanto o cigarro não faz. É nesse ponto que podemos verificar a orientação do *punctum* imagético para o entendimento da temática. A representação dos movimentos do corpo da bailarina, do gesto da atriz ao segurar e cheiar a flor, da expressão facial e da sugestão de o compositor tocar o violão e cantar, da apresentadora segurar o microfone e do esportista nadar, por exemplo, apontam para as atividades de exigem força, disposição física e saúde.

Desse modo, quando observamos a organização sintática, podemos analisar que a reescritura mobiliza saberes da área médico-científica armazenados no interdiscurso. Nesse funcionamento, a memória discursiva recupera, a partir de sua rede de filiações, os sentidos capazes de organizar o dizível. Assim, a memória discursiva movimenta o pré-construído que funciona como reduto de produção dos efeitos de sentido, sobretudo, pela relação das representações imaginárias que configuram a realidade sócio-histórica na qual o sujeito se insere. Isso nos leva a entender que os sentidos negativos atribuídos à prática tabagista na campanha do MS busca romper com a memória de efeitos positivos, porque estabelece outras relações de sentido já estabilizadas.

Assim, o efeito metonímico de “A sua vida agradece” entendido por “A sua saúde agradece” só é possível porque – para produzir os efeitos de sentido no processo de interpelação discursiva – se compreende os movimentos operados na rede de memórias a

respeito dos saberes sobre ser o tabagismo uma das maiores causas de morte de fumantes por câncer no mundo, em especial pelo consumo do cigarro. Trocar o cigarro pela arte significa deixar o hábito de fumar para ter uma vida longa. A vida agradece a troca porque o sujeito fumante não adoecerá o corpo pelas toxinas do cigarro, logo terá boa saúde. Além disso, o recorte “com emoção”, embora possa produzir uma sensação de desconexão no funcionamento do discurso devido a pontuação, sua articulação com os enunciados, como visto na união dos conjuntos A e B acima, abre latência de sentidos para o sujeito.

Já no que concerne à desconstrução dos discursos com efeitos positivos em relação à projeção imaginária entre esportes e cigarro, percebemos, na abordagem da temática, um funcionamento discursivo semelhante ao dos rompimentos dessa relação com as Artes, em especial, quando analisarmos a SD [09] “Esporte **sem cigarro** é mais radical”. Nesse enunciado fica evidente que no processo articulatório com as imagens, a designação “Esporte” funciona por um processo metafórico semelhante a SD [08], discutida acima. Ou seja, os termos dos enunciados ao deslizarem para a FD Antitabagista atualizam os sentidos pelas circunstâncias sugeridas na materialidade visual de cada peça da propaganda, que na referida campanha, a proposta temática foi trabalhada na representação imaginária da natação, do vôlei de praia feminino e do futebol masculino. Dentro desse contexto, é possível percebermos, então, que na predicação “é mais radical”, o termo “radical” funciona pelo processo metonímico, na construção sintagmática, pois ao ser articulado com as imagens, produz efeitos de sentido que são determinados pela designação “Esporte” metaforizada na construção de uma dada circunstância. Esse funcionamento discursivo nos permite ler,

fd.: Y → X	(Y)	
Esporte [...]		<b>é mais radical</b> (X)
Futebol [...]		<b>é mais</b> emocionante/desafiador(a)/competitivo(a)
Natação [...]		
Vôlei [...]		

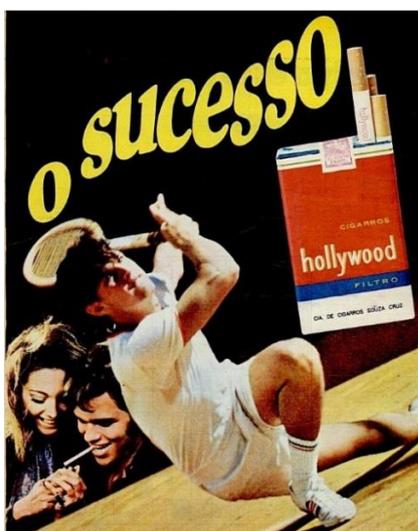
Seguindo ainda a análise em torno do funcionamento discursivo, podemos perceber uma repetibilidade nos gestos de leitura no movimento intradiscursivo. Nesse processo, a negação marcada pela determinação “sem cigarro” retoma os modos de reescrituração encontrados na análise sobre as *Artes*. De qualquer forma, o diferente nessa formulação enunciativa-discursiva está no uso do advérbio intensificador “mais”, quando se predica “é mais”, pois, o termo, na organização sintagmática, enquanto elemento determinante da

designação “radical” na função predicativa, abre a possibilidade de interpretação de que a prática esportiva se tornaria mais arrojada e bem melhor sem o cigarro. Dentre as possibilidades de sentidos, a campanha sugere que praticar esportes é radical, mas sem cigarro fica “mais radical”.

Esses estímulos à cessação de fumar e a sinalização de uma vida melhor sem a prática tabagista sugeriam, na campanha do MS, que as Artes e os Esportes são benéficos à vida e, portanto, aliados da saúde física e mental, o que os tornavam importantes para o desenvolvimento da *mens sana in corpore sano*, pois as atividades artísticas e esportivas que envolvem o movimento do corpo trazem sensações de prazer e de satisfação ao sujeito, o que produz um equilíbrio mental e evita o adoecimento do corpo; ao contrário do cigarro que é incompatível com o bem-estar mental e físico dos sujeitos.

Os artistas selecionados para figurar as circunstâncias representadas estavam ligados a uma rede de memórias de projeções imaginárias no cenário brasileiro que os colocavam como ícones de sucesso no cenário artístico-cultural e esportivo do país. Daí a importância de se associar as Artes ao imaginário de sucesso e bem-estar que esses intérpretes produziam, pois além de serem profissionais prestigiados, sua representação simbólica deveria funcionar ainda como modelo de hábitos saudáveis para os jovens, pois o *sucesso* era possível sem o cigarro. O que de certa forma procurava romper e silenciar os sentidos das publicidades do cigarro, a exemplo da marca Hollywood, que explorava a relação dos esportes com o tabagismo por meio do “sucesso”, como se pode observar a relação do tênis e o sucesso com mulheres devido ao consumo do cigarro Hollywood.

**Imagem 23** – Anúncio publicitário do cigarro Hollywood (1971)



Fonte: <http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com/2012/10/anuncio-de-cigarros-na-decada-de-setenta.html>

Em razão desse apagamento de sentidos, na organização das circunstâncias dos cartazes da campanha do MS, é possível encontrarmos o nome do artista, a atividade exercida e uma nota de advertência “não fuma”, para que esses profissionais funcionassem como modelo de vida saudável e sucesso profissional. No entanto, no cartaz de Gilberto Gil, há um silenciamento dessa informação em relação ao cantor. Essa falta, que marca um equívoco na campanha, funciona como omissão, pois é possível encontrar registros audiovisuais do compositor fumando cigarros e afirmando ter usado maconha. A exemplo do documentário *Os Doces Bárbaros*, de 1976, dirigido por Jom Tom Azulay, em que Gil aparece fumando cigarros, e do curta metragem *Gilbertianas brasileiras*, de 1983, dirigido por Geneton Moraes Neto, em que além de aparecer fumando cigarro, o cantor afirma ser do conhecimento de todos a sua experiência com maconha. Podemos supor que uma das determinações históricas para o cantor servir de modelo na época da campanha, enquanto fumante, está no fato de o compositor ter sido nomeado Artista pela Paz, pela UNESCO, em 1999. Essa projeção internacional dava a Gilberto Gil uma representação imaginária importante no contexto brasileiro. Desse modo, o sujeito discursivo, pela falta, marca o equívoco do que se pretendia esquecer para não romper o fio do discurso dos sentidos antitabagismo propostos na campanha do evento nacional de 1999.

Dito isso, vale destacar que os discursos das peças publicitárias em análise se destinavam ao público jovem, pois esse grupo era, geralmente, aliciado pela indústria do tabaco, sobretudo, quando esta associava as atividades artísticas e esportivas à prática tabagista como algo positivo. À época dessas campanhas, em 1999, as relações imaginárias positivas sobre o tabagismo ainda eram sugeridas e produzidas pela indústria do cigarro<sup>126</sup> no cenário brasileiro, sobretudo pelo financiamento das atividades culturais e esportivas no país.

Os ideais de bem-estar, de diversão e de satisfação pessoal e social continuavam sendo propagados pelas publicidades do cigarro no país. E, por esse motivo, as propagandas antitabagismo se inscreviam em um contexto sócio-histórico de conflitos com as publicidades tabagistas, pois o legislativo havia restringido os horários e os meios de divulgação dos produtos derivados do tabaco e não proibido os anúncios e o merchandising totalmente.

Nesse contexto de enfrentamento, a campanha para o evento político nacional antitabagismo, de 1999, sobre a prática tabagista, visava a desestimular o consumo do cigarro tanto para os jovens iniciados quanto para os que ainda não fumavam, pois a legislação no Brasil, como mencionamos, era ineficaz. Por essa razão, diante da fragilidade e lacunas do da

---

<sup>126</sup> Conferir no link a seguir uma compilação de comerciais de cigarro: <https://www.youtube.com/watch?v=ORoPjxLr2IM> Acesso em: 27 jan. 2019.

Lei, cabia ao MS produzir um discurso que alertasse o público jovem – este facilmente aliciado pela política ideológica de valorização do cigarro pelas propagandas da indústria tabagista – sobre os riscos do tabagismo à saúde.

À época, a necessidade de combater a publicidade dos produtos derivados do tabaco era tão importante para as políticas de enfrentamento ao tabagismo, no Brasil e no exterior que, para o evento político mundial de 2000, a OMS sugeriu o tema *Mídia Livre do Tabaco*, materilizado no título *Tobacco kills – don't be duped* (tabaco mata – não seja enganado, tradução livre). Essa temática foi materializada pelo MS, no Brasil, com o título “Sabe aquele cowboy da propaganda de cigarros? Morreu de câncer”, trabalhado por nós, no segundo capítulo<sup>127</sup>.

A campanha produzida para o evento político mundial de 2000 alertava as autoridades públicas que os anúncios publicitários exerciam influências sobre sujeitos, em razão de os fumantes serem retratados como independentes, glamourosos, aventureios, fortes e sensuais. Era necessário, portanto, fortalecer a opinião pública sobre os perigos das publicidades, em especial, do cigarro, no agenciamento de novos fumantes. Além dessas questões, no contexto, buscava-se conscientizar os profissionais de comunicação acerca do papel que eles desempenhavam no combate ao tabagismo, o que, de certa maneira, apontava um conflito ideológico de vantagens capitalistas, pois as agências de publicidades agiam por interesses econômicos do cliente na produção de campanhas contra ou a favor do tabagismo. Afinal, as agências de publicidade eram o meio de produção e não o produto final.

Dentro desses propósitos capitalistas conflituosos, a campanha da OMS, de 2000, sinalizava para a importâncias das mídias (jornal, rede televisiva, rádio, Sites na Internet) se posicionarem contra o tabagismo. Para isso, seria necessário que os meios de comunicação divulgassem as ações da indústria tabágica para enganar os fumantes (relações simbólicas de representação positiva de fumar). Além disso, seria importante que os meios de comunicação de massa apresentassem os resultados de estudos científicos realizados na área da saúde sobre os efeitos nocivos do tabagismo, em especial, dos danos provocados pelo cigarro ao corpo saudável.

Ações midiáticas dessa natureza denunciativa serviriam para fortalecer o cerco contra o cigarro, sobretudo, em relação às suas formas de publicidade para agenciar os sujeitos a fumarem. Essa postura acusativa, que norteava a campanha do MS, se fosse efetivada pelas mídias, contribuiria para o fortalecimento do movimento antitabagismo dos órgãos de saúde e

---

<sup>127</sup> Cf. Seção 2.3.5. Do Interdiscurso à Memória Discursiva, p.135.

poderia motivar uma tomada de posição mais enérgica do Legislativo. Essa cobrança de formulação de dispositivos jurídicos rigorosos e eficazes visando à proibição das publicidades dominavam as políticas de enfrentamento ao tabagismo da época e determinavam os posicionamentos mais emergenciais a serem discutidos mundialmente.

No Brasil, diante da permissividade às empresas cigareiras de divulgar suas marcas nos eventos esportivos e culturais, o MS, ao produzir o evento político nacional de 2000, trouxe como tema *Esporte e tabagismo*, materializados na recuperação da SD [05] “Largue o cigarro correndo”, utilizada como título para a campanha nacional de 1997, como se observa a seguir.

**Imagem 24** – Dia Nacional de Combate ao fumo (2000)



Fonte: Arquivos INCA

A SD [05] do evento de 1997, embora recuperada para a campanha de 2000, está inscrita em outro contexto político de aceitação dos discursos de valorização da prática tabagística, pois em 1997 não havia o Decreto Federal nº 2.876/1998<sup>128</sup>, que incidia em 150% a alíquota de exportação da matéria prima e de derivados do tabaco para determinadas regiões, tampouco existia a ANVISA auxiliando a fiscalização e a regulamentação dos derivados do tabaco.

O manual, que serve de *corpus* discursivo, não traz uma imagem para o evento de 1997, por isso, é impropriedade fazermos uma análise dos sentidos produzidos pela articulação

<sup>128</sup> Detalhes do Decreto Federal disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2876.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2876.htm) Acesso em: 20 nov. 2018.

das materialidades discursivas (imagem e linguística) nas duas campanhas. Desse modo, limitamos à análise da campanha de 2000.

Quando examinamos a repetibilidade da SD [05] “Largue o cigarro correndo”, na campanha de 2000, percebemos uma chamada direta ao sujeito leitor pelo uso do verbo *largue*, no modo imperativo. A campanha do MS, pelo viés educativo que manifesta, se destinou a aconselhar, especialmente, os sujeitos fumantes a parar de fumar. Dessa maneira, o verbo no modo imperativo, no processo argumentativo, não aponta para uma ordem, mas funciona como uma sugestão, uma recomendação, pondo em jogo os sentidos e os sujeitos.

Ao assumir uma posição discursiva de conselho na campanha do evento político, o MS se releva agenciado pelos atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde, em razão da rede de memórias e projeções imaginárias que o órgão faz de si e dos sujeitos fumantes. Isso quer dizer que o MS não escolhe a maneira de dizer algo, “ele é agenciado a dizer pelo modo como as formas linguísticas se constituíram sócio-historicamente e pelo modo como o espaço de enunciação distribui as línguas, e os modos de dizer e o que dizer, para seus falantes”, destaca Guimarães (2009, p.50). Em outras palavras, são as determinações políticas e ideológicas do contexto social que fazem o MS assumir tal posição discursiva e não outra, pois certos saberes irrompem, enquanto outros são silenciados. Nessa perspectiva, a campanha, por ser educativa, não deve sugerir uma posição-sujeito impositora ou agressiva, pelo contrário, deve demonstrar aconselhativa.

No funcionamento da campanha, o verbo *largue*, ao deslizar para o interior da FD Antitabagista, assume sentido de *parar de fumar*. Por isso, ao fazermos as substituições na contiguidade do enunciado, podemos compreender a sequência discursiva *Pare de fumar cigarros correndo*, ou *Pare de fumar correndo*. Nessa organização enunciativa, vale destacar o duplo sentido produzido pelo advérbio de modo *correndo*. Para Ferreira (1994, p.75), o duplo sentido está relacionado à configuração das FD, pois “não se encontra inscrito na ordem da língua e não existe desvinculado do sujeito”, visto que não há discurso sem sujeito. Diante da possibilidade de significações, podemos ler:

SD [05] Largue o cigarro *correndo* (pare de fumar cigarros praticando esporte, neste caso, corrida)

ou Largue o cigarro *rapidamente* (o sujeito deve parar de fumar cigarro)

Os efeitos produzidos pelo duplo sentido são comuns nas propagandas brasileiras, lembra Ferreira (1994). Esse recurso discursivo nos leva a supor que sua utilização na

campanha do MS tem um funcionamento estratégico de argumentação. Apesar de apontarmos esse propósito do duplo sentido, pela materialidade linguística dada, percebemos que há uma ruptura, nesse funcionamento discursivo, em razão do *punctum* imagético do movimento dos corpos dos sujeitos na largada da corrida, que aponta para a temática dos esportes; o que de certa maneira afeta o movimento do duplo sentido do enunciado. Esse modo de representação imaginária da materialidade visual orienta os gestos de leitura aconselhando os sujeitos a trocarem o cigarro pela prática esportiva da corrida a fim de que tenham uma vida saudável longe do tabagismo.

Toda essa mobilização social do MS, para conscientizar os sujeitos sobre as estratégias discursivas da publicidade para incentivar o consumo de cigarros nos eventos esportivos e artísticos-culturais, só recebeu apoio legislativo no final dos anos 2000, com a promulgação da Lei nº 10.167<sup>129</sup>. Desse modo, na busca de se alinhar às filiações ideológicas internacionais que norteavam a Política do Corpo Saudável, esse acontecimento jurídico, por fim, proibiu, no país, a indústria tabagista de financiar as atividades esportivas e culturais de origem nacional. Essa nova posição sujeito pretendia dificultar até mesmo o merchandising publicitário das marcas. Embora as sanções impostas, pelo acontecimento jurídico, objetivassem favorecer o desestímulo ao consumo dos derivados do tabaco, as restrições apresentadas, mesmo se mostrando mais rígidas do que as normativas já existentes, não proibiam os anúncios de maneira definitiva.

A partir desse acontecimento jurídico, a publicidade do tabaco deveria se limitar à fixação de painés, pôsteres e cartazes apenas no interior dos estabelecimentos de venda; conseqüentemente, em razão dessa normativa, ficava proibido a divulgação dos produtos derivados do tabaco em qualquer tipo de mídia impressa, televisiva, ráiodifusão e digital. O confronto entre os órgãos de saúde pública e a indústria do tabaco se intensificaram, já que os interesses capitalistas do movimento antitabagismo das instituições de saúde e da indústria tabagística não permitiam recuo de nenhuma das partes, embora o contexto socioeconômico já sinalizasse para a derrocada do tabaco.

Por essa razão, mesmo havendo mudanças significativas na estrutura social (o discurso jurídico impôs reconfigurações discursivas e atitudinais aos sujeitos), no que concerne aos limites expansivos da publicidade do cigarro e das proibições de financiamento nacional de atividades culturais e esportivas, os eventos de origem internacional, diferentes dos nacionais, não estavam sujeitos às mesmas restrições de fomento e subsídio econômico por parte das

---

<sup>129</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10167.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10167.htm#art1) Acesso em: 31 jan. 2018.

empresas de cigarro, o que favorecia o capital estrangeiro e o estímulo ao tabagismo no território brasileiro.

Se para o MS havia uma insistência em abordar a temática dos esportes, das artes e da publicidade por uma necessidade cultural interna do país, para a OMS outras medidas de enfrentamento ao tabagismo se tornavam urgentes, já que a política de combate, para este órgão de saúde internacional, era global.

Por essa razão, outras tomadas de posição iriam configurar a organização enunciativa das campanhas da OMS. Dentre as urgências sociais se destacava a luta contra a exposição involuntária à fumaça do tabaco, que era marcada pelo tabagismo passivo. Para a consecução de suas propostas discursivas, a OMS materializou para o evento político mundial, de 2001, suas determinações ideológicas no título *Second-hand smoke kills* (O fumo passivo mata, tradução livre). No Brasil, o MS ao trabalhar com a temática do tabagismo passivo não utilizou as materialidades discursivas (visual e linguística) propostas pela OMS. Embora o órgão de saúde brasileiro tenha assumido a posição discursiva orientada pelo movimento ideológico antitabagismo da OMS, o MS ao reproduzir a temática mundial acabou por materializar seus discursos de campanha na SD [01] “Cigarro faz mal até pra quem não fuma”, (cf. imagem 11), analisada acima.

Os sentidos de aconselhamento e as sugestões de abandono do tabagismo de alguns eventos políticos antitabagismo dos anos anteriores deslizam nessa campanha para outros sentidos. O MS assume uma posição-sujeito mais acusativa em relação aos malefícios do cigarro à saúde. Não se sugere o abandono do cigarro sem sinalizar as razões para a cessação do tabaco. Essa reorientação nas tomadas de posição se faz emergencial, pois há uma necessidade do MS de impulsionar transformações sociais, em função do movimento ideológico antitabagismo ao qual se filia. Movimento esse que também mobiliza saberes de outras regiões discursiva, caso do Legislativo. Em 1998, o evento político mundial já havia tomado a infância como circunstância social para a abordagem do enfrentamento ao tabagismo; e em 2001, o Brasil redireciona a temática do mesmo evento político para o tabagismo passivo de crianças. Essa retomada se alinhava as transformações do contexto sócio-histórico da época, pois desde o final de 2000, o acontecimento jurídico Lei nº 10.167 (respondendo às tomadas de posição dos órgãos de saúde em relação às publicidades) proibiu a participação de crianças e adolescentes nas campanhas publicitárias de derivados do tabaco, vetou o hábito de fumar em transportes terrestres coletivos e aeronaves, bem como aumentou o rigor de fiscalização da ANVISA e estabeleceu valores de multas para as empresas que violassem as novas regras. Se as crianças estavam livres desse incentivo publicitário, era

necessário estimular o surgimento de novos acontecimentos jurídicos capazes de romper com a exposição involuntária da fumaça do cigarro semelhante aos impostos pela Lei nº 10.167/2000.

É nessa configuração social de conflitos, motivado pelas posições-sujeito conflitantes que marcam a constituição do acontecimento discursivo de 1966, que o MS vai trazer para a discussão no evento político nacional de 2001, a temática *Quem não fuma aproveita mais a vida*, materializando as filiações ideológicas na retomada da SD [09] “Esporte sem cigarro é mais radical”, reproduzida a seguir.

**Imagem 25** – Dia Nacional de Combate ao fumo (2001)



Fonte: Arquivos INCA

Para essa campanha, o MS recuperou, no título, a SD [09] do evento político nacional de 1999, inscrevendo o enunciado em outra materialidade visual discursiva. Essa repetibilidade enunciativa idêntica, como estratégia argumentativa, produziu um deslizamento de sentidos ao articular o enunciado produzido em 1999 com os esportes radicais de ação em 2001.

O paraquedismo, o rapel, o surfe e o skate fazem parte de um conjunto de esportes ousados e perigosos, cujo alto grau de risco e as condições físicas extremas impostas ao corpo para a realização dessas modalidades expõem o sujeito ao risco de morte. Os esportes radicais representados na campanha são populares entre os sujeitos jovens tanto pelo condicionamento

e preparo físico necessários na execução das manobras quanto pelo desafio de romper limites que esses esportes proporcionam.

A campanha para o evento político nacional de 2001 surge em um contexto marcado por redirecionamentos nas tomadas de posição discursiva do Legislativo brasileiro. Os atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde impulsionaram avanços sociais importantes no enfrentamento às práticas tabágicas, por meio dos acontecimentos jurídicos; entretanto com a permissividade de incentivo ao tabagismo nos eventos culturais e esportivos de origem internacional, os jovens continuavam sendo foco da indústria cigarreira, o que precisava ser combatido pelo MS. O evento político nacional 2001 apontava que toda prática esportiva é saudável e propicia mais qualidade de vida aos jovens, ao contrário do cigarro.

Nessa perspectiva, para o INCA (2017b, p. 23) “não só os esportes convencionais podem ter essa abordagem de saúde, mas qualquer atividade que mexa com o corpo pode e deve ser livre do tabaco”, daí a importância dos esportes alternativos mencionados na abordagem da campanha. O MS precisava estimular a discussão antitabagismo no universo jovem e incentivar o Legislativo a uma tomada de posição-sujeito mais enérgica quanto às liberdades de incentivo midiático nos eventos esportivos internacionais. Essa tomada de posição do MS, em razão das filiações ideológicas do contexto social, contribuiu para determinar a orientação temática e discursiva da campanha.

Neste ponto de análise, vale ressaltar que, ao longo deste estudo, temos procurado demonstrar que essas tomadas de posições-sujeito do MS, em defesa do *corpo livre do tabaco*, apontam para a existência de uma Política do Corpo Saudável, cujos atravessamentos ideológicos capitalistas sinalizam para a redução dos impactos econômicos do tabaco às nações. No caso brasileiro, os modos de gerenciamento das políticas de enfrentamento ao tabagismo apontam também para interesses econômicos do governo com a redução de gastos no SUS.

Retomando o exame da peça publicitária (cf. imagem 25), é possível perceber em sua descrição, que ela está marcada por uma representação imaginária de quatro jovens rapazes, sendo que três deles estão com o corpo sugerindo o movimento de execução dos esportes (paraquedismo, rapel e skate), enquanto um, o surfista, é apresentado caminhando. Todas as imagens apontam deslocamento e atividade física. Nesse processo de representação, verificamos que não há mulheres praticando as modalidades esportivas. Não é possível esclarecer as determinações ideológicas que produziram o apagamento da representação da mulher nessa campanha. No entanto, podemos nos interrogar se essa falta é marcada pela pouca importância dada às questões de gênero no contexto da campanha, ou se era apenas

uma questão de público alvo, pois como visto acima, o sexo masculino ainda apresenta maior incidência de fumantes, ou se ainda era por uma questão da predominância do sexo masculino na prática desses esportes, ou se essas três questões se complementam? Diante das dificuldades de precisarmos uma compreensão adequada para as questões levantadas, sigamos com a análise da peça publicitária.

No funcionamento discursivo da materialidade linguística, o movimento intradiscursivo do determinante *sem cigarro* é semelhante ao evento nacional de 1999. Por outro lado, a repetição da SD [09] atualiza sentidos, pois a designação *Esporte* ao ser relacionada às representações imaginárias da materialidade visual, não metaforiza mais um tipo de esporte específico em cada cartaz (natação, vôlei de praia ou futebol); ao contrário, essa designação – em função dos *punctum* imagéticos: mochila de paraquedas, corda, prancha de surfe e skate – mobiliza sentidos para esportes radicais. Já a predicação “mais radical”, na contiguidade enunciativa, ao ser articulada, em complementariedade com o discurso visual, sugere sentidos de *desafiador* e *aventureiro* ao sujeito leitor.

Embora o MS tenha buscado produzir mudanças nas práticas sociais com a campanha, é difícil precisar o efeito de identificação dos sujeitos com o discurso do órgão de saúde na época, pois não há estudos comparativos ou estatísticos em todo dos impactos sociais dos eventos políticos antitabagismo na sociedade. Em todo caso, as campanhas, enquanto práticas políticas-ideológicas, mesmo sendo engendradas por diferentes sujeitos/instituições, se inscrevem em uma dada ordem discursiva e funcionam para estabilizar certos sentidos que serão reproduzidos nas práticas de linguagem sobre o tabagismo e sobre o fumante.

E nesse procedimento de repetibilidade enunciativa, o MS, em seu funcionamento discursivo, produziu deslocamentos e ressignificou os sentidos dos termos utilizados nas designações e nas referências de 1999, pois, dadas as circunstâncias representadas nas peças publicitárias de 2001, a articulação das materialidades discursivas (visual e linguística) instaurou diferentes relações de sentido.

De todo modo, é importante frisar que, na articulação das materialidades discursivas, os deslizamentos de sentidos não produziram um rompimento do sujeito discursivo com a forma-sujeito dominante que organiza os saberes da FD Antitabagista; pelo contrário, o sujeito do discurso continuou identificado com essa FD, e os sentidos produzidos pela repetibilidade enunciativa idêntica SD [09], na campanha de 2001, mobilizava, pelo funcionamento discursivo de uma memória regionalizada, os dizeres ideologicamente autorizados, enquanto determinava os sentidos sobre o tabagismo que precisavam ser

esquecidos ao mesmo tempo em que eram recalcados no interdiscurso (INDURSKY, 2011b). Esse jogo de substituição silenciava dizeres para instaurar uma outra ordem de significação.

Essa necessidade de reprimir o discurso tabágico das empresas, nas publicidades e atividades esportivas e culturais, acabou se tornado o ponto de discussão de várias campanhas antitabagismo produzidas tanto para os eventos políticos mundiais quanto para os nacionais, como podemos observar a seguir.

**Imagem 26** – Dia Mundial sem Tabaco (2002)



Fonte: Arquivos INCA

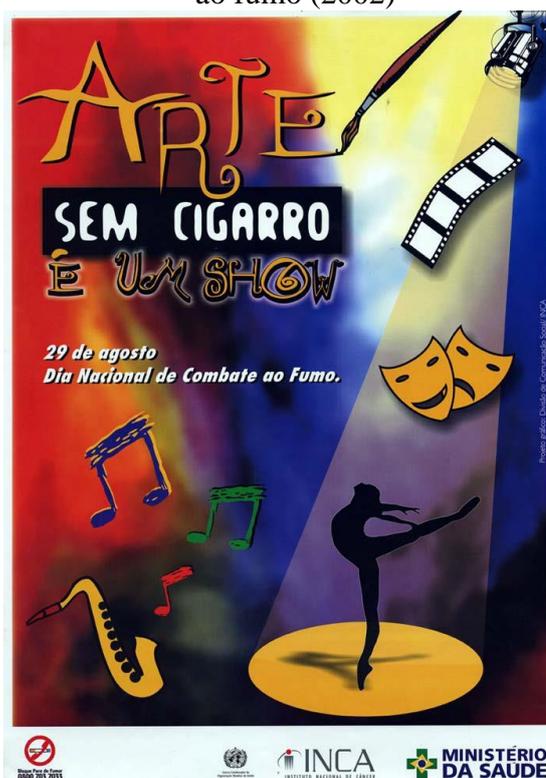
SD [11] “**Esporte livre do Tabaco**

    Não jogue contra sua saúde”

SD [12] “**Arte sem cigarro é um show**”

Em 2002, buscando estimular o combate social ao fumo passivo e ao marketing do tabagismo em diversas modalidades esportivas, a OMS, para o evento político mundial, materializou a temática do esporte e do tabagismo no enunciado *Tobacco Free Sports — Play it Clean* (Esportes livres de Tabaco – Jogue limpo, tradução livre). Considerando as materialidades discursivas (linguísticas e visuais) produzidas pela OMS, foi possível perceber que no evento realizado Brasil, o MS seguiu as determinações temáticas da instituição

**Imagem 27** – Dia Nacional de Combate ao fumo (2002)



Fonte: Arquivos INCA

estrangeira por meio da repetibilidade parcial do título sugerido —, no entanto, conforme aponta o catálogo histórico de campanhas do INCA (2017b), o órgão de saúde nacional não utilizou a materialidade visual da OMS.

Quando se analisa as materialidades discursivas da campanha produzida no Brasil, é possível verificar que o MS operou um recorte discursivo pela modalidade esportiva mais popular no país, o futebol. A escolha desse esporte, para configurar as circunstâncias de representação imaginária em torno da temática, estava determinada pela realização da décima sétima edição da Copa do Mundo de Futebol, promovida pela Federação das Associações Internacionais de Futebol (FIFA), no Japão e na Coreia do Sul.

No cenário brasileiro, mobilizando saberes sobre o futebol e orientado pela temática *Esporte e Tabagismo*, o MS materializou suas filiações ideológicas da saúde na SD [11] “Esporte livre do Tabaco”, como título da campanha, seguida do subtítulo “Não jogue contra sua saúde”. Esse evento político, segundo o INCA (2017b, p.24) objetivou “sensibilizar a população, especialmente os jovens, a ficarem longe dos produtos derivados de tabaco. Estimulando a adoção de comportamentos saudáveis, como a prática de atividades físicas”.

A temática para o contexto brasileiro é relevante porque a indústria cigareira ainda continuava produzindo efeitos positivos ao associar, em suas publicidades de *merchandising*, o tabagismo às representações imaginárias de sujeitos com êxito e sucesso na vida. Para combater essas práticas discursivas, o MS assumiu posições-sujeito de enfrentamento a essas estratégias comerciais no cenário esportivo. Desse modo, o MS, via discurso, recortava saberes específicos sobre o futebol com a designação *Esporte* da SD [11], por um efeito metafórico. Nesse funcionamento, ao articular a designação com a materialidade discursiva visual, a campanha sugeria a compreensão **Futebol livre do Tabaco**; enquanto o qualificador *livre* apontava sentidos para que o sujeito nos jogos de futebol: não fumasse, não fosse exposto à fumaça do cigarro, assim como não fosse incentivado ao consumo dos derivados do tabaco, sinalizando desse modo para um corpo individual e social limpos.

É importante observar ainda que, na contiguidade enunciativa, ao fazer referência sobre o tabaco, o MS não determinava pela materialidade visual o tipo de derivado de tabaco, deixando em aberto a interpretação do leitor. Nesse sentido, a referência *tabaco*, de maneira genérica, resume todas as possibilidades de consumo dos produtos derivados da erva, abrindo latência de interpretação para que o sujeito leitor recorte pela memória discursiva os sentidos antitabagismo determinados pelas filiações ideológicas com as quais ele se identifica. Dentre muitas possibilidades de compreensão, a SD [11] sugere:

SD [11] **Esporte livre do Tabaco**

- (a) **Futebol livre** do cigarro/ do charuto/ do cachimbo/ do narguilé...
- (b) **Futebol sem publicidade** do cigarro/ do charuto/ do cachimbo/ do narguilé...

Esse funcionamento para o futebol estava marcado, especialmente, pela orientação do *punctum* imagético da bola em movimento (mimetizada no centro da imagem), indo em direção à rede de gol, sugerida pelos quadrados que compõe o segundo plano da imagem e apontam, pelo formato retangular do cartaz, para a baliza de campo de futebol. Somada a essas observações, a representação imaginária de um corpo se deslocando, em um cartaz amarelo e verde, cores simbólicas do uniforme usado pelas seleções esportivas do Brasil, apontava no contexto sócio-histórico para os dizeres sobre esportes, que estavam recortados para o futebol, em razão da participação da seleção brasileira na Copa do Mundo da FIFA, de 2002.

Essa mobilização de saberes da SD [11] é complementada pela sua articulação com o subtítulo “Não jogue contra sua saúde”. O uso do verbo no modo imperativo negativo “não jogue”, para começar o enunciado, se dirige ao sujeito (fumante ativo ou passivo) a não brincar com a vida, já que o consumo do tabaco coloca a saúde individual e coletiva em risco. A campanha sugere que fumar é ir contra o bem-estar do corpo e, conseqüentemente, da vida. Por isso, o sujeito deve jogar futebol sem riscos à saúde, ou seja, sem tabaco.

É de se destacar que no cartaz apresentado, nem o título nem o subtítulo apontam os males do tabagismo. Desse modo, na designação “tabaco”, ao falar sobre o tabagismo, cabe ao sujeito leitor mobilizar os saberes que recobrem os efeitos de sentido negativos que ecoam na sociedade. Embora o MS produza um discurso de enfrentamento ao vício tabágico, como tem sido observado, os dizeres sobre as doenças não circulam nos enunciados das campanhas, o que nos leva a supor que há dizeres não autorizados, e que devem ser silenciados para não irromper no fio discursivo antitabagismo.

Diante desses recalques discursivos, mesmo assumindo uma tomada de posição mais acusativa em relação aos danos provocados à saúde pelo vício do tabagismo, o MS, na campanha mundial de 2002, ao abordar a temática dos esportes e do vício tabágico, não produziu no título e no subtítulo uma explicitação dos riscos de mortalidade ou das doenças provocadas pelo uso da erva. Essa falta pode ser entendida como um equívoco nos modos de funcionamento do discurso, pois, ao deixar de apontar as doenças causadas pelo tabaco, o MS assume o risco de não produzir, no sujeito fumante, uma identificação coma forma-sujeito dominante no discurso antitabagismo do órgão de saúde.

Na busca de reforçar as tomadas de posição de enfrentamento ao tabaco no evento político mundial, o MS recuperou o enunciado *Arte sem cigarro é show*, utilizado como sequência discursiva na campanha nacional de 1999, para abordar a temática *Tabaco e Arte*, no evento político nacional de 2002. Semelhante à estratégia argumentativa da campanha nacional de 2001 (vários esportes radicais na mesma peça publicitária), para o evento nacional de 2002, o MS procurou, na mesma peça, reproduzir uma representação imaginária de várias formas de Artes, para articulá-las a SD [12] “Arte sem cigarro é show”, e não apenas as de natureza coletiva como ocorreu na campanha nacional de 1999.

Quando retomamos o contexto sócio-histórico do início dos anos 2000, podemos identificar que era comum a indústria cigareira promover eventos artísticos como o Jazz Festival, o Carlton Arts e o Lucky Strike Lab (INCA, 2017b). Essas produções artístico-culturais destinadas também a agenciar novos fumantes determinavam o MS a assumir uma tomada de posição-sujeito mais enérgica no combate ao tabagismo em razão das filiações ideológicas da saúde que atravessavam as práticas discursiva da instituição. Se considerarmos que, desde o acontecimento jurídico de 2000, com a Lei nº 10.167, nenhuma proibição efetiva havia ocorrido, no Brasil, para produzir rupturas nas estratégias de marketing da indústria tabagística, as campanhas antitabagismo se tornavam para o MS um método favorável de combate ao estímulo, sobretudo do cigarro, nos eventos artístico-culturais de origem internacional.

De acordo com o INCA (2017b, p. 25), era importante “trabalhar a arte com o intuito de informar ao jovem sobre as estratégias utilizadas pela indústria do tabaco para induzi-los a consumir seus produtos”. Desse modo, é possível percebermos que o jovem continuava sendo o público alvo da campanha do MS, já que a indústria cigareira, ao financiar as atividades artístico-culturais, tinha esse grupo social como foco de identificação com o discurso tabágico.

Diferente das materialidades visuais produzidas para a campanha de 1999, o MS trouxe para a representação imaginárias da *Artes*, no evento de 2002, a pintura e o cinema que foram silenciados em 1999, em função das determinações ideológicas da época, cujo foco eram as artes coletivas que exigiam esforço físico dos sujeitos. O novo evento nacional colocava em pauta outras questões do PNCT, como as liberdades de publicidades do tabaco que a indústria cigareira tinha na realização dos eventos artísticos de origem estrangeira. Assumindo a posição de órgão protetor da saúde pública, o MS reconhece a sua função social de denunciar aos jovens as estratégias mercadológicas e aliciadora da indústria tabágica para agenciar novos consumidores/fumantes.

Com o propósito de relacionar e apresentar as atividades artísticas “como veículo para mensagens positivas de uma vida livre de cigarro” (INCA, 2017b, p.25), confrontando, assim, as investidas das empresas de cigarro, a campanha nacional de 2002 produziu a repetibilidade idêntica do enunciado, mas inscrito em outras CP. Nessa campanha, a designação *Artes* mobilizava sentidos para diversas atividades artísticas pelo funcionamento metafórico, quando articulada com os elementos não verbais. Os recortes operados pela combinação das materialidades discursivas (linguística e visual) recuperavam, via memória discursiva, os dizeres sobre cada arte retratada (pintura, cinema, teatro, dança e música). De igual forma, a referência *é um show* tinha os sentidos atualizados à medida que o sujeito particularizava, pela referência, cada arte ao tipo de *show* sugerido. De maneira geral, os modos de funcionamento enunciativo se assemelham aos já mencionados na campanha de 1999.

Por outro lado, no que concerne as características circunstanciais da campanha de 2002, o *punctum* imagético do cartaz está marcado pelo pincel que aponta a designação *Arte* sendo desenhada. O colorido do segundo plano, a sugestão de movimento das representações imagéticas (como se todas as artes estivessem sendo executadas), bem como a imagem de um holofote iluminando algumas apresentações apontam para a realização de um espetáculo artístico. A pintura antes silenciada nas discussões tabagísticas passa a configurar a campanha, pois as exposições internacionais de artes plásticas, produzidas pelas empresas de cigarro, servem de cenário de divulgação dos produtos. A pintura não poderia ser deixada de lado nas abordagens temáticas antitabagismo, dado que elas mimetizam a representação de sujeitos fumando, a exemplo do *Rapaz com cachimbo*, de Picasso. Como foi mencionado, no primeiro capítulo, diversos meios de comunicação e várias modalidades artísticas serviram no Brasil e no mundo, até o início do século 21, como estratégia de marketing do tabaco.

Quando observamos as campanhas dos eventos nacionais de enfrentamento ao tabagismo até 2002, é possível percebermos uma repetibilidade temática e enunciativa. É de se destacar que essa recuperação enunciativa se articulava às circunstâncias específicas representadas nos cartazes que, conseqüentemente, mobilizavam saberes pelos deslocamentos de sentidos e pela memória discursiva. Esse processo de repetibilidade é possível, pois “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de torna-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”, lembra Pêcheux ([1983], 2008, p.53). Como se observa nos títulos das campanhas, esses deslocamentos produzem a movência dos sentidos, sobretudo por permitirem os enunciados, a cada evento político antitabagismo, atualizar sentidos para os termos, em função das CP em que estão inscritos.

Os sentidos sempre podem ser outros, e as filiações ideológicas do MS funcionam para determinar as posições-sujeito assumidas nos discursos antitabagismo. Por esse motivo, se na conjuntura social brasileira da época, o órgão nacional de saúde buscava conscientizar a população jovem sobre as estratégias de marketing nos esportes e nas atividades artísticas e culturais, bem como estimular o Legislativo a uma postura mais rígida, a OMS, em 2003, ao produzir o evento político mundial, trouxe uma importante contribuição temática para alargar a discussão da publicidade via *merchandising* no Brasil.

Com a campanha *Tobacco free film, tobacco free fashion* (Filme livre de tabaco, moda livre do tabaco, tradução livre), cuja temática era a insistência de uso dos filmes e da moda como veículos de divulgação, especialmente, de cigarro, o MS, quando realizou o evento político mundial, em 2003, produziu a repetibilidade temática sugerida pela OMS, fazendo alterações no enunciado e na representação visual sugeridos pela organização internacional. Para a realização da campanha no Brasil, o MS adaptou o enunciado, elaborando dois títulos:

**Imagem 28** – Dia Mundial sem Tabaco (2003)



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 29** – Dia Mundial sem Tabaco (2003)



Fonte: Arquivos INCA

SD [13] Se o mocinho fuma, **queima o filme**

SD [14] A moda é **não fumar**

A SD [13], ao abordar a temática proposta, articulou o hábito tabagístico de personagens nos filmes como práticas inapropriadas para os protagonistas. Recuperando parte da materialidade discursiva visual da peça elaborada para o evento mundial de 2000 (o cowboy), e ressignificando-a pelos deslizamentos de sentidos produzidos pelas novas circunstância de CP em que a imagem se inscrevia, a campanha de 2003, de acordo com o INCA (2017b), buscou estimular nos jovens e nos adolescentes uma criticidade a respeito de como o cinema continuava sendo um meio de estímulo e marketing para o tabaco. Dessa forma, a campanha do MS sinalizava para uma desvinculação dos imaginários positivos construídos em torno do cigarro (apresentados no primeiro capítulo), substituindo esses imaginários por outros que contrariavam as representações valorativas produzidas pelas empresas de tabaco.

Como mencionamos neste trabalho, os filmes foram uma das principais estratégias de divulgação e representação imaginária de efeitos valorativos para os derivados do tabaco. A aceitação social, principalmente, do cigarro, foi favorecida pelas associações simbólicas de beleza, diversão e sucesso dos protagonistas, que acabavam agregando efeitos positivos aos sujeitos fumantes. Romper como esse modo de funcionamento discursivo da indústria tabagística era um dos principais combates dos organismos de saúde na época do evento mundial. No entanto, não havia uma solução fácil para confrontar essa técnica de sugestão ao consumo de cigarro, por exemplo, já que as leis nacionais não podiam proibir as produtoras e gravadoras de fazerem *merchandising* das marcas e dos derivados de tabaco em seus trabalhos artísticos. No ano dessa campanha, o MS, ao abordar a questão do tabaco no relatório do Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer, apontava que, além do preço baixo do produto,

atividades de promoção e publicidade associando-o a imagens de beleza, sucesso, liberdade, poder, inteligência e outros atributos desejados especialmente pelos jovens, durante anos, criaram uma aura de aceitação social e de imagem positiva do comportamento de fumar. O sucesso dessas estratégias é traduzido no fato de que 90% dos fumantes começam a fumar até os 19 anos de idade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p. 07)

Como se verifica na retomada do discurso do MS, na época, o órgão de saúde já sinalizava para a importância de se interromper esse tipo de estímulo nos meios de comunicação e diversão de massa, já que a indústria do tabaco produzia um estilo de vida desejado pelos jovens, estimulando-os a fumar. Nessa tomada de posição de enfrentamento às práticas discursivas de incentivo ao hábito de fumar, o MS, ainda, apontava que,

para um efetivo controle do tabagismo é preciso que se entenda que o problema do tabagismo envolve questões que não se limitam ao indivíduo fumante. A problemática é resultante de todo um contexto social, político e econômico que historicamente tem favorecido que indivíduos comecem a fumar e dificultado outros a deixarem de fumar. Dessa forma, é preciso abordar todo o contexto que está por trás do problema. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p. 07)

É orientado por questões de ordem discursiva do *merchandising* publicitário, que o funcionamento discursivo da campanha do MS (em razão dos atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde que determinavam as tomadas de posições-sujeito da instituição) mobilizava saberes pela articulação da materialidade linguística da SD [13] com a materialidade visual da peça publicitária para estimular uma visão crítica dos meios de publicidade do tabaco. Na esteira dos sentidos, a conjugação das materialidades recortava, pela memória discursiva, sentidos sobre filmes de faroeste que tinham, como *punctum* imagético para orientar os sentidos da temática, a sugestão de uma película cinematográfica projetando o imaginário de um cowboy.

A orientação argumentativa de leitura, sinaliza Guimarães (2007), serve para determinar os gestos de interpretação do sujeito e prevenir digressões ou falhas de compreensão; assim como contribui para evitar a desidentificação do sujeito leitor (que o MS buscava agenciar no funcionamento discursivo da campanha), com a forma-sujeito dominante que organiza os dizeres sobre o tabaco no seio da FD Antitabagista.

Os deslizamentos de sentido produzidos pela designação “mocinho”, na SD [13], em função da organização enunciativa, orientava as possibilidades de sentido pelo uso do conectivo condicional lógico “se”, que apontava para a hipótese de que o sujeito ao fumar “queima o filme”, ou seja, destrói a imagem positiva de herói construída nas produções cinematográfica. No funcionamento intradiscursivo do enunciado, podemos verificar que a elipse construída pelo conectivo *ele* serve para falar sobre um fumante, isto é, diz respeito a um sujeito do qual se fala e não necessariamente daquele que lê o cartaz da campanha. É importante observarmos que o uso do dito popular “queimar o filme” recortava, pela repetibilidade de uma memória visual, os dizeres sobre os cowboys de filmes, bem como apontava para os cowboys das publicidades do cigarro Marlboro (cf. imagem 12). Dessa maneira, quando o sujeito, que é protagonista de sua história, fumar, surgere a campanha, prejudicará a própria vida; caso não fume, continuará sendo o herói de sua narrativa, isto é, o “mocinho” que ganhou a luta contra o maior vilão da saúde: o tabaco.

Quando mobilizamos os saberes produzidos pelo MS sobre o tabagismo nas campanhas mundiais, é possível percebermos que não apenas as formações imaginárias do

cowboy da publicidade do cigarro Marlboro, criticadas no evento mundial de 2000 (cf. imagem 13), foram afetadas pelos efeitos negativos de sentidos relacionados ao tabaco, mas também a honra imaginária dos protagonistas dos filmes de faroeste foi atingida pelos efeitos negativos sugeridos nos discursos do MS, ao apontar que cigarro fazia mal à saúde. As CP sócio-históricas que determinaram a mobiliação dos sentidos sobre o cowboy, seja como personagem de filmes seja como protagonista de publicidades de cigarro, foram diferentes e, conseqüentemente, produziram a movência de sentidos orientados pelos atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde, que regulavam as práticas discursivas do MS, em cada época.

Desse modo, orientando sentidos de que fumar prejudicava e denegria a imagem social do sujeito fumante, a campanha de 2003 buscava produzir uma ressignificação da representação imaginária do fumante e do hábito de fumar pelos modos de designar a prática do tabagismo como algo negativo ao sujeito, estimulando-o a uma ruptura desses hábitos, e conscientizando-o sobre as estratégias de incentivo ao tabagismo nas produções cinematográficas. Imitar o hábito de fumar dos protagonistas dos filmes, indicava a campanha, não era atitude do “mocinho”, mas do bandido.

Nesse contexto social antitabagismo, “A moda é não fumar” sugeria a SD [14], em complementariedade à temática da campanha mundial de 2003. O duplo sentido aberto pela designação “moda” na formulação do enunciado (vestuário ou hábito imitável) é apagado, quando esse termo desliza para o seio da FD Antitabagista, que mobiliza saberes sobre o abandono do tabagismo.

Mesmo fazendo uma articulação ao universo de roupas e estilos de se vestir, havia no discurso — em razão da forma-sujeito antitabagismo que determinava os saberes da FD — uma sobreposição de sentidos que apontava os dizeres para costumes sociais a serem renunciados pelos sujeitos; neste caso, o hábito de fumar. Embora a SD [14], semelhante aos modos de funcionamento da SD [13], não apontasse as enfermidades causadas pelo tabagismo a fim de que esse hábito deixasse de ser uma prática social, seria pela recuperação, no interdiscurso, dos saberes sobre os danos do cigarro à saúde, que o MS ia sugerindo ao sujeito leitor uma identificação com o discurso antitabagismo.

Em seu modo de funcionamento, a SD [14] tem os sentidos complementados pela materialidade visual da fumaça do cigarro sendo cortada por uma tesoura (instrumento de trabalho na moda). A representação desse *punctum* imagético no cartaz, ao apontar para a temática da moda e do tabagismo, apontava que o sujeito deveria romper tanto com as estratégias tabagísticas de marketing do mundo da moda quanto abandonar/“cortar” o hábito

de fumar, já que ele não é mais uma tendência. Essa tomada discursiva do MS põe em questionamento, pelos saberes mobilizados, sentidos de que fumar já foi uma hábito comum e imitável, um estilo, mas agora, deixou de ser.

Nesse sentido, os dois títulos da campanha (SD [13] e SD [14]), quando articulados, permite-nos compreender que fumar já foi moda (um hábito social predominante). No entanto, por razões não mencionadas e apenas sugeridas na recuperação de sentidos no fio discursivo antitabagismo, deixou de ser. Por isso, fumar não é mais atitude de o “mocinho” imitar.

Essa crítica produzida pelo MS, seguindo as determinações das filiações ideológicas da saúde da OMS funcionava para denunciar as estratégias mercadológicas utilizadas pelas empresas de cigarro para driblar as proibições de publicidade dos derivados do tabaco. Afinal, a formação imaginária valorativa de protagonistas fumantes nos filmes ainda era uma maneira da indústria do tabaco estimular os sujeitos a fumarem.

Tomando para análise a campanha mundial de 2003, é possível atentarmos para algumas tomadas de posição-sujeito, atravessadas pelas determinações ideológicas do discurso sobre a saúde, na indústria cinematográfica, especialmente, na norte-americana. Não podemos afirmar que a abordagem temática do evento mundial foi a responsável pela reorientação dos hábitos da personagens no cinema — uma vez que a campanha já respondia aos agenciamentos das determinações políticas que marcavam o contexto social da época; todavia, é conveniente destacarmos que a discussão aberta pela OMS serviu para estimular uma reflexão sobre os modos de silenciamento dos hábitos tabágicos produzidos em alguns filmes para induzir os sujeitos telespectadores fumantes a romperem com o tabagismo ou até mesmo para não ser induzido ao consumo da erva.

A exemplo desse funcionamento corretivo dos hábitos tabagísticos, relacionando filme e moda, podemos apontar a adaptação cinematográfica do livro *O Diabo veste Prada* (2003), de Lauren Weisberger, para o cinema em 2006, com o mesmo título, sob a direção de David Frankel. Ao contrário da narrativa do livro, em que a protagonista Andy, fumante compulsiva, vai trabalhar na conceituada revista de moda Runway em Nova York; no filme, os hábitos tabagísticos da personagem são apagados, e a nova integrante do mundo da moda não fumava e nem convivia com fumantes. Há, em nosso entendimento, um processo de higienização do corpo individual e social, na construção narrativa do filme, por meio da omissão do tabagismo.

Essa posição-sujeito de apagamento discursivo dos hábitos tabagísticos das personagens nos filmes sugerem efeitos de sentidos moralizantes em torno do corpo saudável,

pois, ao recalcar os sentidos tabagísticos produzidos no livro sobre o cigarro, a tomada de posição da produtora aponta que o sucesso do sujeito, no mundo da moda, é possível sem que ele fume, isto é, sem imitar os costumes nocivos à saúde do corpo. Dessa maneira, o cinema funciona como meio de inscrição de uma nova ordem social pelo caráter educativo que assume nos discursos.

Se, por um lado, o apagamento de discursos tabagísticos nas adaptações fílmicas contemporâneas, como no caso de *Diabo veste Prada* (2003), revela, pela falta discursiva, um rompimento de incentivo à prática tabágica por meio do cinema; por outro, essa falta do cigarro no enredo do longa-metragem, nos processos de transposição intersemiótica (da literatura para o cinema), aponta para um equívoco, já que causa uma ruptura no fio discursivo da adaptação do livro, em função dos deslocamentos de sentidos produzidos pela ausência do cigarro no filme. Há uma reorientação discursiva para esquecer as associações positivas do tabagismo com a moda.

Essa tomada de posição de silenciamento tabágico (marcada pelas determinações ideológicas da forma-sujeito antitabagismo) produz uma ilusão de sentidos, pois omite que outras produções cinematográficas de grande bilheteria mundial não estão atravessadas pela dominância das ideológicas da saúde e, por isso, mostram personagens fumantes. É o caso da adaptação cinematográfica do livro *The Great Gatsby* (1925), de F. Scott Fitzgerald, dirigido pelo cineasta Baz Luhrmann, e lançado em 2013, com o mesmo título da obra impressa. Na adaptação de Luhrmann, os sujeitos continuam representados como fumantes, e a presença do charuto e do cigarro são comuns na convivência dos personagens. Afinal, quando consideramos o tempo e o espaço narrativo da obra de Scott Fitzgerald (anos 20, nos EUA), como mencionado na primeira parte do trabalho, o charuto e o cigarro estavam marcados pelos sentidos de charme, elegância, glamour, força, poder econômico etc., todos esses sentidos determinados pelas ideologias capitalistas da época. Além do mais, são incontáveis os filmes produzidos com a representação imaginária de sujeitos fumantes e que têm os saberes armazenados na memória interdiscursiva.

Essa estratégia de apagamento da memória é muito significativa, pois, como destaca De Nardi (2003, p.79), “ao apagar-se a memória cria-se a ilusão de que o novo acontecimento funcionará livre das amarras do passado”. Desse modo, o silenciamento do tabagismo para esquecer as estratégias de incentivo do cinema não acaba com o vício. A omissão é somente um modo de funcionamento discursivo que recalca os dizeres sobre o tabaco, nas práticas de linguagens setoriais (cinema/moda). E a resistência à presença dos fumantes nos filmes indica as determinações ideológicas da saúde que atravessam as práticas discursivas de algumas

empresas cinematográficas, caso da produtora 20th Century Fox, distribuidora do filme *O Diabo veste Prada*.

Até o presente momento, não há, no Brasil, nenhuma normativa jurídica que proíba a representação de sujeitos adultos fumando nas produções cinematográficas e televisas<sup>130</sup>. As sugestões discursivas de aconselhamento/intimidação das campanhas do MS podem ser pensadas como práticas discursivas educativas, pois os atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde têm bases e determinações capitalistas antitabagismo, que buscam atender aos propósitos econômicos dos governos (reduzir os custos com saúde pública). O rompimento com os modos de funcionamento discursivo do cinema no incentivo ao cigarro, por exemplo, tem ocorrido num contexto em que o tabagismo se tornou um prejuízo para os cofres públicos, pois, como já mencionado neste estudo, quando foi rentável para o governo, o cinema funcionava como um dos principais meios de divulgação e incentivo do hábito de fumar.

É importante destacarmos que, caso discursos intimidativos de ordem proibitiva nos filmes venham a existir no Brasil, em algum momento de nossa história, não permitindo mais a criação de personagens ficcionais adultos fumantes nas produções artísticas, essas posições-sujeito assumidas pelo governo podem ser pensadas como práticas de censura, já que os discursos inibitórios antitabagismo, nesse modo de funcionamento, passariam a violar a liberdade de criação e imitação artística do mundo.

O mundo é contruído por sujeitos fumantes e não fumantes. Por essa razão, os sujeitos em suas práticas discursivas materializam ideologias contraditórias, já que, ao assumirem posições-sujeito a favor ou contrárias ao hábito de fumar, agem pelas determinações do encontro do real da língua e do real da história, ao produzir discursos sobre o tabagismo. É, portanto, nesse cruzamento que se produz a movência dos sentidos sobre o fumante e o tabagismo, nos deslizamentos dos termos de uma FD Tabagista a uma FD Antitabagista em dadas CP.

Devido ao confronto ideológico capitalista dos órgãos da saúde com as empresas tabagísticas, o poder Legislativo, atravessado pela dominância do discurso antitabagismo, entre o evento político mundial e o nacional de 2003, estabeleceu limites às práticas discursivas de favorecimento externo à indústria tabagista a partir do acontecimento jurídico

---

<sup>130</sup> O acontecimento jurídico produzido pela Lei nº 10.167/2000 proibiu apenas a participação de crianças e adolescentes nas publicidades.

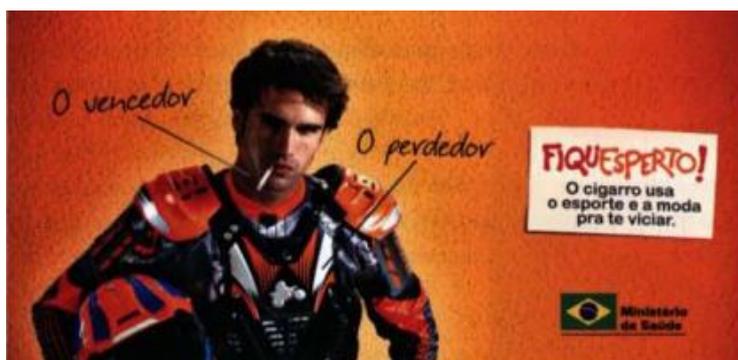
produzido com a Lei nº 10.702<sup>131</sup>, de 14 de julho de 2003, que alterando a Lei nº 9.294/1996, proibia, a partir de 30 de setembro de 2005, paulatinamente e por marca de cigarros, a indústria do tabaco de patrocinar eventos esportivos, artísticos e culturais internacionais no Brasil.

Essa tomada de posição jurídica respondia às discussões propostas pelo MS, em diversos eventos políticos nacionais e mundiais antitabagismo, desde 1999. As campanhas solicitavam uma tomada de posição mais enérgica de proibição no que diz respeito às publicidades de promoção de cigarro e suas associações positivas aos esportes e às artes.

Pelo que já temos analisado, podemos compreender que, os discursos do MS da saúde por meio das campanhas elaboradas para os eventos políticos antitabagismo funcionaram não apenas para a conscientização da população, mas também contribuíram para apontar os direcionamentos políticos nas tomadas de posição-sujeito das práticas discursivas do Legislativo.

Após o acontecimento jurídico de 2003, o MS, no evento político nacional, deu continuidade parcial a abordagem temática do evento mundial do mesmo ano. Trabalhando o tema: *Esportes e moda livre do tabaco*, a instituição de saúde brasileira materializou as determinações ideológicas da saúde, que configuravam a conjuntura sócio-histórica da campanha, em dois títulos, articulando-os com duas materialidades discursivas visuais diferentes, reproduzidas a seguir:

**Imagem 30** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2003)



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 31** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2003)



Fonte: Arquivos INCA

<sup>131</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.702.htm#art3c](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.702.htm#art3c) Acesso em: 17 mar. 2018.

SD [15] “FIQUESPERTO! O cigarro usa o esporte e a moda pra te viciar.”

SD [16] “FIQUESPERTO! O cigarro usa o cinema e a TV pra te viciar.”

Os efeitos de sentidos produzidos pela combinação das materialidades discursivas são apontados nas designações utilizadas para cada sujeito fumante e para o cigarro nas circunstâncias sugeridas nas peças publicitárias.

A campanha mobilizava sentidos pela oposição indicativa, a partir das formações imaginárias, dos lugares socialmente ocupados pelos sujeitos fumantes e pelo objeto cigarro, que funciona na peça, como metáfora para tabaco. Recortando saberes em torno do motociclismo, apontado pelo *punctum* imagético da roupa do homem, a representação do esporte radical *motocross* não escapava às determinações ideológicas de associar essa modalidade esportiva ao universo masculino. Já a representação da mulher estava orientada pelo cinema, ao designá-la de “mocinha”, como ocorreu com o cowboy, na campanha do evento mundial do mesmo ano.

Mobilizando sentidos historicamente determinados, uma peça publicitária está direcionada ao público masculino (cf. imagem 30) e outra ao feminino (cf. imagem 31). No funcionamento discursivo da campanha, é possível verificar que a SD [15] ao mobilizar sentidos, pela memória discursiva, na articulação com a imagem do rapaz, e na SD [16] com a imagem da moça, segue as estratégias discursivas de campanhas anteriores (exceto o evento mundial de 2000), não indicando as doenças produzidas pelo cigarro, mas somente as sugerindo, pelo jogo opositivo das representações imaginárias.

O apagamento dos sentidos de doenças relacionados aos danos do tabaco à saúde, permite-nos questionar se havia uma pressão econômica da indústria tabágica em torno das práticas discursivas do MS na realização dos eventos políticos antitabagismo? Esse questionamento se torna relevante, pois, ao considerarmos os resultados positivos da política mundial antitabagismo — com as advertências nas embalagens de cigarro, explicitando os prejuízos do tabaco à saúde, (SOCIEDADE CANADENSE DE CÂNCER, 2014, 2016, 2018) como tem sido feito no Brasil, desde 2001<sup>132</sup>, para estimular a identificação do sujeito com a forma-sujeito antitabagismo do MS —, estranhamos esse silenciamento dos malefícios a partir do evento de 2000, pois, supomos que seria mais eficaz o MS apontar, nas campanhas,

---

<sup>132</sup> O acontecimento jurídico Medida Provisória nº 2.190 – 34, alterando o acontecimento discursivo Lei nº 9.294/1996, determinou “que o material de propaganda e as embalagens de produtos fumígenos derivados do tabaco, exceto as destinadas à exportação, contenham advertências acompanhadas de imagens que ilustrem o seu sentido.” (ALIANÇA DE CONTROLE DO TABAGISMO (BRASIL), 2010, p.40-41)

as doenças provocadas pelo tabagismo a fim de se produzir uma orientação argumentativa capaz de favorecer uma reduplicação da forma-sujeito (PÊCHEUX, [1975] 2009).

Se, no funcionamento discursivo, as informações de doenças eram silenciadas, é possível sugerir que o MS não escapava, à época, às determinações capitalistas ideológicas da política monetária da indústria tabagística. Que dizer, mesmo o MS estando mobilizado para combater o vício do tabaco no território nacional, a principal instituição de saúde do país estava controlada pelas diretrizes políticas de arrecadação de impostos do governo e poder econômico das empresas; por isso, o MS, enquanto sujeito discursivo, não estava autorizado a mobilizar determinados sentidos pela memória discursiva.

Devido ao controle de dizeres permitidos, a campanha nacional indicava que o fumante perdia a disputa contra o cigarro, sugerindo ao sujeito recortar dizeres sobre os males que fumar provoca à saúde, “o que significa dizer que a argumentação está determinada pelo interdiscurso” (GUIMARÃES, [1995] 2002, p.82). Dito de outro modo, cabia ao sujeito leitor, por uma injunção interpretativa, produzida pelas designações em complementariedade com as imagens, mobilizar, pela memória discursiva (considerando as posições-sujeito assumidas pelo MS), os saberes com sentidos negativos sobre o cigarro na campanha, como a designação “vencedor”, na disputa pelo corpo saudável, e o fumante como a designação “perdedor”, isto é, o arruinado por fumar. Nessa organização discursiva, é importante realçarmos os apontamentos de Guimarães (2003), para quem a significação de um nome é historicamente recortada, pois resultada da articulação do linguístico e do histórico. Daí o MS, enquanto sujeito discursivo, ao enunciar sobre o cigarro e o fumante e designá-los de “vencedor” e “perdedor” (imagem 30) e de “bandido” e “mocinha” (imagem 31) recorta sentidos que configuram o cruzamento do real da língua (inconsciente) e do real da história (ideologia) nas designações. Os modos de designar põe em jogo os imaginários das questões de gênero: para o homem são mobilizados sentidos de força e disputa, do imaginário do mais forte (“vencedor” x “perdedor”), reproduzindo determinações históricas do universo masculino marcado por disputas de poder; enquanto para a mulher são recuperados imaginários de narrativas de filmes e obras de ficção, em que a “mocinha” ou heroína de filmes de aventura busca destruir o mal, o algoz, o “bandido”, reproduzindo determinações históricas de brincadeiras de “mocinha e bandido”, sem precisar usar força física do corpo a corpo, repetindo um imaginário de fragilidade para o universo feminino.

Além dessas questões mencionadas, é possível analisar também que o uso da caixa alta na expressão coloquial “FIQUESPERTO”, produz uma chamada do sujeito leitor, ao mesmo tempo em que aponta um alerta, como forma de agenciar o sujeito a uma identificação com a

forma-sujeito dominante discurso antitabagismo do MS. Essa estratégia linguística de convocar o sujeito é reforçada, na segunda parte do enunciado, pelo uso do pronome oblíquo “te”, na formulação das SD [15] e [16]. Esse chamamento aponta o lugar socialmente projetado pelo MS na estrutura social, enquanto sujeito discursivo protetor da saúde coletiva, que se dirige ao sujeito jovem que o mercado dos derivados do tabaco tenta aliciar. Nesse modo de funcionamento discursivo, os sentidos sobre o tabagismo foram orientados pelos modos de designação para evitar a iniciação dos sujeitos ao tabagismo.

E, embora haja, na organização da SD [15], a recuperação do universo da moda, como estratégia para induzir o sujeito a parar de fumar, não há nenhuma representação visual que mobilizasse sentidos ao universo das passarelas. De maneira semelhante, a SD [16] indicava o cinema e a TV como meios de divulgação do cigarro, mas ao fazer a oposição entre a fumante e o cigarro, este era designado de “bandido” e aquela de “mocinha”, na articulação das materialidades (linguísticas e visuais) os sentidos apontavam para o papel de atriz que pode ser de cinema e de TV. Essa latência de sentidos produzida pelas designações ao cigarro mobilizava, pela memória discursiva, os dizeres possíveis e autorizados.

Como as publicidades dos derivados de tabaco haviam sido proibidas nas práticas publicitárias dos meios de comunicação (Tv, revista, rádio, jornal, internet etc) desde junho de 2003, o *merchandising* em produções cinematográficas funcionava como meio da indústria cigareira aliciar os jovens a fumar. Desconstruir o imaginário positivo projetado pelo aparecimento de personagens fumantes nos meios de comunicação era indispensável para o INCA (2017b). Por essa motivo, recuperar parte da temática do evento mundial do mesmo ano, reproduzindo os dizeres no evento nacional, para conscientizar os jovens das estratégias mercadológicas da indústria do cigarro, podia ser pensada como uma maneira de o MS alertar os sujeitos sobre as práticas discursivas de filmes, telenovelas e *reality shows*, por exemplo, para incentivar o hábito de fumar. Na esteira dos sentidos, a campanha funcionava para estimular os sujeitos a romperem com esse modo de funcionamento de indução à prática tabagística.

Antes de prosseguirmos com as análises, vale destacar que as campanhas até o evento nacional de 2003 ainda eram tímidas quanto às acusações de morte, doenças e dependência física do cigarro, somente o evento mundial de 2000 apontou o câncer como a causa da morte do cowboy. As materialidades produzidas desde 1997, no geral, mobilizavam pela memória discursiva sentidos negativos sobre o tabagismo, mas não os apontavam. As posições-sujeito mais acusativas indicavam que o cigarro fazia mal à saúde, no entanto não especificavam os malefícios, o que deixava as sugestões vagas. Além disso, as campanhas que deveriam

funcionar para desestimular o tabagismo apresentavam sujeitos fumando (cf. imagens 11, 31 e 32], e não faziam nenhuma menção aos prejuízos econômicos que o tabaco gerava aos cofres públicos. Por outro lado, com o surgimento da CQCT/OMS (2003), as campanhas dos eventos políticos assumiram novas posições de enfrentamento ao tabagismo, como veremos na continuidade das análises.

A partir de 2004, considerando o conjunto de acontecimentos jurídicos ocorridos no Brasil, e as novas determinações capitalistas da política mundial antitabagismo, o MS assumiu tomadas de posição-sujeito mais rígidas e alinhadas às determinações da forma-sujeito dominante no discurso da CQCT/OMS, especialmente, após o governo brasileiro ter assinado, em 2003, o maior tratado de cooperação internacional de saúde pública para o enfrentamento do tabagismo. Apesar de as regulamentações da CQCT/OMS começarem a produzir discussões sobre os prejuízos do tabagismo para os países em desenvolvimento, foi somente em 2005 que o Legislativo brasileiro ratificou formalmente a implementação das ações do documento internacional (INCA, 2017b).

A demora para a ratificação do tratado ocorreu devido aos conflitos de interesses capitalistas entre o governo brasileiro e as indústrias do tabaco. Naquela conjuntura sócio-histórica de retardamento da implantação das medidas antitabagismo, o MS (2004) chamava a atenção do Legislativo, apontando que ao não ratificar a Convenção, o Brasil sinalizava para o mundo que o país estava se curvando ao poder econômico de um setor da indústria que colocava o lucro acima das vidas humanas (MS, 2004). Por fim, após dois anos de conflitos ideológicos, a CQCT/OMS foi ratificada pelo Legislativo. E, a partir de então, o MS redirecionou as ações do PNCT, em função das novas filiações ideológicas que determinavam as tomadas de posição discursiva do órgão de saúde pública nacional.

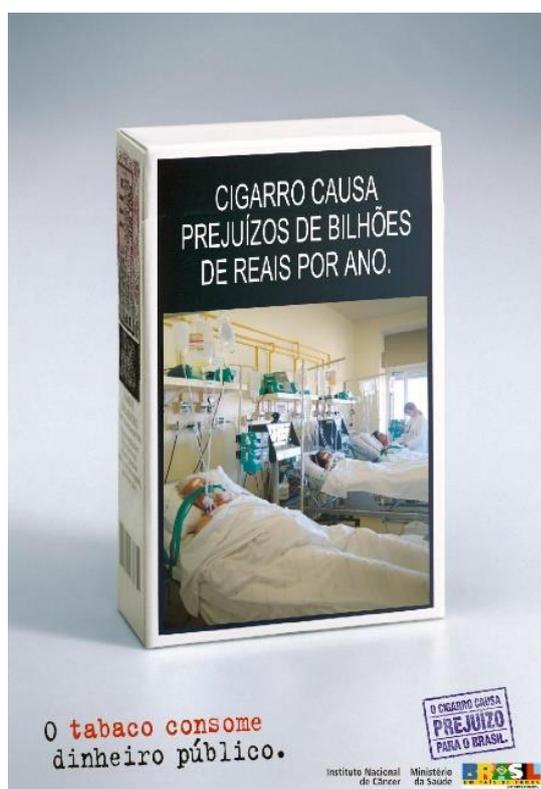
#### **4.2.2 O Enfrentamento ao Tabagismo no Brasil: um exemplo para o mundo**

Segundo Gakidou et al. (2017), o Brasil, ao longo dos últimos 20, tem se projetado mundialmente como um país modelo nas políticas de combate ao tabaco. Essa visibilidade, reforça os autores, ocorreu, especialmente, em razão das práticas discursivas do Legislativo, que produziram várias rupturas nos modos de funcionamento do discurso de incentivo aos derivados do tabaco. As formações imaginárias que se produzem sobre o Brasil a partir do lugar social que ocupa, nessa luta global, contribuíram para que, no contexto social de 2004, a OMS escolhesse o país como sede na organização do Dia Mundial sem Tabaco.

Na observância de materializar as orientações ideológicas às quais a OMS se filiava, a instituição internacional, para o evento político mundial, propôs como temática *Tobacco and poverty: a vicious circle* (Tabaco e pobreza: um ciclo vicioso, tradução livre). Ao organizar o evento no Brasil, o MS reproduziu a temática como subtítulo<sup>133</sup>, criando diversos títulos, e não utilizou a imagem disponibilizada pela OMS como materialidade discursiva visual.

O MS atravessado em suas práticas discursivas pelas determinações ideológicas do contexto histórico brasileiro de 2004, no qual tramitava, no Legislativo, a ratificação da CQCT, materializou as determinações ideológicas da conjuntura social da temática “Tabaco e pobreza: um ciclo vicioso”, no título “O cigarro causa prejuízo ao Brasil”, adaptado na SD [17] “Cigarro causa prejuízo de bilhões de reais por ano”, articulando-a em complementariedade de sentidos com uma imagem que recuperava os modos de funcionamento discursivo antitabagismo das carteiras de cigarro com as advertências de saúde, para debater os problemas econômicos enfrentados pelo país, devido ao consumo do tabaco, como pode ser observado na reprodução a seguir:

**Imagem 32** – Dia Mundial sem Tabaco (2004)



Fonte: Arquivos INCA

<sup>133</sup> O material discursivo da campanha mundial de 2004 é composto de folder, cartaz e manual. Vários enunciados e diversas fotografias foram utilizados como materialidade discursiva para orientar os gestos de interpretação do sujeito leitor; no entanto, devido aos propósitos investigativos não nos deteremos a trabalhar todas as materialidades visuais e linguísticas produzidas para este evento político.

SD [17] “Cigarro causa prejuízo de bilhões de reais por ano.

O tabaco consome dinheiro público”

A combinação das materialidades discursivas orientava sentidos que apontavam para as despesas com saúde pública. A representação de uma unidade de tratamento intensivo (UTI) de hospital, acompanhada da SD [17], indica que as despesas ambulatoriais são elevadas e se tornam um problema para o Estado e não um investimento no bem-estar da população, pois o gasto com saúde pública em decorrência do tabagismo é entendido como um “prejuízo”. Daí o subtítulo complementar da SD [18] “O **tabaco consome** dinheiro público” para reforçar a ideia de que o tabagismo acaba com as finanças do governo.

Em nosso entendimento, o *punctum* imagético de orientação temática da campanha está no uso da marca de carimbo, acima do nome Brasil. Se considerarmos que a presença de carimbo é essencial nos documentos oficiais, o MS, ao materializar filiações ideológicas no discurso da campanha, apontava a validação do discurso pelo imaginário dessa materialidade visual, sugerindo que os danos produzidos pelo cigarro são irrefutáveis, já que o MS, enquanto sujeito discursivo e pelo lugar que ocupa na estrutura social, representa o governo brasileiro, que assina “Brasil” logo abaixo do carimbo, fazendo a peça publicitária assumir uma função de documento oficial do governo.

A materialidade discursiva visual desse evento mundial foi a primeira em que o MS sugeriu sentidos com imagens de doentes para estimular a identificação-interpelação do sujeito com a forma-sujeito dominante do discurso antitabagismo. Desde o acontecimento discursivo de 1996, as campanhas indicavam representações visuais miméticas de circunstâncias sociais, se limitando a reproduzir possibilidades. Na campanha de 2004, como dissemos acima, a instituição nacional seguiu os modos de funcionamento das advertências das embalagens de cigarro, apontando os efeitos nocivos do tabagismo à saúde com uma fotografia que captura uma dada circunstância em dada CP sócio-histórica. Desse modo, a campanha se projetava com uma materialidade discursiva visual resultante dos danos do tabaco ao corpo dos sujeitos fumantes. Semelhantes aos apontamentos de Lunkes (2018) sobre o uso da imagem, nessa campanha, a imagem funcionava para comprovar os dizeres, apontando os malefícios do tabagismo ao corpo, pois a fotografia não se apresentava como uma imitação ou simulação de uma possível situação.

Essa orientação argumentativa da campanha, marcada pelos atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde, servia para confrontar as determinações capitalistas da indústria do tabaco, que buscava retardar a ratificação da CQCT/OMS, pelo Legislativo

brasileiro (MS, 2004). Em sua organização discursiva, o evento político funcionava para alertar os sujeitos, especialmente, fumantes, sobre a relação entre o tabagismo o desenvolvimento de doenças crônicas graves e fatais, em razão do consumo de cigarro, apontado nas pesquisas médicas, como o maior causador de câncer, sobretudo, pelo uso de aditivos químicos (INCA, 2011b).

Além dessas questões de saúde, o discurso da campanha também sinalizava para o reconhecimento social de que o consumo de tabaco agravava a pobreza, a fome e a desnutrição de alguns grupos sociais menos favorecidos economicamente, ampliando, assim, as desigualdades entre ricos e pobres (INCA, 2017b). Esses pontos foram mencionados, na primeira parte do estudo, quando abordamos os problemas econômicos provocados pela recorrência do vício tabágico entre os sujeitos mais pobres, e as vantagens da cessação do hábito de fumar para o aumento do poder de compra desse grupo de sujeitos.

Na continuidade temática do ciclo vicioso da pobreza, perpetuada pelo tabaco, ainda em 2004, para o evento político nacional, o MS manteve a discussão sobre a questão dos prejuízos da erva para o Brasil, por considerar um tópico relevante para o contexto histórico (INCA, 2017b). Para estimular o debate, a instituição nacional não reproduziu as materialidades discursivas (visual e linguística) do evento mundial para trabalhar o tema, isso porque, devido às emergências políticas da época, outras tomadas de posição-sujeito precisavam ser trazidas para discussão.

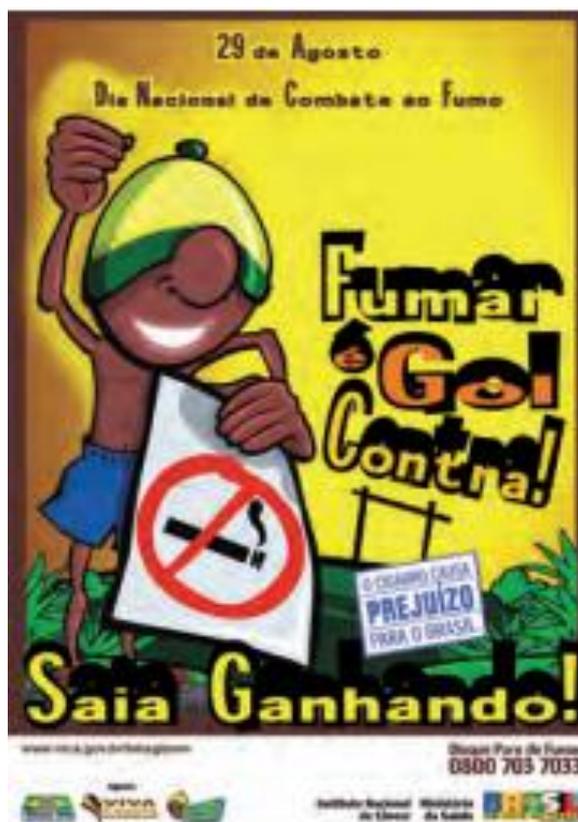
Por essa razão, procurando mobilizar saberes sobre o hábito de fumar, o MS trouxe como título a SD [19] “Fumar é gol contra!”, acompanhada da SD [20] “Saia ganhando!”, como subtítulo, para mostrar que o tabaco além de empobrecer os consumidores, representava uma despesa financeira para os países (INCA, 2017b).

A campanha em sua materialidade visual não escapou às determinações ideológicas racistas, do contexto sócio-histórico brasileiro, para materializar a pobreza e a miséria com a reprodução do personagem Cambito<sup>134</sup> (menino negro, projetado para representar o imaginário de crianças de baixa renda, em situação de risco, das favelas do Rio de Janeiro), como podemos observar a seguir:

---

<sup>134</sup> Detalhes das determinações ideológicas que motivaram a criação da personagem disponíveis em: <http://www.cambito.com.br/nascimento.htm> Acesso em: 18 dez. 2018.

**Imagem 33** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2004)



Fonte: Arquivos INCA

Essa reprodução do menino pobre e favelado, da peça publicitária, associa a miséria do Brasil, pelo recorte da escravidão, a um sujeito pertencente ao grupo étnico negro. Esse imaginário social sugerido na campanha aponta para a equivocidade, que marca o encontro do real da língua e real da história, especialmente, por entendermos que a pobreza no Brasil não é específica de um grupo étnico. O MS ao produzir o discurso que relaciona tabagismo e pobreza falha pela falta da representação de sujeitos da etnia branca. Essa omissão reproduz os discursos de que a pobreza, no Brasil, tem cor, e ela é negra. Reforçando, portanto, sentidos imaginários atravessados de ideologias racistas responsáveis pela segregação dos sujeitos.

Além dessa questão do imaginário do sujeito pobre e favelado, que Cambito representa, a sugestão circunstancial, do espaço urbano enquadrado, reproduz, na mobilização de sentidos, dizeres que circulam na sociedade a respeito de como o futebol é usado para favorecer a mobilidade social de alguns sujeitos, sobretudo, de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, daí as determinações ideológicas para a escolha de tal personagem.

Esses modos de dizer da campanha apontam para as divisões econômicas dos espaços urbanos e dos sujeitos, no momento em que associam a pobreza e a miséria ao negro, em um

cenário predominantemente verde e amarelo (cores da bandeira e do uniforme da seleção canarinho), para apontar um olhar particularizado. Ao retrabalhar a temática do ciclo vicioso da pobreza em decorrência dos prejuízos do tabaco ao Brasil, a representação do menino negro, como *punctum* imagético para orientar sentidos, produz uma atualização da temática pelas materialidades discursivas (visual e linguística) que apontam outros sentidos de pobreza. Nessa atualização, os prejuízos são focalizados nos sujeitos brasileiros de baixa renda para apontar os maiores prejudicados, pois, dentre os sentidos possíveis, se articulamos as duas campanhas de 2004, poderemos compreender que os prejuízos do tabaco vão além das questões de saúde, já que o aumento no investimento de tratamento de saúde e de doenças provocadas pelo tabagismo acarreta baixa no orçamento de outras áreas do governo.

Para o INCA (2017b), essa abordagem específica estava voltada para sensibilizar, sobretudo, os sujeitos jovens sobre a intrínseca relação entre pobreza e tabagismo. Essa tomada de posição na campanha, reiterada pelo órgão de saúde, se fazia necessária tanto pelo processo de tramitação da ratificação da CQCT quanto pelos gastos das camadas sociais mais pobres com tabaco e despesas provocadas na saúde pública, pois como destaca o INCA (2017b), o número de fumantes é maior entre os sujeitos de baixa renda e com menor nível de escolaridade. Nesse caso, dentre os sentidos possíveis, a SD [19], ao apontar que fumar é jogar contra o próprio país, sinaliza que o tabagismo entre os sujeitos pobres agrava os aspectos econômicos; por isso, se esse sujeito não fumar vai sair ganhando, complementa a SD [20].

Neste ponto, consideramos importante a reflexão de Guimarães ([1995] 2002, p.78), para quem o “argumento não é algo que indica um fato que seja capaz de levar a uma conclusão. Um argumento é um enunciado que, ao ser dito, por sua significação, leva a uma conclusão (uma outra significação). Mais especificamente, argumentar é dar uma diretividade ao dizer”. É, portanto, nessa injunção interpretativa dos gestos de leitura do sujeito, dos efeitos de sentidos produzidos pela articulação da materialidade visual da peça com a SD [19] e da latência discursiva que se abre, que a campanha indicava que o sujeito ao fumar, joga também contra a própria vida, pois além dos prejuízos financeiros provocados pelo tabaco aos sujeitos mais pobres, acaba também afetando a sua saúde.

Embora esses sentidos não estejam mencionados, eles são determinados pela memória dos dizeres no processo de argumentação (GUIMARÃES, [1995] 2002), pois o tabaco tem sido apontado pelas instituições de saúde (OMS, OPAS, MS) como um produto que causa perdas financeiras, doenças e mortes. As campanhas, para sugerirem sentidos negativos sobre o tabagismo, produzem diretrizes argumentativas pela articulação das materialidades

(linguística e visual), indicando os modos de o sujeito interpretar, mas esse funcionamento discursivo não encerra as possibilidades de compreensão, tampouco fecha os limites de sentidos. Daí a importância dos recortes da memória discursiva para estabelecer, pelo cruzamento do real da língua com o real da história, as orientações de complementariedade de sentido, como se observa na articulação da SD [19] com o subtítulo da SD [20], apontando sentidos de continuidade em razão do uso do verbo no gerúndio, recuperando, desse modo, o fio discursivo, enquanto apontava para o mesmo espaço semântico (GUIMARÃES, [1995] 2002) de criticidade ao hábito de fumar.

A posição crítica assumida pelo MS, em relação ao tabagismo e ao ciclo vicioso da pobreza, tem, em nosso entendimento, o viés ideológico capitalista. Como visto no primeiro capítulo, quando o sujeito deixa de fumar, o seu poder de compra aumenta. Além disso, ele adocece menos e, conseqüentemente, produz mais, o que é favorável ao governo, pois além do aumento da arrecadação de impostos, sem doenças como o câncer, os cofres públicos economizam com tratamentos ambulatoriais, exames, cirurgias e remédios para a saúde coletiva. Nesse caso, quando o sujeito não fuma, ele acaba ganhando (ideologia capitalista do lucro), e, de maneira silenciada no discurso do MS, o governo também lucra. Todos saem ganhando, quando o sujeito não fuma, aponta a SD [20].

No funcionamento discursivo da campanha, é possível examinar ainda que os recortes de saberes, em torno do ciclo da pobreza, produzem um imaginário da miséria como sendo produzida pelo tabaco, deixando escapar sentidos de que o sujeito, ao parar de fumar, poderá acabar com a sua pobreza, o que, de certa maneira, dissimula as determinações históricas de desigualdades sociais e econômicas interligadas à má distribuição de renda que, de fato, são as responsáveis pelo ciclo da pobreza e miséria no Brasil.

Diante do cenário de conflitos de interesses capitalistas e de incertezas políticas na ratificação da CQCT, em 2005, o MS, atravessado em suas práticas discursivas pelas filiações do discurso sobre a saúde, produziu o evento político mundial a partir da repetibilidade discursiva parcial da materialidade linguística e visual da temática sugerida pela OMS, de maneira a conduzir os sujeitos a reduplicarem a forma-sujeito antitabagismo.

Apresentando a temática “Health Professionals Against Tobacco: action and answers”, (Profissionais da saúde contra o tabaco: ações e respostas, tradução livre), a OMS alargou a discussão para a função dos profissionais de saúde no combate ao tabaco no mundo. Desse modo, a campanha buscou agenciar os sujeitos trabalhadores da saúde não apenas a lagar o hábito de fumar, mas também para servir de exemplo em razão do lugar social que ocupam na

representação imaginária de cuidadores da saúde, o que, de certa maneira, ajudaria os fumantes a abandonarem o hábito tabágico.

No Brasil, o MS reproduziu a temática com adaptações enunciativas e visuais. Por esse motivo, a campanha da instituição nacional teve como tema “O controle do Tabaco e os profissionais de saúde”, materializando as filiações ideológicas na SD [21] “A saúde no controle do tabaco”, como título da campanha. A OMS elaborou vários materiais para a campanha, mas pelos registros do catálogo do INCA (2017), apenas uma das imagens foi utilizada na organização da campanha, a qual reproduzimos a seguir:

**Imagem 34** – Dia Mundial sem Tabaco (2005)



Fonte: Arquivos INCA

A peça publicitária não apresenta o título da campanha, o que dificulta os gestos de leitura do sujeito para interpretar os sentidos temáticos da campanha. Por essa razão, nos limitaremos a análise da materialidade visual. Na reprodução parcial do cartaz da OMS, não fica evidente que o foco é o papel dos profissionais de saúde no combate ao tabaco. A representação imagética de uma cabeça humana, feita de fumaça, sugerindo um grito,

enquanto saí da boca de um sujeito fumante, aponta para o desespero da vida, como se a alma saísse pela boca pedindo ajuda. Daí o fundo preto para mobilizar sentidos de luto e morte.

A campanha sugere, então, pela materialidade visual que o sujeito ao fumar morre aos poucos e, nesse ponto, os profissionais de saúde “têm um papel fundamental de despertar a consciência sobre os efeitos do tabaco na saúde, pois alcançam um alto percentual da população, com a finalidade de aconselhar e apoiar [...] a população a parar de fumar”, reforça o INCA (2017b, p.30). Essa tomada de posição discursiva do MS não apenas estimulava os profissionais de saúde a reduplicarem a forma-sujeito antitabagismo, mas também funcionava para conduzir esses sujeitos trabalhadores a exercerem a função de vigilantes do corpo social saudável, devido às práticas discursivas de orientação ideológicas às quais eles deveriam se filiar no exercício da profissão. Esses direcionamentos surgem, no Brasil, num cenário de estímulo ao tratamento do Tabagismo no SUS (ACTbr, 2010), como estratégia da política de combate aos riscos à saúde.

Como o tabagismo tem se mostrado uma ameaça global, uma pandemia, os riscos de doenças se expandem ainda aos fumantes passivos devida à exposição deles à fumaça tóxica, em especial, do cigarro. A posição-sujeito de criticidade assumida pelo MS, em relação ao contato com a fumaça de cigarro, levou a instituição de saúde a organizar o evento político nacional, em 2005, com a temática “Tabagismo passivo e exposição ocupacional”, materializando as determinações ideológicas na repetibilidade da SD [01] “Cigarro faz mal até pra quem não fuma”, elaborada para a campanha do evento mundial de 2001 (cf. imagem 11). Nesse processo de retomada, a formulação enunciativa, embora tenha os sentidos atualizados em razão das novas CP em que se inscreve, como veremos a seguir, ela é apagada nos discursos da campanha. Os sentidos são orientados pela presença do discurso do garçom, marcado por aspas. É possível observar que o sujeito fumante passivo se enuncia, auxiliando os dizeres do autor colaborativo da campanha, como podemos observar na reprodução a seguir:

**Imagem 35** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2005)



Fonte: Arquivos INCA

SD [22] “Apesar de **nunca ter fumado**, só agora parei de respeitar a fumaça dos outros. Obrigado por respeitar a lei e a **nossa saúde**”

Francisco Cazuza, Garçom, 42 anos

SD [23] “A **fumaça do cigarro causa câncer de pulmão** mesmo em quem não fuma. Respeite a lei e a saúde dos não-fumantes”

O funcionamento discursivo da peça publicitária, utilizada na campanha do evento nacional de 2005, apresenta, em seu modo de orientação argumentativa, uma tomada de posição mais crítica em relação ao tabagismo passivo, ao apontar que a fumaça causa câncer SD [23]. É importante perceber que mesmo o INCA (2017b) indicando a repetibilidade enunciativa da SD [01] “Cigarro faz mal até pra quem não fuma”, nessa campanha, como título, a repetibilidade é apagada na formulação enunciativa da peça da campanha. Verifica-se que a direção de sentidos é marcada, já que não temos o título, pelo discurso de um sujeito trabalhador que sofre com a fumaça do tabaco.

Na orientação dos sentidos, o sujeito fumante passivo é lido como garçom, pois a memória dos dizeres mobiliza sentidos estabilizados pela representação imaginária dos elementos do espaço enquadrado, das roupas usadas e gestos corporais de servir, todos comuns a uma específica ocupação profissional. Para uma análise do lugar que garçom ocupa

na campanha, neste ponto do estudo, nos interessa a noção de heterogeneidade mostrada<sup>135</sup>, trabalhada por Authier-Revuz ([1982] 2004), para compreendermos o funcionamento do discurso do garçom, marcado por aspas, na campanha. Segundo Authier-Revuz ([1982] 2004), no discurso indireto, o sujeito discursivo se apresenta como tradutor dos dizeres do outro, enquanto no discurso direto, o sujeito discursivo aparece como “porta-voz” dos dizeres do outro, que são recortados para ocupar no fio discursivo o espaço do dizer.

Essas noções em que o outro é inscrito no dizer, em particular, a forma da heterogeneidade mostrada, são discutidas por Authier-Revuz (1990) e retomadas por Lunkes (2018), em seu estudo sobre o funcionamento do discurso direto na revista *Veja*, a partir de relatos e entrevistas de sujeitos (pacientes e especialistas) sobre depressão e medicalização.

De maneira semelhante ao funcionamento analisado por Lunkes (2018), a campanha do MS silencia o verbo, que poderia orientar os sentidos de leitura do discurso relatado do garçom. Em nosso caso de estudo, o apagamento do verbo não sinaliza para o mesmo efeito de funcionamento apontado no estudo de Lunkes (2018), pois a autora trabalha com a inscrição de discursos na instância de circulação jornalística, enquanto nós observamos a circulação de dizeres na ordem do discurso publicitário. Diferente do efeito de distanciamento apontado por Lunkes (2018), pela a entrada abrupta do discurso direto, a circunstância representada na peça publicitária, bem como a posição imaginária de mensageiro de um coletivo de fumantes passivos, que é projetada pelo garçom e reforçada na SD [22] pelo uso da expressão “nossa saúde”, aponta efeitos de concordância e colaboração do sujeito trabalhador com a posição-sujeito do MS no enfrentamento ao tabagismo passivo; pois, como se verifica na SD [22], o sujeito trabalhador agradece a aceitabilidade e o respeito da lei por parte do fumante. Desse modo, um sentido possível para a inscrição dos dizeres do outro na campanha, é que eles não apontam um distanciamento da responsabilidade discursiva do MS, pelo contrário, na campanha, o órgão de saúde convoca uma das vítimas do tabagismo passivo para testemunhar e validar os dizeres da SD [23] mobilizados pelo MS.

Vale destacar que enquanto o discurso do MS na SD [23] alerta o fumante sobre o perigo da fumaça do tabaco, ao mesmo tempo, sugere que a lei seja respeitada. A normativa mobilizada é o acontecimento discursivo que enfrentava dificuldades e resistência social em seu cumprimento, conforme aponta o INCA (2017b). Se considerarmos que a Lei, a qual se faz uma alusão interdiscursiva, é de 1996, podemos questionar a efetividade das políticas antitabagismo do MS, pois ao indicar que o fumante deve respeitar a Lei, o MS abre latência

---

<sup>135</sup> Em razão dos propósitos investigativos, não buscaremos trabalhar detalhes do uso das aspas nos discursos reportados. Para maiores esclarecimentos desse assunto consultar Authier-Revuz (1990).

para que possamos apontar que o fumante, ao não consumir tabaco em determinados espaços coletivos, está subordinado às Leis e não as determinações ideológicas capitalistas do discurso sobre a saúde do corpo, já que o fumante passivo só é “respeitado” devido à interpelação jurídica que domina e determina a prática discursiva do fumante, e não pelos atravessamentos de preservação da saúde individual e/ou social defendida pelo MS.

A temática coloca em discussão a presença dos fumódromos em bares, restaurantes e shoppings, por exemplo. Aos fumantes, era garantido o espaço coletivo específico para o hábito de fumar, o que não impedia de os trabalhadores desses lugares de conviverem com a fumaça, especialmente, dos cigarros, altamente tóxicos. A campanha surgia num cenário tenso de resistência e de mudanças nos hábitos e estilos de vida. Não havia mais espaço para tolerância ao tabagismo no país. E, nessa configuração, a ratificação da CQCT/OMS, para alargar o PNCT, se mostrava inevitável no cenário brasileiro, sobretudo, pelo acontecimento discursivo, ocorrido em 1996, pelos subsequentes acontecimentos jurídicos que editaram e ratificaram as posições-sujeito da forma-sujeito dominante da FD Antitabagista que marcava as práticas políticas do governo no enfrentamento ao tabagismo no território nacional e pelos gastos com saúde pública, que, conforme aponta a ACTbr (2010), ao discorrer sobre um estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz, em 2005, indicava que o SUS gastou 338 milhões de reais com 331 pacientes.

Por fim, em outubro de 2005, a CQCT foi ratificada pelo Senado Federal, e promulgada em janeiro de 2006. Desde 2003, quando o Brasil assinou o tratado internacional até o seu período de ratificação, a “trajetória foi marcada por um intenso enfrentamento entre organizações e ativistas da área da saúde e o setor produtivo de tabaco, já que o país era o segundo maior produtor e o maior exportador mundial”, aponta o INCA (2018, p.22). A tomada de posição discursiva do MS estava, a partir de então, marcada não apenas pelos atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde da OMS, mas atravessado por ideologias capitalistas antitabagismo que se tentavam universalizar, caso do combate ao cultivo do fumo.

A CQCT/OMS funcionaria para contribuir com o PNCT, já que impulsionaria o governo a produzir novos acontecimentos jurídicos e, ao mesmo tempo, redirecionar as tomadas de posição-sujeito nas campanhas anuais dos eventos políticos antitabagismo, como examinaremos a seguir.

### 4.2.3 Mudanças na Política Antitabagismo: antes e depois da CQCT

As diretrizes apontadas na CQCT/OMS passaram a redirecionar as tomadas de posição discursiva do MS em suas práticas discursivas. Os atravessamentos das filiações ideológicas do discurso sobre a saúde, que determinavam as posições-sujeito assumidas pelo órgão de saúde nacional, apontavam as direções que o governo brasileiro deveria adotar.

Por esse motivo, as temáticas das campanhas do MS/OMS passaram a ser assumidas como estratégias políticas de atendimento aos artigos da CQCT/OMS, como pode ser observado no catálogo do INCA (2017b). Como mencionamos acima, o INCA, ao organizar o seu catálogo histórico de campanhas, aponta desde o evento de 1997, a correspondência do tema aos artigos da CQCT. Essa estratégia discursiva do MS para marcar sua posição antitabagismo com a associação das temáticas às diretrizes da CQCT indica um anacronismo nas referências, sobretudo, quando consideramos que o documento não existia antes dos anos 2000, e só foi assinado pelo Brasil em 2003, ratificado em 2005 e promulgado em 2006. Essa tomada de posição do MS pode sugerir, pela mobilização dos artigos, que a instituição brasileira, em seu PNCT, já antecipava as determinações ideológicas da saúde, norteadoras das práticas discursivas da OMS, projetando o MS, desse modo, como uma instituição exemplar para o mundo.

Buscando seguir as determinações ideológicas da prática discursiva da OMS, o MS, ao organizar o evento político mundial de 2006, produziu a repetibilidade enunciativa da temática proposta pela OMS, “Tobacco: Deadly in any form or disguise” (Tabaco: mortal em qualquer forma ou disfarces, tradução livre), mas não utilizou a materialidade visual sugerida. Vejamos a seguir, a reprodução da peça da campanha brasileira.

**Imagem 36** – Dia Mundial sem Tabaco (2006)



Fonte: Arquivos INCA

SD [24] “Não se deixe enganar!

**Cigarros com sabor e maços coloridos**, charutos e outros produtos de tabaco **são como lobo em pele de cordeiro**. Todos esses produtos **fazem mal à saúde**. Não fume! **Leve uma vida mais saudável**.

**Tabaco: mortal sob todas as formas e disfarces.**”

Essa campanha foi a primeira a fazer uso da representação imagética de vários produtos do tabaco. Quando verificamos os eventos anteriores, é possível constatar que a imagem do cigarro, como símbolo do tabaco, sempre predominou nas abordagens. Todas as embalagens dos derivados do tabaco apresentadas nessa peça publicitária (cigarro, charuto e fumo para cachimbo) tem o nome da marca do produto substituído pela designação “cordeiro”, que ao ser articulada com a imagem do lobo vestido de cordeiro, recupera o provérbio<sup>136</sup> *Lobo em pele de cordeiro* SD [24]. Trabalhando com a noção de provérbio, Indursky (2013b, p.93) destaca que esse tipo de materialidade “permite observar como a repetibilidade mobiliza uma memória e de que forma essa memória é retomada e

<sup>136</sup> Por questões de propósitos investigativos não faremos, neste estudo, distinção entre provérbio e ditado popular.

materializada”. Desse modo, ao se falar sobre o tabaco designando-o de cordeiro, não se está projetando uma imagem positiva, mas produzindo uma crítica, pois a representação do lobo, retirando o “disfarce” de cordeiro, desconstrói a representação imaginária de algo bom.

No funcionamento discursivo da campanha, observa-se que na reescritura dos produtos, os dizeres se desenvolvem e se expandem para sugerir ao fumante que ele está sendo enganado pela indústria tabagística, já que “**todos esses produtos**” não fazem bem à saúde. Daí o jogo intradiscursivo, na orientação da leitura do primeiro e do último enunciado, indicado pelas cores. No processo de articulação dos enunciados, a campanha sugere que o tabaco é um lobo “disfarçado” de cordeiro, que está devorando o corpo do sujeito fumante, pois é “mortal sob todas as formas” (cigarro, charuto e cachimbo) e “disfarces” (o sabor e o colorido dos cigarros).

Essa estratégia de reescritura se mostra mais didática e educativa, pois, ao apresentar os três modos mais comuns de consumo de tabaco e explicações sobre as estratégias discursivas da indústria tabagística para disfarçar os malefícios de tabaco à saúde, o MS aponta a contradição do tabaco que é projetado pelas empresas como algo benéfico à vida. A tentativa do MS de barrar esse tipo de manipulação discursiva se fortaleceu desde 2001, quando a ANVISA estabeleceu padrões máximo de teores de alcatrão, monóxido de carbono e nicotina para os cigarros, além de proibir a utilização de referências “tais como, classes, ultra baixos teores, baixos teores, suave, light, soft, leve, teores moderados, altos teores, e outros que [...]” pudessem, de alguma maneira, induzir os fumantes “a uma interpretação equivocada quanto aos teores contidos nos cigarros”, destaca a ACTbr (2010, p. 42). Essa tomada de posição proibitiva da ANVISA colocou o Brasil em projeção de destaque mundial, sobretudo, pelo país ter sido o pioneiro nesse tipo de iniciativa (ACTbr, 2010).

Se a temática do evento mundial, de 2006, funcionou para o MS retomar as determinações de 2001 da ANVISA, o evento nacional do mesmo ano (imagem 37, abaixo) favoreceu a instituição de saúde a retomar a proibição do fumo em espaços de uso coletivo, pelo resgate da posição-sujeito jurídica, instituída no acontecimento discursivo antitabagista de 1996. Nos dois eventos políticos de 2006, é possível percebermos que a recuperação temática faz ressoar, pela memória discursiva, saberes antitabagismo que não devem ser esquecidos pelos sujeitos, a exemplo dos dizeres sobre os danos que o hábito de fumar provoca à saúde e os dispositivos jurídicos que regulam às práticas sociais.

No caso do evento nacional, os sentidos mobilizados alertavam sobre a proibição do fumo passivo em ambientes fechados de convivência coletiva. Ao deslizarem do espaço discursivo jurídico para o médico-publicitário, os sentidos nas campanhas dos eventos

políticos antitabagismo funcionavam para alertar e conscientizar a população sobre os dizeres que a indústria tabagística procurava silenciar. Desse modo, na busca para produzir o agenciamento dos sujeitos, por meio da identificação discursiva, o MS direcionava seu discurso para o fumante, como vemos a seguir:

**Imagem 37** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2006)



Fonte: Arquivos INCA

SD [25] “Você pode nem perceber, mas **o cigarro também atinge** quem não fuma.

**Fumante passivo pode ter câncer, infarto e doenças pulmonares.”**

Ao examinarmos a SD [25], percebemos uma chamada direcionada ao fumante pelo uso do pronome “Você”. Em nosso gesto de leitura, compreendemos que esse modo de funcionamento discursivo indicar uma tentativa de o sujeito do discurso se aproximar do leitor. O tabagismo é apontado como sendo prejudicial para o fumante ativo e passivo, o que pode ser destacado pela estratégia discursiva marcada pelo operador argumentativo “também”, na articulação do enunciado, que incluiu no movimento dos sentidos o fumante passivo, na reescritura marcada pela elipse do termo “cigarro” em “o cigarro também atinge quem não fuma [cigarro]”. O uso do conectivo “mas” na sequência indica que o fumante tem ciência dos malefícios do cigarro à saúde, mas desconsidera que o fumante passivo “também” é atingido. Ao articularmos a materialidade visual com a linguística, podemos examinar que o casal (trocando beijos numa certa intimidade) está dividido pela fumaça do cigarro. O cartaz

tem como *punctum* imagético para orientar os sentidos da temática o símbolo de proibido fumar ao fundo na parede, brevemente examinado acima na SD [04], (cf. imagem 14).

Na diretividade dos sentidos, apontados pela relação das duas materialidades discursivas na peça da campanha, é possível observar que o fumante passivo é apontado como vítima do fumante ativo, podendo desenvolver doenças. Esse modo de funcionamento traz para discussão a função social do sujeito não fumante no combate ao tabagismo. Pois, quando consideramos, as normativas existentes, os discursos antitabagismo dos organismos de saúde e as diversas estratégias do PNCT, percebemos que o não fumante ou aquele que é forçado a fumar, passa a ocupar uma posição de vigilante do corpo social saudável, como apontamos acima, no evento mundial de 2005, com o profissionais da área da saúde.

Retomando uma discussão iniciada no primeiro capítulo, as campanhas funcionam tanto para conscientizar a população sobre os malefícios do tabaco à saúde quanto para indicar ao poder Legislativo as tomadas de posição discursiva nas práticas discursivas do PNCT. Na época dessa campanha, os fumódromos eram permitidos no território nacional, o que apresentava um conflito entre as determinações ideológicas da CQCT/OMS (que recomendava aos países que criassem leis para garantir os ambientes coletivos cem por cento livre da fumaça do tabaco), e a Lei que instituiu o acontecimento discursivo, já que a fumaça não respeita limites espaciais. Para a ACTbr (2010, p.23), o fumante passivo é um problema tão sério que “virou uma categoria para a medicina, justificando a criação de leis específicas voltadas para proteger os direitos dos não fumantes e dos trabalhadores a exercerem suas funções em um local salubre”, o que nos leva a supor que a abordagem temática do MS está relacionada às determinações ideológicas capitalistas de interesses econômicos pautados na redução de gastos públicos com trabalhadores doentes devido ao fumo passivo.

É preciso garantir o bem-estar do corpo individual e social, já que não há níveis seguros para a exposição à fumaça do tabaco, sobretudo, do cigarro em razão dos aditivos químicos. É nesse direcionamento discursivo que a OMS, ao organizar o evento mundial, de 2007, traz como temática “Smoke-free Environments” (Ambientes livres de fumaça, tradução livre), o tabagismo passivo nos espaços públicos. O tabagismo passivo já havia sido discutido em outras campanhas, mas, em 2006, ele estava determinado pelas filiações ideológicas da CQCT. No Brasil, a temática se mostrava tão relevante que o MS deu continuidade no evento nacional ao mesmo tema, atualizando-o em outras CP. Desse modo, o órgão nacional de saúde ao produzir a repetibilidade temática, acabou por materializar as determinações ideológicas em duas sequências diferentes, SD [25] e SD [26], como se observa a seguir:

**Imagem 38** – Dia Mundial sem Tabaco (2007)



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 39** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2007)



Fonte: Arquivos INCA

SD [26] “**Ambiente livre de fumo é por conta da casa.**

**LEI FEDERAL: 9294/96**

**Proibido fumar em ambientes fechados de uso coletivo.”**

SD [27] “**Existe maneira mais fácil de se proteger do cigarro.**

**Ambiente livre de fumo é um direito de todos.**

**LEI FEDERAL: 9294/96**

**Proibido fumar em ambientes fechados de uso coletivo.”**

No caso do Brasil, a temática sinalizava para o enfrentamento à existência dos fumódromos, pois, ao mobilizar a proibição de fumar em espaços coletivos, na imagem 38, e a importância dos não fumantes se protegerem da fumaça do cigarro, na imagem 39, as duas campanhas favoreciam a recuperação dos saberes do acontecimento discursivo pela memória discursiva, pois a *placa de proibido fumar*, na imagem 38 (recortando sentidos de restaurantes) e a *fumaça* ocupando o espaço do local de dança, na imagem 39 (recuperando sentidos de boates) apontavam os direcionamentos discursivos do MS no tratamento do

tabagismo passivo no país, funcionando como *punctum* de indicação temática. Embora a OMS tenha sugerido a temática para o evento mundial, na repetibilidade, o MS atualizou a abordagem discursiva pelas determinações ideológicas que configuravam as emergências do contexto sócio-histórico de saúde pública do Brasil.

De qualquer maneira, essas questões emergenciais foram apontadas nas peças das propagandas pela articulação dos materiais discursivos (linguísticos e visuais). As imagens nas duas campanhas apontam para supostos casais (os gestos dos movimentos das mãos e o enquadramento dos corpos nos ambientes recuperam, pela memória discursiva, sentidos cristalizados sobre relacionamentos amorosos).

Nos dois eventos, o linguístico ao se articular com as imagens (imagem 38, restaurante; imagem 39, boate) recupera a designação do acontecimento discursivo antitabagista “Lei Federal”, mas também produz uma paráfrase da Lei, quando reformula o 2º Art., com o enunciado “Proibido fumar em ambientes fechados de uso coletivo”. Quando o MS mobiliza o discurso jurídico para o sujeito leitor, sugere que mesmo o fumante não sendo interpelado pelo discurso da saúde, deve estar interpelado ao discurso jurídico, pois os sujeitos que não fumam são protegidos da exposição da fumaça do cigarro por Lei, isto é, ambientes coletivos livres do fumo é um direito de todos, e aqueles que fumarem no ambiente coletivo estarão infringindo a Lei. Por essa razão, ao recuperar os sentidos de proibição de fumar por meio da referência da Lei, o MS indica sentidos de criminalização do ato de fumar (CARVALHO, 2017).

Desse modo, no funcionamento da memória discursiva, temos o jogo imaginário sobre o que de fato é permitido ou proibido ao fumante. Os espaços específicos para o consumo de tabaco em ambientes de trabalho e de lazer são confrontados no discurso do MS. Entra em pauta a marginalidade e a legalidade do hábito de fumar. Os valores moralizantes da saúde tomam espaço nas práticas discursivas juntamente com os discursos jurídicos. Já que o MS não interpela todos os fumantes a abandonarem o vício tabágico, produzir o imaginário do fumante passivo como a vítima do tabaco e/ou do fumante se torna uma estratégia para combater tabagismo nos espaços coletivos, pois a segregação dos sujeitos, entre fumantes e não fumantes, pode estimular uma exclusão social daquele que fuma, como estratégia coerciva de abandono do tabaco, como vimos no primeiro capítulo, a preferência de empresas em contratar candidatos que não fumam.

A proteção ao fumante passivo passa a determinar as práticas discursivas do órgão de saúde nos eventos políticos antitabagismo no Brasil com mais frequência. É o que podemos verificar pela repetibilidade dessa tomada de posição no evento nacional de 2008 (imagem 41,

abaixo) e nos dois eventos de 2009 (imagens 43 e 44, abaixo). Os eventos nacionais desses anos têm como enquadramento simbólico bares e restaurantes e os garçons como vítimas do tabagismo passivo (mobilizando sentidos da campanha de nacional de 2005 (cf. imagem 35); e do evento mundial de 2007 (cf. imagem 38). Já no evento mundial de 2009, a campanha mobiliza os sentidos de danos à saúde de crianças (mobilizando sentidos da campanha mundial de 2001 (cf. imagem 11), enquanto o evento mundial de 2008 foca no imaginário que o cigarro projeta para os jovens, mobilizando sentidos da campanha nacional de 2003 (cf. imagens 31 e 32). Há uma mobilização pela rede de memórias de sentidos antitabagismo que ecoam na sociedade em torno da proteção dos trabalhadores não fumantes, da proteção de jovens e de crianças.

Esses direcionamentos da época estavam determinados pelas doenças e prejuízos econômicos, apontados nos estudos clínicos, como resultantes da exposição de sujeitos não fumantes à fumaça tóxica do cigarro. De acordo com a ACTbr (2010),

os bebês expostos ao fumo têm cinco a seis vezes mais risco para síndrome da morte súbita infantil. As crianças cronicamente expostas apresentam maior incidência de infecções do ouvido médio, redução do crescimento e da função pulmonar, aumento da frequência de tosse, aumento da ocorrência de doenças respiratórias, como pneumonia, bronquite, além do desenvolvimento e agravamento de asma. Em adultos, constata-se um risco 30% maior de câncer de pulmão e 24% maior de infarto em não fumantes expostos ao tabagismo passivo, além do desenvolvimento e agravamento de bronquite crônica e enfisema pulmonar. (ACTbr, 2010. p.22)

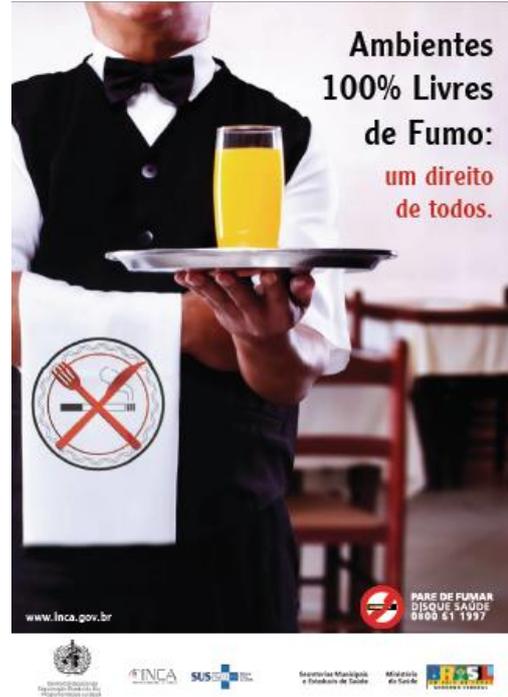
Resultados nocivos ao corpo individual e social, como esses mencionados acima, somados ao agravamento de doenças nos ambientes de trabalho, como visto no primeiro capítulo, configuravam a conjuntura sócio-histórica do período para determinar uma repetibilidade da temática pelo MS. A urgência de criação de normativas jurídicas proibitivas para romper com o tabagismo passivo nos fumódromos e a ilusória imagem positiva do hábito de fumar produzidas pela indústria do tabaco atravessavam, como apresentaremos a seguir, as práticas discursivas do MS.

**Imagem 40** – Dia Mundial sem Tabaco (2008)



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 41** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2008)



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 42** – Dia Mundial sem Tabaco (2009)



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 43** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2009)



Fonte: Arquivos INCA

SD [28] “**Se liga! Essa é a imagem** que o cigarro vende.

Isso é o que você **realmente** compra.

dependência

câncer

mau hálito

cegueira

falta de fôlego

impotência

envelhecimento precoce

infarto”

SD [29] “**Ambientes 100% livre de fumo: um direito de todos**”

SD [30] “**Mostre a verdade.**

**Advertências** sanitárias **salvam vidas.**

As companhias de tabaco usam **embalagens atraentes** para fazerem seus produtos parecerem “**tudo de bom**”. **Na verdade, o tabaco causa adoecimento e morte. As advertências sanitárias** nas embalagens apenas **mostram a verdade.**

**O fumo passivo causa asma.”**

SD [31] “**Quem não fuma não é obrigado a fumar**

**Todo dia o cigarro mata** pelo menos **7 não fumantes** no Brasil”

A OMS na organização do evento mundial, de 2008, trouxe como temática “Tobacco-free youth” (Juventude livre do tabaco, tradução livre), acompanhada do título “Break the Tobacco Marketing Net” (Rompa com a publicidade na internet, tradução livre). O MS ao organizar o evento mundial se manteve filiado às determinações do público da campanha, mas apresentou uma posição-sujeito diferente da proposta pela OMS. O MS assumiu uma posição crítica não em relação ao marketing nos meios de comunicação, pois esse problema havia sido discutido pelo acontecimento jurídico Lei nº 10.167/2000, mas a respeito da projeção imaginária de “tudo de bom” que ressoava, pela memória discursiva, na sociedade. Refletindo a noção de memória, De Nardi (2003) destaca que

há sempre uma memória trabalhando em nosso dizer, descortinando esquecidos dizeres, fazendo furo na língua, memória com a qual os discursos insistem em brincar de esconde-esconde, ora ocultando-a, ora fazendo com que reapareça... uma intrincada relação que une língua, memória e discurso (De Nardi, 2003, p. 66)

Os sentidos positivos sobre o tabagismo, bem como a relação imaginária de glamour, poder, liberdade e beleza, por exemplo, associados aos fumantes, em especial, ao longo do século 20, não desaparecem no imaginário social. Eles estão apenas recalcados no interdiscurso e, muitas vezes, são mobilizados pela memória discursiva a fim de serem questionados e refutados, por outros dizeres que são determinados por uma forma-sujeito dominante no seio de uma dada FD.

Ao tomarmos para análise a SD [28], a chamada “Se liga”, direcionada ao fumante convoca o sujeito leitor a pôr em questionamento a “imagem” vendida pelo cigarro, para sugerir, na reescritura da imagem do cigarro, que o consumidor é enganado. Nesse ponto, é importante a articulação de imagem para compreensão dos sentidos, pois o articulador “essa”, na reescritura textual discursiva, direciona os sentidos para a parte colorida das imagens em que jovens são representados felizes. Os dizeres da campanha mobilizam as projeções imaginárias com efeitos de sentidos positivos dos sujeitos fumantes recalcados no interdiscurso para confrontá-los, com as referências “dependência, câncer, mau hálito, cegueira, falta de fôlego, impotência envelhecimento precoce, infarto”. Ao particularizar o cigarro com essas referências, o discurso do MS recobre a imagem do cigarro com sentidos negativos associados a doenças, produzindo uma nova orientação de repetibilidade para o hábito de fumar.

Essa tomada de posição crítica do MS coloca em jogo o imaginário valorativo, historicamente, construído para a prática tabágica. A nova ordem política de dominância social das ideologias capitalistas da saúde (nos eventos políticos antitabagismo) instaura direcionamentos discursivos aos sujeitos que, em seus gestos de interpretação das campanhas, estão atravessados pelas práticas ideológicas da conjuntura social em que vivem. Desse modo, podemos compreender que os sentidos antitabagismo produzidos para a identificação-interpelação dos sujeitos estão relacionados a desconstrução do imaginário cristalizado sobre o fumante e sobre o tabagismo, produzindo numa nova ordem discursiva, outra cristalização de imagem sobre o fumante e o tabagismo, em decorrência das determinações ideológicas dominantes do contexto sócio-histórico.

O cigarro é responsável pelo surgimento de várias enfermidades, como aponta a SD [28]. Daí a importância de manter os “ambientes 100% livres de fumo” aponta a SD [29],

elaborada para o evento nacional de 2008. Ao reforçar os sentidos pelo dado numérico “100%”, o discurso do MS sinaliza uma crítica aos fumódromos que ainda são permitidos. Há, de toda maneira, uma repetibilidade dos bares e dos restaurantes nas campanhas para apontar uma posição-sujeito de enfrentamento ao tabagismo passivo dos garçons que poderiam funcionar para que eles agissem como vigilantes da saúde coletiva, lembrando aos fumantes que respeitassem a Lei Federal, pois “quem não fuma, não é obrigado a fumar”, como indica a SD [31], quando articulada à imagem do garçom “aspirando” a fumaça do cigarro (*punctum* imagético para orientar os sentidos da temática do tabagismo passivo), na imagem 43.

O hábito de fumar é um vício comum a muitos sujeitos que consomem bebidas alcóolicas. O MS ao apresentar o trabalhador prejudicado pelo fumo passivo (“7 não fumantes” morrem todos os dias SD [31]) favorece a identificação-interpelação do sujeito em atividades laborais na luta contra o tabagismo. O cigarro é apontado como um assassino, pois “mata” os sujeitos. Essa estratégia argumentativa sugere que os defensores (vigilantes) do corpo social saudável além de se protegerem, agem pelo bem comum, se tornando heróis da coletividade, enquanto aqueles que fumam, considerando as proibições jurídicas no país, agridem os não fumantes, como já foi abordado em campanhas anteriores.

A questão do fumo passivo no país era tão relevante na conjuntura social da época, que essa posição-sujeito marcou os direcionamentos discursivos do MS no evento mundial de 2009, mesmo não sendo o cerne temático da OMS. A instituição internacional propôs como abordagem “Tobacco Health Warnings” (Advertência da saúde sobre o tabaco, tradução livre), e o órgão de saúde nacional, ao produzir a repetibilidade temática e visual da campanha, acrescentou uma tomada de posição para as advertências do tabagismo passivo em crianças. A estratégia argumentativa de utilizar os modos de advertências das carteiras de cigarro com imagens reais está determinada pelos efeitos positivos dessa estratégia discursiva para interpelar fumantes a abandonarem o hábito de fumar, como aponta o MS (2008) e a Sociedade Canadense de Câncer (2014, 2016, 2018).

O MS, ao apontar a estratégias visuais das embalagens de tabaco para agenciar os fumantes, com “embalagens atraentes”, nos leva a destacar a importância da imagem, enquanto materialidade discursiva para AD. Ao trabalhar os gestos de leitura de imagens, Fernandes (2015, p. 81) reforça que interpretamos as imagens “a partir de filiações com formações discursivas que fazem circular rede de formulações verbais e visuais”. Desse modo, o MS supõe, em sua campanha, que a maneira de os órgãos de saúde interpretarem os discursos das materialidades visuais das embalagens de cigarro é diferente dos sujeitos

fumantes, pois cada sujeito é determinado pelas posições ideológicas que sustenta em dadas CP. Por isso, os fumantes, que assumem uma específica posição-sujeito de aceitabilidade do tabagismo, alerta o MS, com a SD [30], são enganados pela indústria tabagística, pois o que parece “tudo de bom” produz “adoecimento e morte”.

Esse modo de referenciar o tabaco na SD [30], na articulação com a materialidade visual, sugerindo o produto como sendo algo danoso ao corpo individual, na reescrita discursiva, indica os gestos de leitura do MS sobre as embalagens do tabaco, apontando a mobilização das filiações ideológicas do discurso sobre a saúde por parte da instituição nacional para interpretar e questionar os sentidos favoráveis ao tabagismo determinados sócio-historicamente. O MS lê as embalagens de cigarro de uma dada posição ideológica em dadas CP, o que necessariamente não implica que todos os fumantes assumirão as mesmas posições assumidas pelo órgão de saúde.

Ao trabalharmos com os sentidos das imagens, enquanto materialidade discursiva, é importante compreendermos que o não verbal mobiliza gestos de leitura dentro de suas especificidades de significação (FERNANDES, 2015). E, nesse funcionamento, as campanhas antitabagismo, em certas CP, acabam produzindo equívocos discursivos pela repetibilidade de sentidos cristalizados historicamente. Foi o que ocorreu em 2010, com a campanha mundial proposta pela OMS, cuja temática era “Gender and tobacco with an emphasis on marketing to women” (Gênero e Tabaco com ênfase na publicidade para mulher, tradução livre) e que o MS, ao reproduzir a temática no Brasil, não adotou o tema da OMS como título da campanha local, tampouco recuperou a materialidade visual proposta pela instituição internacional; pelo contrário, no Brasil, o órgão nacional elaborou as próprias materialidades discursivas, reproduzindo imaginários sociais visuais sobre o universo feminino que os atravessamentos ideológicos contemporâneos buscam romper. A saber, a associação do gênero feminino à imagem cristalizada à delicadeza das flores.

Desde 1997, até a última campanha de 2018, somente os eventos de 2010 tiveram como temática e público alvo, explicitamente, o grupo de mulheres fumantes. A representação do sexo feminino nas campanhas sempre foi uma tomada discursiva frequente dos órgãos de saúde, mas a utilização desse grupo específico de fumantes como cerne de campanha, não havia ainda ocorrido. Essa tomada discursiva exigia, portanto, modos específicos de abordagem, mas não escapou às determinações históricas no cruzamento do real da língua com o real da história, como pode ser analisado abaixo.

**Imagem 44** – Dia Mundial sem Tabaco (2010)



Fonte: Arquivos Google

**Imagem 45** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2010)



Fonte: Arquivos Google

SD [32] “Mulher, **você merece algo melhor** que o cigarro!”

**Por trás da imagem que foi vendida** pela publicidade do cigarro **está um produto que causa** dependência física e outras **doenças, além de danos ambientais**. Então, **não caia na deles!**

SD [33] “Mulher, **você merece algo melhor** que o cigarro.

**Quem** não fuma, mas **respira a fumaça de produtos derivados do tabaco, corre o risco de ter** câncer de pulmão, infarto e outras **doenças**.

**Ambientes 100% livre de fumo: um direito de todos”**

Em 2010, para o evento nacional, o MS produziu a repetibilidade temática, fazendo reformulações na materialidade linguística, assumindo, como já analisado, uma tomada de posição-sujeito crítica aos sentidos positivos construídos pela publicidade dos cigarros, assim como uma posição-sujeito de críticas ambientais à produção do fumo. Daí o *punctum* imagético do pulmão feito de flores para orientar os sentidos para o meio ambiente. Ao trabalhar com os problemas sociais produzidos pelo tabaco, a ACTbr destaca que

a produção de fumo e cigarros causa graves danos ambientais. O plantio do tabaco enfraquece o solo, que fica inadequado para o plantio de alimentos. O solo mais pobre requer o uso de fertilizantes químicos, que depois são carregados pela chuva para os rios, poluindo-os. Além disso, as folhas do tabaco são muito suscetíveis a pragas e precisam ser constantemente pulverizadas com agrotóxicos, que causam danos à saúde dos trabalhadores que os aplicam e, mais uma vez, vão parar nos rios, envenenando os peixes e demais animais. (ACTbr 2010, p.22)

Essa tomada de posição de crítica ambiental do MS vai se repetir em outras campanhas, como veremos mais adiante, pois os atravessamentos ideológicos da CQCT passaram a determinar as tomadas de posições discursivas da instituição de saúde, desde 2006. Embora a campanha de 2010 sugerisse um discurso voltado para a conscientização dos malefícios do tabagismo à mulher, o cartaz do evento mundial, pelo *punctum* imagético (cf. imagem 44), que orienta os sentidos temáticos, aponta uma orientação de leitura visual para o meio ambiente. O que também ocorre na repetibilidade temática do evento nacional do mesmo ano (cf. imagem 45).

A representação imaginária de mulheres com desenhos de pulmões de flores em suas camisas mobiliza saberes sobre o tabagismo passivo, embora não tenhamos a presença de nenhuma materialidade visual que aponte para o tabaco. Desse modo, ao contrário das peças anteriores que o tabagismo passivo tem, em geral, a reprodução da fumaça para determinar a orientação dos sentidos, a repetibilidade do *punctum* imagético do pulmão, do evento mundial

no nacional, no evento nacional, sugere também determinações ideológicas de proteção ambiental nos sentidos da campanha. Ao conjugamos a materialidade linguística das SD [32] e SD [33] com as imagens, o uso do vocativo “Mulher”, presente nas duas peças publicitárias, convoca a fumante a se perceber enganada pelos fabricantes dos derivados de tabaco, pois o cigarro provoca doenças. É importante destacar que os discursos das duas campanhas não mencionam o tabaco como causador de doenças, mas particularizam os dizeres sobre o cigarro (causa doenças, infarto, câncer e dependência física). Essa tomada de posição do MS sinaliza para as relações imaginárias cristalizadas, nas publicidades dos cigarros, em torno dos sentidos de “liberdade” e “independência” da mulher que fuma. Essas referências positivas são mobilizadas pela memória discursiva na SD [32] para que, na particularização do tabagismo pelo cigarro, se pudesse produzir uma nova ordem de sentidos para o hábito de fumar.

Esses saberes de efeitos valorativos, sugeridos e recortados pela memória discursiva, são postos em questionamento no discurso do MS. A campanha sugere que as mulheres devem evitar hábitos de risco capazes de causar danos ao seu corpo e ao meu ambiente. Nesse modo de funcionamento discursivo, a imagem da mulher protetora e cuidadora do ambiente (lar), quase uma “mãe natureza”, é mobilizada. A mulher é acionada a se posicionar contra a inalação tóxica da fumaça, se distanciando dos fumantes, pois “**quem** não fuma, mas **respira a fumaça de produtos derivados do tabaco, corre o risco de ter** câncer de pulmão, infarto e outras **doenças**” [grifo nosso], aponta a SD [33].

As tomadas de posição do MS para enfrentar o tabagismo passivo, assim como para apagar as posições-sujeitos conflitantes com a forma-sujeito dominante no acontecimento discursivo antitabagista só foram reforçadas com o acontecimento jurídico produzido pela Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que, ao alterar artigos da Lei nº 9.294/96, pôs fim às permissividades jurídicas existentes na legislação brasileira que favoreciam a prática discursiva de incentivo ao consumo do tabaco.

Por fim, atendendo às filiações ideológicas que atravessavam a CQCT estavam proibidos, no Brasil, os fumódromos e as publicidades diretas e indiretas dos produtos derivados do tabaco. Além dessas mudanças, foram impostas regras rígidas em relação ao *layout* das embalagens de cigarro e os espaços de venda forma normatizados. Somadas as essas tomadas de posição regulatórias também foi definida a taxaço do preço mínimo dos produtos para estimular o combate ao tabagismo. Todas as mudanças estavam alinhadas às medidas políticas do PNCT, cujas bases ideológicas estavam oficialmente orientadas, desde 2006, pelas diretrizes políticas da CQCT da OMS.

Essas medidas regulamentadoras foram definidas e sistematicamente descritas com o acontecimento jurídico produzido a partir da promulgação do Decreto nº 8.262, de 31 de maio de 2014, que silenciava as posições-sujeito contraditórias do acontecimento discursivo antitabagista e em torno do qual a política nacional antitabagismo tem organizado o seu arquivo de discursos. Nessa perspectiva, as posições-sujeito dos últimos acontecimentos jurídicos sinalizavam para os atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde, cujo pacote de medidas políticas do MPOWER (OMS, 2008), alinhado às medidas da CQCT/OMS (2003), indicava as tomadas de posições-sujeito que os governos signatários da CQCT deveriam assumir nas políticas de redução dos danos do tabagismo ao corpo dos sujeitos e ao meio ambiente em cada país.

As alterações jurídicas produzidas pelo poder Legislativo reescreveram as posições ideológicas antitabagismo da conjuntura social brasileira, indicando as diretrizes que deveriam guiar as práticas discursivas das políticas públicas nacionais de enfrentamento ao hábito de fumar. Esses direcionamentos ideológicos dos instrumentos jurídicos, na verdade, fazem parte da visão de futuro das ações antitabagismo no Brasil que, segundo o INCA (2018, p.13-16), incluem a) “participação da sociedade”; b) criação de “mecanismos de coordenação multissetorial e de financiamento” das políticas públicas; c) “proteção da política de controle do tabaco dos interesses da indústria”; d) criação de “medidas relacionadas a preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco”; e) garantia de “proteção contra a exposição à fumaça do tabaco”; f) “regulamentação do conteúdo dos produtos de tabaco e da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco”; g) padronização da “embalagem e etiquetagem de produtos de tabaco”; h) “educação, comunicação, treinamento e conscientização do público”; i) regulamentação da “publicidade, promoção e patrocínio do tabaco”; j) elaboração de “medidas de redução de demanda relativas à dependência e ao abandono do tabaco”; l) combate ao “comércio ilícito de produtos de tabaco”; m) “apoio a atividades alternativas economicamente viáveis à cultura do tabaco e proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas”; n) “responsabilidade dos órgãos governamentais e toda sociedade civil” no cumprimento das leis; e o) a promoção da “pesquisa, vigilância e intercâmbio de informação” para estimular a continuidade das políticas de enfrentamento ao tabagismo. Esses direcionamentos ideológicos são marcados por diferentes posições-sujeito, que configuram um conjunto de posições de sujeito reguladas pelo “domínio da forma-sujeito” (COURTINE [1981] 2009, p. 102) antitabagismo. A forma-sujeito, dessa maneira, ao organizar os sentidos no seio da FD Antitabagista, aponta, nas materialidades discursivas dos eventos

antitabagismos nacionais e mundiais, a tomada de posição sustentada pelo MS no enfrentamento ao tabagismo no Brasil, como temos observado.

As medidas antitabagismo da CQCT são tão relevantes para o cenário internacional que a OMS, ao propor o tema do evento político mundial de 2011, trouxe como abordagem temática o próprio documento da convenção, “The WHO Framework Convention on Tobacco Control” (A Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco, tradução livre), materializando as a rede de filiações ideológicas da saúde, que atravessam os saberes do documento, no título “Three ways to save lives” (Três maneira de salvar vidas), reproduzido a seguir.

**Imagem 46** – Dia Mundial sem Tabaco (2011)



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 47** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2011)



Fonte: Arquivos INCA

SD [35] “**Três maneiras de salvar vidas.**

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco é um tratado internacional criado em resposta a **epidemia do tabaco, que mata cerca de 6 milhões de pessoas a cada ano.** Já adotada por mais de 170 países, é a nossa **ferramenta mais poderosa para proteger a população.**

**Informe-se!”**

SD [36] “**Viver bem é viver com saúde.** Fique longe do cigarro.

Com ou sem aditivos que dão sabor ao cigarro, a **nicotina causa dependência química. As demais substâncias provocam várias doenças. Não fume.** O SUS ajuda você a ter **uma vida mais saudável** sem o cigarro.”

Na articulação da materialidade visual (cf. imagem 46), o título, parte da SD [35] “Três maneiras de salvar vidas”, mobiliza saberes sobre os bombeiros, apontando-os como duas formas de salvar a vida de sujeitos em situação de risco, recortando, nesta campanha, sentidos sobre incêndio e afogamento. Enquanto isso, a CQCT é sugerida — na movência dos saberes pela memória discursiva — como a terceira possibilidade para salvar vidas, já que ela funciona para combater o tabagismo. Para o INCA (2017b, p. 42), “essa campanha trouxe à tona a importância da implementação da CQCT/OMS, como um instrumento que possibilita salvar vidas”. Isso porque o amplo conjunto de medidas da CQCT funciona para orientar as políticas de saúde pública destinadas ao enfrentamento do tabagismo no Brasil.

Na orientação de leitura, o título é seguido de uma explicação sobre o que é o tratado internacional, sua finalidade social e relevância mundial na proteção da saúde pública, solicitando ao leitor a buscar mais informações. Na reescritura discursiva, o tabaco é particularizado como aquele que “mata cerca de 6 milhões de pessoas a cada ano”, mobilizando saberes de uma memória discursiva com sentidos de assassino, semelhante aos modos de funcionamento da SD [31], do evento nacional de 2009 (cf. imagem 43). Para o sujeito salvar a própria vida e viver bem, ele deve seguir as recomendações da CQCT, o que remete o sujeito a recuperar a memória dos sentidos negativos que ressoam na sociedade sobre os danos do tabagismo à saúde.

É nesse movimento de sentidos de o sujeito salvar a própria vida, abandonando o hábito de fumar, que o MS organizou o evento nacional de 2011, em torno da temática “Cigarros aditivados”, tendo as filiações ideológicas materializadas no título da SD [36] “Viver bem é viver com saúde. Fique longe do cigarro” (cf. imagem 47). De acordo com o INCA (2017b), embora o Brasil apresentasse avanços na legislação de combate ao tabaco, ainda, não havia restrições à indústria, quanto ao uso de aditivos de sabor nos cigarros.

Exceto pelo uso do símbolo de proibido fumar, não há a materialização da imagem do cigarro mencionado no título da campanha. A articulação da materialidade visual de jovens correndo aponta sentidos de complementaridade a “Fique longe do cigarro”, segunda sequência do título. No movimento dos sentidos, a campanha sugere que viver com saúde só é possível sem cigarro, pois além da dependência química há o risco de doenças. Desse modo, para uma vida saudável, “não fume”. Essa tomada discursiva imperativa da SD [36], bem

como a da SD [35] “Informe-se”, convoca o sujeito a assumir uma posição crítica de enfrentamento ao tabagismo. O funcionamento explicativo das campanhas, frequente nos comentários das peças, é recoberto pelos modos de agenciamento discursivo do sujeito com chamadas diretas do leitor. Antes da CQCT, essa estratégia argumentativa de se dirigir ao sujeito leitor não era recorrente, mas a partir de 2006, esse procedimento discursivo de uso de verbos no imperativo, da utilização de dêiticos como “você” e “te”, para acionar o leitor, se torna mais comum no discurso do MS, pois em função da representação imaginária e da posição que sustenta, essas estratégias argumentativas servem para produzir os efeitos de evidência de sentidos de benefícios aos sujeitos, interpelando-os a ter “uma vida mais saudável” SD [36].

Nesse modo de funcionamento, pelo efeito Münchhausen (PÊCHEUX, [1975] 2009), o MS, pelas relações imaginárias do lugar que ocupa na estrutura social, em seu discurso, recruta o indivíduo a ser sujeito, iludindo-o pela evidência do sujeito, no “teatro da consciência” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p.140), a pensar que age sob sua própria decisão (livremente), quando decide não fumar, pois o sujeito se coloca como sendo a origem do sentidos. Sem se dar conta de seu assujeitamento ideológico, o sujeito fumante, no processo de identificação-interpelação, não se percebe atravessado por *ideologias particulares da saúde* que dissimulam (pela evidência dos sentido), as determinações capitalistas do real da história, bem como camuflam a rede de filiações ideológicas que configuram a Política do Corpo Saudável, e com a qual o sujeito está recoberto e se identifica.

São, portanto, os direcionamentos ideológicos da CQCT que passaram a apontar as temáticas de urgência social a serem trabalhadas nos eventos mundiais. Nesse sentido, a OMS, quando organizou o evento mundial de 2012, sugeriu como tema “Tobacco industry interference” (Interferência da indústria do tabaco, tradução livre) para discutir a influência das empresas de tabaco nas ações governamentais antitabagismo.

No Brasil, o MS ao realizar o evento produziu a repetibilidade temática, mas não utilizou o tema proposto como pela OMS como título, tampouco reproduziu a materialidade visual da instituição internacional (INCA, 2017b). Embora a campanha funcionasse, como destaca o INCA (2017b, p.44), para alertar a sociedade “sobre a interferência da indústria nas políticas públicas de controle do tabaco”, ao organizar o evento, o MS assumiu duas posições-sujeito no discurso: uma atravessada pelas determinações dos danos do tabagismo ao corpo do sujeito, outra pelas determinações ideológicas de proteção ambiental, como pode ser observado no título da campanha “Fumar: faz mal pra você, faz mal pro planeta”, reproduzido na peça publicitária abaixo.

**Imagem 48** – Dia Mundial sem Tabaco / Dia Nacional de Combate ao Fumo (2012)



Fonte: Arquivos INCA

SD [37] “**Fumar: faz mal pra você, faz mal pro planeta.**

Além dos **danos à saúde** de quem fuma, o **cigarro afeta o meio ambiente** e a sociedade com **desmatamento**, uso de **agrotóxico**, **agricultores doentes**, **incêndios** e **poluição** do ar, das ruas e das águas.”

**O SUS ajuda você a ter uma vida mais saudável** sem o cigarro. Mais informações ligue 136.”

Um mundo coberto de cinzas. Esse é o *punctum* imagético elaborado pelo MS para ser articulado como o título da SD [37] para sinalizar a destruição do tabagismo ao planeta. A materialidade visual recupera uma memória discursiva de saberes construídos sobre cataclismos meteoríticos. Ao jogar com a memória de saberes entorno desse tipo de catástrofe que afeta a crosta terrestre e já dizimou várias espécies de vida animal, a campanha sugere que o cigarro está produzindo uma nova destruição da vida na terra. A guimba de cigarro apagada no hemisfério norte do planeta abre uma cratera e espalha fumaça e cinza pelo globo, apontado os perigos de destruição ao meio ambiente que o tabaco gera.

O MS assumiu, em 2012, na campanha do evento mundial uma postura de confronto à cultura de plantação do fumo mais intensiva, promovendo, inclusive, a repetibilidade das materialidades discursivas (linguísticas e visuais) no evento nacional do mesmo ano (INCA, 2017b). As campanhas desses eventos não escaparam às determinações da saúde e bem-estar do corpo em seu funcionamento discursivo. Ao sugerir que fumar faz mal para o sujeito leitor,

os saberes em torno de doenças são mobilizados pela memória discursiva. E, embora não sejam mencionados os tipos de males, a regularidade dessa posição-sujeito acusativa faz os dizeres recuperarem os sentidos que circulam pela sociedade. É o que se percebe pela falta discursiva, analisada na reescritura dos males com “danos à saúde”, na SD [37], sugerindo que o leitor recupere pela memória discursiva os sentidos de doenças provocadas em quem fuma.

Por outro lado, ao tratar do modo como o meio ambiente é afetado pelo cigarro, os dizeres são ampliados e há um detalhamento do que é prejudicado. No processo de articulação intradiscursivo, o cigarro é referenciado pelas particularizações daquilo que ele afeta. Em nossos gestos de leitura, compreendemos que esse detalhamento de apontar os prejuízos ambientais funciona para reforçar a discussão antitabaco no Brasil, especialmente, quando consideramos a conjuntura sócio-histórica que favorecia, à época, essa discussão ambiental.

A realização da Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, designada de Rio+20, em junho de 2012, no país, possibilitou as instituições de saúde discutirem, como indica o INCA (2017b, p.44), os “danos ao meio ambiente causados pelo tabagismo, em todas as etapas da produção, no consumo e no uso dos produtos derivados do tabaco”. Ao apontar parte da problemática ambiental produzida pela cultura do fumo, a ACTbr (2010, p.22) destaca que, “em 2008, a produção de fumo no Brasil derrubou cerca de 360 milhões de árvores. Ou seja, além de queimar (e inalar) mais de 4.700 substâncias tóxicas, o fumo é responsável por cerca de 240 mil hectares desflorestados anualmente no Brasil.” Somados a esses pontos ambientais, os fumantes descartam, em espaços variados, aproximadamente, 5 mil toneladas de guimbas de cigarro por dia, que são responsáveis por 20% incêndios florestais no mundo e causam o aumento da poluição de oceanos (ACTbr, 2010).

Embora os danos à saúde do corpo individual fossem mencionados, na primeira parte do título das campanhas, de 2012, as orientações de interpretação discursiva da imagem estavam apontadas para o meio ambiente. Essa luta ambiental contra o tabaco se apresentava também como uma emergência política global, já que o bem-estar do planeta estava em jogo. Alguns desses efeitos ambientais também circularam nas imagens 45 e 46, dos eventos de 2010, produzindo desdobramentos e atualizando sentidos diferentes na continuidade às políticas da CQCT.

Em prosseguimento às redes de filiações de sentidos do tratado internacional, a OMS, ao organizar o evento mundial de 2012, propôs como tema “Ban tobacco advertising, promotion and sponsorship” (A proibição da publicidade, da promoção e do patrocínio do

tabaco, tradução livre). No Brasil, o MS ao organizar o evento mundial reproduziu a temática, mas não utilizou a materialidade visual proposta pela OMS. Nesse evento, a instituição nacional de saúde assumiu uma posição-sujeito que apontava para o controle exercido pela publicidade no incentivo ao tabagismo de uma maneira diferente da OMS. Essas tomadas de posições discursivas proibitivas já configuravam parcialmente o acontecimento discursivo antitabagista, o que, possivelmente, sinalizou para o MS assumir uma posição-sujeito de resistência ao incentivo ao hábito de fumar devido influências das embalagens de cigarro nos espaços de venda dos produtos, ainda permitidas, pois o acontecimento jurídico, designado de Lei Antifumo, só entraria em vigor em dezembro de 2014.

As publicidades dos derivados do tabaco estavam proibidas nos meios de comunicação. No entanto nos pontos de venda, elas não eram totalmente censuradas, os produtos ficavam livremente expostos nos estabelecimentos comerciais, especialmente, os cigarros, que eram sempre mantidos próximos aos caixas de pagamento, juntos às guloseimas (cf. imagem 49). Na esteira de sentidos antitabagismo das campanhas, o uso do narguilé, o aumento de impostos dos derivados de tabaco e a mobilização da memória discursiva da Lei Antifumo deram continuidade à rede de filiações ideológicas da CQCT, como veremos a seguir, na reprodução das peças das campanhas.

**Imagem 49** – Dia Mundial sem Tabaco (2013)



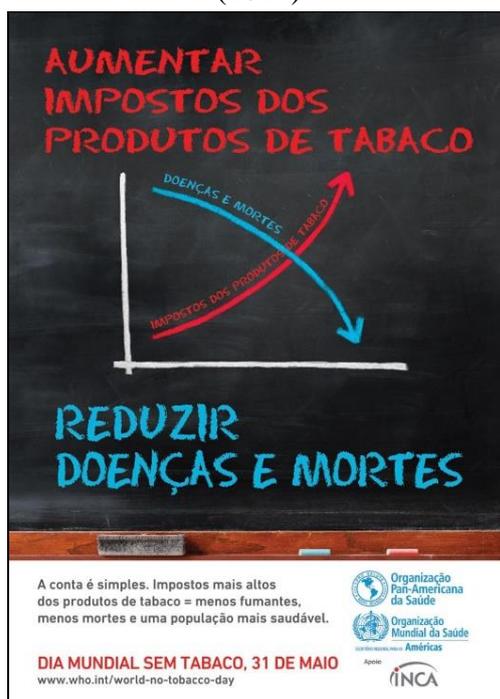
Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 50** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2013)



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 51** – Dia Mundial sem Tabaco (2014)



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 52** – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2014)



Fonte: Arquivos INCA

### SD [38] “Resista à tentação do cigarro

**Não caia nessa. Fumar causa câncer e outras doenças graves.**

Para chamar atenção de crianças e adolescentes, cigarros se utilizam de embalagens atraentes e são expostos ao lado de balas, doces e até brinquedos. Esta **é uma forma de estimular você a começar a fumar.**

**O SUS ajuda você a ter uma vida mais saudável sem o cigarro.** Para mais informações ligue 136”

### SD [39] “Parece inofensivo, mas fumar Narguilé é como fumar 100 cigarros.

O uso do Narguilé pode **causar câncer, doenças respiratórias, doenças de boca, tuberculose e hepatites virais.** Além disso, **em uma hora de Narguilé, você inala o equivalente à fumaça de 100 a 200 cigarros.**

**É prejudicial à saúde.** E pode ser a porta de entrada para a dependência do cigarro.

**O SUS ajuda você a ter uma vida mais saudável sem o cigarro.”**

### SD [40] “Aumentar impostos dos produtos de tabaco.

**Reduzir doenças e mortes.**

A conta simples. **Impostos mais altos** dos produtos do tabaco = **menos fumantes, menos mortes e uma população mais saudável.**”

SD [41] “Conheça as mudanças da Lei Antifumo

**Antes: permitia** fumódromos em ambientes coletivos

**Propagandas de cigarro ainda permitida** nos pontos de venda.

As embalagens **deveriam trazer advertências** em uma das laterais e na face posterior.

**Depois: Fim dos fumódromos:** fumar só do lado de fora. Ambientes realmente livres da fumaça de tabaco.

Sem enganação: **acabou totalmente a propaganda**, agora nem nos locais de venda.

Mais informação: **advertências vão ocupar mais espaço nas embalagens.**

#### **Lei Federal 12.546**

Para **proteger a população dos riscos do tabagismo passivo em ambientes públicos, locais de trabalho e meios de transporte** foi regulamentada, no dia 2 de junho deste ano, a Lei Federal 12.546. **O tabagismo passivo atualmente é a terceira maior causa de morte evitável no mundo.**”

Quando analisamos a imagem 49, podemos verificar que o enquadramento do espaço, mobiliza a memória discursiva para os saberes dos pontos de venda dos cigarros, especialmente, lojas de Conveniência. A centralização de uma prateleira preenchida com diversas marcas de cigarro aponta para as estratégias do marketing permitidas nesses locais. Nessa configuração do espaço, o MS, ao mostrar uma jovem mulher olhando para os cigarros, como *punctum* imagético (a sedução), e articulando essa materialidade visual ao título da SD [38] “Resista à tentação do cigarro”, sugere que o sujeito não deve ceder à “tentação” das “embalagens atraentes” de cigarro, já que “fumar causa câncer”. Ao alertar o sujeito leitor sobre os perigos do tabagismo à saúde, o cigarro é particularizado como uma “tentação”, remetendo a memória discursiva religiosa de algo pecaminoso. Os deslizamentos de sentido da referência apontam para o fascínio que o cigarro provoca entre os jovens, o que direciona o discurso para um alerta ao sujeito, “não caia nessa” tentação.

A materialidade linguística dos títulos, como pode ser observada em várias campanhas, sobretudo, a partir de 2006, ano da ratificação da CQCT, não se limita apenas a articulação complementar de sentidos com a imagem. É frequente uma exposição discursiva

didática apontando outros sentidos pelos recortes da memória discursiva. Desse modo, os saberes mobilizados pelo MS retomam com regularidade os efeitos de doenças ao corpo do sujeito. E, assumindo uma posição discursiva de proteção à vida, o MS oferece ajudar ao sujeito fumante, indicando a importância de uma “vida mais saudável”, pela repetibilidade continuada do recorte discursivo “O SUS ajuda você a ter uma vida mais saudável sem o cigarro” a partir do evento nacional de 2011 até de 2013.

Nesse direcionamento de sentidos de proteção à vida, o sujeito, no evento nacional de 2013, é alertado pelo MS sobre o uso do narguilé<sup>137</sup>. Segundo aponta o INCA (2017d, p.12) em recente estudo, “os narguilés têm sido usados pelos indígenas da África e da Ásia para fumar tabaco e outras substâncias, como flores, temperos, frutas, café, maconha ou haxixe há pelo menos quatro séculos ou mais”, e embora a utilização desse instrumento remeta inicialmente à Índia do século 16 (CHATTOPADHYAY, 2000), essa quarta modalidade de consumo de tabaco se popularizou entre os jovens a partir dos anos de 1990 (INCA, 2017d). Atualmente, reforça o INCA (2017d), há países em que o consumo do tabaco com narguilé aumentou em alguns subgrupos, ultrapassando o consumo de cigarros. A popularização mundial dessa modalidade de uso de tabaco favoreceu, a partir de 2013, a criação da HookahFair<sup>138</sup>, uma feira internacional especializada nos produtos e modelos de narguilés. No caso do Brasil, mesmo diante de tantos avanços nas políticas antitabagistas, faltam regulações mais específicas para esse instrumento do quarteto mortífero do tabaco. De maneira geral, os discursos regulatórios do Legislativo e os dos órgãos de saúde recobrem as práticas tabagísticas do cigarro, por este ser o modo mais popular e disseminado de consumo da erva.

No evento nacional de 2013, o MS, ao assumir uma posição-sujeito de conscientização do fumante sobre os perigos desse modo de uso do tabaco, alerta sobre as doenças que o narguilé pode causar. Diferente do funcionamento discursivo adotado nas campanhas anteriores, a exemplo da sequência explicativa “Fumar causa câncer”, recortada da SD [38], o uso do modalizador epistêmico “pode”, na sequência explicativa “O uso do Narguilé **pode** causar câncer e outras doenças graves”, recortada da SD [39], aponta modos distintos de significar. O MS ao mobilizar os saberes científicos sobre as possíveis doenças provocadas pelo consumo do tabaco com narguilé, não aponta uma garantia, ao contrário do que mostram

---

<sup>137</sup> “Espécie de cachimbo muito usado por hindus, persas e turcos, constituído de um forninho, um tubo longo e um pequeno recipiente contendo água perfumada, pelo qual passa a fumaça antes de chegar à boca. Pode ser fumado por uma pessoa sozinha ou um grupo de pessoas, sendo preparado com um fumo especial, feito com tabaco, melão (um subproduto do açúcar) e frutas ou aromatizantes.” (INCA; OPAS, 2011, p.194)

<sup>138</sup> Este ano o evento será realizado em Miami, em março; em Frankfurt, em abril; em Sevilla, em junho; e em Berlin, em outubro. Detalhes do evento podem ser analisados no site da HookahFair disponível em: <http://shishamesse.es/>. Acesso em: 11 jan. 2019.

os estudos científicos em torno do cigarro, mas indica uma possibilidade de ocorrência nos gestos de sentidos (INCA, 2017d). De qualquer maneira, na articulação intradiscursiva, o termo “narguilé” do título, ao ser reescrito de maneira idêntica na sequência explicativa, sugere pela organização discursiva uma contestação em torno de sentidos de “inofensivo” que ecoa na sociedade sobre o uso do narguilé.

Além desse movimento de sentidos, há uma repetibilidade do modalizador “pode” na SD [39], como se observa no recorte “**pode** ser a porta de entrada para a dependência do cigarro”. Esse movimento de sentidos aponta uma consequência plausível, de algo que se acredita ocorrer: o sujeito começará a fumar cigarros que, como apontado no recorte da SD [38] “causa câncer e outras doenças graves”. É importante destacarmos que o uso de modalizadores epistêmicos só havia ocorrido na SD [25], da campanha elaborada para o evento nacional de 2006 (cf. imagem 37), ao abordar o tabagismo passivo. No tocante à campanha 2013, vale ressaltar que, em razão da conjugação da materialidade visual com a linguística, é possível indicar como *punctum* imagético da campanha, as guimbas de cigarro no interior e ao redor do narguilé para sugerir a equivalência dos riscos à saúde pelo uso do aparelho com excesso de consumo de cigarros, dizeres esses reforçados pela articulação do recorte da SD [39] “em uma hora de Narguilé, você inala o equivalente à fumaça de 100 a 200 cigarros”. Desse modo, na campanha, o hábito de fumar é referenciado pela movência dos sentidos via memória discursiva, como um hábito prejudicial à vida. São os saberes da política nacional antitabagismo e suas rede de filiações ideológicas recalcando os sentidos positivos que ecoam na sociedade sobre o uso da narguilé como uma forma saudável de consumo do tabaco.

Essa discussão temática se tornou tão relevante para o MS que, no evento nacional de 2015, a instituição produziu a repetibilidade idêntica das materialidades discursivas (linguística e visual) na campanha. O crescente uso do narguilé entre os jovens, sobretudo, os do sexo masculino, era preocupante, o que apontava a necessidade de retomada da abordagem (INCA, 2017b). Embora diversificar as abordagens temáticas funcionasse como uma estratégia política da CQCT para desestimular o avanço do tabagismo no mundo, algumas precisavam ser repetidas para direcionar, pelas posições-sujeito assumidas pelos órgãos de saúde, os pontos emergenciais a serem colocados em pauta na sociedade. De todo modo, a campanha apontava uma preocupação das instituições de saúde em o sujeito iniciar o hábito de fumar cigarros a partir do uso do narguilé.

É, portanto, nessa perspectiva plural de temas, que a OMS na organização do evento mundial de 2014 direcionou a abordagem para a questão dos impostos sobre os derivados do

tabaco. A instituição internacional propôs como tema “Raise taxes on tobacco” (Aumentar impostos do tabaco, tradução livre). No Brasil, o MS ao promover o evento reproduziu a materialidade discursiva visual e a temática como título, fazendo adaptações discursivas.

Essa tomada de posição discursiva sobre o preço mínimo dos derivados do tabaco ainda não havia sido assumida nas campanhas. Segundo o INCA (2017b, p.48), o evento mundial tinha por objetivo “estimular o governo a aumentar os impostos sobre cigarros para reduzir o consumo, além de esclarecer a população sobre a necessidade e benefícios dessa medida” se alinhando, desse modo, às filiações ideológicas da CQCT.

Em nosso entendimento, esse viés econômico apontava direções de redução de consumo do tabaco entre os mais pobres. Pois, se considerarmos que as orientações da política antitabagismo estão atravessadas pelas determinações ideológicas capitalistas, pautadas na economia de recursos públicos, compreenderemos que o discurso do MS faz irromper (pela falta de indicação de quais sujeitos ou grupo econômico reduzirá o consumo), sentidos para os sujeitos de baixa renda. Esse furo, marcado pela relação da instância histórica com o inconsciente, aponta “o que está presente por uma ausência necessária”, reforça Orlandi ([1996] 2012b, p.82). Esse silenciamento do grupo social nos permite retomar os apontamentos dos capítulos anteriores, em torno dos custos do SUS com a saúde pública, especialmente, para a população mais pobre, bem como recuperar os efeitos negativos sugeridos nos eventos políticos de 2004 a respeito do ciclo da pobreza gerado pelo tabaco, para analisarmos as determinações econômicas da rede de filiações ideológicas do vida/corpo saudável que a campanha sugere.

Aumentar os preços para reduzir a compra do produto não afeta a classe média e os ricos na mesma proporção que afeta os sujeitos economicamente desfavorecidos. Nesse ponto, o discurso abre sentidos para o estímulo do contrabando de cigarros, já que a população de baixa renda não terá acesso aos legalizados e mais caros. A campanha sinaliza que a elevação dos preços produz a diminuição do consumo no grupo social de baixa renda, que passará a consumir e trabalhar mais (sobra mais dinheiro), adoecerá e morrerá menos (aumenta a produtividade) e, por consequência, deixar de onerar os cofres públicos com gastos na saúde.

É o que sugere a campanha de 2014, (cf. imagem 51), quando articulamos o gráfico, como *punctum* imagético, com a materialidade da SD [40], que mobiliza saberes estatísticos e matemáticos pela memória discursiva para apontar uma “conta simples”: o aumento de impostos de derivados do tabaco reduzirá o acesso aos mais pobres, pois são eles que deixarão de comprar; logo, teremos “**menos fumantes, menos mortes e uma população mais saudável**” e mais produtiva, pois como argumentam Almeida e Araújo Júnior (2017), o

tabagismo é apontado como um hábito não saudável que afeta a produção e a renda dos trabalhadores em determinados setores econômicos da iniciativa privada.

Os saberes em torno dos perigos do tabaco à saúde são continuamente mobilizados pelo MS na repetibilidade de sentidos dispersos e reescritos em específicas CP nos eventos políticos antitabagismo. E, de igual forma, os saberes do acontecimento discursivo antitabagista, assim como os dos acontecimentos jurídicos são acionados na movência dos sentidos sobre as regulações e proibições jurídicas nas formulações discursivas da instituição de saúde nacional. Discutindo a questão do mesmo, dito de maneira diferente, Borges (2009, p.362) destaca que, “a ‘repetição’ se dá porque o sentido é disperso e o sujeito está em constante movimento. Os sentidos migram, sendo trazidos para o presente da linguagem; isso, porque o que foi dito historicamente, o já-lá, é retomado e ‘atualizado’ no momento da formulação dos enunciados”. Essa consideração a respeito dos modos de funcionamento discursivo do repetível, nos permite verificar, no evento nacional de 2014 (cf. imagem 52), a retomada, pela memória discursiva, dos saberes jurídicos sobre o tabagismo.

O evento nacional surge em uma conjuntura sócio-histórica, em que um dos últimos acontecimentos jurídicos impactantes na cultura do tabaco no país, designado de Lei Antifumo, entraria em vigor. Nesse contexto, a campanha mobilizava o imaginário de um pulmão, como *punctum* imagético (cf. imagem 52) para orientar os sentidos de ambientes livres de fumaça. Os saberes sugeridos pela imagem eram recortados pela memória discursiva, quando o sujeito leitor articulava a materialidade visual com o título da SD [41].

Nos modos de organização discursiva, a oposição criada pela disposição de dizeres (Antes x Depois) coloca em jogo os sentidos contraditórios que ressoavam na sociedade sobre as permissões do acontecimento discursivo de 1996 e as proibições do acontecimento jurídico de 2011. O MS assume uma posição-sujeito educativa, pois ao contrário do poder Legislativo que formula leis e do Judiciário que pune os descumprimentos das normas legais, a instituição de saúde tem uma função social de conscientização da população, como sugere o título “Conheça as mudanças da Lei Antifumo”, recortado da SD [41]. O viés informativo na chamada da campanha funcionava para reforçar que, a partir de 2014, algumas posições-sujeito estavam apagadas (proibidas) nas práticas discursivas, como sugeria a cor cinza do lado esquerdo do pulmão.

Após o período da adaptação comercial às determinações jurídicas (de 2011 a 2014), os fumódromos estavam proibidos, e os espaços de uso coletivo estavam 100% livres da fumaça; além dessa questão do tabagismo passivo, a Lei apontava que as publicidades nos pontos de venda estavam proibidas e que as advertências sanitárias seriam ampliadas nas

embalagens dos derivados de tabaco. Na esteira dos sentidos, a realização desse evento nacional apontava, para o sujeito leitor, a dominância dos discursos sobre a saúde nas práticas discursivas do Legislativo e do Judiciário. Como mencionamos acima, as determinações capitalistas de interesses econômicos de redução dos gastos da saúde pública, a partir de então, dominantes na sociedade, via Legislativo e Judiciário, modificavam a relação simbólica dos sujeitos fumantes e do tabagismo com os sujeitos não fumantes. As práticas discursivas das empresas cigarreiras perderam, então, o espaço e o prestígio, conseqüentemente, o tabagismo também perdeu.

Vale destacar, neste ponto, algumas questões em torno do silenciamento discursivo imposto à indústria tabagística pelas práticas discursivas do Legislativo. Tomaremos para nossa reflexão, os apontamentos de Orlandi ([1995] 2007) sobre a noção de política de silenciamento para refletirmos acerca da censura dos dizeres tabagísticos, instaurada a partir do acontecimento discursivo e reafirmada pelos acontecimentos jurídicos subsequentes.

Trabalhando com a noção de silêncio, Orlandi ([1995] 2007) aponta duas compreensões, a) o silêncio fundador e b) a política do silêncio. Para a autora,

a diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo. (ORLANDI [1995] 2007, p.73).

Desse modo, enquanto instância de significância, reforça Orlandi ([1995] 2007), o silêncio fundador é constitutivo à ordem do dizer, e “põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer” (ORLANDI, [1995] 2007, p.74); já “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizermos algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI [1995] 2007, p.73). Nessa ordem de funcionamento, interessa-nos na política do silêncio o que a autora designa de *silêncio local*, que se configura pela “interdição do dizer” (ORLANDI, [1995] 2007, p.74). Para ilustrar sua abordagem, Orlandi ([1995] 2007, p.75), mobiliza a noção de censura, procurando analisá-la “enquanto ‘fato’ de linguagem que produz efeitos enquanto política pública de fala e silêncio”.

É nesse entendimento proposto por Orlandi ([1995] 2007) que consideramos os efeitos de proibição instaurados pelo poder Legislativo com o acontecimento discursivo e os consecutivos acontecimentos jurídicos como práticas de censura. As normativas produziram uma censura, pois colocaram em jogo os limites dos dizeres permitidos sobre o tabagismo, já

que as Leis modificaram a relação com o dizível pela interdição produzida. Ao proibir os sentidos pró-tabagismo de circularem nos meios de comunicação, o poder Legislativo estabeleceu uma censura das práticas discursivas da indústria, pois há sentidos não mais autorizados, “não se pode dizer, o que se pode dizer” (ORLANDI, [1995] 2007, p.77). Os sentidos de valorização do tabagismo foram, então, silenciados pelos dispositivos de ordem jurídica.

De todo modo, os sentidos recalcados no interdiscurso são autorizados a circularem se for para serem desqualificados pela dominância de saberes de outra ordem discursiva, como vemos no recorte da SD [32] **“Por trás da imagem que foi vendida pela publicidade do cigarro está um produto que causa dependência física e outras doenças, além de danos ambientais. Então, não caia na deles”**, apontando uma posição de enfrentamento ao tabagismo. Para Orlandi, a censura é localizada, porque em razão das relações de força de sua configuração,

se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer (ORLANDI, [1995] 2007, p.73-74)

A censura imposta pelo Legislativo produz limites nos sentidos do discurso de promoção e incentivo ao tabagismo, pois as normas funcionam para interditar, nas práticas discursivas da indústria tabagística, o surgimento da forma-sujeito que organiza os sentidos positivos no interior da FD Tabagista. De acordo com Orlandi [1995] 2007, p.76) “como no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos ‘lugares’, ou melhor, proíbem-se certas ‘posições’ do sujeito”. Desse modo, a censura do discurso tabagístico funcionava para favorecer a identificação dos sujeitos com os discursos antitabagismo do MS, e evitar a identificação com o tabagístico produzido pela indústria do tabaco. A indústria, enquanto sujeito discursivo, não está mais autorizada a produzir certos sentidos ou assumir determinadas posições. Como pontua Orlandi, [1995] 2007, p.74), a censura se “produz nos limites das formações discursivas que estão em relação”, por essa razão, a forma-sujeito é silenciada para que as palavras não sejam inscritas em dadas FD. Essa imposição do silêncio, reforça Orlandi,

é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o

‘lugar’ que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito (ORLANDI, [1995] 2007, p.79)

Nesse entendimento, ao analisarmos os discursos com efeitos de defesa da vida e proteção do corpo social, é possível verificarmos como eles passaram a atravessar a configuração dos dispositivos jurídicos para favorecer a identificação-interpelação discursiva dos sujeitos com o discurso antitabagismo do MS.

Nesse confronto ao tabagismo, a ciência médica entrou em campo, trabalhando para subsidiar as decisões de governo. Conferências, Congressos, medidas políticas e econômicas, bem como tratados internacionais semelhantes ao CQTC, dentre muitas outras estratégias antitabagistas, passaram a configurar a cruzada contra o tabaco no Brasil e no mundo. Por isso, para se ter uma vida saudável, as campanhas dos eventos políticos têm sugerido, em seus discursos, a necessidade de os sujeitos abandonarem o hábito de fumar, sobretudo, cigarros. E quando necessário, os órgãos de saúde recuperam os dispositivos jurídicos para confrontar o tabagismo nos espaços públicos.

Nesse direcionamento ideológico de cuidados com a saúde, a OMS assume, na campanha de 2015, uma posição-sujeito de enfrentamento ao mercado ilegal de cigarros, mobilizando uma memória discursiva dos saberes de crime para apontar o contrabando de derivados de tabaco no tema “Beware! Illegal tobacco” (Cuidado! Tabaco ilegal, tradução livre). No Brasil, o MS ao promover o evento mundial produziu a repetibilidade temática e visual das materialidades discursivas sugeridas pela OMS, mas também elaborou uma peça publicitária que apontava a posição-sujeito assumida pelos atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde (cf. imagem 53, abaixo). Antes de continuarmos as análises, gostaríamos de ressaltar que, para o evento nacional de 2015, o MS promoveu a repetibilidade do evento nacional de 2013 sobre o narguilé (cf. imagem 50), e como já analisamos essa campanha, não retomaremos a discussão.

**Imagem 53 – Dia Mundial sem Tabaco (2015)**



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 54 – Dia Mundial sem Tabaco (2016)**



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 55 – Dia Nacional de Combate ao Fumo (2016)**



Fonte: Arquivos INCA

**Imagem 56** – Dia Mundial sem Tabaco / Dia Nacional de Combate ao Fumo (2017)



Fonte: Arquivos INCA

SD [42] “Das **escolhas certas** se cuida todos os dias.

Escolha **viver bem** sem o cigarro. Não importa o preço ou a procedência, **o consumo do cigarro faz mal à saúde.**

Ao oferecer cigarros com preços mais baixos, **o comércio ilegal** incentiva a experimentação por jovens, além de **diminuir o estímulo dos fumantes que desejam parar de fumar.**

**O tabagismo pode provocar** diversos tipos de câncer, outras doenças do coração e pulmão, além de prejudicar a prática de atividade física.

Da saúde se cuida **todos os dias.**

Conheça as medidas de controle do tabagismo e todas as outras ações de promoção da saúde no [www.saude.gov.br/promocaodasaude](http://www.saude.gov.br/promocaodasaude), pela #promocaodasaude ou em toda a rede SUS.

**Tenha uma vida mais saudável sem cigarro. O tratamento** é um direito seu garantido pelo SUS.”

SD [43] “Prepare-se para a **embalagem padronizada.**

**Fumar causa dano ao feto.”**

SD [44] “#MOSTREATITUDE

**Sem o cigarro sua vida ganha mais saúde**

“**Eu tenho fôlego** para enfrentar os desafios da vida”

Não fumar é uma conquista

Praticar esporte ajuda você a ficar mais longe do cigarro e ter **uma vida mais saudável. Fumar causa dependência física** e uma série de doenças, **atrapalha a sua disposição** para a prática de atividade física e até o seu desempenho durante os exercícios.”

SD [45] “**O cigarro mata**: a presença e o afeto; o carinho e os momentos.”

Ao analisarmos as campanhas acima, podemos perceber que, orientado pela rede de filiações ideológicas das medidas da CQCT, no que se refere ao comércio ilícito dos derivados do tabaco, na campanha de 2015, o MS materializou sua posição-sujeito na articulação do título “Das escolhas certas se cuida todos os dias”, recortado da SD [42], com o *punctum* imagético de uma menina, fazendo um gesto de recusa com a mão ao cigarro lhe ofertado. Vemos na imagem que o corpo é usado para mobilizar sentidos de rejeição ao cigarro e apontar que o sujeito fez a “escolha certa”, ao articularmos a imagem com o título.

Na SD [42], podemos verificar que a memória discursiva mobilizava saberes de doenças ao apontar os riscos do tabagismo à saúde. Há, nos modos de funcionamento discursivo das campanhas, uma contínua reiteração de doenças na construção do fio discursivo antitabagismo, recobrando ora os sentidos sobre o tabaco/cigarro (de maneira generalizante), como um produto que “faz mal à saúde”, ora os sentidos sobre o fumante (de forma particular), com o imaginário de dependente químico que precisa de ajuda para acabar com o vício, conforme aponta o MS, no recorte da SD [42] “**O tratamento** é um direito seu garantido pelo SUS”, sugerindo o reconhecimento do órgão nacional de saúde de que o fumante é um depende de drogas.

Diante do contexto político de ações antitabagismo no Brasil e no mundo, o comércio ilegal dos produtos derivados do tabaco se apresentava como uma temática relevante para as campanhas dos eventos políticos de enfrentamento às estratégias de disseminação do hábito de fumar, pois os saberes em torno do mercado ilegal não havia sido o cerne de abordagem de nenhum evento. Quando consideramos o contexto brasileiro, é possível verificar que, desde 2011, o INCA já apontava a necessidade de o governo brasileiro assumir posições políticas para “estimular a cooperação com países vizinhos e incentivar estudos sobre a relação entre os mercados legais e ilegais e a política fiscal” (INCA, 2011a, p.72), para inibir o comércio ilegal, em especial, de cigarros no Brasil.

A tomada discursiva do MS no evento político de 2015, embora produzisse a movência de sentidos para o combate à venda ilegal de derivados do tabaco, indicando

sentidos de criminalização para esse tipo de comércio, apresentava uma posição-sujeito dominada pela memória discursiva de saberes orientados pela rede de filiações ideológicas da saúde. Essas regularidades de sentidos observáveis no discurso do MS têm apontado para a rede de filiações ideológicas que determinam o que importa para órgão de saúde.

Diante dessa reflexão, podemos observar que o discurso do MS na campanha funcionava, como já mencionamos neste trabalho, para alertar o poder Legislativo a respeito da necessidade de medidas administrativas e jurídicas para conter o mercado ilegal de tabaco, ao mesmo tempo em que agia para conscientizar os sujeitos sobre os riscos do tabagismo à saúde e estimular pesquisas científicas sobre o tema, a exemplo do recente estudo dos pesquisadores Szklo e Iglesias (2018, p.03) sobre o consumo ilegal de cigarros nas capitais brasileiras, cujos resultados apontaram que “a estimativa da proporção de cigarros ilegais consumidos no Brasil em 2017 foi de 38,5% do consumo total de cigarros”. Como temos verificado em nossos apontamentos, cabe a instituição nacional de saúde, pela sua função social, orientar a população, sobretudo o grupo de fumantes sobre o efeito nocivo do mercado ilegal de cigarros na manutenção do vício.

A promoção da saúde individual e coletiva orienta as tomadas discursivas das práticas políticas de intervenção social da OMS, da OPAS e do MS no Brasil. Por essa razão, a orientação de sentidos dos danos do tabagismo ao corpo são regulares no fio discursivo das campanhas. O imaginário de corpo doente, fragilizado e morto em decorrência do vício tabágico frequentemente acionado pelos órgãos de saúde pública funciona como estratégia discursiva não apenas para os eventos políticos anuais de enfrentamento ao tabagismo, mas também faz ressoar diariamente, nos maços de cigarro, os dizeres dos danos à vida que o cigarro provoca por meio do imaginário de corpos violados nas advertências sanitárias.

Esse movimento de sentidos negativos nas embalagens tem funcionado para as instituições de saúde romperem com o imaginário positivo do cigarro historicamente construído, assim como tem apontado resultados satisfatórios no desestímulo do hábito de fumar. Essa estratégia das advertências sanitárias, como já mostramos neste trabalho, serviu de método discursivo na organização das campanhas dos eventos mundiais de 2004 e 2009. E, no evento mundial de 2016, ela se torna a temática para a OMS (cf. imagem 54).

A instituição internacional materializou suas filiações ideológicas no título “Get ready for plain packaging” (Prepare-se para embalagens simples, tradução livre), para estimular os países a discutirem uma padronização das embalagens dos derivados de tabaco, deixando-as visualmente menos atraentes para os fumantes, e com materialidades discursivas (visuais e linguísticas) que mobilizassem efeitos de doenças mais graves à saúde.

Ao realizar o evento no Brasil, o MS produziu a repetibilidade temática e visual sugeridas pela OMS. Em sua organização da campanha, o órgão nacional retomou as mudanças discursivas do *layout* das embalagens, já determinadas pelo acontecimento jurídico de 2011. A padronização apontada na campanha do evento nacional de 2014 foi recuperada no fio discursivo para materializar as determinações ideológicas da política nacional antitabagista. No entanto, vale ressaltar que a padronização brasileira não atende, até o presente momento histórico (2019), ao padrão sugerido pela OMS na campanha de 2016.

A campanha mundial de 2016 recebeu do INCA o título “Embalagem única para o mesmo mal” (INCA, 2017b, p.52), mas o MS não fez o título circular na peça publicitária. Os dizeres da campanha foram marcados pelo resgate das materialidades discursivas da peça sugerida pela OMS. Na organização discursiva, o recorte da SD [43] “Prepare-se para a embalagem padronizada”, na parte superior, foi acompanhado por um *punctum* imagético de um maço de cigarros que na articulação das materialidades discursivas a imagem complementava os sentidos do enunciado por apontar o tipo de padronização indicada na SD [43].

A campanha, ao retomar as determinações da lei, produzia um efeito de didatização da imagem para o sujeito leitor, instruindo-o das mudanças visuais. As descrições realizadas indicavam o silenciamento dos dizeres tabagistas, ao contrário da campanha do evento nacional 2014, em que se aponta o “Antes” em oposição ao “Depois”, a campanha mundial de 2016 apaga as materialidades discursivas visuais capazes de mobilizar efeitos de sentido positivos do cigarro. Na esteira dos sentidos da campanha, a memória discursiva de saberes sobre enfermidades ao feto, durante a gestação da mulher, é acionada pelos dizeres da advertência sanitária para apresentar um corpo transgredido. A embalagem ao recortar os sentidos de doenças retoma os discursos da saúde, de maneira a impactar o sujeito leitor quanto aos malefícios do tabagismo na gestação.

Marcado por um direcionamento de proteção à vida, o MS, na continuidade dos eventos, convoca o sujeito a manifestar uma atitude com efeitos positivos sobre a vida, com a SD [44] “#MOSTREATITUDE”, para materializar as filiações ideológicas da saúde às quais o MS está alinhado. A instituição de saúde mobiliza uma memória discursiva de saberes de atividades físicas para combater o tabagismo, recortando os sentidos da incompatibilidade do hábito de fumar com uma vida de práticas esportivas. O que é reforçado pelo discurso direto inscrito no fio discursivo do MS. Esse modo de discurso relatado de feitos colaborativo é semelhante aos modos de funcionamento da SD [22], mas não idêntico. Na campanha de 2016, o discurso outro, além de produzir uma ruptura sintática (AUTHIER-REVUZ, 1990), se

apresentar genérico na responsabilidade discursiva. Embora o uso das aspas sugira um discurso reportado de outro, ele não apresenta autoria (faltam nome e idade), diferente da SD [22], em que traz o nome do sujeito e a idade. A articulação do discurso direto com a imagem da jovem mulher é que sinaliza o sujeito discursivo. Essa falta de autoria do discurso reportado pode sugerir efeitos de mentira na articulação do dizer com a imagem da jovem. Como pode ser observado, a campanha mobilizava, pelas regularidades observáveis dos sentidos, saberes apontados em outras campanhas sobre os danos do tabagismo à saúde do fumante, e este como um viciado.

Somando-se a essas representações simbólicas, para reforçar o confronto ao hábito de fumar, no Brasil, em 2017, o MS produziu a repetibilidade temática sugerida pela OMS no evento mundial e deu continuidade a abordagem no evento nacional (INCA, 2017b). A instituição internacional materializou suas filiações ideológicas da saúde no tema “Tobacco threatens us all” (O tabaco ameaça todos nós, tradução livre), e embora a instituição de saúde brasileira tenha reproduzido as materialidades discursiva (visual e linguística) da OMS, o MS produziu ainda materialidades discursivas específicas que apontavam uma posição-sujeito complementar às apontadas pela instituição estrangeira.

O tema “Tabaco: uma ameaça ao desenvolvimento”, segundo o INCA (2017b, p.54), procurou “demonstrar que a indústria do tabaco compromete o desenvolvimento sustentável de todos os países, incluindo a saúde e o bem-estar econômico dos seus cidadãos.” Como é apontado, a rede de filiações econômicas ambientais, de saúde e de pobreza são mobilizadas pelo INCA. O tabaco foi indicado como uma ameaça sócio-ambiental pela OMS, mas as materialidades discursivas (cf. imagem 56), utilizadas nos dois eventos de 2017, não recuperavam esses saberes sugeridos pela instituição internacional. A tomada de posição-sujeito dominante nas campanhas brasileiras é orientada pelos atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde, como aponta o jogo intradiscursivo da SD [45], articulada com o as placas pretas nas mãos dos sujeitos, como *punctum* imagético orientador de leitura, em que sentidos de morte são recuperados para indicar que o cigarro mata.

Como tem sido apontado em nossas análises, a tomada de posição discursiva orientada pelas determinações da saúde apresenta uma regularidade nas campanhas. O enquadramento da imagem 56 sugere que o sujeito fumante está sendo posto contra a parede por aqueles que não fumam. Desse modo, no processo de reescritura discursiva, no movimento elíptico, a referenciação sobre o cigarro aponta que ele afeta as relações sociais entre os sujeitos, ao matar a presença, o afeto, o carinho e os momentos de convivência dos fumantes com os não fumantes.

Diante do exposto, vale destacar que as repetibilidades discursivas observáveis, os deslocamentos de sentidos e a descontinuidade das temáticas fazem ecoar sentidos nas campanhas dos eventos políticos mundiais e nacionais pela rede de memórias antitabagismo produzida pelas relações de conflito ideológico de várias ordens discursivas, mas, sobretudo, pelo viés da saúde. O imaginário de continuidade discursiva produzido pelo histórico de campanhas, na construção de uma representação social negativa do cigarro, é um efeito da memória, que pelo jogo da lembrança e do esquecimento, se conecta a uma rede de sentidos.

De uma maneira geral, quando recuperamos algumas tomadas de posição-sujeito das campanhas, podemos observar que o cigarro é particularizado nos discursos antitabagismo como um produto causador de doenças, dependência física e de morte. Esse modo discursivo de o MS mobilizar saberes sobre o tabagismo aponta para as determinações dos atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde no discurso institucional. É a dominação da forma-sujeito antitabagismo indicando os direcionamentos dos dizeres permitidos e sentidos autorizados, enquanto silencia o discurso tabagístico. Na condução de nossas análises, foi possível sinalizar algumas determinações sócio-históricas e ideológicas que têm orientado o governo brasileiro a criar políticas estruturantes de combate aos riscos de doenças, especialmente, daquelas que oneram os cofres públicos como o câncer, assim como foi possível refletir sobre os modos de funcionamento do controle dessas políticas.

Segundo a CQCT/OMS (2003, p.08), é preciso a “conscientização do público em relação aos riscos que acarretam para a saúde o consumo e a exposição à fumaça do tabaco, assim como os benefícios que advêm do abandono daquele consumo e dos estilos de vida sem tabaco”. Em nosso entendimento, essa posição se sustenta numa Política do Corpo Saudável que tem se desenhado nas práticas discursivas institucionais dos organismos mundiais de saúde, e que apresenta determinações da lógica do capital, pois ela funciona para evitar gastos com saúde pública, perdas de produtividade e aumentar o lucro de empresas e o recolhimento de impostos por parte dos governos, como procuramos apresentar ao longo do trabalho. Por essa razão, o combate aos hábitos de risco dos sujeitos (risco de adoecer, de parar de produzir, de consumir, de morrer etc) tem sido frequente nos modos de se fazer políticas públicas, na contemporaneidade, sob o viés ideológico de salvar vidas.

## 5 EFEITOS DE CONCLUSÃO

Em nosso percurso investigativo, orientados pelas perspectivas da Análise de Discurso francesa fundada por Michel Pêcheux, procuramos compreender os modos de funcionamento do discurso antitabagismo do MS nas campanhas promovidas para os eventos políticos mundiais e nacionais de enfrentamento ao tabagismo no país. Considerando, portanto, que para essa abordagem teórica, os Aparelhos Ideológicos do Estado materializam ideologias particulares para interpelar os indivíduos em sujeitos e que, pelos efeitos das evidências, o sujeito pensa agir por livre vontade, não se percebendo histórico e ideologicamente determinado junto com os sentidos, cabe, a partir dos nossos gestos de leitura do *corpus* discursivo, apresentarmos, pelo efeito de conclusão, algumas determinações ideológicas materializadas nos discursos do Ministério da Saúde para produzir a identificação-interpelação dos indivíduos em sujeitos não fumantes.

Antes de prosseguirmos com as nossas conclusões, retomamos os questionamentos que orientaram nossa leitura:

- Quais as formações imaginárias construídas sobre o sujeito fumante e a prática tabagista nas designações e referências discursivas antitabagismo?
- Como se articulam nas campanhas antitabagismo os interesses econômicos e os saberes médico-científico, produzindo, a partir do lugar do MS, a construção imaginária do sujeito saudável?
- Quais os saberes que dominam a FD Antitabagista?
- Como a materialidade visual produz sentidos em sua articulação com a materialidade discursiva para gerenciar as interpretações e promover a identificação/interpelação do sujeito leitor com a ideologia antitabagismo?
- Por que e como o discurso antitabagismo funciona para silenciar o discurso do tabagista?
- É possível os efeitos de sentido de morte e doenças associados ao fumante e à prática tabagista nas peças publicitárias sugerir ou estimular uma exclusão social do fumante?

Como visto em nossas discussões, os aparelhos ideológicos não são a origem das ideologias particulares, mas elas os constituem por definirem dentro de cada região particular de atuação as posições assumidas, por cada aparelho, na materialização de suas práticas, sobretudo, discursivas. Nesse entendimento, o Ministério da Saúde, enquanto Aparelho Ideológico do Estado, assume em suas práticas de linguagem posições de defesa e proteção da saúde do corpo individual e social dos sujeitos no território brasileiro. Considerando essas

premissas, ao longo dos últimos 20 anos, os eventos políticos de enfrentamento ao hábito de fumar, tanto os do Dia Mundial sem Tabaco quanto os do Dia Nacional de Combate ao Fumo, produzidos pela principal instituição de saúde do país, buscaram trabalhar diferentes posições-sujeito nas abordagens temáticas. E mesmo quando houve, nesses eventos, a repetibilidade idêntica de tema e de enunciados, os sentidos foram atualizados devido à articulação das materialidades discursivas visuais e linguísticas inscritas em diferentes condições de produção. Essas diversas posições sustentadas pelo órgão nacional de saúde, nas campanhas de combate ao tabaco, constituem um conjunto de saberes orientados pela dominância ideológica antitabagismo, que tem sido determinada pelas transformações históricas da sociedade brasileira.

Quando analisamos o percurso dessas campanhas no país, é possível compreendermos que, embora o Programa Nacional de Controle ao Tabagismo tenha surgido nos anos 80, foi somente com o acontecimento discursivo de 1996 (designado neste estudo de Lei Antitabagismo), que o governo brasileiro conseguiu produzir uma ruptura nos modos de funcionamento discursivo das publicidades de incentivo ao hábito de fumar em todo território nacional. Nesse terreno de conflitos, o movimento ideológico particular antitabagismo, ao qual o Ministério da Saúde está filiado, se configura como força produtora de disputas e embates nos processos de transformação social. Nessa perspectiva de conflitos, ao considerarmos, em nossas análises, a noção de “lutas ideológicas de movimento”, apontadas por Pêcheux ([1991] 2011a, p. 97), foi possível apontar que a Lei 9.294 de 1996, enquanto acontecimento discursivo, produz uma ruptura e uma reestruturação nos discursos que vai para a direção do antitabagismo como um discurso com dominância social. Essa cisão produzida pela Lei de 1996, nas práticas discursivas, é indicada no próprio catálogo histórico de campanhas, que serviu de *corpus* discursivo, pois o Ministério da Saúde, ao produzir o recorte temporal das campanhas para organizar o catálogo, mobilizou os saberes a partir do ano seguinte à promulgação da Lei Antitabagismo, silenciando todos os eventos anteriores à Lei.

Essas campanhas dos eventos políticos, no Brasil, têm funcionado para produzir a cristalização de sentidos que atualizam as redes de memórias históricas e ideológicas de dizeres antitabagismo. Ao mesmo tempo, elas indicam a filiação ideológica médico-científica da saúde que particulariza a tomada de posição de classe regionalizada do Ministério da Saúde, conforme observamos, no terceiro capítulo, a dominância do discurso sobre a saúde nas campanhas, em detrimento de outras questões. Por essa razão, as campanhas nacionais e

mundiais se tornaram espaços políticos de conflitos para estimular o rompimento dos sujeitos fumantes com os sentidos valorativos do tabagismo que ecoam na sociedade.

Nessa política nacional antitabagismo, os atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde passaram a subsidiar o Legislativo não apenas para produzir uma cisão nas práticas discursivas de liberdade ao tabagismo, mas também para marcar uma nova ordem com o que designamos, neste estudo, de acontecimento jurídico. Em nosso caso de estudo, esse tipo de acontecimento de ordem jurídica institui uma mudança marcante no que tange à forma de tratar juridicamente a questão do tabagismo. Esse aparato judicial, reestrutura as formas de dizer e de agir na sociedade, criando uma nova ordem de funcionamento discursivo, que ao mobilizar saberes regulados pela forma-sujeito antitabagismo, apaga as posições-sujeito contrárias à dominância da forma-sujeito no interior da Formação Discursiva Antitabagista.

Em nossa análise, foi possível verificarmos que, no contexto político da década de 90, os avanços nas pesquisas médico-científicas passaram a apontar o tabagismo como o maior causador de câncer e, conseqüentemente, gerador de prejuízos econômicos para o governo. A assistência médica gratuita a toda população, determinada pela Constituição de 1988, começou a produzir um aumento nos gastos com saúde pública. O governo brasileiro diante do cenário de economia de recursos e com as evidências médico-científicas, sinalizando o tabagismo com um problema de saúde pública devido às doenças e mortes provocadas, acabou por adotar políticas públicas cada vez mais restritivas ao hábito de fumar, ainda, na década de 1990, o que apontamos com o acontecimento discursivo.

As condições sócio-históricas apresentadas foram importantes para compreendermos o modelo capitalista de economia de recursos públicos que domina as práticas do governo, pois, quando não havia gratuidade dos serviços médico-hospitalares para todos os cidadãos, verificamos que não havia políticas de restrição ao tabagismo, já que era viável para o governo manter a política de incentivo ao hábito de fumar, afinal, ele recolhia mais impostos com o tabagismo do que gastava com os problemas de saúde resultantes do hábito de fumar. Nos últimos anos, o tabagismo tem elevado os gastos com saúde pública e gerado mais despesas desnecessárias para o governo, sobretudo pela perda de trabalhadores com invalidez e morte provocadas pelo cigarro.

Como visto em nosso estudo, até a criação do Sistema Único de Saúde em 1990, o governo só havia realizado políticas de conscientização de combate ao tabaco, e o Ministério da Saúde não tinha força política de ação. No entanto, as mudanças nas estruturas sociais produzidas pela Carta Magna impulsionaram o surgimento de novas posturas econômicas

governamentais. Assumindo um modelo capitalista de economia de recursos públicos na saúde, o governo brasileiro se filia às políticas ideológicas do movimento mundial antitabagismo ainda nos anos 90, para reduzir o espaço e meios de incentivo ao tabagismo para conter os prejuízos financeiros que o tabaco gera aos cofres públicos. Os prejuízos ao corpo individual e social frequentemente mobilizados nas campanhas, em nosso entendimento, se inscreve no que designamos de Política do Corpo Saudável, isto é, uma política que estimula mudanças de hábitos individuais e sociais na busca de evitar o risco de doenças capazes de onerar os cofres públicos com saúde; em particular, o câncer. Ao mesmo tempo, essa política busca estimular um corpo social mais saudável para que os sujeitos adoçam menos para produzir mais.

Um modelo capitalista de economia de recursos na saúde tem se desenhado no planejamento estratégico das ações governamentais e, progressivamente, tem determinado a conduta dos sujeitos nas sociedades sem que estes se percebam orientados por um movimento ideológico capitalista particular de uma Política do Corpo Saudável. Ou seja, os sujeitos são orientados a mudar os hábitos e os estilos de vida considerados fatores de risco para o desenvolvimento de câncer: o tabagismo, a obesidade, a alimentação, o alcoolismo, hábitos sexuais, medicamentos, fatores ocupacionais, radiação solar, dentre outras doenças evitáveis que causam câncer e, por sua vez, oneram os cofres públicos com assistência médico-hospitalar.

Nessa perspectiva, as determinações da lógica do capital passaram a dominar a política econômica do governo, e uma nova ordem discursiva de redução dos impactos monetários do tabaco tem se organizado no Brasil, como se observou, desde os anos 90. É o funcionamento da ideologia particular, agindo sobre os sujeitos e direcionando suas ações para a manutenção e/ou transformação das relações sociais. Nesse movimento, as determinações de base econômica do governo são apagadas (economia de recursos públicos) e as contradições sociais silenciadas (abandonar os hábitos nocivos não impede a morte do corpo), o que orienta os sujeitos a assumirem (por um processo de identificação com o imaginário positivo de corpo saudável), nas relações sociais, as recomendações médico-científicas disseminadas pelos órgãos de saúde e imprensa (parar de fumar, mudar a alimentação, praticar exercícios físicos, emagrecer etc), levando-os a abandonar os hábitos considerados de riscos e danosos à vida a fim de que possam garantir um corpo individual e social saudáveis para viver e produzir mais.

Por esse motivo, é possível percebermos, na atualidade, uma necessidade coletiva de cuidado com o corpo, que inclui desde a reeducação alimentar à prática de atividades físicas para evitar a obesidade, a fim de garantir a longevidade dos sujeitos e aumentar a

produtividade no trabalho, um “cuidado” do governo com o corpo dos sujeitos. Esse cuidado do corpo individual que se expande para o corpo social, embora esteja atravessado pelas ideologias do discurso sobre a saúde, dissimula, nas práticas discursivas do Ministério da Saúde, as determinações ideológicas capitalistas de interesses econômicos de redução dos gastos com saúde pública, que atravessam as políticas públicas do governo brasileiro.

O Ministério da Saúde, enquanto Aparelho Ideológico do Estado, tem mobilizado os discursos sobre a saúde nas campanhas de combate ao hábito de fumar para impulsionar transformações sociais, em função do movimento ideológico antitabagismo ao qual o órgão nacional de saúde se filia. Na configuração desse movimento, a dominância discursiva antitabagismo encontrou espaço em outras regiões discursivas, caso do Legislativo (criar leis) e do Judiciário (punir os infratores das leis). Como observamos nas análises, além do Ministério da Saúde, o Estado se utiliza dos aparelhos Legislativos e Judiciário para atuar na coerção e repressão de toda sociedade, submetendo-a às novas regras de controle antitabagismo, pois os dispositivos jurídicos funcionam como instrumentos de dominação pela legalidade. Nesse movimento de controle social entra em pauta também o silenciamento do discurso de incentivo ao hábito de fumar que, em razão da política do silêncio instituída pelo governo, via Legislativo, impõe uma censura à indústria do tabaco, proibindo as empresas de realizarem campanhas que promovam o hábito de fumar. A censura publicitária imposta à indústria do tabaco e os discursos sobre a saúde têm produzido uma dominância social tão marcante no contexto brasileiro, que não surgem sujeitos (nem mesmo fumantes) nem instituições defendendo o direito de se fumar. O espaço para o contraditório é negado ao fumante.

Essas outras regiões de saberes foram importantes, pois a retomada dos dizeres jurídicos nas campanhas indicavam que não apenas o discurso do Ministério da Saúde conseguiria produzir a identificação-interpelação dos indivíduos em sujeitos não fumantes, o poder Legislativo e o poder Judiciário também seriam necessários para agenciar os sujeitos. A Formação Discursiva Antitabagista, espaço de realização dos sentidos, é marcada por um conjunto de posições-sujeito da ordem de saberes da saúde e da justiça, em que a dominância da forma-sujeito antitabagismo aponta a tomada de posição e organiza os sentidos possíveis no seio da referida Formação Discursiva.

Ao observamos o funcionamento discursivo das campanhas nos últimos 20 anos, verificamos que até o governo assinar em 2003, o tratado internacional da Organização Mundial de Saúde, designado de Convenção-Quadro para o Controle do Tabagismo, na mobilização dos saberes, as materialidades discursivas (visuais e linguísticas) produziam um

efeito de sutileza nos modos de designar e referenciar o fumante. Exceto pela campanha do evento mundial de 2000, que traz o termo câncer, os discursos do Ministério da Saúde sugeriam a cessação do hábito de fumar, mas não indicavam nenhum tipo de malefício, quando particularizava o tabagismo, sinalizando apenas que o hábito de fumar fazia mal à saúde.

Após a ratificação do documento no Brasil, em 2005 e sua promulgação em 2006, as campanhas assumiram novos posicionamentos e passaram a apresentar efeitos de sentidos mais agressivos do tabagismo ao corpo. Essa reorientação das abordagens ocorreu, porque o tratado internacional passou a determinar as tomadas de posições-sujeito para os países que assinaram o documento. Assim, se tornou mais frequente nos discursos das campanhas: a mobilização de saberes sobre os danos do tabagismo à saúde, a retomada de dizeres sobre os prejuízos econômicos e ambientais do tabaco, bem como passaram a recortar os discursos jurídicos e oferecer ajuda para tratamento da dependência física, deixando os efeitos de sutileza menos frequentes na abordagem sobre o tabagismo e sobre o fumante.

Os temas das campanhas apresentam uma irregularidade nas abordagens, e estão mais relacionados às necessidades de combate do Ministério da Saúde, que usa as campanhas para apontar para a sociedade qual a tomada de posição mais emergencial em dado momento histórico. Esses direcionamentos acabam por indicar ao poder Legislativo a tomada de posição a ser assumida por essa região discursiva na criação de leis antitabagismo.

Quando há uma repetibilidade temática, as posições assumidas pelo órgão de saúde sinalizam para atualizações de sentidos em razão do contexto em que são tratadas e das imagens que orientam os sentidos dos enunciados. Por serem produzidas pelo órgão de saúde, os atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde são dominantes. Os discursos sobre o tabagismo, nas campanhas, apontam que o tabaco adoce o corpo individual e o social, provoca doenças como o câncer, dependência física, morte, destruição do meio ambiente e prejuízos econômicos na saúde; já o fumante é apontado como perdedor (tabagismo mata); como vítima (a indústria do tabaco engana o fumante); como dependente (o tabaco é uma droga viciante) e como agressor (agride o outro com a fumaça).

Esses imaginários produzidos pelas campanhas em torno do fumante e do tabagismo no fio discursivo são regulados pela dominância da forma-sujeito antitabagismo que, pelo efeito de continuidade dos discursos das campanhas, produz um imaginário social do fumante e do tabagismo com sentidos negativos. É o efeito da memória que, pelo jogo da lembrança e do esquecimento, se conecta para produzir determinados sentidos e fazer esquecer outros. Nas campanhas, é possível observar que a dominância da forma-sujeito antitabagismo busca

silenciar e desconstruir os sentidos positivos relacionados às representações valorativas agregadas ao tabaco.

Os sentidos em torno do bem-estar social coletivo apontados, sobretudo, nas campanhas do fumante passivo, sugerem que aqueles sujeitos expostos involuntariamente à fumaça do tabaco se tornem o que designamos de *vigilante* do corpo social saudável. Devido ao processo de identificação dos fumantes passivos com a posição de proteção coletiva sustentada pelo Ministério da Saúde, o fumante passivo pensa que, ao coibir um fumante de consumir tabaco em espaços coletivos, está agindo em defesa de sua vida, ou da vida dos não fumantes por decisão própria, no entanto, não se percebe interpelado pela Política do Corpo Saudável, que o determina a essa tomada de posição. Por esse motivo, a função social dos fumantes passivos como vigilantes da saúde é um modo de o governo buscar garantir que o fumante respeite a Lei, já que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, responsável pela fiscalização do tabagismo passivo, não pode estar presente em todos os espaços coletivos ao mesmo tempo para fazer a Lei ser cumprida.

O movimento ideológico particular antitabagismo pelos atravessamentos ideológicos do discurso sobre a saúde tem produzido o imaginário de sujeito saudável como propósito de vida. Essa visão macula os sentidos positivos que foram disseminados a respeito do tabaco, e engendra um novo sistema de relações simbólicas, especialmente, contra o cigarro na sociedade. Levar o sujeito fumante a assumir uma postura que mude as relações sociais de identificação com o tabagismo, em nosso caso de estudo, ocorreu tanto pelos atravessamentos do discurso da saúde quanto por força da lei, que impõe mudanças de aceitabilidade social a respeito do que é permitido de direito. Nesse sentido, o Ministério da Saúde, ao promover a derrocada do tabaco nos espaços sociais, junto com o Legislativo, mudou a relação com todos os derivados do produto, sobretudo, com o cigarro e, conseqüentemente, alterou a relação da sociedade com o fumante e a prática tabagista, pois o direito individual de fumar e o direito coletivo de se ter um espaço livre da fumaça do cigarro nem sempre são respeitados.

Os conflitos produzidos em razão do tabagismo, já que fumaça do cigarro não respeita limites espaciais, têm provocado discórdia entre os sujeitos e interferido nas relações de trabalho e pessoais. As empresas, como visto no primeiro capítulo, preferem não contratar fumantes, o que pode gerar uma exclusão e aos poucos sugerir um tipo de higienização social. Violando, assim, o direito individual de o sujeito fazer suas escolhas.

Para encerrarmos, vale destacar que a dominância social do movimento antitabagismo social é tão marcante em nossas vidas e que já nos encontramos identificados (há também desidentificação e contra-identificação de sujeitos com a forma-sujeito antitabagismo) com

esse movimento, que se um sujeito estiver com mau hálito, ou com cheiro forte desagradável nas axilas, teremos vergonha de fazer uma crítica, mas basta o sujeito sair para fumar e retornar com cheiro de cigarro, que já nos sentimos autorizados a fazer críticas quanto ao cheiro do tabaco impregnado no corpo do fumante e afirma que o sujeito está fedendo.

Somos “sempre já-sujeitos” (ALTHUSER, ([1970] 1995, p.102).



Malvados, Adré Dahmer. Folha de São Paulo. Domingo, 20 de janeiro de 2019, Ilustrada. p.C5

## REFERÊNCIAS

ALIANÇA DE CONTROLE DO TABAGISMO (ACTbr). **Manual para Agentes de Saúde: Prevenção, caminho para saúde/** Aliança de controle do Tabagismo (organizador). -2ª ed. Rio de Janeiro: ACT, 2010. Disponível em: [http://actbr.org.br/uploads/arquivos/Por\\_um\\_mundo\\_sem\\_tabaco-Manual\\_para\\_Agentes\\_de\\_Saude%281%29.pdf](http://actbr.org.br/uploads/arquivos/Por_um_mundo_sem_tabaco-Manual_para_Agentes_de_Saude%281%29.pdf) Acesso em: 12 dez. 2018.

ALMEIDA, Aléssio Tony Cavalcanti; ARAÚJO JUNIOR, Ignácio Tavares. Tabagismo e Penalização Salarial no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Revista Economia Aplicada**, v. 21, n. 2, 2017, pp. 249-276. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/135144> Acesso em: 15 jan. 2018.

ALTHUSSER, Louis [1970]. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado** / introdução crítica de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Advertências sanitárias nas embalagens de produtos fumígenos derivados de tabaco: manual de aplicação.** ANVISA/ Ministério da Saúde. c2018. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/106510/106594/Manual+de+Aplica%C3%A7%C3%A3o+das+Advert%C3%A2ncias+Sanit%C3%A1rias/5bc7317c-bd47-4cd9-9572-44c8408f3a82> Acesso 05 jan. 2019.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA et al. **Evidências Científicas sobre Tabagismo para Subsídio ao Poder Judiciário.** Projeto Diretrizes. 12 de março de 2013. Disponível em: [http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/Tabagismo\\_para\\_Subsidio\\_Poder\\_Judiciario.pdf](http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/Tabagismo_para_Subsidio_Poder_Judiciario.pdf) Acesso em: 08 abr. 2018

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline [1982] Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: Authier-Revuz, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido.** Apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade(s) enunciativas. Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Cadernos de estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, jul. - dez., 1990, p. 25-42. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824/4545> Acesso em: 10 jan. 2019

BALTAR, Valéria Troncoso. **Equações estruturais aplicadas a modelos causais de câncer de pulmão.** Tese de Doutorado. PPG Saúde Pública da USP. São Paulo. 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-01032011-150337/pt-br.php> Acesso em: 15 jan. 2016.

BARTHES, Roland. [1980] **A Câmara clara: notas sobre fotografia;** tradução de Júlio Castañon Guimarães. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria. História das Políticas de Saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: **Políticas de saúde: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde**. Organizado por Gustavo Corrêa Matta e Ana Lúcia de Moura Pontes. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007. p. 29-60. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/125.pdf> Acesso em: 11 ago. 2018

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. rev. ampl. 16ª reimpr. – Rio de Janeiro: Lucena, 2006.

BENVENISTE, Émile. [1958] **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria Glória Novak e Maria Luisa Neri: revisão do prof. Isaac Nicolau Salum – 5ª Edição – Campinas, SP. Pontes Editores, 2005.

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. Índios Xavante X não-índios na cidade de Barra do Garças/MT: gestos de interpretação discursiva. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange.. (Org.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. 1ª ed. São Carlos-SP: Claraluz Editora, 2009, v. 1, p. 357-368.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. [1991] **Introdução à análise de discurso**. 3ª ed. Ver. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**. Online. Portal ANVISA. 2003. [http://portal.anvisa.gov.br/documents/106510/106609/Conven%25C3%25A7%25C3%25A3o%2BQuadro-Texto%2BPublicado\\_Portugu%25C3%25AAs.pdf/884b7260-fa9f-439d-a7a0-e28e0936726b](http://portal.anvisa.gov.br/documents/106510/106609/Conven%25C3%25A7%25C3%25A3o%2BQuadro-Texto%2BPublicado_Portugu%25C3%25AAs.pdf/884b7260-fa9f-439d-a7a0-e28e0936726b) Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. OPAS-INCA. **Respira Brasil: As legislações de Ambientes Livres de fumo das Cinco Regiões do Brasil**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei Complementar nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011**. Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis no 11.774, de 17 de setembro de 2008, no 11.033, de 21 de dezembro de 2004, no 11.196, de 21 de novembro de 2005, no 10.865, de 30 de abril de 2004, no 11.508, de 20 de julho de 2007, no 7.291, de 19 de dezembro de 1984, no 11.491, de 20 de junho de 2007, no 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga o art. 1º da Lei no 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei no 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm) Acesso em 15 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.702, de 14 de julho de 2003**. Altera a Lei no 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.702.htm#art3aviii](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.702.htm#art3aviii) Acesso em: 20 Abr. 2016.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001.** Altera dispositivos das Leis no 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e no 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2190-34.htm#art7](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2190-34.htm#art7) Acesso em: 20 mai. 2018>

BRASIL. **Lei nº 10.167, de 27 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Lei no 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10167.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10167.htm#art1) Acesso em: 30 mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.** Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9294.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9294.htm) Acesso em: 30 abr. 2016.

BASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.488, de 11 de junho de 1986.** Institui o “Dia Nacional de Combate ao Fumo”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7488.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7488.htm) Acesso em: 25 abr. 2016.

CABRERA INFANTE, Guillermo. [1985] **Fumaça Pura.** Tradução Mario Pontes. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CANADIAN CANCER SOCIETY. Cigarette Package Health Warnings International Status Report. Sixth Edition, September 2018. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/arquivos/CCS-international-warnings-report-2018---English---2-MB.pdf> = Acesso em: 15 jan. 2019.

CAMPOS, Paulo Cesar Moreira; GOMIDE, Marcia. O Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) na perspectiva social: a análise de redes, capital e apoio social. **Cad. saúde colet.** vol.23 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2015. p. 436-444. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v23n4/1414-462X-cadsc-23-4-436.pdf> 15 mar. 2018.

CARVALHO, Mário Cessar. **O cigarro.** – São Paulo: Publifolha, 2001.

CARVALHO, Edigar dos Santos. “Proibido Fumar”: a criminalização do ato. VIII Seminário de Análise de Discurso. **Anais do VIII SEAD**, Recife, 2017. p. 01-05. Disponível em: [http://anaisdosead.com.br/8SEAD/POSTERES/POSTER%20E5\\_ECarvalho.pdf](http://anaisdosead.com.br/8SEAD/POSTERES/POSTER%20E5_ECarvalho.pdf) Acesso em: 20 jan. 2019.

CHATTOPADHYAY, Aparna. Emperor akbar as a healer and his eminent physicians. **Bull. Ind. Inst. Hist. Med.** Vol. XXX - 2000 pp 15/ 10158. <https://pdfs.semanticscholar.org/90b1/786f911fd0d37dd7c0289a56f1717e044d64.pdf> Acesso em: 05 jan. 2019.

CHAUI, Marilena [1980] **O que é Ideologia**. 15ª Edição. Coleção Primeiros passos. Brasiliense. São Paulo, SP, 1984,.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS; SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **Impactos do desemprego na saúde, emoções e relacionamentos**. Online. Fevereiro, 2018. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:NrivfWK5pk4J:https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2018/04/SPC-Analise-16-2018-IMPACTOS-DO-DESEMPREGO-NA-SAUDE-EMOCOES-E-RELACION....pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 17 jul. 2018.

COURTINE, Jean-Jacques [1981]. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009

CUNHA, Antônio Geraldo da. [1982] **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. – 4ed. Revista pela nova ortografia. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CRUZ, Dilson Ferreira da. **Subsídios para uma caracterização do discurso institucional**. **Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. v. 5. nº 9. 2008. P. 130-141. Disponível em: <http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/168/268> <acesso em 07/04/2018>

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Entre a Lembrança e e Esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. *Organon*. Revista de Estudos Linguísticos da UFRGS. v. 17, n. 35, 2003. p. 65-83. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30018/18614> Acesso em: 20 jun. 2018.

DOSSE, François. [1992] **História do estruturalismo**. Tradução de Álvaro Cabral: revisão técnica de Maria Mansor D'Alessio. – Bauro, SP. Edusc, 2007.

DOLL, Richard; HILL, Bradford. **Smoking and Carcinoma of the Lung**. In: *British Medical Journal*. London. Saturday. September, 30 1950. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/56095/smokingand.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 01 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **The mortality of doctors in relation to their smoking habits**. London. Saturday. June, 26 1954. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/bmj/328/7455/1529.full.pdf> Acesso em: 01 abr. 2018.

DROPE, Jeffrey; SCHLUGER, Neil W. **The tobacco Atlas**. Sixth Edition. The American Cancer Society. Atlanta, Georgia, USA. 2018. Disponível em: [https://tobaccoatlas.org/wp-content/uploads/2018/03/TobaccoAtlas\\_6thEdition\\_LoRes\\_Rev0318.pdf](https://tobaccoatlas.org/wp-content/uploads/2018/03/TobaccoAtlas_6thEdition_LoRes_Rev0318.pdf) Acesso em 20 nov. 2018.

DUHAU, Ana Beatriz Campos Neves. **Dinâmicas de influência e discursos sobre o processo de cessação tabagistas nas comunidades online de apoio ao abandono de cigarro**. Dissertação de Mestrado. Administração CPPEAD/UFRJ. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/41/dissert/823879.pdf> Acesso em: 12 fev. 2017.

ERIKSEN, Michael; MACKAY, Judith; ROSS, Hana. **The Tobacco Atlas**. Fourth Edition. The American Cancer Society. Atlanta, Georgia, 2012.

\_\_\_\_\_. et al. **The Tobacco Atlas**. Fifth Edition. The American Cancer Society Atlanta, Georgia. ACS. 2015. Disponível em: [http://3pk43x313ggr4cy0lh3tctjh.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2015/03/TA5\\_2015\\_WEB.pdf](http://3pk43x313ggr4cy0lh3tctjh.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2015/03/TA5_2015_WEB.pdf) Acesso em: 20 dez. 2018.

FERNANDES, Carolina. Imagens em rede: a opacidade da imagem e a leitura polissêmica. In: **Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento**. (Org.) Maria Cristina Leandro Ferreira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Discurso, arquivo e corpo. In: **Discurso, Arquivo e...** (org) Bethania Mariani, Vanise Medeiros, Silmara Dela-Silva. – Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 174-185.

\_\_\_\_\_. Análise do Discurso e suas Interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**. Revista do Instituto de Letras da UFRGS. v. 24, nº 48, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/28636/17316> Acesso em: 26 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco**. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas, SP. 1994. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/269533/1/Ferreira\\_MariaCristinaLeandro\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/269533/1/Ferreira_MariaCristinaLeandro_D.pdf) Acesso em: 14 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. [1979] **Microfísica do Poder**. Organização de tradução de Roberto Machado. – 29ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. [1969]. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GAKIDOU, Emmanuela et al. **Smoking prevalence and attributable disease burden in 195 countries and territories, 1990–2015: a systematic analysis from the Global Burden of Disease Study 2015**. Lancet. Publicação online. Abril de 2017. Disponível em: [http://thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(17\)30819-X.pdf](http://thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(17)30819-X.pdf) Acesso em: 15 fev. 2018.

GONÇALVES, Patrícia. **Cigarro – a fumaça da discórdia: uma análise sobre a regulação do consumo do tabaco**. Curitiba: Appris, 2002.

GLOBAL SMOKEFREE PARTNERSHIP; AMERICAN CANCER SOCIETY; FRAMEWORK CONVENTION ALLIANCE. **Ambientes de Trabalho Livres de Fumo: Manual para tornar sua empresa mais segura e saudável**. ATCbr, 2008. Disponível em: <https://www.cancer.org/content/dam/cancer-org/smoke-free-worksites/smokefree-in-a-box-portuguese.pdf> Acesso em: 23 abr. 2018.

GRIGOLETTO, Marisa. **A Resistência das Palavras: Um Estudo do Discurso Político Britânico sobre a Índia (1942-1947)**. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade de Campinas. 1998. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Teses/MarisaGrigolletto.pdf> Acesso em: 22 ago. 2018.

GRIGOLETTO, Evandra. A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista. n.1. junho de 2005a. p. 61-67. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/view/9> Acesso em: 25 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. **Anais do II Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, 2005b. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf> Acesso em: 25 ago. 2018.

GUILHAUMOU, Jacques.; MALDIDIER, Denise. [1979] Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: **Gestos de Leitura**. Eni Puccinelli Orlandi et al. (org). 3ª ed. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2010. p.161-183.

GUIMARÃES, Eduardo. Argumentatividade e argumentação. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 9 - n. 2 - p. 271-283 - jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.seer.upf.br/index.php/rd/article/view/3847/2514> Acesso em: 19 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Quando o Eu se diz Ele: Análise enunciativa de um texto de publicidade. **Revista da Anpoll**. v. 1, n. 29, 2010. p. 15-39. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/172/185> Acesso em: 18 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, 51 (1): 49-68, Jan./Jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219/4941> Acesso em: 18 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Domínio Semântico de Determinação. In: **A palavra: forma e sentido**. (org) Eduardo Guimarães e Maria Cecília Mollica – Pontes Editores, RG Editores, 2007. p. 77-96.

\_\_\_\_\_. [2002] **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. – Campinas, SP. Pontes, 2ª edição, 2005.

\_\_\_\_\_. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. – Campinas, SP. Pontes Editores, 2004.

\_\_\_\_\_. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Letras**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria. Nº 26. – jun. de 2003. p. 53-62. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880/7307> Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Textualidade e enunciação. In: **Escritos**. Esgotado Ver e Dizer. Nº2. Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, 1998. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos2.pdf> Acesso em: 18 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. [1995] **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. 2ª ed. - Campinas, SP. Pontes, 2002.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. [1971] A semântica e o corte Saussuriano: língua, linguagem, discurso. In **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva**. Roberto Leiser Baronas (org), 2ª edição revisada e ampliada. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p.13-32.

HERBERT, Tomas. [1967] **Observações para uma teoria das ideologias**. Rua. Campinas, V.1: n° 1. 1965, p. 63-89. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638926/6529> Acesso em 03 abr. 2017.

HOUAISS, Antônio. e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Convenção-quadro da OMS para o controle do tabaco no Brasil: 10 anos de história – 2005-2015** / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. 2ª edição – Rio de Janeiro: Inca, 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/convencao-quadro-da-organizacao-mundial-da-saude-para-o-controle-do-tabaco-no> Acesso em: 05 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil**. Coordenação de prevenção e vigilância – Rio de Janeiro: INCA, 2017a. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/estimativa-2018.pdf> Acesso em: 17 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dia Mundial sem Tabaco e Dia Nacional de Combate ao Fumo: catálogo de campanhas 1997 – 2017**/ Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância; organização de Valéria de Souza Cunha, et al. Rio de Janeiro: Inca, 2017b. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/dia-mundial-sem-tabaco-e-dia-nacional-de-combate-ao-fumo.pdf> Acesso em: 15 jan. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Tabaco: uma ameaça ao desenvolvimento**. Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. – Rio de Janeiro: Inca, 2017c. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/nota-tecnica-tabaco-uma-ameaca-ao-desenvolvimento.pdf> Acesso em: 18 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nota técnica: uso de narguilé: efeitos sobre a saúde, necessidades de pesquisa e ações recomendadas para legisladores** / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – 2. ed. – Rio de Janeiro: INCA, 2017d. [http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/161991/9789241508469\\_por.pdf;jsessionid=9CDB8A722D3EE33E05BC55F4504155FD?sequence=5](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/161991/9789241508469_por.pdf;jsessionid=9CDB8A722D3EE33E05BC55F4504155FD?sequence=5) Acesso em: 05 jan. 2019.

\_\_\_\_\_; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Pesquisa especial de tabagismo – PETab: relatório Brasil / Instituto Nacional de Câncer..** – Rio de Janeiro: INCA, 2011 Disponível em:

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa\\_especial\\_tabagismo\\_petab.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_especial_tabagismo_petab.pdf) <acesso em 20 de maio de 2018>

\_\_\_\_\_. **A situação do tabagismo no Brasil: dados dos inquéritos do Sistema Internacional de Vigilância, da Organização Mundial da Saúde, realizado no Brasil entre 2002 e 2009.** Instituto Nacional do Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2011a. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/PDF\\_final\\_situacao\\_tabagismo.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/PDF_final_situacao_tabagismo.pdf) Acesso em: 20 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Aditivos em cigarros.** [Org] Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos. -- Rio de Janeiro: INCA, 2011b. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/aditivos\\_cigarros\\_notas\\_tecnicas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/aditivos_cigarros_notas_tecnicas.pdf) Acesso em: 15 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Tabagismo: um grave problema de saúde pública.** 1ª ed. Rio de Janeiro. Brasil. 2007. Disponível em: [http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/t\\_Tabagismo.pdf](http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/t_Tabagismo.pdf) Acesso em: 24 mar. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER; COMISSÃO NACIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA CONTROLE DO TABACO (CONICQ). **Tabaco: uma ameaça ao desenvolvimento.** Rio de Janeiro, RJ: INCA, 2017. Disponível em: <http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/publicacoes/NOTA-TECNICA-%2031maio2017.pdf> <acesso em 20 de maio de 2018>

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Controle do Tabaco: relatório de Gestão e Progresso 2011-2012.** Rio de Janeiro, RJ: INCA, 2014. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_controle\\_tabaco\\_relatorio\\_gestao.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_controle_tabaco_relatorio_gestao.pdf) <acesso em 20 de maio de 2018>

INDURSKY, Freda. A questão da terra e o texto constitucional : as diferentes vozes que o atravessam. In: Rebello, Lúcia Sá; Flores, Valdir do Nascimento (Orgs.) **Caminhos das letras: uma experiência de integração.** Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2015. p. 34-46. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148362> <acesso em 30/01/2018>

\_\_\_\_\_. [1997] **A fala dos quartéis e outras vozes.** – 2ª ed. – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2013a.

\_\_\_\_\_. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. **Dossier Análisis del Discurso en Brasil: teoría y práctica Signo y Señá,** Facultad de Filosofía y Letras (UBA número 24, diciembre de 2013b, pp. 91-104 Disponível em: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/118/86> <acesso em: 24/01/2018>

\_\_\_\_\_. [2007] Da interpelação à falha no ritual: a trajetória da noção de formação discursiva. In : BARONAS, Roberto. **Análise do discurso : apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.** 2ª ed. São Carlos : Pedro & João Editores, 2011a. P.77-91.

\_\_\_\_\_. A memória na cena do discurso. In **Memória e História na/da Análise do Discurso**. INDURSKY, Freda., MITTMANN, Solange., FERREIRA, Maria Cristina Leandro Ferreira (Orgs) – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Memória, interdiscurso: limites e contrastes**. Texto apresentado no IV Seminário de Pesquisa em Análise de Discurso, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista, Bahia, junho de 2009.

\_\_\_\_\_. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso: In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. (Orgs.) **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008.

JAKOBSON, Roman. [1963] **Linguística e Comunicação**. Edição 17ª São Paulo, SP. Editora Cultrix, 2000.

KIST, Breno Bernnado et. al. **Anuário Brasileiro Do Tabaco 2016** – Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2016. Disponível em: <http://www.editoragazeta.com.br/flip/anuario-tabaco-2016/files/assets/basic-html/page4.html> Acesso em: 02 mai. 2018.

KLEIN, Richard, [1993]. **Cigarros são sublimes**. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. – Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

KNUST, Renata Erthal. et al. Estimativa dos custos da assistência do câncer de pulmão avançado em hospital público de referência. **Revista de Saúde Pública**. 2017. p. 51:53. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt\\_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006665.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006665.pdf) Acesso em: 25 set. 2017.

LACSKO, Madeleine. **Sem filtro: ascensão e queda do cigarro no Brasil**. Projeto de Jaqueline Scholz Issa. – São Paulo: Editora de Cultura, 2008.

LANG, Tatiane da Cruz. **A construção social da doença: câncer de pulmão e suas ressignificações**. Dissertação de Mestrado. PPG de Ciências Sociais da UFPel. Pelotas, 2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-Tatiane-Lang.pdf> Acesso em: 15 fev. 2016.

LE GOFF, Jacques. [1990] **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de; PINTO, Maria Marta Saavedra: Fontes para a história dos 50 anos do Ministério da Saúde. História, Ciências, Saúde — **Manguinhos**, vol. 10(3): 1037-51, set.-dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10n3/19311.pdf> Acesso em 22 nov. 2018.

LONDEI, Danielle. et al. Les sens de l'événement. In: LONDEI, D. et al. (Éds.). **Dire l'événement: langage mémoire société**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2013, p. 11-20 Disponível em: <https://hal-univ-paris3.archives-ouvertes.fr/hal-01480248/document> Acesso em: 15 mai. 2017.

LUNKES, Fernanda Luzia. **Depressão e medicalização no discurso jornalista**. 1ª ed. – Curitiba: Appris, 2018.

MACKAY, Judith; ERIKSEN, Michael; ROSS, Hana. **The Tobacco Atlas**. The Fourth Edition. American Cancer Society; Atlanta, Georgia, and World Lung Foundation, New York, 2012.

\_\_\_\_\_; ERIKSEN, Michael; SHAFEY, Omar. **The Tobacco Atlas**. The Second Edition. American Cancer Society; Atlanta, Georgia, 2006.

\_\_\_\_\_; ERIKSEN, Michael. **The Tobacco Atlas**. The First Edition. World Health Organization, Geneva, 2002.

MAGALHÃES, Belmira; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. Materialidades discursivas e o funcionamento da ideologia e do inconsciente na produção de sentidos. **Gragoatá**. Niterói. RJ, n. 34, p. 95-111, 1. sem. 2013. <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/53> Acesso em: 05 jan. 2019.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. **O Comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)** Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, Campinas, SP. 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270690> Acesso 30 jun. 2018.

MAZIÈRE, Francine. [2005] **Análise de discurso: história e práticas** / tradução Marcos Marciolino. – São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MEKEMSON, Kurt; GLANTZ, Stanton A. **How the tobacco industry built its relationship with Hollywood**. Tobacco Control;11(Suppl 1) 2002 :i81–i91 Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1766059/pdf/v011p00i81.pdf> Acesso em: 15 jan. 2019.

MINAS GERAIS (ESTADO). **Lei nº 18552, de 04 de dezembro de 2009**. Altera a Lei nº 12.903, de 23 de junho de 1998, que define medidas para combater o tabagismo no Estado e proíbe o uso do cigarro e similares nos locais que menciona. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=18552&ano=2009> Acesso em: 22 abr. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). [2009] **SUS: a saúde do Brasil** / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos. – Brasília: 3ª ed. Editora do Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus\\_saude\\_brasil\\_3ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_saude_brasil_3ed.pdf) Acesso em: 25 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Advertências Sanitárias nas Embalagens dos Produtos de Tabaco**. INCA, Rio de Janeiro – RJ, 2008. Disponível em: [http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2016-03/brasil\\_advertencias\\_sanitarias\\_nos\\_produtos\\_de\\_tabaco20091.pdf](http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2016-03/brasil_advertencias_sanitarias_nos_produtos_de_tabaco20091.pdf) Acesso em: 20 de mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Manual: dia mundial sem tabaco 2007**. INCA, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_dia\\_mundial\\_sem\\_tabaco2007.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_dia_mundial_sem_tabaco2007.pdf) Acesso em: 18 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades**. Rio de Janeiro: INCA, 2004. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//a-ratificacao-da-convencao-quadro-para-o-controle-do-tabaco-pelo-brasil-2004.pdf> Acesso em: 15 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros fatores de risco de câncer: Modelo Lógico e Avaliação**. 2ª ed. INCA. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//programa-nacional-de-controle-do-tabagismo-e-outros-fatores-de-risco-de-cancer.pdf> Acesso em: 25 jan. 2019.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: **História do corpo: As mutações do olhar: O século XX** / sob a orientação de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello; tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. 4.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. [1999] **Gramática e usos do português**. – 2ª ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NUNES, Sandra Odebrecht Vargas, et al. A Dependência do Tabaco. In **Tabagismo: Abordagem, prevenção e tratamento** [online]. (Org) Sandra Odebrecht Vargas Nunes e Márcia Regina Pizzo de Castro. Londrina: EDUEL, 2011. pp. 41-54. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/sj9xk/pdf/nunes-9788572166751-02.pdf> Acesso em: 05 abr. 2018.

NUNES, André. O envelhecimento populacional e as despesas do sistema único de saúde. In: CAMARANO, A.A. (Org.), **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004, p. 427-450. Disponível: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq\\_21\\_Cap\\_13.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_21_Cap_13.pdf) Acesso em: 17 jan. 2019.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Informe sobre el control del tabaco en la Región de las Américas, 2018. Washington, D.C.: OPS; 2018. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/arquivos/9789275320150-spa.pdf> Acesso em 03 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Respira Brasil: as Legislações de Ambientes Livres de Fumo das Cinco Regiões do Brasil**- Brasília, DF: OPAS, 2012. Disponível em: [http://actbr.org.br/uploads/arquivo/767\\_Respira\\_Brasil.pdf](http://actbr.org.br/uploads/arquivo/767_Respira_Brasil.pdf) Acesso em: 20 dez. 2017.

ORIONE, Maria Angelica de Macedo. **Avaliação da exposição a poluentes inalatórios ambientais no período gestacional como fator de risco para dermatomiosite juvenil**. Tese de Doutorado – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5141/tde-05062014-161954/pt-br.php> Acesso em: 15 mai. 2017.

OLIVEIRA, André Luiz de. História da saúde no Brasil: dos primórdios ao surgimento do SUS. **Encontros Tecnológicos**, nº 61. Ano 27, número 01, 2012. p.31-42. Disponível em: <https://revista.facasc.edu.br/ret/article/view/198/189> <acesso em 11 de agosto de 2018>

OLIVEIRA, Ana Paula Santos da Silva de. **Disfunções endócrinas no modelo de programação pela exposição à fumaça de cigarro na lactação**. Tese de Doutorado. PPG de Biociências da UERJ. Rio de Janeiro. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **MPOWER: Um plano de medidas para reverter a epidemia de tabagismo**. Edições OMS. Genebra, Suíça, 2008. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_docman&view=download&category\\_slug=tabagismo-132&alias=375-mpower-um-plano-para-reverter-a-epidemia-tabagismo-5&Itemid=965](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=tabagismo-132&alias=375-mpower-um-plano-para-reverter-a-epidemia-tabagismo-5&Itemid=965) Acesso em: 14 mai. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. [2006] Análise de Discurso. In: **Introdução das Ciências da linguagem - Discurso e textualidade**. (Org.) Eni Puccinelli Orlandi. / Suzy Gagazzi-Rodrigues. 3ª ed. Campinas, SP, Pontes Editores, 2015. P. 13-35.

\_\_\_\_\_. [1999] **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2013.

\_\_\_\_\_. [2001] **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4ª ed, Campinas, São Paulo. Pontes Editores, 2012a.

\_\_\_\_\_. [1996] **Interpretação, autoria e efeito do trabalho simbólico** – 6ª ed., Pontes Editores, Campinas, SP, 2012b.

\_\_\_\_\_. [1983] **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

\_\_\_\_\_. [1995] **As formas do Silêncio: No movimento dos sentidos** – 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **Rua**. Revista online. V. 1. Nº 1. Campinas, 1995, p. 35-47. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638914/6517>

\_\_\_\_\_. Silêncio e implícito (produzindo a monofonia). In: **História e Sentido na Linguagem**. (Org.) Eduardo Guimarães. – Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 39-46.

PÊCHEUX, Michel. [1981] Ler o Arquivo hoje. In: **Gestos de Leitura**. Eni Puccinelli Orlandi et al. (org). 3ª ed. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2010. p.49-59.

\_\_\_\_\_. [1969] Análise Automática do Discurso (AAD 69). In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Org) Françoise Gadet; Tony Hak. Tradução Bethania S. Mariani... [et al.] – 3ª ed. – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997a. p. 61-162.

\_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In **Por uma análise automática do discurso** Org) Françoise

Gadet; Tony Hak. Tradução Bethania S. Mariani... [et al.] – 3ª ed. – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997b, p. 163-252.

\_\_\_\_\_; GADET, Françoise. [1971] A língua inatingível: in: **Análise de Discurso: Michel Pêcheux, textos selecionados** por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011a. p.93-105.

\_\_\_\_\_; [1978], As massas populares são um objeto inanimado? in: **Análise de Discurso: Michel Pêcheux, textos selecionados** por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011b. p. 251-273.

\_\_\_\_\_. [1984], Metáfora e interdiscurso in: **Análise de Discurso: Michel Pêcheux, textos selecionados** por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011c. p. 151-161.

\_\_\_\_\_. [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. [1983] **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. – Campinas, SP, Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. [1983] O papel da memória. In. **Achard, Pierre et alii. Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. P. 43-51.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. [1961] **Instituições de direito civil**. Vol. I. Introdução ao direito civil: teoria geral do direito civil – 24ª. ed. - Rio de Janeiro, Editora Forense, 2011.

PERNAMBUCO. **Lei nº 12.578, de 13 de maio de 2004**. Estabelece normas suplementares à Legislação Federal no tocante ao uso e consumo de produtos fumígenos no âmbito do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=4150&tipo=TEXTTOATUALIZADO> Acesso em: 22 abr. 2018.

PINTO, Márcia Teixeira. et al. **Carga de doença atribuível ao uso do tabaco no Brasil e potencial impacto do aumento de preços por meio de impostos**. Documento técnico IECS Nº 21. Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria, Buenos Aires, Argentina. Maio de 2017. Disponível em: <http://natsinc.org/wpress/euroqol/wp-content/uploads/2017/06/tabagismo-no-Brasil.pdf> Acesso em: 01 abr. 2018.

PIOLA, Sérgio Francisco, et al. **Estruturas de financiamento e gasto do sistema público de saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: estrutura do financiamento e do gasto setorial [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 4. pp. 19-70. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/z9374/pdf/noronha-9788581100180-03.pdf> Acesso em 20 de jan. 2017.

PRADO JUNIOR, Caio. [1942] **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. – 23ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1997.

PONTES, Elisabeth. **Módulo de Gestão Pública**. [org] Elisabeth Pontes, Nathália Farias – Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2017.

PROJETO ITC (Setembro 2017). **Relatório do projeto ITC Brasil**. Resultados das Ondas 1 a 3 da Pesquisa (2009-2016/17). Universidade de Waterloo, Waterloo, Ontário, Canadá; Ministério da Saúde do Brasil, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), Ministério da Justiça do Brasil, Secretaria Nacional de políticas sobre Drogas (SENAD), Fundação do Câncer, Aliança de Controle do Tabaco (ACTbr), e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)/Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (CETAB), 2017. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/59d9b40042cb29299672b78bd9882830/relatorio-onda-3-itc-brasil.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=59d9b40042cb29299672b78bd9882830> Acesso em: 18 mai. 2018.

PROJETO ITC (Maio de 2014). **Relatório do Projeto ITC-Brasil**. Resultados das Ondas 1 e 2 da Pesquisa (2009-2013). Sumário Executivo. Universidade de Waterloo, Waterloo, Ontário, Canadá; Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA); Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD); Fundação do Câncer; Aliança de Controle do Tabagismo (ACTbr); e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (CETAB), 2014. Disponível em: [http://www.actbr.org.br/uploads/arquivo/913\\_ITC\\_sumario.pdf](http://www.actbr.org.br/uploads/arquivo/913_ITC_sumario.pdf) Acesso em: 18 mai. 2018.

RODRIGUEZ, Miguel Angel Schmitt. **Cinema clássico americano e produção de subjetividades: o cigarro em cena**. Dissertação de Mestrado. PPG em História da UFSC. Florianópolis. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91803/258230.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 mai. 2017.

ROSEMBERG, José. **Nicotina: Droga Universal**. São Paulo: SES/CVE, 2003. Disponível em: [ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc\\_tec/cronicas/nicotina.pdf](ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/cronicas/nicotina.pdf) Acesso em: 07 abr. 2018.

SABINO, Fernando. **Da arte de fumar sem ser fumante**. Jornal do Brasil. Caderno B, p.04. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1973. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pesq=os%20fumantes%20t%C3%AAm%20uma%20probabilidade&pasta=ano%20197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=os%20fumantes%20t%C3%AAm%20uma%20probabilidade&pasta=ano%20197) Acesso em: 21 mar. 2018.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 13.541, de 07 de maio de 2009**. Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13541-07.05.2009.html> Acesso em: 22 abr. 2018.

SHAFEY, Omar et. al. **The Tobacco Atlas**. Third Edition. The American Cancer Society. Atlanta, Georgia, USA. 2009.

SIMM, Zeno. O tabagismo no ambiente de trabalho como doença ocupacional e a responsabilidade civil do empregador. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 78, jul 2010. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7912](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7912) Acesso 21 dez. 2017.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população** / Celso Cardoso da Silva Simões. - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298579> Acesso em: 20 jun. 2018.

SOCIEDADE CANADENSE DO CÂNCER, **Advertências sanitárias nas embalagens de cigarros: Relatório situacional internacional**, Sexta Edição, setembro de 2018. Disponível em: [https://www.tobaccofreekids.org/assets/global/pdfs/pt/WL\\_status\\_report\\_pt.pdf](https://www.tobaccofreekids.org/assets/global/pdfs/pt/WL_status_report_pt.pdf) Acesso em: 12 dez. 2018.

\_\_\_\_\_, **Advertências sanitárias nas embalagens de cigarros: Relatório situacional internacional**, Quinta Edição, outubro de 2016. Disponível em: [https://www.tobaccofreekids.org/assets/global/pdfs/pt/WL\\_status\\_report\\_pt.pdf](https://www.tobaccofreekids.org/assets/global/pdfs/pt/WL_status_report_pt.pdf) Acesso em: 12 dez. 2018.

\_\_\_\_\_, **Advertências sanitárias nas embalagens de cigarros: Relatório situacional internacional**, Quarta Edição, Setembro de 2014. Disponível em: [https://www.tobaccofreekids.org/assets/global/pdfs/pt/WL\\_status\\_report\\_pt\\_low.pdf](https://www.tobaccofreekids.org/assets/global/pdfs/pt/WL_status_report_pt_low.pdf) Acesso em: 12 dez. 2018.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **Rua**. v.7. nº 1, Campinas - SP, 2001. p. 65 – 94. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640721/8262> Acesso em: 14 jul. 2018

SULZBERGER, Arthur Gregg. Hospitals Shift Smoking Bans to Smoker Ban. **The New York Times**. Articles. Fev. 10. 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/02/11/us/11smoking.html> Acesso em: 17 fev. 2018.

SZKLO, André Salem; IGLESIAS, Roberto Magno. **Vigitel 2017 e Estimativa de Consumo de Cigarros Ilícitos no Brasil**. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) Divisão de Pesquisa Populacional Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (SE-CONICQ). Ministério da Saúde. c2018. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/arquivos/Vigitel-2017-Estimativa-de-Consumo-de-Cigarros-Illicitos-no-Brasil.pdf> Acesso em: 13 jan. 2019.

TOLEDO, D. **Círculo Linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia**; textos reunidos, anotados e apresentados por Dionísio Toledo; traduções de Zênia de Faria, Reasylyvia Toledo e Dionísio Toledo; Porto Alegre: Globo, 1978.

VEJA. **A epidemia do século**. Medicina. Sérgio Berezovsky. Edição nº 606. 16 de abril de 1980. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/606?page=76&section=1&word=606> Acesso em: 21 fev. 2018.

VARELLA, Dráuzio. Sedentários bem alimentados. **Folha de São Paulo**. Ilustrada. C8. Domingo, 11 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Os fumantes e o trabalho. Carta Capital. Online. 2008. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/818/os-fumantes-e-o-trabalho-324.html> Acesso em: 22 abr. 2008.

VERAS; Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. **Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado**. Ciência & Saúde Coletiva, 23(6):1929-1936 (2018). Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2018.v23n6/1929-1936/pt> Acesso em: 17 jan. 2018.

VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. [1985] **A linguagem da propaganda**. Tradução: João Alves dos Santos; Tradução dos textos publicitários. Gilson Cesar Cardoso de Souza. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WILLIAMS, Merrell. **Jogando com a máfia do tabaco: a história verdadeira de um anti-herói americano necessário**. – Brasília – LGE Editora, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mpower: who reporte on the global tobacco epidemic, 2017**. Monitoring tobacco use and prevention policies. Switzerland. Geneva, 2017a. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/255874/9789241512824-eng.pdf;jsessionid=38976EBBCCD9D223325FEC80FFCD378F?sequence=1> Acesso em: 01 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Tobacco and its environmental impact: an overview**. Geneva, 2017b. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/255574/9789241512497-eng.pdf?sequence=1> Acesso em: 01 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Mpower: who reporte on the global tobacco epidemic, 2008**. Geneva, 2008. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43818/9789241596282\\_eng.pdf?sequence=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43818/9789241596282_eng.pdf?sequence=1) Acesso em: 01 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Framework Convention on Tobacco Control**. Geneva, Switzerland, 2003. Disponível em: [http://www1.paho.org/English/AD/SDE/RA/FCTC\\_Booklet\\_english.pdf?ua=1](http://www1.paho.org/English/AD/SDE/RA/FCTC_Booklet_english.pdf?ua=1) Acesso em: 15 jul 2018.

WYNDER, Ernest; GRAHAM, Everts; CRONINGER, Adele. Experimental Production of Carcinoma with Cigarette Tar. American Association for Cancer Research. Vol. 13. Issue 12. December, 1953. p. 855-864. Disponível em: <http://cancerres.aacrjournals.org/content/13/12/855> Acesso em: 17 jun. 2018.